



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

MARIA ESTER DE SIQUEIRA ROSIN SARTORI

**MARIA DO CARMO DE MELLO REGO: DIÁRIO DE UMA MULHER VIAJANTE DO
SÉCULO XIX, A MEMÓRIA PERPETUADA NA PALAVRA ESCRITA**

CAMPINAS

2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

MARIA ESTER DE SIQUEIRA ROSIN SARTORI

MARIA DO CARMO DE MELLO REGO: DIÁRIO DE UMA MULHER VIAJANTE DO
SÉCULO XIX, A MEMÓRIA PERPETUADA NA PALAVRA ESCRITA.

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas
como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do
título de Doutora em História, na área de História
Cultural.

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO CELSO MICELI

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA MARIA ESTER DE SIQUEIRA
ROSIN SARTORI E ORIENTADA PELO
PROF. DR. PAULO CELSO MICELI.

CAMPINAS
2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CNPq, 164478/2014-0
ORCID: Sartori, M.E.S.R

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Sartori, Maria Ester de Siqueira Rosin, 1965-
Sa77m Maria do Carmo de Mello Rego : diário de uma mulher viajante do século XIX, a memória perpetuada na palavra escrita / Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Paulo Celso Miceli.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Rego, Maria do Carmo de Mello, 1840-?. 2. Mulheres viajantes - História. 3. Memória. 4. Diário de viagens. I. Miceli, Paulo, 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Maria do Carmo de Mello Rego : journal of a traveling woman in the XIX century, the perpetuated memory in the written word.

Palavras-chave em inglês:

Women traveler - History

Memory

Travel reports

Área de concentração: História Cultural

Titulação: Doutora em História

Banca examinadora:

Camila Loureiro Dias

Luana Saturnino Tvardovskas

Daniela Vieira dos Santos

Cristiane Santos Souza

Suellen Mayara Péres de Oliveira

Data de defesa: 28-03-2018

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 28 de março de 2018, considerou a candidata Maria Ester De Siqueira Rosin Sartori aprovada.

Profa. Dra. Camila Loureiro Dias

Profa. Dra. Luana Saturnino Tvardovskas

Profa. Dra. Daniela Vieira dos Santos

Profa. Dra. Cristiane Santos Souza

Profa. Dra. Suellen Mayara Péres de Oliveira

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

Há quatro anos encaramos essa viagem juntos. Nós sabíamos que não seria fácil e que, de muitas maneiras, estaríamos todos implicados. Superamos! Um brinde ao meu marido Sartori, e aos meus filhos Pedro e Gabriela.

Agradecimentos

Expresso aqui a minha profunda gratidão àqueles que contribuíram com essa pesquisa. Meu orientador e amigo Prof. Dr. Paulo Celso Miceli pelo apoio, dedicação e confiança. Sem os quais essa tese não seria possível.

À professora dra. Yasmin Nadaf, que foi quem me presenteou com o diário pessoal e com o livro de memórias de Maria do Carmo de Mello Rego, personagem desta tese.

Às professoras e amigas Eliana e Andrea pela paciência, colaboração e pelas riquíssimas conversas sobre literatura.

Aos amigos e às amigas da UNICAMP que tanto me ajudaram a superar momentos bem difíceis, sempre com bom humor. Em especial ao César, à Ana Carolina, à Marileia e à Josi. Pessoas por quem tenho o maior carinho e gratidão.

Manifesto meu agradecimento aqui aos professores do programa de pós-graduação do IFCH que de forma ética e comprometida me encorajaram de muitas maneiras para que eu concluísse essa etapa.

Aos funcionários da instituição, em especial ao Daniel Gomes Hatamoto da secretaria de pós-graduação.

Trago aqui, também, agradecimento especial à Profa. Dr. Luana S. Tvardovskas e ao Prof. Dr. Fábio Morales, que compuseram a banca de qualificação colaborando de forma significativa para a produção final da tese. Da mesma forma agradeço às professoras que participaram da banca de defesa, Profa. Dra. Daniela Vieira dos Santos, Profa. Dra. Cristiane Santos Souza e Profa. Dra. Suellen Mayara Péres de Oliveira. Segue meu agradecimento especial à Profa. Dra. Camila Loureiro Dias que, gentilmente, aceitou presidir a banca de defesa em nome do Prof. Dr. Paulo Celso Miceli.

E eu que pensava que ele receberia o meu último suspiro! Seja feita a Vossa Vontade, oh! Meu Deus..., mas a vossa justiça imensa é por vezes tão severa, faz padecer tanto!

Perdoai-me, se a resignação é um impossível para mim...

Esmagada ao peso da Vossa Mão, eu a beijo desfeita em lágrimas; eu a beijo por mim e pelo Guido!...

Mas quanta dor, quanta!”

Maria do Carmo de Mello Rego
26 de março de 1895.

RESUMO

Antes das modernas discussões sobre gênero e seus papéis na sociedade, mulheres viajavam ora movidas pelo espírito aventureiro, ora empurradas pelo casamento, como damas de companhia ou levadas à força, seja pela escravidão ou por imposição familiar. Entre as “mulheres viajantes”, algumas registraram suas experiências em diários ou relatos de memórias, mostrando quanto relatos pessoais e viagens puderam conviver em harmonia quando tiradas do interior das narrativas masculinas, em que aparecem sobrepostas aos escritos estruturados como páginas prontas. Nesta tese encontra-se o diário autobiográfico e as memórias de D. Maria do Carmo de Mello Rego, viajante do século XIX, mãe adotiva e escritora, cujo diário pessoal reflete, de forma intimista e sentimental, a trajetória de vida de uma mulher que, ao narrar sua vida, nos revela as situações adversas e as tensões que envolveram a vida dessa personagem, que se constituiu atravessada pelos discursos científico, médico, filosófico da época, mas que ao mesmo tempo se debate com eles.

Palavras Chave: História; Memória; Mulheres Viajantes; Diário de viagens.

ABSTRACT

Before modern discussions about gender and their roles in society, women were either moved by the adventurous spirit, or pushed by marriage, as companion or forcible, either by slavery or by family imposition. Among the "traveling women," some have documented their experiences in diaries or memoir books, showing how much personal stories and travels have been able to live in harmony when strained from the inside of masculine narratives, in which they appear superimposed on writings structured as ready pages. In this thesis is the autobiographical diary and memoirs of D. Maria do Carmo de Mello Rego, a 19th century traveler, adoptive mother and writer. These personal diary reflects, in an intimate and sentimental way, the life trajectory of a woman who, in narrating his life, reveals to us the adverse situations and tensions that involved the life of this personage, that was constituted traversed by the scientific, medical, philosophical discourses of the time, and at the same time that she reasons with them.

Keywords: History; Memory; Women Traveler; Travel Reports.

Lista de Figuras

Figura 1: *Mapa municipal da Província do Mato Grosso 1801-1835.*

Fonte: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação cidadã do Rio Grande do Sul. In: GULARTE, G. S. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiro, 1801-1835.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

Figura 2 – Retrato do Menino Bororo. OLIVEIRA, J. P. de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. *Tempo*, v.12, n.23, p.73-99, 2007.

Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a06.pdf. Acesso em: 03/2011.

Figura 3 – Livro de Registro de Batizado 1888-. Identidade dos batizados Paróquia do Bom Jesus de Cuiabá. *Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (1853-1890)*. Peraro, M. A. O Princípio das fronteiras e a fronteira dos princípios: Filhos ilegítimos em Cuiabá. *Revista Brasileira de História*, vol.19, n.38. p. 55-80. São Paulo 1999.

Figura 4 – Rosa Bororo, de Moacyr Freitas, 2000, acrílico sobre tela, 80cm/60cm. *Acervo Museu Histórico do Mato Grosso.*

Figura 5 – Cena da Casa de Maria do Carmo, Guido Rego 1889-1892, acrílico sobre tela. *Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.*

Figura 6 – Cena da Aldeia, Guido Rego 1888-1889, acrílico sobre tela. *Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.*

Figura 7 – Córrego da Prainha, autor desconhecido, fotografia, 1891.

Figura 8 – Carta de Visconde de Taunay à Maria do Carmo. 02 de maio de 1824. REGO, M. do C. M. *Guido: páginas de dor*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1895a

Figura 9 – Carta de Maria do Carmo ao Visconde de Taunay, REGO, M. do C. M. *Guido: páginas de dor*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1895a

Figura 10 – *Piududo*, autor desconhecido, 1888-1889.

Figura 11 – Carta Provincial do Mato Grosso, 1889a.

Figura 12 – Carta Provincial do Mato Grosso, 1889b.

Figura 13 – Cena do Barco, Guido Rego, acrílico sobre tela, 1889. *Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.*

Figura 14 – Paisagem do Índio com Barco, Guido Rego, acrílico sobre tela. *Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.*

Figura 15 – Paisagem e Casa Ocidental, Guido Rego, acrílico sobre tela, 1888-1889a. *Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.*

Figura 16 - Paisagem e Casa Ocidental, Guido Rego, acrílico sobre tela, 1888-1889b. *Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.*

Figura 17- Guido e Salvador, autor desconhecido.

Figura 18 – Livro Tombo, acervo doado por Maria do Carmo de Mello Rego, 1888a, *Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.*

Figura 19 - Livro Tombo, acervo doado por Maria do Carmo de Mello Rego, 1888b, *Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.*

Figura 20 - Livro Tombo, acervo doado por Maria do Carmo de Mello Rego, 1888c, *Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.*

Sumário

Introdução	14
Capítulo 1: UMA MULHER EM PARTICULAR: MARIA DO CARMO DE MELLO REGO.....	36
1.0: NO ACORDO, CABELOS COMPRIDOS	43
1.1: CAMINHOS QUE SE CRUZAM	51
1.2: REFIGURAÇÃO PELO BATISMO.....	57
1.3: NARRATIVAS QUE SE CONSTROEM.....	62
1.4: UMA HABILIDADE INESPERADA.....	65
Capítulo 2: AO SABOR DOS VENTOS: MULHER E VIAJANTE NO SÉCULO XIX.	73
2.0: MARIA DO CARMO: DESCOBERTAS NO CAMINHO DE MONTEVIDEO AO MATO GROSSO.	74
2.1: FEIÇÕES DO MATO GROSSO, PELA LENTE DE MARIA DO CARMO.....	78
2.2: ATRAÇÃO PELO MAR.....	88
2.3: OS MAPAS COMO TEXTOS.....	90
2.4: PEÇONHAS DO DIABO	92
2.5: ATRAVESSANDO SÉCULOS.....	97
2.6: NOVOS PROTAGONISTAS A BORDO	102
2.7: MULHERES E EMBARCAÇÕES.....	105
Capítulo 3: SEM PSEUDÔNIMO - MEMÓRIAS E DIÁRIOS PESSOAIS.....	112
3.0: DIÁRIOS PESSOAIS E LIVROS DE MEMÓRIAS: MANEIRAS DE REGISTRAR A PRÓPRIA VIDA	115
3.1: SINGULARIDADES BRASILEIRAS: DOS ROMANCES, AOS DIÁRIOS E ÀS MEMÓRIAS	120
3.2: NO DIÁRIO, QUANTAS MEMÓRIAS!	127
3.3: NAS CARTAS - O QUE DIZEM OS CONTEÚDOS E AS TEMÁTICAS.....	134
Capítulo 4: PIUDUDO (BEIJA-FLOR), O BORORO. GUIDO, O MENINO (1889 - 1892)	143
4.0: TINHA OS CABELOS COMPRIDOS - ASSIM CONTA MARIA DO CARMO.	144
4.1 PIUDUDO E O SEU MUNDO BORORO.	148
4.2 A ADOÇÃO.....	151

4.3: AQUARELAS DE GUIDO: <i>PIUDUDO</i> CIVILIZADO.....	156
4.4: A MORTE DE <i>PIUDUDO</i>.	162
CONCLUSÃO	174
BIBLIOGRAFIA e FONTES.....	177

Introdução

Esta tese aborda as literaturas de viagens escritas por mulheres viajantes e a capacidade de agência feminina no mundo intelectual trazendo para o centro das discussões o diário pessoal e o livro de memórias de Maria do Carmo de Mello Rego, escritora do século XIX, como documentos a serem pesquisados. São eles *Guido, páginas de dor* (1895) e *Lembranças do Matto Grosso* (1897). Esses livros foram publicados pela Tipografia Leuzinger do Rio de Janeiro quando a autora já havia se mudado para lá. *Guido, páginas de dor* é uma espécie de diário autobiográfico que conta as nuances da relação entre Maria do Carmo e o filho adotivo, um índio Bororo de Mato Grosso, que faleceu no Rio de Janeiro, deixando significativa coleção de aquarelas e desenhos que foram integradas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Nele a autora narra passagens da sua vida com o filho, desde à adoção em 12 de junho de 1888 no Mato Grosso, até a data da morte dele na Fazenda de São Paulo, em Mendes no Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1892.

A publicação desse diário autobiográfico ocorreu 3 anos após a morte da criança indígena adotada, em 1895. O diário possui 42 páginas e está dividido em três sessões específicas: uma que narra a convivência de Maria do Carmo com o filho adotivo, outra que apresenta o menino indígena e os processos de aculturação a que foi submetido, e termina com Maria do Carmo ressaltando o sentimento de culpa pela morte do filho e a vontade de torná-lo eterno ao doar suas pinturas e aquarelas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Contudo, para tratar de alguns aspectos da escrita autobiográfica de Maria do Carmo, optamos pelo que propõe McLaren (2016) em relação aos escritos autobiográficos traduzindo-os como sendo uma das maneiras do escritor representar a si, mesmo que de forma restrita, posto que o sujeito escritor “[...]desempenha um papel na sua própria constituição”¹ ao contar de si e mostrar os múltiplos aspectos da sua identidade. Por esse olhar, a autora nos indica que, da mesma forma, as autobiografias podem construir-se como espaços confessionais, na medida em que apresentam qualidades distintas de subjetivação, reiterando os discursos normalizadores que se amarram às próprias práticas.

No diário autobiográfico de Maria do Carmo, a confissão aparece e assume um caráter tradicionalmente religioso, construído dentro do contexto em que a autora estava imersa. Sendo assim, outra perspectiva em relação ao diário autobiográfico de Maria do Carmo pode ser

¹ McLAREN, M. A. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016. p.199.

elaborada sendo aquela que aponta para um tipo específico de escrita de si confessional. A autora, quando escreve de si, culpa-se constantemente pela morte do filho adotivo e pede desculpas eternas a Deus e ao menino. A todo tempo constrói sua narrativa apresentando as coisas que fazia por ele e o quanto o ensinou a ser como ela, mas também pedindo perdão por tê-lo tirado dos seus para que viesse a morrer com ela. Tanto que, escreve em seu diário, “Em vésperas já da morte, pôs as mãozinhas e disse: - esperava minha mãe para rezar, e começou o Padre Nosso [...] Ah! Deus de misericórdia, não posso continuar. Não blasfemo contra Vós, mas que crueldade”!² Narrativas que nos levaram a questionar não só quais os motivos e as intencionalidades dos recorrentes pedidos de perdão apresentados por Maria do Carmo como também, entender para quem e por que ela escreve?

O outro livro, *Lembranças do Matto Grosso* foi publicado originalmente em 1897 com 79 páginas e foi dedicado ao Visconde de Taunay, amigo e confidente de Maria do Carmo. Foi reeditado em Edição Fac-simile em 1993, compondo o volume 1 da “Coleção de Memórias Históricas”, edição comemorativa da Fundação Júlio Campos, em Várzea Grande no Mato Grosso. A Fundação Júlio Campos pauta-se pela salvaguarda da literatura regional, bem como pela preservação e divulgação das manifestações culturais do Mato Grosso, suas histórias, etnologia, aspectos geográficos, artísticos e folclóricos. Nesse livro, que retoma a realidade do Mato Grosso seis anos após Maria do Carmo ter saído da região, a autora relata as impressões da viagem que fez do Rio de Janeiro ao Mato Grosso em 1887, as mudanças na região ao longo dos anos e recupera assuntos que dizem respeito aos aspectos históricos, espaciais, populacionais, sociais e o cotidiano das pessoas da região.

Em *Lembranças do Matto Grosso* (1897) o território inóspito apresentado por Maria do Carmo no diário autobiográfico *Guido, páginas de dor* (1895) assume outras paisagens, a começar por Cuiabá, que modernizada e movimentada, abriga outros grupos sociais, com espaços mais organizados e urbanizados. E as pessoas que, apesar de manterem os costumes simples, possuíam vidas sociais mais complexas, gostavam dos bailes e das festas que passaram a ocorrer com mais frequência. Relata a autora que a cidade se mostrava mais dinâmica com serviços de transportes com os bondes, casas com jardins, além da preocupação com a higiene. Aponta a autora que a construção do matadouro foi determinante para a reestruturação do espaço público tornando-o limpo e estruturado. Curioso nessa edição é que, apesar de ser um livro de lembranças, a história do filho adotivo não é mais mencionada. Em *Lembranças do Matto Grosso* parece ser outra mulher que se constitui pela escrita. Não se encontram lágrimas

² REGO, M. do C. M. *Guido: páginas de dor*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1895. p.38.

de desespero nem culpa pela morte do menino. Suas páginas apresentam uma mulher aventureira, desbravadora, caçadora, antropóloga e comprometida com outras questões de caráter cultural. Foram essas as fontes que permitiram a aproximação entre as histórias e as memórias de Maria do Carmo, seus percursos e percalços, no contexto das viagens.

A pesquisa tornou-se possível a partir de um amplo levantamento de fontes documentais e bibliográficas encontradas em diversas bibliotecas e arquivos do Brasil e de Portugal como no Arquivo e Biblioteca Municipal de Salvador, Bahia; na Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde encontram-se guardados os registros de deslocamentos de mulheres que vieram para o Brasil a partir do século XVI, bem como, alguns artefatos indígenas colecionados e doados ao museu por Maria do Carmo; nos documentos encontrados no Arquivo Público do Mato Grosso, Cuiabá, onde viveu Maria do Carmo; no Arquivo Pessoal de Yasmin Nadaf, professora da Universidade Federal do Mato Grosso e pesquisadora de mulheres escritoras da região; e na Universidade de Coimbra, em Portugal. Foram consultados, também, documentos do Arquivo Público de Cuiabá e do Arquivo Público do Estado do Mato Grosso entre eles as Mensagens Provinciais e os Relatórios Presidenciais, principalmente aqueles produzidos por Francisco Raphael de Mello Rego, presidente da Província de Mato Grosso no período entre 1887 e 1889.

Entretanto, não obstante a farta documentação coletada para a produção desta tese, ocorreram ao longo da pesquisa histórica sérios contratemplos, sobretudo aqueles relacionados à falta de informação sobre Maria do Carmo e a sua vida antes da vinda para o Brasil. A ausência de documentação concernente à vida de Maria do Carmo em grande medida pode ser explicada, primeiro porque não foram encontrados registros que revelem o sobrenome dela ou da família dela antes do casamento com Francisco Raphael, o que dificultou a busca por maiores informações sobre sua vida no Uruguai e em Jaguarão no Rio Grande do Sul. Os registros mais recentes aparecem a partir de 1887 e apresentam Maria do Carmo já no Brasil e casada.

Segundo porque, conforme Corrêa (1999), com a guerra na Tríplice Fronteira, “[...] houve um inevitável desmantelamento da já precária estrutura administrativa implantada na Província do Mato Grosso, ocasião em que foram destruídos documentos cartoriais e registros paroquiais nas vilas que sediaram as batalhas e as invasões [...]”³, e apesar dessa situação ter gradativamente se modificado no final da guerra, reorganizando as principais agências estatais como postos fiscais, igrejas, juizados e cartórios, a regularidade administrativa estava sempre sujeita a intempéries e desordens causadas pela proliferação de rebeliões promovidas pelos

³ CORRÊA, L., S. L. S. *História e fronteira: o sul do Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande: UCDB. 1999.

coronéis da região que se sentiam prejudicados com a centralização do poder em Cuiabá. Dessa forma, grupos políticos vitoriosos uniam-se aos motins e aos banditismos e tratavam do desaparecimento, da substituição ou a destruição de documentos das gestões adversárias, assim como atas, registros de terras e escrituras que sumiram sem deixar pistas.

Por fim, além do recente “descaso, abandono e até mesmo destruição irresponsável de arquivos e repartições públicas em todo o interior do Estado.”⁴, a profa. Dra. Yasmin Nadaf da Universidade do Mato Grosso, pesquisadora de Maria do Carmo que durante os primeiros anos da pesquisa, gentilmente, forneceu informações e materiais riquíssimos sobre a vida e o paradeiro de Maria do Carmo, por questões pessoais, afastou-se das suas funções e ficou impossibilitada de continuar contribuindo com a pesquisa. Foram esses os fatores que dificultaram, em muitos sentidos, a reconstituição precisa dos momentos vividos por Maria do Carmo. Situações que não invalidam a riqueza das informações contidas nessa pesquisa, e, ao mesmo tempo, enriquecem os caminhos que fizeram com que ela fosse construída, sobretudo porque foi no inusitado que o encontro com os escritos de Maria do Carmo aconteceu.

A princípio, os estudos iniciais dessa tese voltavam-se para as meninas órfãs que eram trazidas para o Brasil prometidas em matrimônio. A partir de levantamentos iniciais realizados nessa documentação encontramos um número significativo de mulheres viajantes que deixaram registradas suas histórias de vida e percepções do Brasil em relatos de viagens e livros de memórias afirmando que, muito antes das modernas discussões historiográficas sobre gênero, mulheres viajavam movidas pelo espírito aventureiro, empurradas pelo casamento, como damas de companhia, algumas como cortesãs ou levadas à força, seja pela escravidão ou por imposição familiar.

Contudo, ao pesquisar as meninas órfãs que vinham para o Brasil, surgiu em meio à documentação a história de um menino índio Bororo de sete anos que foi adotado por uma família aristocrática do Mato Grosso em 1889. A imagem do menino estereotipada e impressa na folha de um diário juntamente com as palavras adocicadas e emotivas da mãe adotiva, chamaram a nossa atenção. Foi preciso buscar mais informações sobre as condições da adoção e de que forma ela estava ligada aos relatos de mulheres do século XIX. Chegamos, então, a Maria do Carmo de Mello Rego, sujeito desta tese. Faltava, agora, encontrar as outras partes do diário pessoal dela. O diário pessoal e o livro de lembranças de Maria do Carmo foram encontrados no Arquivo Particular de Yasmin Nadaf, docente da Universidade Federal do Mato Grosso.

⁴ Idem. Ibidem., p.23.

Essa tese, portanto, por um lado trata da história de Maria do Carmo mas, em consequência, abre perspectivas para investigações que, se no início, giravam em torno de um aspecto em particular, amplia-se e abre hipóteses sobre a ação feminina em espaços culturalmente compreendidos como masculinos. Isso motivou, ainda mais, as investigações relacionadas às mulheres viajantes que, a partir dessa perspectiva, implicaram nos seguintes questionamentos: em âmbito geral, como a memória, a leitura e a escrita ajudaram a delinear a história das mulheres viajantes do século XIX? De que forma as histórias delas contribuem para ampliar as sutilezas historiográficas em relação a história das mulheres? E, especificamente, de que forma as memórias de Maria do Carmo elucidam questões fundamentais sobre a região mato-grossense, no tocante à temas como: a questão racial no século XIX; o papel (ou os papéis) das mulheres na sociedade; os movimentos e conflitos políticos, sociais e culturais na região?

Ao mesmo tempo, as memórias de Maria do Carmo evidenciam a violência generalizada e imposta pela dominação europeia na região mato-grossense, sobretudo, no que diz respeito às comunidades indígenas do Mato Grosso (em especial os Bororo); e ainda à ocupação das terras coloniais, ao cotidiano, convivências e conflitos etnoculturais.

Movida por estas indagações, seguimos os passos de Lilian de Lacerda⁵, Livia Reis⁶ e Miriam Lifchitz M. Leite⁷ e Stella Maris S. Franco⁸ na medida em que elas oferecem pistas contundentes para problematizar e esmiuçar questões diversas em relação à relevância dos relatos de viagens, diários pessoais e livros de memórias produzidos por mulheres novecentistas. Apesar de silenciadas pela historiografia tradicional, mulheres viajantes deixaram registradas suas experiências em relatos pessoais íntimos e significativos que, por guardarem algumas semelhanças, podem ser considerados gêneros literários. Ao mesmo tempo, são escritos que revelam enredos bem diferentes e no contexto das mulheres viajantes escritoras e nos fazem perceber que as mulheres, ao contarem as histórias de vida, reivindicam suas falas, tantas vezes subjugadas e, sobretudo, constroem identidades próprias, mas que não são fixas.

Então, tomando Bakhtin⁹ como referência, podemos considerar que as narrativas de viagens produzidas por mulheres são gêneros discursivos que renasceram aos olhos da literatura, renovando as histórias de vida de mulheres que fizeram uso da tinta e do papel para reescreverem momentos vividos por meio de outras lentes, outros cotidianos e realidades. Ao

⁵ LACERDA, L. *Álbum de leitura: memórias de vida, história de leitoras*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

⁶ REIS, L. F.; VIANA, L. H.; PORTO, M. B.; TELLES, L. F. (Orgs.). *Mulher e Literatura - VII Seminário Nacional*. Niterói: UFF, 1999.

⁷ LEITE, M. L. M. Mulheres viajantes no século XIX. In. *Caderno Pagu - Núcleo de estudos de gênero*, Campinas: Editora da UNICAMP, n. 15, p. 129-143, 2000.

⁸ FRANCO, S. M. *Peregrinas de outrora*. Florianópolis: Mulheres, 2009.

⁹ BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

buscarem identificar-se aos novos contextos, elas reconstruíram seus percursos aos olhos do passado, produzindo textos e existências.

Por sua natureza mesma, o gênero literário reflete as tendências mais estáveis, perenes da “evolução” da literatura. O gênero sempre conserva os elementos imorredouros da *archaica*. É verdade que nele *archaica* só se conserva graças à sua permanente renovação, e vale dizer, graças à atualização. O gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. Nisto consiste a vida do gênero. Por isso, não é morta nenhuma *archaica* com capacidade de renovar-se. O gênero vive do presente, mas sempre recorda o seu passado, o seu começo. É representante da memória criativa no processo de desenvolvimento literário. É precisamente por isso que tem a capacidade de assegurar a unidade e a continuidade desse desenvolvimento¹⁰.

Mulheres, relatos pessoais e viagens puderam conviver em harmonia, segundo a concepção atual de que viajar não era privilégio masculino do século XVI ao XIX, devido à quantidade expressiva de “mulheres viajantes” que atravessaram o Oceano, mesmo sujeitas a diferentes sortes e movidas por sentimentos distintos e conflitantes. Sendo assim, para este trabalho, optamos por apresentar as discussões concernentes ao tema das viagens femininas e seus registros, tomando como perspectiva para sua elaboração a proposta de que, se não todas, muitas foram as “[...] mulheres que o romantismo do século XIX iria produzir, capazes de escolher a viagem como destino, como opção de vida”¹¹.

No que se refere às mulheres viajantes e seus registros, percebe-se que esses deslocamentos foram mais do que instrumentos que ampliaram horizontes físicos, na medida em que alargaram os espaços de aprendizagem, permitindo às viajantes outros olhares em relação aos lugares visitados.

Desde a época colonial e com maior intensidade a partir do século XIX, mulheres viajantes se valeram da escrita para relatar suas experiências pessoais e como se organiza um comentário pessoal sobre o entorno social em diversos marcos culturais¹².

Contudo, não é a intenção desta pesquisa compor um catálogo de relatos de mulheres viajantes e seus escritos, mas, sim, sinalizar a existência delas. Tampouco pretende-se construir processos comparativos entre relatos de viajantes femininos e masculinos, na tentativa de

¹⁰ Idem. *Ibidem.*, p.270.

¹¹ FRANÇA, J. M. C. *Mulheres viajantes do Brasil (1764-1820)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p.8.

¹² GUARDIA, S. B. *Viajeras entre dos mundos*. Santa Maria: Pallotti, 2012. p.18.

estabelecer juízo de valor entre eles, mas apresentar algumas de suas distinções. Ao mesmo tempo, diante do significativo número de deslocamentos femininos e relatos de viagens produzidos, e à medida que as viagens iam sendo estudadas, alguns critérios precisaram ser estabelecidos. Desta forma, o ponto central da pesquisa são mulheres viajantes do século XIX e, entre elas, mulheres viajantes provenientes da América Latina. Stella Maris Franco¹³, cuja temática das viagens envolve mulheres oriundas da América Latina e seus registros pessoais, aponta que esse campo ainda permanece pouco explorado pela historiografia.

A autora destaca que o interesse pelos deslocamentos femininos tem maior aceitação quando se referem às mulheres viajantes latino-americanas que fizeram o caminho inverso ao sentido colonial, ou seja, mulheres que saíram da América Latina e que se dirigiram à Europa e aos Estados Unidos. Essa rejeição valoriza ainda mais a opção por estudar mulheres viajantes que registraram os territórios interioranos e as viagens intercontinentais latino-americanas. Ao mesmo tempo tem-se um grande desafio, pois, mesmo havendo maior interesse por relatos de mulheres viajantes latinas que se dirigiram a Europa e Estados Unidos, estudos relacionados às mulheres provincianas permanecem seminais, porém, ainda na obscuridade.

Na realidade, estamos tão acostumados a associar os “viajantes” aos “europeus”, que não nos ocorre englobar os latino-americanos nesta categoria. De fato, tanto as expedições científicas quanto as viagens europeias fomentadas por interesses comerciais tiveram maior vulto, ao menos em termos de quantidade do que aos dos latino-americanos à Europa ou a outras partes do mundo. Tal argumento, entretanto, nos parece insuficiente para explicar porque aos europeus se atribuiu, quase que exclusivamente, o estatuto de “viajantes”¹⁴.

A grande surpresa foi que, após estabelecidos os recortes temporais e territoriais, chegamos a Maria do Carmo de Mello Rego, personagem desta tese, e a seus relatos pessoais e memórias, trazendo-os – personagem e registros – como documentos a serem investigados. Suas narrativas nos permitem ver que o tempo da memória é social não apenas por remeter aos calendários de trabalho e festas, mas porque repercute o modo de lembrar, como diz Marilena Chauí¹⁵, assim como e na mesma medida é individual, quando do interior de seu contínuo se escolhe o substrato pessoal e sintomático a ser lembrado e registrado.

Maria do Carmo de Mello Rego, mulher viajante e escritora do século XIX, nasceu em 1840 na Estância de Lencho, no Uruguai, e depois se transferiu para o Brasil ao se casar com o

¹³ FRANCO. Op., cit., p.24.

¹⁴ Idem. Ibidem., p.22.

¹⁵ CHAUI, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

presidente da província de Mato Grosso. Com a mudança ela passou a registrar sua vida e suas viagens. São relatos que retratam as experiências vividas por ela na região e que possuem um estilo literário próprio, intimista e confessional. Para Michelle Perrot (2017), isso é algo compreensível, uma vez que produções pessoais intimistas e intensas correm esses riscos, na medida em que se realizam no momento exato da vivência de quem os escreveu. Por outro lado, se observados, por um instante, despidos de preconceitos metodológicos e rigores estéticos, os relatos poderão levar o leitor a conhecer uma vida expiada na sua individualidade, socialmente instituída e relatada por meio de formidável abstração¹⁶.

Maria do Carmo teve Visconde de Taunay como amigo e conselheiro, além de ter sido ele quem a incentivou a escrever e publicar suas obras. A proximidade entre eles confirma-se ao longo do diário de Maria do Carmo. Nele ela registra as frequentes cartas trocadas entre eles e, ao que parece, Taunay tinha muito carinho por ela, que via nele um amigo e confidente.

Desculpe, Sr. Visconde, a liberdade e a confiança com que lhe abro o meu chagado coração. O Sr., que com certeza tem aprendido a linguagem de todos os sentimentos para ser o romancista que é, poderá talvez um dia, relembrar a singela, pequena e sentimental história do meu adorado indiozinho.¹⁷

Seus escritos nos auxiliam a compreender como as viagens tiveram o poder de alterar e de interferir na vida de muitas mulheres, tornando-as produtoras de suas histórias.

O uso de uma personagem em particular, seu diário autobiográfico e seu livro de lembranças, para desenvolver uma argumentação, visando explicar situações complexas em relação às mulheres e seus papéis nas viagens, nos deslocamentos e nas relações interculturais, talvez cause certo desconforto para aqueles que deificam os documentos oficiais como reflexos de um pretense real, na medida em que tomam o documento como base para o julgamento histórico.

A autobiografia é uma forma de escrita de si que demonstra a autoconstituição ativa do eu, e assume lugar especial no cânone feminino porque permite que as mulheres falem por si mapeando suas existências¹⁸. Da mesma maneira ocorre com os livros de memórias. Ao estudá-los, trazendo para os centros dos estudos históricos, comprometemo-nos com a perspectiva de que as fontes são tão variadas quanto os públicos que as produzem e consomem. Cabe ao historiador, no entanto, os desafios de investigá-las. Afinal, se os documentos são a pedra

¹⁶ BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In. FERREIRA, M. M.; AMADO, J. *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.186-187.

¹⁷ REGO. Op., cit. 1895a, p. 41.

¹⁸ McLAREN, Op., cit., p.199.

fundamental do pensamento histórico, se extintos, nada restaria aos historiadores, portanto, assumir o que se compreende por documento histórico é na verdade estabelecer qual a memória que se quer preservada pela História¹⁹.

Definido isso, outra questão de igual importância surge e vem acompanhada da necessidade de um olhar mais apurado em relação ao particular, ao inusitado e ao atípico que surge em registros pessoais femininos. Tal perspectiva exige uma mudança de escala de observação em relação aos fatos e objetos estudados, a fim de investigar casos específicos e singulares que possibilitem explicar e compreender outros processos globais: retornando ao micro-histórico, contudo, sem “[...] renunciar ao nível do geral e da macro-história, mas justamente para renová-lo e enriquecê-lo”²⁰. Significa, portanto, reduzir a escala de análise aos personagens e seus registros, prezando a singularidade desses documentos, as redes de relações construídas ao longo do tempo, os vínculos e todos os elementos disponíveis no “[...] microuniverso do escrito, como também os diversos e múltiplos sentidos envolvidos nas ações, práticas, relações e processos relativos a tais personagens, comunidades ou situações micro-históricas investigadas”²¹.

Como ganho, poderemos encontrar estratégias de narrativas autênticas de muitos caminhos da vida privada. Caminhos que não são traçados em via única, pois encontram-se entrelaçados a muitos outros e trazem revelações inusitadas com detalhes da subjetividade na construção mental. Tais descrições sintetizam e combinam em um único esquema explicativo, bem como os diversos modos em que a situação ou problema analisado foi visto, percebido e processado por todos e cada um dos atores e agentes sociais nele envolvidos²².

No entanto, convém destacar que os escritos de Maria do Carmo foram seminais e motivadores da descoberta de número significativo de mulheres viajantes que apareceram ao longo das pesquisas, confirmando não só a constante presença feminina nos deslocamentos, como também as distintas intencionalidades e seus diversos e contrastantes objetivos. Encontros no trabalho de pesquisa desse tipo são reveladores porque permitem delimitar um âmbito de pesquisa no interior do qual é preciso conduzir análises particularizadas – como a feita com Menocchio, o moleiro – para que, eventualmente, se elaborem conclusões mais gerais, sem reduzir as sociedades a um tipo de existência homogênea²³.

¹⁹ PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012, p.8-9.

²⁰ AGUIRRE, C. A. *Micro-história italiana: modo de uso*. Londrina: EDUEL, 2012, p.10.

²¹ Idem. *Ibidem*, p.42

²² Idem. *Ibidem*, p. 11.

²³ GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009, p. 25.

No caso de Maria do Carmo, três aspectos vividos tornaram possível o registro das suas memórias no Mato Grosso: a mudança para esta região, as descobertas proporcionadas pela adoção do infante indígena Bororo e sua morte precoce. Assim, há um relato recôndito que mostra os deslocamentos da autora, mas a adoção da criança, se apresenta como instrumento de compreensão das relações e ambiguidades entre dois mundos unidos em meio às adversidades culturais: o dela, da mulher “branca” burguesa e o da criança índia considerada “selvagem”. E foram essas as circunstâncias, agravadas com a morte do filho adotivo, que permitiram a Maria do Carmo reinterpretar-se, compreender-se e escrever-se na produção de registros. Sua narrativa suplanta as diferenças entre as organizações sociais do Mato Grosso, seus relacionamentos e realidades, apresentando aspectos mais amplos (muitas vezes não compreendidos), mas que são revelados a partir da observação microscópica, estando inseridos no fluxo do discurso social²⁴.

O contexto registrado pela memorialista apresenta também vários sentimentos ambíguos e conflitantes no que se refere, não só à vida dela, mas das demais pessoas que orbitavam à sua volta. Inspirada em Ginzburg para esse estudo, ao nos depararmos com esses documentos, ocorreu-nos qual a relevância poderia ter, em um plano geral ou em nível social, as ideias e crenças de uma mulher sertaneja, mesmo que burguesa, e seu filho índio, em relação ao todo social? Já que, a partir da leitura desse autor, nota-se o quanto

[...] alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo - e justamente por isso representativo - pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico [...]²⁵.

Portanto, autobiografias, diários pessoais, livros de memórias, cartas e relatos de viagem são práticas que constituem o sujeito, sobretudo porque carregam traços ritualísticos, consagrando-se como artefatos culturais e documentos históricos, na medida em que deixam rastros da vida social de determinadas épocas e abrem espaço para investigações e problematizações atuais de situações pretéritas²⁶. Em diários pessoais e livros de lembranças, o passado parece viver o presente materializado em folhas de papel, que estão ali para serem investigadas. Dessa forma, retirá-los “da gaveta” para serem valorizados como fontes de

²⁴ BURKE, P. *A escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 2011, p.14.

²⁵ GINZBURG. Op., cit., p. 20.

²⁶ CUNHA, M. T. S. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do divino (décadas de 60 a 70 do século XX). In. *História: Questões e debates*. Curitiba: Editora UFPR, n. 59, p.115-142, jul./dez, 2013.

pesquisa, mostra o quanto conseguem abrigar temas que muitas vezes nenhum outro documento traz. Em relação a isso, reitera a autora:

Considerando seu caráter de objetos frágeis e, muitas vezes, portadores pessoais de segredos pessoais, estes materiais ficaram esquecidos e, não raro, guardados silenciosamente ou escondidos em baús e caixas que, em geral, não estão preservados em arquivos públicos. Quando visibilizados, despertam o interesse do historiador e podem se fazer ouvir historicizados em uma relação entre a experiência vivida e as representações²⁷.

São narrativas que permitem ocultar e revelar a intimidade dos pensamentos ou das ações, mas que oferecem a oportunidade de conhecermos pessoas em situações efetivas em setores diversificados da vida (público ou privado), trazendo pensamentos e apreensões do tempo vivido a partir do seu cotidiano. Tais fontes transgrediram as fronteiras disciplinares e registraram formas individuais de ver o mundo. Traduzido pela escrita intimista, torna-se bastante significativo para perceber e representar aspectos da vida social, emergentes das trajetórias de vida de pessoas cuja memória parece perpetuada na palavra escrita.

Na perspectiva da História Cultural, esses registros constituem-se como gêneros literários que, apesar de sua diversidade, revelam aspectos do cotidiano de quem os escreve e que, “vistos de perto”, podem ampliar a percepção de muitos outros cotidianos, a partir do momento que promovem a proximidade entre a História, o discurso e os modos de compreensão do real. Michel de Certeau, ao buscar estreitar esses campos, indica as tensões historiográficas referentes à compreensão dos procedimentos científicos de análise no trato com o *real*. Na medida em que o conhecido, ou seja, aquilo que o historiador ressuscita do passado, aparece como resultado na análise desse passado e que suas formas de compreensão se apresentam como postulado e prática do sentido no presente, História e discurso, por conseguinte, acabam sendo colocados em campos opostos, não se constituindo como formas de interpretação. Mas, tendo em vista que suas análises podem ser percebidas como escolhas do historiador, História e discurso articulam-se e,

[...] essas duas formas da realidade não podem ser nem eliminadas nem reduzidas uma à outra, [...] Se dá prioridade a um resultado “objetivo”, se visa colocar no seu discurso a realidade de uma sociedade passada e a reviver um desaparecido, ele reconhece, entretanto, nessa reconstituição, a ordem e o efeito de seu próprio trabalho”²⁸.

²⁷ Idem. *Ibidem.*, p. 116.

²⁸ CERTEAU, M. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 26-27.

Portanto, são maneiras de mostrar os acontecimentos, comportamentos e práticas que não se pretendem esquecidas, ao mesmo tempo em que cria a possibilidade de estabelecer uma relação privilegiada com o passado, fazendo reviver o vivido e oferecendo a possibilidade de restaurar um esquecimento. Mas isso não é tudo, diz Paul Ricœur: “Resta o fato de que o passado reconhecido tende a se fazer valer como passado percebido. Daí o estranho destino do reconhecimento, de poder ser tratado no quadro da fenomenologia da matéria e no da percepção”²⁹.

Como isso ocorre no livro de memórias e no diário pessoal autobiográfico de Maria do Carmo? Neles se revelam situações específicas vivenciadas pela personagem, desde a saída da Estância de Serro Lencho até a chegada em Cuiabá e o retorno ao Rio de Janeiro, onde veio a falecer. São páginas em que descreve seus sentimentos, as viagens, o contato com o Mato Grosso e com as comunidades indígenas, a vida com o marido, sua percepção de mundo, e tantas outras situações que tornam seus textos objetos de pesquisa de amplas possibilidades nas mais variadas esferas de análises constantes. São cartas, relatos e lembranças que, levando-se em conta o caráter subjetivo, apresentam a escritora em seu aspecto mais íntimo em termos de sentimento, vivências e práticas culturais – testemunhos de um passado guardado em folhas de papel e tinta. Na diversidade de informações e contextos narrados por Maria do Carmo, a adoção e a morte de *Piududo*, a criança índia Bororo, são sem dúvida as que mais sobressaem em seu diário autobiográfico.

A adoção de crianças índias não era incomum no Brasil do século XIX. Em muitos momentos envolvia casos de retiradas arbitrárias e violentas de crianças e jovens indígenas de suas famílias por decisão de agentes e instituições que compunham a base político-administrativa e produtiva de muitas regiões do Mato Grosso. Essas ações eram apoiadas pela administração provincial que buscava a modernização territorial, a segurança das elites produtivas, a delimitação e ocupação das fronteiras e a manutenção dos espaços conquistados. Sendo assim, o sequestro de crianças indígenas para que fossem utilizadas como barganha, intérpretes ou escravas, impulsionava a adoção, fazendo com que essas crianças e jovens fossem afastadas do convívio junto da comunidade e do grupo a que pertenciam, ora para servirem como instrumento de acordos e trocas, ora como instrumento de observação e pesquisa com base na ideia equivocada de que indígenas, afastados de seus grupos e “domesticados”,

²⁹ RICŒUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012a, p.56-57.

poderiam deixar de ser indígenas “selvagens” para se tornarem indivíduos “civilizados” e assim servirem aos interesses metropolitanos.

No entanto, a adoção de *Piududo* por Maria do Carmo envolveu circunstâncias bastante particulares³⁰ e foi descrita por ela em seu diário autobiográfico de forma tão emotiva que consegue confundir o leitor pela trama afetiva criada pela autora. Com idade avançada e sem filhos, adotar a criança índia, em princípio, pode ou não ter sido uma escolha de Maria do Carmo, mas devido à sua condição e posição social na província de Mato Grosso e às necessidades de organização territorial, decorrente das disputas pelas terras da região entre os grupos indígenas e os colonos, pode também ter sido mais uma das muitas estratégias de domínio e de controle das comunidades indígenas locais.

É, portanto, a partir desse momento que se busca compreender não só o sentido que Maria do Carmo oferece à História e suas memórias, mas também as manifestações e percepções coletivas que permearam sua existência, fazendo da visão colonizadora, na qual ela estava inserida, o ponto de partida para a análise. Dessa forma, aquilo que Maria do Carmo descreve como *verdade* poderá ser lapidado conforme a leitura que fazemos das memórias produzidas por ela, permitindo-nos traçar interpretações plurais em relação aos discursos construídos e narrados em seu diário pessoal ou livro de memórias. E a partir das experiências de vida, dos modelos e classificações que ela revela, deslocamo-nos em relação ao que é apresentado como *verdade* e, por meio da trágica e violenta história que escreve do filho, entendemos aquilo que brutalmente não nos aparece como *verdade*.

No convívio com o menino índio, Maria do Carmo atualiza sua história de forma persistente e sagrada. Um passado que intimamente está morto junto com ele, mas que na ânsia de garantir e perpetuar sua existência, foi registrado em seus escritos com cores, sentimentos, paisagens e gestos que nos dão a imagem de uma criança índia especial. O filho indígena, por sua vez, revelava habilidades inesperadas por Maria do Carmo e com o incentivo dela e do marido, passou a produzir desenhos e pinturas originais, contrariando todos os preceitos e modelizações “civilizatórias” assimilados pelo casal, que compreendia os indígenas como portadores naturais de “indianidade”, indolência e incivilidade. E foi nessa relação, permeada por descobertas, que Maria do Carmo escreveu com olhar complacente em relação ao filho e seus costumes, mesmo que seu olhar estivesse ainda atado às amarras do colonizador

³⁰ OLIVEIRA, J. P. de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. *Tempo*, v.12, n.23, p.73-99, 2007, p.77. Conforme Oliveira, além de sua alta posição social, D. Maria do Carmo e seu marido relacionaram-se com o menino Bororo como se fosse um filho legítimo.

Zoladz³¹, ao examinar as pinturas que *Piududo* produziu, constata a originalidade das aquarelas e dos desenhos feitos pelo menino realçando a aptidão artística que tanto surpreendeu D. Maria do Carmo. Entendido por ela como um talento misterioso do menino indígena, seus desenhos transformaram-se na possibilidade de romper com as concepções científicas difundidas na Europa do século XIX, cuja ideia de raça apresentava a clara inadequação de indígenas à civilização, devido ao “natural” atraso cognitivo ou à moral duvidosa presentes em sua constituição biológica. Maria do Carmo conhecia bem esses discursos científicos. Ela circulava entre estudiosos da biologia, da antropologia e da literatura. Tinha como amigo próximo Karl von Den Steinen, médico, etnólogo e antropólogo alemão e o Dr. Ladisláo Netto, biólogo e diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Ou seja, ela era conhecedora do determinismo evolucionista brasileiro da segunda metade do século XIX, que afirmava ser a inadequação e impossibilidade de adaptação de indígenas ao convívio com os não indígenas, fruto de fatores biológicos e climáticos³².

Este é mais um dos temas intrigantes dos escritos de D. Maria do Carmo. Neles, a vida é repleta de sentidos e trocas, um mundo sensível permeado pela descrição das paisagens naturais e de sentimentos intensos de compreensão e entendimento de si e do outro. Percebe-se a coerência com a visão de Bakhtin: “Nesse encontro dialógico de duas culturas elas não se fundem nem se confundem; cada uma mantém a sua unidade e a sua integridade aberta, mas elas se enriquecem mutuamente”³³. Da mesma maneira tornam-se ponto central para a compreensão de aspectos importantes da vida cotidiana, das questões raciais, da cultura e dos conflitos que envolviam o universo feminino no século XIX.

Tendo como interlocutor o Visconde de Taunay, com quem estabeleceu grande afinidade, sua vida se dá a conhecer, ora por relatos reflexivos e introspectivos, ora por pequenas narrativas cujos centros discursivos são as viagens pelo Mato Grosso, a adoção, a convivência com o menino índio, as expedições e pessoas com quem se relacionou, mas também, pelas cartas trocadas com o Visconde. O diário autobiográfico mostra a relação construída com o filho adotivo e sua escrita parece querer sanar a dor da perda, a necessidade de perdão e a vontade de perpetuar a existência dela e do filho. Tudo isso sem a consciência da autora de que esta relação levou à transfiguração do menino índio: ele passou a incorporar uma nova identidade produzida pela participação e interação com a família que o acolheu. Mesmo que a “experiência materna” – se é que era essa a intensão – tenha sido interrompida, *Piududo*

³¹ ZOLADZ, R. W. V.. *O impressionismo de Guido: um menino índio Bororo*. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1990.

³² SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³³ BAKHTIN. Op., cit., 2011, p.366.

morreu com cerca de 9 anos, no Rio de Janeiro, acometido por fortes gripes e febres. Assim, ainda que breves, os momentos vividos com a criança são significativos para o entendimento de mundo projetado pela memorialista para o filho adotivo.

Outros momentos bem descritos nos relatos de Maria do Carmo, são aqueles que narram suas viagens e suas experiências pelo interior do Mato Grosso. São escritos que enriquecem os estudos que se ocupam da escrita feminina em relação aos seus deslocamentos, já que, por muito tempo, no campo das viagens e da escrita, o quanto não foram esquecidas, discriminadas, desqualificadas e subjugadas as mulheres que se aventuravam em cenários inóspitos e nas palavras? Ida Reyer Pfeiffer (1795-1858), por exemplo, foi uma viajante profissional que registrou suas incursões com estilo simples. Apresentou relatórios de viagens às sociedades científicas, tornou-se membro honorário das Sociedades de Geografia de Berlim e de Zoologia, de Berlim e Amsterdam. Cumpriu seu papel social ao ser mãe e esposa, pré-requisitos fundamentais para as mulheres da época. Partiu sozinha, pela primeira vez em meados de 1840, para uma viagem ao redor do mundo e, em 1848, tendo 51 anos esteve no Brasil, mas nada disso retirou dela o estigma da masculinidade ou mesmo a rejeição a sua postura livre e espírito desbravador.

É engraçado pensar em todos os que imaginam que devo ser muito masculina. Como me julgam mal! Você que me conhece, sabe que os que esperam me ver com seis pés de altura, maneiras grosseiras e pistola à cinta descobrirão em mim uma mulher tão tranquila e tão discreta quanto a maior parte das que jamais puseram o pé fora da sua aldeia!³⁴.

Ao mesmo tempo e de forma ambígua e paradoxal, mesmo que ela tenha como propósito atitude responsiva ao que se esperava das mulheres do século XIX, em seu desabafo, a autora não consegue resolver aspectos interiorizados em relação às diferenças de inteligência e educação entre homens e mulheres, tanto é que busca em sua fala justificar-se ao mostrar o quanto ela é discreta e tranquila mesmo que intrépida e livre. Nos relatos de Maria do Carmo encontramos situações bem similares à vivida por Ida Pfeiffer (2012) sugerindo que essa ambiguidade atravessava a vida dessas mulheres que se permitiam registrar em relatos pessoais.

Complexa no convívio com as regras de conduta e decoro impostas pela sociedade, Maria do Carmo oscilava entre a vontade de romper com as obrigações impostas pela família nuclear aristocrática, cujas normas eram o casamento, a maternidade e a abnegação e partia em busca de outras experiências pela região.

³⁴ PFEIFFER, I. *Voyage d'une femme autour du monde*. In: *Livros de Viagens*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012, p.44.

Uma verdadeira caçada de tigres!
 Tomei-me de tal emoção que não pude conter-me e disse àqueles homens que esperassem por mim.
 O comandante vendo a minha disposição entendeu que não devia mostrar-se menos valente e desarmado ofereceu-me a mão para descermos á chalana. Outros companheiros nos imitaram.
 Ao grito de uma afilhadinha que levava comigo cai, porém, em mim e lembrei-me que o meu lugar não era n'aquele chalana a correr os azares de semelhante caçada³⁵.

Na tentativa de compreender as comunidades interioranas da região Maria do Carmo buscava o contato com as mulheres indígenas que viviam nas fronteiras do Mato Grosso. Porém, esse contato funcionava mais como um mecanismo de diferenciação entre os grupos de mulheres da região, na medida em que acentuava as dissemelhanças na tentativa de garantir a superioridade dela em relação às mulheres interioranas e fixava a imagem da ingenuidade e da ignorância das mulheres indígenas.

Entre aquelas mulheres havia uma índia muito moça, que carregava ao braço um filho de 4 meses e trazia no ombro esquerdo um quati por ela domesticado. Era batizada e chamava-se Maria. Como as outras acompanhou-me sempre, e notei que muitas vezes me olhava com melancólica simpatia. [...] coitada que impressão ter-lhe-ia causado minha presença na sua boa alma?! [...] lembrar-se á de mim, ela que *jámais tinha visto uma mulher de presidente*³⁶.

Ao mesmo tempo, a condição de Maria do Carmo exigia que ela frequentasse os momentos de socialização como eventos, festas regionais, bailes de casamento ou alvoradas de música militares nos quais Maria do Carmo encontrava as pessoas da elite de Cuiabá e para isso percorria-se grandes distâncias “[...]para se ir a um *baile*, nome dado a qualquer reunião dançante, por mais simples que seja”.³⁷ Essa conjuminância de relações e convivência fez com que Maria do Carmo construísse outras formas de representação do feminino e nem todas apontavam para a equidade.

Isso corrobora a perspectiva de Paul Smith, quando propõe que as mulheres não constituem unidade, mas diversificadas formas de sujeitos que, mesmo tardiamente, buscam articulação no sentido de produzirem uma oposição coordenada às opressões materiais concretas. Mas que, no século XIX, mantinham posturas que validavam, classificavam e dividiam as mulheres conforme os níveis econômicos, sociais, étnicos, culturais e o estado civil.

³⁵ REGO. Op., cit., 1897, p.39.

³⁶ Idem. Ibidem, p. 49, grifo meu.

³⁷ Idem. Ibidem, p.32.

Decerto as mulheres que viajaram por imposição nem sempre aceitaram passivamente as condições que lhes eram impostas durante a viagem ou quando desembarcavam em terras desconhecidas. As negras, na condição de escravas, e as órfãs, como esposas, foram trazidas ao Brasil do século XVI ao XIX exemplificando essa tendência. Cada uma delas, em seu próprio contexto, contribuíram de várias formas para a consolidação do papel e da história das mulheres do “Novo Mundo”.

Trazer para o Brasil mulheres europeias, compelidas a se casarem com os colonos, bem como as mulheres escravizadas, presas ao processo produtivo, contribuiu em igual proporção para a construção da sociedade colonial brasileira. De forma semelhante, a escassa presença, tantas vezes reafirmada pela historiografia, de mulheres brancas nos primeiros tempos da colonização, levou a arranjos de colonos com negras e índias, distantes do casamento sacramentado. O mais comum era que, ao desembarcarem no “Novo Mundo”, passassem a seguir as regras e os modelos sociais impostos pela metrópole, sobretudo porque havia grande interesse das instituições metropolitanas em moralizar as relações conjugais ou de amancebamento que, da forma como estavam se constituindo, contrariavam o projeto normatizador imposto pela Igreja Católica e regulador, determinado pelo Estado³⁸.

Sim, as migrantes têm uma história. Desde sempre elas têm migrado, frequentemente na companhia de familiares, amigos e conhecidos em busca de melhores condições de vida e trabalho, mas migram também sozinhas, não só a procura de emprego, mas de independência, de casamento, ou até para fugir de discriminações e violência³⁹.

Conforme Mary Karasch (1987), durante a escravidão, as inúmeras mulheres africanas que desembarcaram nos portos brasileiros, utilizaram de várias estratégias para fugir da opressão do trabalho, dos mandos dos senhores e das agressões constantes a seus corpos ou identidades. As resistências, que tiveram início na viagem dos navios tumbeiros, assumiram diferentes formas e ações em defesa da sobrevivência, seja por meio de infanticídios, fugas ou assassinatos. Esse olhar desmistifica a visão de Gilberto Freyre⁴⁰ em relação ao papel das mulheres escravas no Brasil, cuja absorção passiva dos mandos e desmandos as limitavam à aceitação da condição de nutriz, parideira, provedora de satisfação fácil, doceira de tabuleiros

³⁸ ALGRANTI, L. M. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993, p. 53.

³⁹ BASSANEZI, M. S. Mulheres que vêm e que vão. In. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p.169.

⁴⁰ FREYRE, G. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

e tantos outros atributos que retiravam a possibilidade de serem reconhecidas como agentes da sua própria história. Robert W. Slenes⁴¹, baseado em depoimentos de viajantes do século XIX, afirma que em algumas fazendas haviam casais que habitavam barracões ou cubículos separados dos espaços destinados aos solteiros e, neles, as mulheres administravam a vida da família, direcionando, mesmo que em parte, suas trajetórias.

Se o objetivo da vinda dessas mulheres passa pelo campo da formação do núcleo familiar brasileiro, no interior das conformações sociais das elites, tem-se que o casamento no século XIX funcionava como ação disciplinadora. As relações matrimoniais inseriam as mulheres em uma perspectiva de vida cuja relação com o feminino permeava o campo das características biológicas, classificando e determinando o lugar e o papel que homens e mulheres deveriam assumir na sociedade. Diante dos atributos conformados pela identificação biológica, coube às mulheres cuidarem dos filhos e da casa em âmbito privado e, aos homens, a vida pública enobrecida pelo trabalho⁴². Pretendia-se uma modelização do núcleo familiar com sujeitos alocados em lugares adquiridos e reconhecidos, assumindo formas de se comportar, vestir, falar, agir ou reagir mediante a aplicação de mecanismos sociais impositivos⁴³.

Esperava-se das esposas fragilidade, delicadeza, bondade, maternidade, submissão e subserviência. Não ter filhos rompia com um dos princípios básicos dessa construção modelar de família, impondo às mulheres em situação de esterilidade, uma refiguração do seu lugar social. Assunto evitado no cotidiano familiar, a esterilidade passava pelo campo do sagrado e do merecimento e não eram muitas as mulheres que buscavam ajuda na medicina, afinal, falar do desejo de ser mãe implicava proporcionar ao ouvinte fantasias sobre a intimidade do casal. A construção de discursos sobre a sexualidade aparece em momentos sócio-históricos específicos e funciona como instrumento normatizador das práticas sexuais, seguindo padrões determinados pela época, uma vez que o controle da vida social e política só poderia ser alcançado pelo controle do corpo e da sexualidade⁴⁴.

⁴¹ SLENES R. W. *Na senzala uma flor*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011. Para Slenes, provavelmente, algumas das vantagens do casamento para os escravos – e não a menos importante – teriam sido as de ordem emocional e psicológica: o consolo de uma mão amiga, por exemplo, no enfrentamento de privações e punições.

⁴² ENGEL, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p.352. Para Magali Engel uma das imagens mais fortemente apropriadas, redefinidas e disseminadas no século XIX ocidental é aquela que estabelece uma associação profundamente íntima entre as mulheres e a natureza, opondo-a ao homem, identificado com a cultura.

⁴³ FOUCAULT, M. *Estética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

⁴⁴ FOUCAULT, M. *A história da sexualidade: vontade de saber*. v.1. São Paulo: Graal, 1995.

[...] a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas; perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la⁴⁵.

Nem todas as famílias optavam pela adoção, pois, lidar com a situação da infertilidade implicava assumir uma realidade que transgredia o modelo social imposto ao indivíduo em relação à necessidade de perpetuação da família. No século XIX, o contexto cultural convertia a maternidade em uma das poucas possibilidades femininas de reconhecimento social. Na impossibilidade de gerar filhos, a adoção, em contrapartida, implicava revelar oficialmente um desvio natural e desvelava mais uma fraqueza feminina. Trata-se do fracasso de uma posição subjetiva que não produz discurso, da qual é esperado que corresponda ao designado no discurso do outro⁴⁶.

Porém, ao que tudo indica, para Maria do Carmo essa conformação em nada interferiu na escolha pela adoção. Ao contrário, o ato pareceu se dar como forma de cumprir um papel social maior do que o de ser mãe, na medida em que a opção foi adotar uma criança indígena, mas também é amenizador dessa condição, pois não o adotou como tutora ou madrinha, e sim como mãe.

Se o discurso social, no século XIX, suprimia das mulheres o direito de serem reconhecidas como indivíduos dotados de autonomia, liberdade e igualdade, o fato de não gerar filhos piorava a situação e fazia com que as mulheres deixassem de cumprir seu papel social como progenitoras para serem enquadradas como madrinhas, tutoras ou curadoras, independente dos sentimentos que viessem a nutrir pela criança. Não ter filhos, nesse sentido, implicava a desqualificação da identidade e do papel social a elas designado.

Apesar disso, Maria do Carmo, não tendo gerado filhos biológicos, fez da adoção uma forma de cumprir com tal dever, transformando a criação do menino índio em reflexo daquilo que se esperava dela, se o tivesse tido biologicamente. A educação da criança envolveu tudo que se pretendia de uma educação aristocrática, já que ela ensinou-lhe os “bons modos”, a orar, a ler, escrever e pintar. Enfim, pode-se mensurar que a autora consubstanciou atributos que, aos olhos da sociedade brasileira do século XIX, poderiam tê-la desqualificado em muitos sentidos, mas que foram transformados por sua posição social, seus contatos e amizades, sua

⁴⁵ Idem. *Ibidem.*, p. 137.

⁴⁶ KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1998, p.82-83.

religiosidade, enfim, pelos fatores que lhe permitiram assumir-se como mãe, independente do que a sociedade classificava como filho.

Ao transformar em textos as relações estabelecidas entre o cotidiano da esfera doméstica e os movimentos da sociedade, seus afazeres, responsabilidades e conflitos, mesmo que de forma metafórica, Maria do Carmo supera o discurso consentido da dominação e revela campos indistintos de interpretação e concepções sobre a sociedade e seus movimentos. Teresa Malatian⁴⁷, referindo-se aos escritos autobiográficos, afirma que são mecanismos que ensejam possibilidades de envolvimento do historiador com os sujeitos estudados na medida em que, mesmo sendo resultados de atividades solitárias de introspecção, conseguem monopolizar a “escrita de si” ao mesmo tempo em que assumem posição reflexiva em relação aos deslocamentos da história vivida.

Se, de algum modo as narrativas do eu nos constituem nos efêmeros sujeitos que somos, isto se faz ainda mais perceptível em relação com a memória em seu intuito de elaboração de experiências passadas, e mais especialmente de experiências traumáticas. Ali, com a dificuldade de trazer à linguagem vivências dolorosas que estão as vezes semiocultas na rotina dos dias, o desafio que se supõe a voltar a dizer, onde a linguagem, com sua capacidade performativa, faz voltar a viver, joga-se não somente a colocar em forma – e em sentido – da história pessoal, mas também sua dimensão terapêutica - a necessidade de, a narração como trabalho de duelo – e fundamentalmente ética, por quanto restaura o circuito da comunicação - em presença da ausência que supõe a escritura - e permite escutar, quase corporalmente, com toda a sua carga significativa em termos de responsabilidade pelo outro [...]⁴⁸.

São realidades que se põem à vista em muitos registros, trazendo o cotidiano, as alegrias, os infortúnios, os pensamentos e as apreensões vivenciadas por muitas mulheres que se aventuraram na escrita, sobretudo em diários pessoais ou livros de memórias, produzindo relatos íntimos em vários contextos. Dentro deste panorama, Maria do Carmo possui uma história específica e singular e, ao escrevê-la, retratou um cotidiano permeado por conflitos que envolveram não só a dor pela perda do filho indígena, mas o relato dos vários movimentos que a levaram a perder o filho. Ao considerar isso, nota-se que em seus relatos a adoção e a maternidade estão relacionadas a aspectos mais amplos, permeados pelas questões

⁴⁷ MALATIAN, T. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C.; LUCA, T. R. (Orgs). *O historiador e suas fontes*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. p.201.

⁴⁸ ARFUCH, L. Memoria y autobiografía: exploraciones en los limites. In: *El espacio biográfico: dilemas de la subjetividade contemporânea*. Buenos Aires: FCE, 2002. p.76 – Decerto que, neste livro, Arfuch trabalha com narrativas, autobiografias e memórias traumáticas, em sua maioria produzidas por mulheres com experiências impactantes ligadas às questões políticas do contexto da ditadura militar Argentina. Porém, não deslegitima a realidade traumática vivida pela personagem desta tese. A morte do filho índio foi de tal maneira traumática que levou a autora a reavaliar conceitos e pensamentos pré-estabelecidos, em consonância com a dor da perda.

etnocêntricas, pelo controle, pela visão da ciência moderna, pelo papel da mulher, pela educação, pela territorialidade, pela ocupação e modernização do Mato Grosso. Tudo isso envolto em uma trama sentimental que chega até nós pelo diário e pelo livro de memórias dessa mulher que registrou formas pessoais e individuais de ver o mundo traduzido pela escrita feminina para, assim, perpetuar sua existência na palavra escrita.

Assim, esta tese está dividida em 4 capítulos e cada um remete a um aspecto particular da vida de Maria do Carmo de Mello Rego:

O Capítulo 1 – **Uma mulher em particular: Maria do Carmo de Mello Rego**, apresenta Maria do Carmo, inserindo-a nas discussões concernentes aos papéis das mulheres, do feminino e da maternidade no século XIX, mostrando os conflitos que a constituíram como mulher aristocrática em meio a um mundo novo. Traz a adoção de *Piududo*, um menino indígena Bororo e todas as intencionalidades e implicações dos violentos processos de aculturação justificados pelos discursos civilizatórios e científicos modernos. Além disso, traz a refiguração pelo batismo como metáfora para a justificar dominação, o controle e domesticação dos grupos indígenas do Mato Grosso.

No Capítulo 2 – **Ao sabor dos ventos: uma mulher viajante do século XIX**, ampliamos o contexto das viagens ao campo das Mulheres, mostrando que viajar, ao longo do tempo, não era privilégio masculino. Ao mesmo tempo, trazemos as perspectivas oferecidas à historiografia com estudos referentes às temáticas das viagens e seus registros. O capítulo traz também a presença das mulheres nas embarcações, em muitos contextos de deslocamentos marítimos e fluviais, demonstrando que de várias formas elas pertenciam ao mundo das viagens e das navegações. Amplia-se ainda o contexto das viagens para o campo das pesquisas científicas, antropológicas e do turismo para apontar a presença das mulheres nesses contextos e também a presença das mulheres que, mesmo de forma lenta e gradual, passaram a figurar nas embarcações e a registrar suas viagens uma conquista pouco anunciada advinda com a consolidação do capitalismo e a ascensão da emergente burguesia. Por fim, insere a história de Maria do Carmo de Mello Rego no contexto das viagens, mostrando sua chegada no Brasil, seu trajeto até Cuiabá, suas viagens pelo interior do Mato Grosso e todo o envolvimento que ela teve com o território, além de suas peculiaridades e os conflitos pessoais que envolveram sua permanência na região.

Capítulo 3 – **Sem pseudônimo: memória e diário pessoal**, para esse capítulo a proposta é apresentar os escritos femininos produzido por mulheres viajantes do século XIX como elementos significativos para a compreensão da literatura enquanto espaço de conflitos e tensões literárias. Ao mesmo tempo, pretendemos mostrar o quanto esses escritos são

significativos para a compreensão da história, trazendo para o centro do debate o diário pessoal e o livro de memórias de Maria do Carmo de Mello Rego. Nesse capítulo as discussões apontam para o papel e a função dos diários pessoais e os livros de memórias como instrumentos que permitem registrar (ou ocultar) a própria vida. Além disso, busca-se a influência do movimento literário Romantismo nas produções memorialísticas, autoreflexivas, confessionais como escritas de si, mostrando o quanto os escritos de Maria do Carmo inserem-se nesse contexto, bem como nas redes e nas interações pessoais que permitiram a ela escrever e publicar seus escritos.

Capítulo 4 –***Piududo (beija-flor), o bororo. Guido, o menino.*** Por fim, no capítulo 4 contamos a história de *Piududo*, o menino indígena Bororo que foi adotado por Maria do Carmo. Esse capítulo aponta para todos os violentos esforços que buscavam adequar *Piududo* aos modelos eurocentrados vividos pela família aristocrática de Maria do Carmo. Apresenta a vida de *Piududo* desde o momento em que ele foi retirado da comunidade Bororo em que vivia até o momento de sua morte quando ele muda para o Rio de Janeiro para estudar e assimilar todos os processos civilizatórios que permitiriam a ele ser inserido no mundo não indígena.

Capítulo 1: UMA MULHER EM PARTICULAR: MARIA DO CARMO DE MELLO REGO

[...] se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome⁴⁹.

Falar das mulheres e de seus papéis no século XIX é mais do que propor um olhar empático em relação às naturalizações caricaturadas e conformadas, fabricadas e incorporadas do feminino no período. É, antes de tudo, resistir ao padrão patriarcal de dominação que legitimou, ao longo de séculos, situações variadas e similares de opressão, que consolidaram um “[...] fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída, nas diferentes sociedades, no decorrer do tempo”⁵⁰. É mostrar que apesar de silenciadas elas conseguiram se estabelecer em campos que, majoritariamente, pertenciam aos homens, devassando-os e trazendo para o centro das conversas mulheres que assumiram formas diferentes de viver e de conviver com o mundo masculino, fazendo de suas vidas um enredo cujas protagonistas eram elas mesmas. Com isso, tem-se a existência de fontes que apontam para a ação efetiva e participativa de mulheres em situações diferentes das esperadas pela sociedade patriarcal brasileira no século XIX (seja no mar, nas fazendas ou atuando em estudos científicos). Assim foi com Maria do Carmo de Mello Rego, mulher viajante e escritora do século XIX.

Pouco se sabe sobre a história da vida de Maria do Carmo antes da sua mudança para o Brasil. Ao que tudo indica, ela nasceu em 1840 na Estância de Lencho, no Uruguai. Viúva do Tenente Manuel Amaro Barbosa de Alencastro, Maria do Carmo, aos 24 anos, casou-se com o general Francisco Raphael de Mello Rego, em 18 de outubro de 1860, no Jaguarão, Rio Grande do Sul. Após o casamento, viveu no Rio de Janeiro com Francisco Raphael até o momento em que ele foi nomeado presidente da província do Mato Grosso, em 16 de novembro de 1887. Depois disso, o casal mudou-se para Cuiabá e José Raphael exerceu o cargo de presidência da província até 6 de fevereiro de 1889. Ao final do mandato, a família retornou para o Rio de Janeiro e levou consigo o filho adotivo, uma criança indígena da comunidade Bororo chamado

⁴⁹ GINZBURG, C. *Micro-História e outros ensaios*. Portugal, Lisboa: Difel. 1989, p.174.

⁵⁰ TELLES, M. A. de A. *Breve História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.9.

Piududo. Na capital, a criança foi batizada com o nome cristão de Guido. Maria do Carmo faleceu no Rio de Janeiro e não sabemos, ao certo, em que data⁵¹.

Cabe aqui apontar a relação entre a região do Jaguarão, no Rio Grande do sul, e a questão das fronteiras e seus papéis para a manutenção e a segurança do território brasileiro na região oriental do continente. Desde o final do século XVIII e início do XIX Jaguarão, localizado entre o Uruguai e Rio Grande do Sul, portanto na divisa entre o Uruguai e o Brasil, teve seus espaços refigurados conforme os interesses dos grupos sociais uruguaios e brasileiros. Essas refigurações tiveram o objetivo de garantir a realização dos negócios agropecuários que ocorria pela divisa, fazendo da expansão uma maneira estratégica de ocupação dos territórios. Isso fez com que Jaguarão fosse muito disputada pelas elites locais e intercontinentais ao longo do período imperial brasileiro. Delimitada pelo processo político de estabelecimento e ratificação fronteiriças e constituída como estância pelo tratado de 1850, com a Lei de Terras do Império, Jaguarão manteve-se como uma faixa de segurança e separação entre os países vizinhos. Sendo assim, Jaguarão sempre foi lugar de tropas, não só pelo conflito na Tríplice Fronteira (1864 a 1870) que permitiu a ascensão dos militares, mas também porque a fronteira precisava ser vigiada pela embaixada em função do Uruguai ter sido parte do Império do Brasil.

Decerto que as questões de fronteiras e suas delimitações surgiram, anteriormente, com o acordo de 1828, estabelecido e assinado no Rio de Janeiro em 27 de agosto pelo Imperador Pedro II e pelas Províncias Unidas do Rio da Prata. Por meio desse acordo, estabeleceu-se a independência da República Oriental do Uruguai. Porém, foi a partir de 1833, com a questão do solo livre, que o senhor Saturnino de Oliveira Coutinho, consulado da secretaria de negócios estrangeiros do Brasil, sugeriu a Aureliano Coutinho, seu irmão, que instalasse vice-consulados em toda a região para que fossem eles “sentinelas da causa imperial” e atendessem aos anseios dos cidadãos brasileiros residentes nessas regiões, que se achavam preteridos de toda espécie de proteção.

Dessa forma, o Brasil mantinha suas tropas nas regiões fronteiriças em sentido estratégico, e os oficiais que nela se estabeleciam compunham junto com os segmentos do poder econômico a “elite” local. Ao mesmo tempo, os limites de domínio não restringiam a circulação de pessoas, bens e produtos pelos espaços entre a fronteira Meridional da América do Sul e o Rio Grande do Sul.

⁵¹ Apesar das buscas em arquivos e cartórios de óbitos, não foi possível identificar a data da morte de D. Maria do Carmo.

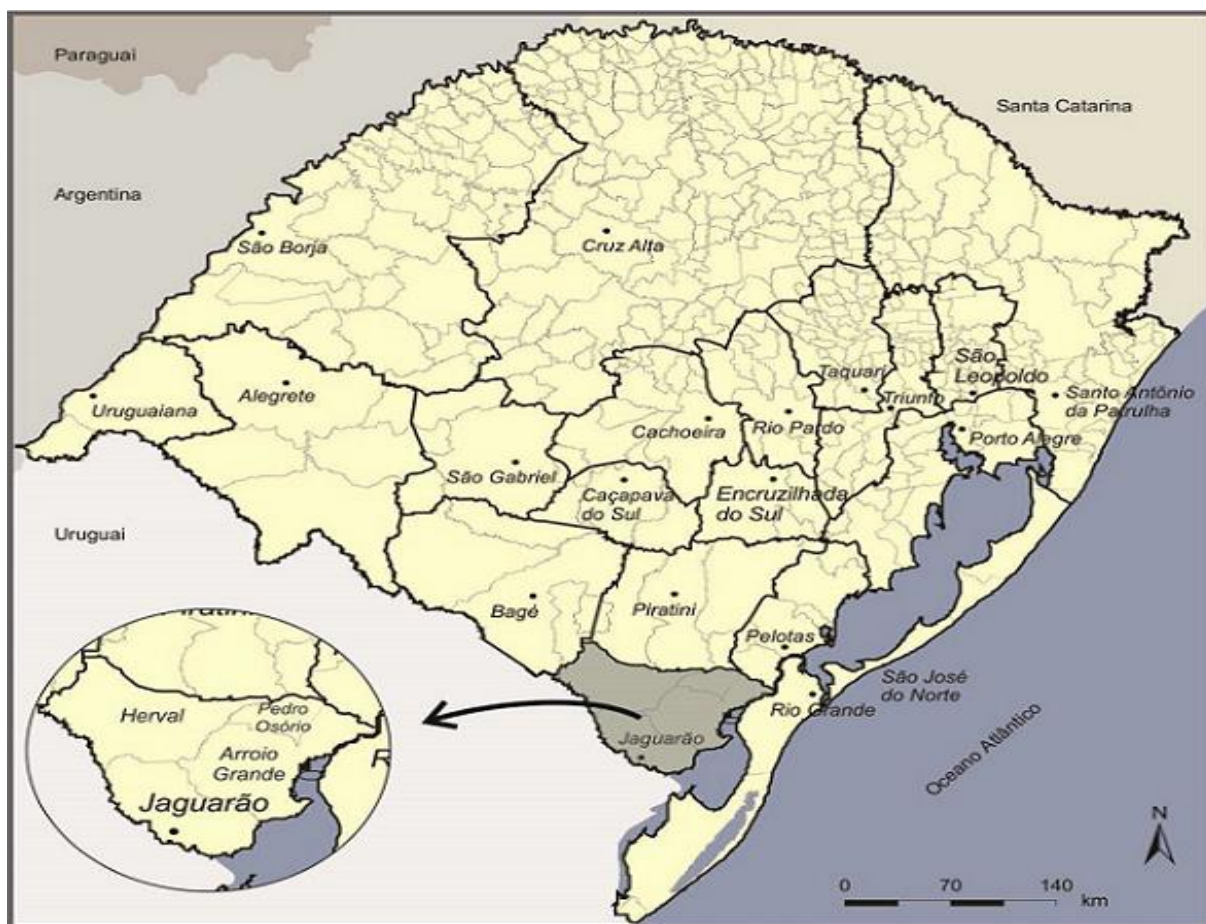


Figura 2: Mapa municipal da Província do Mato Grosso 1801-1835. Fonte: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação cidadã do Rio Grande do Sul. In: GULARTE, G. S. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

Essa configuração geográfica teve forte influência na consolidação e na manutenção das redes relacionais que se consolidavam entre os membros das elites locais (regionais e intercontinentais), os membros das elites políticas do Império brasileiro e os militares por meio de laços familiares. De modo que, as necessidades de ampliar a extensão e o domínio territorial não ficaram restritas às esferas institucionalizadas do poder, outras estratégias instrumentalizavam a proximidade entre as regiões, entre elas à manutenção e o contato com famílias das elites de outras províncias mediante casamentos e apadrinhamentos.

Nesse sentido, os casamentos entre militares brasileiros e mulheres da elite Uruguai fez parte da trama de interesses do Império brasileiro que buscava articulação entre as elites intercontinentais e o poder central, sendo assim “[...]as questões interagiam permanentemente com um cenário mais amplo, influenciando as decisões e a dinâmica política tanto na estrutura

do Estado quanto na organização local”.⁵² Estratégias que auxiliaram na manutenção da ordem e do controle de regiões vastas e complexas como às distantes do centro Imperial.

Maria do Carmo estava inserida no cotidiano militar da região e pertencia à elite uruguaia, nasceu em Serro Lencho, região vizinha de Jaguarão, seus pais viviam emigrados em Montevideo. Antes de se casar com Francisco Raphael, ela morava em uma estância próxima à fronteira e tinha amizade com pessoas influentes dos exércitos uruguaio e argentino. Essa rede de relacionamentos facilitou o contato entre ela e os membros do exército brasileiro. Tinha como amigo Don. Julian Sarachaga e D. Carmen Sarachaga cujo pai, Dr. Sarachaga, morreu sob tortura, prisioneiro de Rosas durante o conflito da Tríplice Fronteira. Após o assassinato do Dr. Sarachaga a família mudou-se para o Brasil e viveu emigrada em Jaguarão.

Argentinos de nota, quando viram o respeitável pai Dr. Sarachaga morrer após longas torturas assassinado nas prisões do tirano Rosas, emigraram para o Brasil e foram viver em Jaguarão como tantos outros: D. Salvador Carril, Jeli y Obes, Dr. Portella, D. Juan Ramires, Echenique, todos casados com senhoras da maior distinção e que tanto me acarinhavam, quando eu, brincando com as amiguinhas, estropeava a sua graciosa língua; mais um motivo para receber presentes de bonecas e brinquedos.⁵³

O casamento de Maria do Carmo com o general Francisco Raphael está imbricado com essa rede de relacionamentos que se consolidavam nas fronteiras, já que o general Francisco Raphael, pertencia à elite de fazendeiros e militares no Rio Grande do Sul. A família Mello Rego foi proprietária da Fazenda das duas Árvores (também conhecida por Rincão dos Mello) com 65.340 hectares no município de Júlio de Castilhos – RS, terras que foram doados à família pelo sistema de sesmarias pelo coroa portuguesa.

Essas redes de relações corroboram os estudos de Jonas Vargas⁵⁴ no que se refere à proximidade entre as elites políticas do Rio de Janeiro e as elites políticas do Rio Grande do Sul na construção de estratégias para a aproximação entre elas e a corte brasileira. Seus estudos mostram que as associações permeavam o campo das relações familiares o que favorecia, em muitos casos, a ocupação de cargos políticos no território. A rede de relacionamento a qual general Francisco Raphael pertencia pode ter garantido a ele o cargo de presidente da província do Mato Grosso e, por conseguinte, à Maria do Carmo o contato com grupos ligados aos vários setores da elite do Rio de Janeiro e de Cuiabá. A proximidade entre o casal Mello Rego e a

⁵² MARTINS, M. F. *A velha arte de governar: um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p.226.

⁵³ REGO. Op., cit., 1897, p. 2

⁵⁴ VARGAS, J. *Entre a paróquia e a corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: UFRGS, 2010.

família Imperial brasileira pode ser percebida em muitos momentos do diário pessoal de Maria do Carmo, mas um em particular nos chamou atenção. Refere-se ao dia do batismo de *Piududo* que “Por batizado no dia 29 de julho quis logo bem à princesa D. Izabel, que mais tarde o acolheu com inolvidável carinho”.⁵⁵

Letrada, o que era aceitável entre as mulheres da época, Maria do Carmo direcionou sua vida para o campo das Ciências, da Literatura e das Artes, transformando a região do Mato Grosso num “laboratório de percepções, pesquisas e conhecimento” constantes. Em suas viagens pela região, estabeleceu contato com as comunidades indígenas e ribeirinhas, caçou onças (as quais chama de tigres) e colecionou artefatos indígenas. Em sua trajetória, estreitou relações com pessoas influentes dos meios político, científico, literário, artístico e militar, sendo tais contatos que a permitiram vivenciar situações peculiares, dentre elas a literatura, o que é mencionado em seu diário e em seu livro de memórias. Foi a primeira mulher a figurar na Academia Mato-Grossense de Letras e, apesar de pouco conhecida na literatura brasileira, deixou uma série de livros que mostram a região do Mato Grosso⁵⁶. Seus escritos seguem uma linha autobiográfica memorialística com forte enfoque nacionalista, salientando aspectos do sertão brasileiro, suas gentes e seus costumes. As lembranças de Maria do Carmo são escritas singulares que permitem ao leitor o contato com os sentimentos íntimos da autora, entre eles, aqueles que são o tema principal de sua escrita: a adoção e a morte de uma criança índia Bororo de sete anos, tomada como filho legítimo.

Ao acompanhar, apoiar e facilitar algumas das expedições antropológicas da equipe do naturalista Karl Von Den Steineh⁵⁷ em sua incursão pelo interior do Mato Grosso, Maria do Carmo inseriu-se no campo das mulheres viajantes como antropólogas iniciantes do século XIX, que buscavam nas viagens, não só o turismo, mas formação cultural mais ampla, e não apenas como viajante, mas como desenhistas e exploradoras. Conta Maria do Carmo que em uma determinada viagem exploratória, na tentativa de escavar potes de barro de grupos

⁵⁵ REGO. Op., cit. 1895a, p.19

⁵⁶ Escreveu *Lembranças de Mato Grosso* (1897), reeditado pela Fundação Júlio Campos (1993), que narra suas impressões sobre a viagem pelo Rio da Prata até Cuiabá, além de retratar cenas do cotidiano da província no final do século XIX. Sempre atenta aos costumes e fatos indígenas, escreveu sobre a índia Rosa Bororo (1895), capturada por uma bandeira punitiva no século XIX. Também estudou os Artefatos Indígenas de Mato Grosso (1889), publicado pela Imprensa Nacional e Arquivo do Museu Nacional, trazendo grande contribuição à etnologia indígena dos Nambiquara e Paresi. Entre seus escritos encontram-se ainda Curupira: *Lenda cuiabana* (1929) e *Guido: páginas de dor* (1895), um relato sobre seu filho adotivo, um índio de Mato Grosso, que faleceu no Rio de Janeiro.

⁵⁷ O roteiro da viagem que Luís Perrot fez junto com Karl Von Den Steineh, só foi possível graças à sua amizade pessoal e comunhão intelectual que mantinha com a Sra. Maria do Carmo de Mello Rego, esposa do Presidente da Província Francisco Raphael do Mello Rego. A então primeira dama da Província, que deixou excelente produção cultural mato-grossense, comungava com Perrot uma dedicação extremada à etnologia, e resolveu propor a edição de seu trabalho relativo à expedição do cientista alemão referido ao governo de Mato Grosso.

indígenas, encontrados na barranca do *Tucum*, região distante a 103 km de Cuiabá, era ela quem dirigia os trabalhos de forma sistemática. Foram vários os potes encontrados e a dificuldade de tirá-los da terra era imensa. Escavando, ela conseguiu vários fragmentos das comunidades indígenas que ali estiveram. Porém, seu objetivo era tirar a peça de barro maior e, diante da impossibilidade de retirá-la por inteiro, entrou dentro da peça.

A boca dava-me pelos peitos; tinha de diâmetro 95 centímetros [...] Era preciso, porém, apressar a viagem. Tratei da minha exploração, acompanhada do bom lenhador, que certamente me tomou por ente bem excêntrico, tão admirado ficava com o que me via fazer. Olhavam-me aquelas mulheres com tanta curiosidade⁵⁸.

Maria do Carmo soube conduzir o episódio de forma balizadora, percebendo o desconforto de algumas pessoas em relação às suas atitudes. Ao voltar para a barraca onde estava alojada, tratou de se despedir das pessoas que a acompanharam na expedição oferecendo-lhes doce, laranjas e solidariedade. Pode-se mensurar que essa atitude teve como propósito causar uma boa impressão entre as pessoas locais, que a olhavam com grande curiosidade e espanto como ela mesma coloca.

Nota-se, então, que a história de Maria do Carmo se construiu em circunstâncias bastante particulares. Como mulher da elite e esposa do presidente da província do Mato Grosso, coube a ela servir de exemplo à comunidade mato-grossense, promovendo situações mediadoras e agregadoras em meio aos conflitos étnicos e territoriais recorrentes entre colonizadores e indígenas, situações essas que tanto desalinham as propostas modernizadoras na região do Mato Grosso no XIX. Assim, ela recebia índios em sua casa para batizar, acolhia membros do exército, mulheres da elite, afilhados, cientistas, artistas e todo os tipos de gentes que buscavam o apoio e a proteção do general Francisco Raphael, seu marido.

Entre muitas, duas situações específicas, descritas por Maria do Carmo em seu diário autobiográfico, nos ajudam a compreender a dimensão da atuação dela no sentido de mediar conflitos e promover o contato para aproximar os diferentes grupos sociais em Cuiabá. A primeira nos mostra as práticas cotidianas de aliciamento utilizada por ela e pelo marido para garantir as alianças entre as comunidades Bororo⁵⁹, em particular as Bororo Coroados de Mato Grosso. Tais comunidades eram consideradas pelos colonos como sendo as mais rebeldes e

⁵⁸ REGO. Op., cit., 1897, p. 47.

⁵⁹ O termo Bororo foi utilizado pelos primeiros exploradores do território mato-grossense e, conforme Bordignon, (1986), podia se referir à repetição da palavra Bororó nos cânticos, ou o centro da vila, ou mesmo a forma de indicar que os bandeirantes não poderiam entrar no centro da aldeia.

combativas dos grupos indígenas, e, por isso, eram oferecidos presentes e agrados aos grupos do Bororos trazidos como visitantes e ampliando as alianças por meio do batismo. Com isso, Maria do Carmo selava um pacto de “confiança”, como uma troca de espelhos, entre ela e os Bororo. Ao final dos acordos, por intermédio de intérpretes, conta Maria do Carmo que eles não só aceitaram a aproximação como buscaram ampliar as relações dizendo que “[...] uma vez de volta a aldeia, quando tivessem *quiarigôdo* (saudades) de nós, tornariam Cuiabá para jantarem conosco”.

A segunda, a adoção seguida pelo batismo que era uma questão de Estado e variava tanto na esfera política quanto na religiosa, ou seja, para alguns, batizar era uma questão de consciência, para outros, uma estratégia de dominação e conquista territorial. Dessa forma, os planos para a catequese, associados à ideia de civilização como ato humanitário, justificavam as violentas investidas contra os territórios indígenas do Mato Grosso sob o lema da “Pacificação”, e não se deram sem rupturas e conflitos cujos aldeamentos trataram logo de controlar. E foi assim, utilizando estratégias de controle e desqualificação que se reafirmavam as narrativas homogeneizantes produzidas pelos colonizadores que operavam no sentido de proliferar o olhar eurocêntrico de dominação representando os indígenas como indivíduos capazes de serem “adestrados” e adaptados aos modelos civilizatórios e produtivos. Assim aconteceu com *Piududo*.

O *encontro* entre Maria do Carmo e *Piududo* aconteceu em Cuiabá no ano de 1888. No enredo produzido por ela, tratavam-se de dois mundos diferentes que tinham como personagens principais a mulher “branca” e o menino índio “não branco”. *Piududo* torna-se, então, o tema central do diário Maria do Carmo e a insistente intensidade afetiva da relação de mãe e filho descrita por Maria do Carmo amplia-se a cada página escrita por ela. Em apenas quatro anos, tempo em que o menino esteve com a família, a afetividade e o amor pelo filho tornam-se tema recorrente do seu diário. O que nos leva à seguinte hipótese: se o discurso da maternidade era tão forte e se ter filhos legítimos era tão importante e determinante na época, por que Maria do Carmo adota a criança índia como filho legítimo de forma tão natural?

No contexto em que a história de Maria do Carmo e *Piududo* acontece, a adoção pode ter sido uma proposta muito mais política, do que afetiva, na medida em que figurava mais como uma das formas de aliança entre os colonos e os indígenas – assim como o sequestro, os acordos e os conchavos – do que um projeto idealizado de maternidade. Levando-se em consideração o período conflituoso por que passava o Mato Grosso no século XIX, cujas bases da consolidação territorial fundamentavam-se pelo discurso da modernização do território e as comunidades indígenas eram identificadas como entrave para a efetivação do projeto

modernizador, há de se esperar que Maria do Carmo, no papel de esposa do presidente da província, tenha feito da adoção uma forma de auxiliar o projeto de “Pacificação” pretendido pelo marido.

Decerto que o convívio com a criança índia adotada pode ter despertado em Maria do Carmo um sentimento maternal, como ela insiste em revelar em seu diário, a ponto dela partir para a construção de um livro que garantisse a existência da relação de afeto estabelecida entre eles. Mas, no contexto da família nuclear aristocrática, a morte de um filho não necessariamente impelia as pessoas a escrever um livro. Luiz Lima Vailati nos aponta que no século XIX, em caso de morte de criança, as manifestações de dor e o sentimento da perda ficavam circunscritos a espaços adequados e restritos ao campo privado⁶⁰. Sendo assim, pode-se mensurar que o diário autobiográfico de Maria do Carmo revela um ato de “ vaidade individual” que interioriza um discurso de verdade sobre si ao reforçar o amor pela criança e a dor por sua morte, mas que se constrói também, no intuito de perpetuar a sua existência como a mulher que assumiu a difícil tarefa de educar e civilizar uma criança índia “selvagem” como exemplo de civilidade humanitária.

1.0: No acordo, cabelos compridos

O acordo de adoção ocorreu em maio de 1888 e teve como intermediário Antônio José Duarte⁶¹ que, ao retornar de uma expedição “Pacificadora”, trouxe consigo alguns índios para serem batizados por Maria do Carmo e seu marido Francisco Raphael. E foi a *Boraiaga*, um dos indígenas trazidos por Duarte para ser batizado, que Maria do Carmo pediu que trouxesse uma criança índia órfã com a intenção de criá-la como filho legítimo. Sua única exigência: que a criança tivesse cabelos compridos.

Em Mato Grosso, um dia, sendo meu marido presidente da província, trouxe o capitão Antonio José Duarte, pacificador da tribo dos Bororos, uma turma de índios para serem batizados, e deles fomos padrinhos. Vinham dois caciques, e dei-lhes os nomes do meu marido, Francisco e Raphael. Fiz-lhes quantos agrados pude e presenteei-os largamente [...] a um desses caciques, chamado no idioma indígena Boraiaga e a quem coube o nome cristão de Raphael, pedi, já por intervenção do interprete, já auxiliada por um

⁶⁰ VAILATI, L. L. As fotografias de “anjos” no Brasil do século XIX. Anais do museus paulista, São Paulo, v.14, n.2, p. 51-71, jul./dez., 2006.

⁶¹ O Alferes Antônio José Duarte figura em muitos relatórios de Presidentes das Províncias do Mato Grosso, das Assembleias Legislativas e do Comando das Armas dessa região. Respeitado pelo Governo Imperial, foi responsável, ao longo do século XIX, por várias campanhas e incursões pelo interior do território do Mato Grosso com o projeto de organizar aldeamentos e missões indígenas.

vocabuláriozinho, [...] que me mandasse um indiozinho órfão de pais, mas com o cabelo comprido. Eu o criaria como filho. Um mês depois, no dia 12 de junho de 1888, entregava-me o capitão Duarte um indiozinho, vestidinho com uma camisinha de chita e umas calcinhas azuis. Tinha os cabelos compridos⁶².



Figura 2 – Retrato do Menino Bororo. OLIVEIRA, J. P. de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. *Tempo*, v.12, n.23, p.73-99, 2007.

Adoção e dominação, quando associadas ao batismo mediante à catequização, imprimia sobre às comunidades indígenas do Mato Grosso a violenta dinâmica arbitrária contra as culturas dos indígenas, e justificava-se pelo projeto de adequação desses grupos aos padrões europeus. Dessa forma, *Piududo*, o menino Bororo, entra para a família Mello Rego, mediante

⁶² REGO. Op., cit., 1895a, p. 10.

acordo estabelecido entre Maria do Carmo e o cacique *Boroiaga*, da tribo dos Bororo. É importante assinalar que essa forma de captura retrata a contundente imagem que seria projetada em relação à criança índia. O bom “selvagem” de cabelos compridos seria inserido no meio social de uma família privilegiada que, ao assumi-lo como filho legítimo, imprimiria sobre ele os valores aristocráticos vivenciados pela família.

Maria do Carmo, ao tratar o evento do batismo como algo “natural” e fundamental para a inserção dos indígenas no contexto dos não indígenas, demonstra o quanto era importante para a região do mato-grossense e para a administração provincial da região o controle dos grupos indígenas. Ao mesmo tempo, a prática do batismo respondeu à lógica do uso da terra e do extermínio dos grupos indígenas que, ao não se acomodarem ao projeto civilizatório, tornaram-se excedentes aos olhos dos colonos. Como consequência, a medida em que as comunidades indígenas reagiam contra a adequação dos padrões europeus, permitia-se que a violência contra eles e suas culturas levassem ao extermínio e a aculturação de muitos grupos. Ações perfeitamente justificadas pelo colono ora pela ideia estereotipada de “inépcia” a que estavam sujeitas as “raças” que se recusavam a ser “civilizadas”, ora pela postura reativa com a qual os grupos se defendiam e que eram classificadas como “selvageria”.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus.⁶³

Na perspectiva da colonialidade do poder proposta por Quijano (2000), a relação do Estado com o espólio e o extermínio dos grupos considerados pelo homem não índio como “inferiores” legitimava a hierarquização das forças promovida pelo discurso científico do *domínio natural* e esse domínio poderia acontecer não só pela força das armas, mas pela persuasão e pelo aliciamento.

No caso de Maria do Carmo, mesmo que em alguns momentos ela criticasse a forma como o domínio ocorria, ela ainda fazia parte do sistema administrativo e colaborava com ele.

⁶³ QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: *La colonialidad del saber: eurocentrismo e ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. LANDER, E. (Org.). Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, jul./2000, p.118.

No entender do grupo ao qual ela estava inserida, a adequação dos indígenas era entendida como necessária para retirar a região do latente estado de “barbárie” a que estava associada e, ao mesmo tempo, cumpria com o papel humanitário e cristão da salvação. E, se para isso, o aliciamento cumpria seu papel articulador entre as comunidades nativas e os colonos, caberia a ela e a seu grupo, a tutela deles.

Contudo, nem a catequização poderia amenizar o olhar de “inferioridade” e a classificação hierárquica a que estavam submetidos os grupos de indígenas do Mato Grosso já que, pela perspectiva evolucionista, sendo o “homem branco o racional”, cabia a ele organizar e catalogar, inclusive, no contexto da própria espécie humana, aqueles que são mais ou menos racionais e civilizados. Refêns de uma sociedade que “enxerga-os como ancestrais primitivos vivendo num passado remoto que encerra a sua própria percepção de presente”⁶⁴, os grupos de indígenas que viviam no Mato Grosso estavam reduzidos, a princípio, pela ação de duas forças: a imposição militar que os oprimia pela ação bélica e a imposição religiosa que os oprimia pela catequização. A adoção acomodava-se em ambos os casos.

Tem-se então que, no que se refere aos processos civilizatórios, se a catequese e a imposição militar tiveram papel primordial no processo de ocupação do território, a adoção – seja por meio de apadrinhamentos ou afiliação – cumpria igualmente um papel importante. Sua relevância se deu tanto no processo de “Pacificação” dos grupos indígenas, quanto no vislumbrado ideal de “modernização” da Província de Mato Grosso que, na época, dependia da integração entre as freguesias⁶⁵ de Cuiabá, as fazendas escravistas e o controle das comunidades indígenas. Dessa forma, a adoção não foi,

[...] apenas uma instituição muito conhecida da sociedade brasileira, mas também um instrumento importante para a análise sociológica. Trata-se de um conjunto de operações sociais pelas quais uma pessoa vem a ser incorporada em outro grupo social que não aquele ao qual pertence em virtude de seu nascimento. Refere-se assim aos procedimentos pelos quais uma pessoa pode ser realocada de uma posição quase natural para outra, entendendo-se por natural aqui o que resultaria do funcionamento das regras de descendência hegemônicas no contexto social considerado⁶⁶.

⁶⁴ GALETTI, L. da S. G. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens do Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: EDUFMT/Entrelinhas, 2012, p.125.

⁶⁵ O espaço urbano de Cuiabá constituía-se pelas freguesias da Sé, com prédios públicos, igrejas e logradouros, e a freguesia de São Gonçalo de Pedro II, com o Porto Geral, que permitia o acesso às demais localidades rurais. A integração e o acesso entre as comunidades rurais e o Alto e o Baixo São Lourenço, território Bororo, eram fundamentais para o desenvolvimento econômico da região.

⁶⁶ OLIVEIRA, Op., cit., p.77.

Oliveira aponta ainda que a adoção se torna uma metáfora para pensar o “encontro colonial” em suas dimensões mais individualizadas e cotidianas, pois refere-se aos procedimentos pelos quais pessoas de uma sociedade e cultura são incorporadas de modo a capitular frente às instituições e grupos de outra sociedade e cultura, produzindo hábitos considerados adequados por meio de ações corretivas para contenção das comunidades dominadas.

Por ironia, essas ações justificadas pelo discurso da inserção, ou seja, pela lógica da integração social e racial, tiveram como princípio as imposições civilizatórias aos grupos indígenas, mediante o modelo cultural ocidental, branco e cristão. E foi dessa forma, partindo da caracterização do nativo como “selvagem”, que os colonos forjaram o seu oposto, o ser civilizado, e ao se diferenciarem dos nativos, permitiam-se o domínio e a domesticação.

Por causa disso, e por causa da situação a que isso levou, agora se torna possível reinterpretar o arquivo cultural ocidental como se fosse geograficamente fraturado pela divisão imperial ativada, e proceder a um tipo diferente de leitura e interpretação⁶⁷.

À medida que os planos Imperiais de expansão territorial atingiam os territórios indígenas, intensificava-se a inserção desses grupos nos aldeamentos, estabelecendo-se, a partir de 1834, uma política indigenista oficial de fronteiras com o propósito de defender e promover o desenvolvimento econômico da província.

No que se refere à adoção, a região do Mato Grosso, no século XIX, possuía especificidades locais que permitiram formas de organização familiar alternativas em razão da distância, do isolamento e das dificuldades de abastecimento. Estas circunstâncias produziram modelos sociais diferenciados, quanto à formação das famílias e à aceitação de filhos ilegítimos. Adoções e apadrinhamentos eram, portanto, comuns.

Ao analisar os registros de batismos na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá no período entre 1853 e 1890, nota-se o significativo aumento de crianças ilegítimas na região, cujos nascimentos não estavam diretamente relacionados à promiscuidade do sistema escravocrata, situação muito apregoada por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* 1933. Tratava-se de crianças geradas por mulheres livres em decorrência da passagem de tropeiros pela região, ou seja, nasciam em grupos bastante instáveis, já que, os tropeiros passavam duas vezes por ano na região, era de se considerar que a ilegitimidade seja elevada. Devido à

⁶⁷ SAID, E. W. L. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.86.

distância das vilas, raramente os tropeiros reconheciam a paternidade ou formavam qualquer tipo de relação familiar.

Além desses fatores, há de se considerar que a região do Mato Grosso, por ser fronteira, vivia outras especificidades em relação à formação social em decorrência da itinerância que se constituía com o recrutamento da população para a defesa do território contra agentes externos. Com a Guerra na Tríplice Fronteira (1864-1870), essa situação sofreu maior adensamento em virtude do número de tropas enviadas à fronteira entre Mato Grosso e Paraguai. A ocupação militar refletiu posteriormente, por volta dos anos de 1880 a 1884, no aumento do índice de batizados de ilegítimos, mostrando que a presença e a movimentação de militares na região, contribuiu de forma significativa para a existência de filhos legitimados na região. Como estratégia política de povoamento e defesa territorial à Guerra da Tríplice Fronteira⁶⁸ os índios, que compunham as regiões fronteiriças do Mato Grosso, se tornaram barreira delimitatória, na medida em que lutavam em defesa de seus territórios.

QUADRO II		
Identidade dos batizados da Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1853-1890)		
Identificação	Nº absoluto	%
Legítimos	5.390	54,7
Naturais	4.629	43,5
Legitimados	25	0,3
Expostos	73	0,7
Índigenas	67	0,7
Não consta o registro de identidade e sim o ano de batismo	16	0,1
TOTAL	9.820	100,0
Fonte: Livros de Registro de batizado. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.		

Figura 3 – Livro de Registro de Batizado 1888-. Identidade dos batizados Paróquia do Bom Jesus de Cuiabá. *Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá* (1853-1890). Fonte: Peraro, M. A. O Princípio das fronteiras e a fronteira dos princípios: Filhos ilegítimos em Cuiabá. *Revista Brasileira de História*, vol.19, n.38. p. 55-80. São Paulo 1899,

⁶⁸ Para Lúcia Salsa Corrêa (1999) e Lylia da Silva G. Galleti (2012) essa Guerra foi um dos fatores que levou ao fim dos aldeamentos em 1873.

Com isso, nota-se que a presença de ilegítimos no interior das famílias mato-grossenses não era algo incomum e fazia parte de uma lógica específica de interesses centrados em discursos civilizatórios – entendidos como processo de mudança estrutural das pessoas em uma determinada sociedade e período histórico⁶⁹ - e foram respaldados pelas políticas indigenistas adotadas entre 1845 e 1887 pelos presidentes da província de Mato Grosso. Entre os vários propósitos dessas medidas, um dos intuitos era atender as necessidades da ocupação territorial exigidas pela Coroa, que via nos aldeamentos um projeto geoestratégico de ocupação e defesa de fronteiras. A essa perspectiva somam-se os interesses dos colonos, no sentido de frearem os ataques às fazendas e manterem a mão de obra indígena como força produtiva.

Dessa forma, o projeto de aldeamento dos grupos indígenas da região, que a princípio estava sob a administração dos grupos de missionários e, posteriormente, transferiu-se para os militares, findou nas mãos dos grandes proprietários, os quais pretendiam garantir seu domínio sobre as terras. Entre os vários grupos étnicos que conviviam no território, foram os Bororo Coroados os que mais ofereceram resistência ao contato. Este grupo habitava um vasto território do Mato Grosso, que se estendia até a Bolívia. Foi por volta da segunda metade do século XIX, que as expedições ditas de “Pacificação” se movimentaram para conter e imprimir o poder sobre os grupos de indígenas do Mato Grosso.

Entre 1880 e 1886, os ataques promovidos pelos Governos Provinciais aos Coroados tornaram-se cada vez mais efetivos e marcados pela intensa utilização de armas de fogo, além das desavenças entre grupos indígenas inimigos. Coube ao alferes Antônio José Duarte, por quem o governo imperial tinha grande estima, promover a criação e o controle dos aldeamentos indígenas pelo interior do Mato Grosso. Com atuação em grande parte entre os Bororo, Duarte promoveu recorrentes expedições chamadas *pacificadoras*, embora com caráter mais punitivo do que organizacional ou mediador.

O Senhor Alferes Duarte, inteligente, zeloso, probo, honesto e honrado, deixa com efeito o seu nome bem quisto entre os seus companheiros e uma saudade indelével gravada boa memória d'aquêle que como chefe sou o primeiro a tributar-lhe um sincero abraço como significação da viva estima, respeito e acatamento que lhe resta⁷⁰

⁶⁹ ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 2012, p. 216.

⁷⁰ DUARTE, 1887. Fé de José Antonio Duarte. Comando do 21 Batalhão de Infantaria. Nº 235:08 – AHEx-Arquivo Histórico do Exército.

Ao que se percebe, essas ações tinham como objetivo cumprir partes de planos muito maiores na ordem do desenvolvimento das Nações, elas caminhavam no sentido da construção de um projeto Político Nacional que se disseminou pelos princípios da catequese, ordem, modernização e produção e, para isso, precisavam retirar as amarras do desenvolvimento, ou seja, os indígenas.

Depois de dois meses e alguns dias no alto sertão e em desempenho da mais importante e espinhosa missão, que de certos anos e nossa época muito tem ocupado o espírito público a atenção dos governos geral e provincial para que se torna uma realidade, aqui chegou a 16 do corrente, pelas dez horas da manhã [...] o *energético e inteligente* Snr. Antônio José Duarte à frente da expedição sob seu comando e das índias emissárias enviadas desta capital ao aldeamento dos coroados, trazendo mais de 28 da mesma tribo, que, aceitando o convite das ditas emissárias para deixarem a vida selvagem, abandonaram os seus lares e aqui vieram ter [...]

Além destes vindos, consta-nos estar dispostos a abraçar a civilização, grande número dos mesmos índios, que por exiguidade de transporte fluvial até a Colônia S. Lourenço, d'onde pode viajar por terra até esta capital, lá ficaram seus aldeamentos a espera de meios para serem trazidos [...]

Facto como este é assaz importante e de alto interesse à catequese, à lavoura e a civilização, que todos os louvores e são poucos aos que levaram a pratica com o mais feliz êxito!⁷¹

Expedições que atendiam à política do Estado Imperial configuravam-se no sentido de capturar e subjugar índios para explorá-los conforme a lógica de trabalho e defesa territorial do mundo colonial e, por serem tão invasivas, deflagravam guerras constantes entre grupos indígenas e colonos, agravando os conflitos interétnicos na região. Conflitos que se tornaram formas de resistência que também tinham o propósito de assegurar a individualidade dos grupos, ou seja, garantir a diferenciação dentro de um jogo político que lhes permitissem espaços de negociação para a manutenção do grupo⁷². Talvez o protagonismo nas ações violentas, como as *correrias*, tivesse como objetivo identificar atores para a resistência, com a finalidade de preservar sua etnia. Maria Regina Almeida⁷³ interpreta como uma forma de redimensionar a consciência desses índios, principalmente dos chefes das etnias, enquanto sujeito de suas ações em defesa dos próprios interesses no contexto da conquista “civilizatória”.

⁷¹ A Tribuna de Cuiabá, 24 de junho, 1866, n 3. p. 2. Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional – NDIHR. Universidade Federal de Mato Grosso. www.ufmt.br/ndihr/revista. Acessado em: 08/10/2016..

⁷² CORRÊA FILHO, V. *Pantanaís Mato-grossenses: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v.3, Série Livros, 1946. (Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). São vários exemplos dessa prática, desde incêndios dos lugarejos que foram construídos para os grupos indígenas nas cidades e nas proximidades de seus territórios, até mortes, desmistificando a ideia de aceitação do processo de “Pacificação”.

⁷³ ALMEIDA, M. R. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

1.1: Caminhos que se cruzam

Maria do Carmo, acreditava que *Piududo* estaria apto às mudanças idealizadas por ela e que, a partir das relações estabelecidas com ela e com o meio a que estava submetido, a existência dele se definiria. Para ela, *Piududo*, a partir da experimentação com o outro, “assujeitaria-se” a medida que seu nome fosse mudado, suas roupas trocadas e seus hábitos transformados. Porém, sua imagem não poderia deixar de ser o *objeto sensorial* da sua presença e, para isso, seus cabelos compridos foram mantidos pela mãe adotiva, ora no sentido de produzir a diferença entre os grupos, ora para garantir que o assimilismo da cultura dominante fosse algo possível entre indígenas. Assimilismo e diferença⁷⁴ são princípios contidos nas experiências da alteridade, estiveram presentes nas Américas ao longo do século XVI, continuaram presentes nos séculos XVIII e XIX e, até hoje, orbitam o mundo dos colonizadores e dos colonizados. Manter os cabelos compridos de *Piududo* foi intencional e fruto da necessidade de fazer permanecer o modelo idealizado do exótico produzido pela modernidade europeia e eurocêntrica que consagrava o “primitivismo” e o intocável como estratégia de distinção social. A aparência do bom “selvagem” era como um *elogio* que buscava fazer da imagem uma expressão a favor do outro que não se posiciona com atributos europeus e finaliza com a ideia de *Piududo* como a matéria bruta que, em pleno exercício do cristianismo, poderia ser lapidada e trazida para o convívio do civilizado.

Quando embarcamos no alteroso transatlântico Congo, ele, que tinha principiado o pequeno Rio Verde a esmerilhar e examinar tudo a bordo, ele que por sua vez, era em toda a parte admirado e festejado, foi pelos amáveis e curiosos franceses apreciado com verdadeiro entusiasmo⁷⁵.

Retratada como naturalmente “selvagem” por Maria do Carmo, a criança índia precisava de alguns ajustes e medidas disciplinadoras para que sua integração ao modelo civilizatório pudesse ser alcançada de forma plena, segundo as regras impostas pela sociedade. Dessa forma, *Piududo* foi introduzido no universo das letras. Lembra Maria do Carmo que quando *Piududo* chegou à casa da família adotiva, ele não falava nenhuma palavra em português e foi ela quem o ensinou a ler e a escrever: “Comecei a ensinar-lhe as primeiras letras e quando, depois de mais aclimado, entrou para o colégio das boas e caridosas irmãs de S.

⁷⁴ TODORO, T. *A conquista da América - a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. pp. 3-4.

⁷⁵ REGO. Op., cit., 1895a, p.16.

Vicente de Paula [...]”⁷⁶. Ao ser encaminhado à escola, na concepção de Maria do Carmo, o fardo da incivilidade seria amenizado. Ao mesmo tempo, ela fez com que a criança conhecesse e incorporasse a História de um Brasil colonial redentor e jubiloso, como se fosse a própria história da criança. Certa vez, estudando com Maria do Carmo a “Guerra dos Holandeses, fez a seguinte reflexão: “– Mas se os portugueses descobriam o Brasil, como é que os tais outros queriam tomá-lo? Isso não pode ser”⁷⁷. Esta fala mostra que o processo de “Pacificação” influenciou a criança a não se compreender como fruto do mesmo processo de dominação, e que lhe foi ensinado a aceitar a ocupação do território como algo essencial, posto que resistências em muitos casos levavam a extinção. *Piududo* reconhecia a ação do estrangeiro holandês como invasiva, mas não percebia a mesma invasão com a chegada dos portugueses no Brasil.

Para a Maria do Carmo, *Piududo* se fez outro, mesmo preso às grades de classificação fabricadas por uma sociedade que fazia dele um menino naturalmente “selvagem”, cujas ações e a aparência eram subjugadas por essa mesma sociedade, que só compreendia as comunidades indígenas em relação a si. Ou seja, a transformação do menino ocorreu mediante a comparação das *verdades* trazidas ora pelo olhar do mundo cristão, a partir do paradigma teológico baseado no princípio de que os homens *brancos* eram os eleitos de Deus e por isso superiores em relação aos povos do *novo* continente⁷⁸. Além disso, discursos vexatórios, detrativos e excludentes que descreviam a cultura indígena como atrasada, infantil e em formação também contribuíram para a mudança de perspectiva dele. Sendo assim, apenas por meio da dominação dominadores conseguiriam a redenção.

Nesse tipo de sociedade classificatória, em termos de mestiçagem, reafirmava-se o olhar de superioridade em relação aos indígenas e essa mesma percepção do “outro” estendia-se aos negros, aos gaúchos, aos sertanejos, aos caboclos e mulatos. Tal postura remete às teorias “raciológicas”, corrente da qual Sílvio Romero é um dos precursores, e serviu para discutir o futuro do país no que se refere a construção social brasileira determinando, hierarquicamente, a diferença social entre eles: as comunidades “mestiças” e as classes dominantes. No diário e nas memórias de Maria do Carmo essa perspectiva mostra-se bem evidente quando ela se refere à posição do filho em relação às criadas negras da casa e deixa claro que *Piududo* foi educado para reproduzir esta diferenciação. Como escreve Maria do Carmo, *Piududo* “[...] não consentia nem aceitava serviços das criadas, as quais tratava bem (se eram boas) e dava presentes, mas

⁷⁶ REGO. Op., cit., 1897, p.16.

⁷⁷ REGO. Op., cit. 1895a, p. 20.

⁷⁸ RAMINELLI, R. *A história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 11, grifos do autor.

colocando-as sempre em plano muitíssimo inferior ao dele”⁷⁹. Ou seja, os papéis foram sendo assumidos hierarquicamente e *Piududo* tinha o seu lugar, ele era o filho.

Conta Maria do Carmo que não demorou muito para que *Piududo* se identificasse com ela. Com a morte dos pais, sua criação foi delegada às índias mais velhas da comunidade onde vivia. Tanto Maria do Carmo quanto as índias velhas da tribo possuíam cabelos brancos e, segundo Maria do Carmo, isso fez com que *Piududo* desejasse tê-la como mãe: “As índias que conhecia de cabelos brancos eram todas feias!... Nunca vira ninguém tão bonita como eu [...]”⁸⁰, diz a autora.

Nessa linha de pensamento e em consonância com a perspectiva psicanalítica freudiana, apresentada em 1942 no volume 06 dos três ensaios sobre a teoria da sexualidade⁸¹, no que se refere à identificação entre a criança e as pessoas que se preocupam com ela na constituição do processo formativo, lê-se que os mais diversificados laços emocionais podem ser estabelecidos entre as pessoas por meio da identificação, fazendo com que elas passem a aderir, facilmente, a ilusões, desejos e vontades que se transferem para o cotidiano.

[...] a identificação é o laço afetivo mais primitivo que une uma pessoa a outra. Existem três formas: 1 - a identificação com aquele que se quer ter para si; 2 - a identificação com aquele que se quer ser; e 3 - a identificação com uma situação ou uma característica imaginária ou real que outra pessoa apresente. Os dois primeiros tipos de identificação têm papel importante na formação do eu, pois a renúncia ao objeto de desejo (que se quer ter para si) faz com que o eu se modique, em conformidade com as características daquele objeto, para imaginariamente retê-lo⁸².

No caso de *Piududo* e Maria do Carmo, essa identificação não, necessariamente, representou a vontade de uma mulher, que viu na figura de um menino índio órfão, a possibilidade de realização materna. *Piududo* poderia ter feito parte de um jogo de interesses políticos, sociais e fronteiriços cujo acordo de adoção, entre o capitão Duarte, o Cacique *Boraiaga* e Maria do Carmo, viriam a encerrar, empurrando para Maria do Carmo a responsabilidade de assumir o papel de mãe da criança. Ao longo do discurso dela, vários sinais nos levam a pensar dessa forma. Dos costumes às correrias, como mecanismos de difícil compreensão entre índios e não índios, até os acordos e as alianças entre esses mesmos grupos,

⁷⁹ Idem. *Ibidem.*, p. 32.

⁸⁰ REGO. Op., cit., 1895a., p. 11.

⁸¹ FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade: análise fragmentária de uma histeria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

⁸² CROCHÍK, J. L. Preconceito e formação. In. SILVA, D. J. da; LIBÓRIO, R. M. C. (Orgs.). *Valores, preconceito e práticas educativas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p.18-19.

tudo dependia da compreensão do outro por meio da linguagem. E como a prática do sequestro de crianças índias ou adoções por interesses, como já dito, eram situações comuns que imprimiam aos infantes diversos tipos de violências, não seria incomum que Maria do Carmo estivesse apenas cumprindo um dever.

Cibaé Modojobá, que foi capturada na expedição organizada por Antonio José Duarte em 1880 é um exemplo da violenta investida contra os Bororo do Mato Grosso. *Cibaé Modojobá* foi aprisionada com suas duas filhas e entregue às autoridades locais do Mato Grosso para que fosse vacinada e batizada, foi então que recebeu o nome luso-cristão de Rosa Bororo. Como de costume, pessoas influentes que pertenciam aos setores políticos da província do Mato Grosso eram nomeadas como tutores dos indígenas para assim educá-los e prepará-los para que fossem eles elementos de persuasão entre os indígenas de seu grupo. Antonio José Duarte ao relatar o episódio da captura aconselha o então Presidente da Província, José Joaquim Ramos Ferreira, a estabelecer a estratégia de

[...] aprisionar um indígena, que tivesse filhos, e em seguida envia-lo de voltar para o aldeamento, deixando os filhos como reféns na cidade. Em troca da própria liberdade e dos seus, o índio deveria retornar ao aldeamento para realizar o contato com a tribo e realizar a catequese⁸³.

A história de Rosa Bororo foi publicada por Maria do Carmo na *Revista Brasileira* em 1895⁸⁴. Nessa revista Maria do Carmo conta como ocorreu o aprisionamento da indígena Rosa e a atuação dela como intérprete nos acordos entre os Bororo e o alferes Antonio José Duarte.

Em uma das muitas caçadas que se faziam de índios, foi ela, a pobrezinha, aprisionada por uma força expedicionária partida de Cuiabá. Recolhida, porém, por família respeitável da cidade, encontrou entre os perseguidores da sua raça um lar amigo, onde conquistou simpatia e recebeu carinhos; ela representante da tribo amaldiçoada dos Bororos Coroados. Quanto sinto não poder agora lembrar-me do nome indígena por que fora conhecido os seus⁸⁵.

⁸³ Diretoria Geral de Índios. *Relatório* apresentado pelo alferes Antonio José Duarte ao Presidente da Província, 1885.

⁸⁴ REGO, M.C., Rosa, A <<Bororo>>. (Episódios Verdadeiros). *Revista Brasileira*, primeiro ano, abril a junho de 1895b, tomo II, pp. 193.196.

⁸⁵ A história de Rosa Bororo aparece, também, no livro de lembranças de Maria do Carmo. Rosa participou das expedições militares organizadas pelo presidente provincial do Mato Grosso, Joaquim Galdino Pimentel, comandadas pelo alferes Antonio José Duarte no ano de 1886. Essa expedição partiu de Cuiabá em direção ao Alto rio São Lourenço com o propósito de realizar a “Pacificação” dos Bororo Coroado.

Rosa pertencia à comunidade Bororo Coroado e foi entregue junto com sua filha aos cuidados de pessoas influentes da sociedade mato-grossense, D. Clara de Miranda Rodrigues esposa do major Antonio Thomaz de Miranda Rodrigues, para que fosse “domesticada” e educada. Como mediadora nas conversas entre os Bororo Coroado do Mato Grosso e o grupo militar expedicionário foi levada pelo alferes Antonio José Duarte com o fim de promover a “Pacificação” entre os Bororo.



Figura 4- Rosa Bororo, de Moacyr Freitas, acrílico sobre tela, 80cm/60cm.
Acervo Museu Histórico do Mato Grosso.

Com a estratégia de sequestro e posterior aculturação dos indígenas sugerida por Antonio José Duarte, em agosto de 1886 já era grande o número de índias intérpretes que atuavam como mediadoras entre os grupos indígenas Bororo e o grupo dito “pacificador”. No caso de Rosa, sua atuação figurou no livro de memória de Maria do Carmo com os seguintes dizeres:

Organizada a nova expedição, lá se foi a pobre da índia transfigurada ao sorver em liberdade o ar perfumado dos bosques e capões, tão seus conhecimentos [...] Rosa radiante de felicidade, por ver terminada a cruel guerra de perseguição e extermínio feita aos seus, tornou a vestir as roupas que eixara e

lá ficou prestando relevantíssimos serviços, na primeira troca das novas relações, de que fora abençoada mensageira.⁸⁶

A condição de *liberdade* enunciada por Maria do Carmo, como antônimo de cativo ou servidão, e a forma como ela descreve as sensações de Rosa ao entrar em contato com os bosques, mostra o quanto as crianças indígenas, em nome da *adoção*, estavam sujeitas a diferentes graus de violência e a diferentes maneiras de incorporação ou utilização na sociedade aristocrática mato-grossense. Da mesma forma, Maria do Carmo, ao atribuir à índia Rosa todos os créditos pela aproximação com os Bororo reafirma a importância da estratégia de sequestro proposta pelo alferes Antonio Duarte.

Rosa foi fundamental como intérprete e pivô das negociações porque falava as duas línguas, o português que aprendeu com a família Miranda Rodrigues e o *Boé Wadáru* enquadrada, atualmente, no tronco linguístico Macro-Jê. No entanto, Rosa Bororo faleceu em 1912 às margens do Rio Paranatinga,

[...] esquecida e abandonada, tendo apenas a curtir a saudade dos dias vitoriosos, balbuciando o nome da filha que tanto amara, sucumbindo nos braços do único filho, de nome José, a quem nos momentos derradeiros fazia essa recomendação: -“Nunca confie em brancos, estes só agradam quando precisam.”⁸⁷

Sendo assim, nota-se que o valor da criança indígena estava localizado na capacidade e no uso de suas habilidades como intérprete. Portanto, foram muitas as crianças retiradas de seus grupos em nome da adoção para serem utilizadas como instrumento de mediação. Isso mostra que a relação estabelecida entre a indígena Rosa Bororo e a família que a tinha sob guarda era uma imposição do sistema proposto pela Diretoria Geral dos Índios, que viu na persuasão intermediada por indígenas de mesmo grupo étnico, a saída para o contato e a continuidade do processo civilizatório e de ocupação territorial.

Nas folhas do diário pessoal de Maria do Carmo, em nenhum momento aparece o motivo que a fez adotar *Piududo* ou, mesmo qualquer indício que demonstre a vontade dela de ser mãe. Ela educava-o e organizava sua vida mediante a sua compreensão de mundo. Ao que tudo indica, poderia ter sido a adoção de *Piududo* parte da mesma estratégia utilizada com a captura de Rosa Bororo. Mesmo que em muitos momentos ela salientasse a vontade de proteger e de

⁸⁶ REGO. Op. cit., 1897, p.73-74.

⁸⁷ MENDONÇA, Estevam. *Datas Mato-Grossenses*. Mato Grosso do Sul: APMT, 1919, p.58-59.

cuidar do filho adotivo, quando “Receosa de que caísse de um sofá destinado para o seu leitozinho deitava-o numa esteirinha fina e nova com lençóis de linho muito fresco”⁸⁸, sua fala ficava muito diferente da camada discursiva que a autora construía para contar e justificar a adoção Rosa Bororo. Na verdade, tudo caminhava para a adequação da criança ao mundo civilizado e o batismo e a alfabetização foram os primeiros passos.

1.2: Refiguração pelo batismo

A alfabetização e o batismo foram as primeiras das muitas iniciativas de inserção de *Piududo* no mundo civilizado cristão, promovendo mudanças significativas em sua vida. Pelo batismo e pela alfabetização, costume e imposição social, *Piududo* aprendeu todas as contrições católicas e conseguia fazer “[...] o *Pelo Sinal* e nunca mais deitou-se sem persignar-se”⁸⁹. Dessa forma, o pequeno índio, chamado na comunidade Bororo *Piududo* (Beija-flor) recebeu o nome cristão Guido.

Outro ritual, outra nomeação, outros aprendizados e outra realidade. Dessa forma pretendia-se conseguir a total adequação do nativo ao mundo católico, fazendo com que apenas os cabelos compridos permitissem o elo entre ele e a sua identidade. Assim, o “[...]pequeno índio chamado na sua tribo de *Piududo* (beija-flor) e recebeu o nome de Guido, por ser um dos santos do dia em que chegou”⁹⁰.

Maria do Carmo escreveu que foram o tempo e a convivência com o menino o elemento de maior realização e descoberta de sua vida e ela queria encantar as pessoas com as habilidades e capacidades que a criança índia havia conseguido assimilar com o auxílio dela. Para ela, apesar da *origem* indígena, *Piududo* “[...] vencida todas as dificuldades, denotando a mais aguda inteligência”⁹¹. Afirmava ainda que foram grandes os esforços para que *Piududo* incorporasse as qualidades que permitiriam a ele se tornar um cidadão “civilizado”⁹², independente dos discursos científicos do século XIX em relação aos índios, suas capacidades e natureza

⁸⁸ REGO. Op. cit., 1895a, p. 12.

⁸⁹ Idem. Ibidem, p. 38.

⁹⁰ Idem. Ibidem, p.11.

⁹¹ Idem. Ibidem, p.18.

⁹² ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 2012, p.113. O uso dado ao conceito de civilização no século XIX, mostra que o processo de civilização – ou, em termos mais rigorosos, uma fase desse processo – fora completado e esquecido. As pessoas querem apenas que esse processo se realize em outras nações, e também, durante um período, nas classes mais baixas de sua própria sociedade. Para classe alta e média da sociedade, civilização parece firmemente enraizada. Querem acima de tudo, difundir-la e, no máximo, ampliá-la dentro do padrão já conhecido.

“selvagem”. Porém, há de se ter claro que essa forma de aceitação coube a Guido e não a(aos) *Piududo(s)*, ou seja, não representava o pensamento em relação à criança índia em geral, mas à criança índia performatizada pelo processo civilizatório a partir da adoção.

Embora não seja novidade, é importante destacar que as discussões em relação aos grupos indígenas e seus papéis na sociedade brasileira do século XIX afirmavam-se em meio a opiniões divergentes. Se no plano ideológico os intelectuais do século XIX buscavam a imagem idealizada de índio a ponto de promovê-los a símbolo nacional, conservando a ideia do bom “selvagem” conferida ao índio no passado, que ainda prevalecia sobre a do índio real, por outro lado, ou seja, dos grandes proprietários de terras e parte dos setores políticos, eles eram considerados o entrave nacional, pois ocupavam terras, lutavam para conservar suas aldeias e famílias, recusavam-se ao trabalho forçado e podiam ser violentos em defesa do território, a ponto de ameaçarem a vida dos colonos e o desenvolvimento econômico do Estado. Isso refletia na dificuldade dos fazendeiros e da elite do Mato Grosso de aceitarem a imagem do índio como símbolo nacional.

Dada as circunstâncias, não é difícil imaginar que grande parte dos grupos indígenas não se reconhecia na cena do bom “selvagem” e reagia contra a dominação e a ocupação de seus territórios. Ainda que em pequeno número, havia setores que entendiam que para os Bororo a defesa do território estava totalmente ligada à sua sobrevivência e conseguiam compreender que por ser este grupo “[...] dono legítimo e secular das terras, necessita delas para a sua vida nômade: caça, pesca e colheita; o não índio criador de gado bovino, invade o terreno; o índio espanta o gado; mata e come as rezes; o não índio reage e mata o invasor”⁹³. Em uma relação reativa construída no enfrentamento pelo domínio do espaço, qualquer tentativa de inserção das comunidades indígenas na sociedade civil mato-grossense incorria em discórdias e divergências que colocavam os Bororo (e os indígenas em geral) em oposição. Vistos como inimigos e agressores, por estarem fora da lógica civil, esses grupos precisavam ser combatidos como inimigos.

Os índios Coroados que infestam boa parte da Estrada geral para Goiás, e as imediações do rio S. Lourenço, na estrada nova do Piquiri, apresentarão terrível aspecto./ Descontentes com a passagem desta última estrada por hum dos sítios que tinham alojamento, parece que assentarão tentar a desafronta pelas armas, ou ao menos alterar quanto possível, no intuito de evitar a frequência de vindantes que ela começa a ler, e de conseguir ainda o exclusivo de antigas possessões./ Começando suas correrias em Setembro último, atacam imediatamente a fazenda do Capitão Vitoriano José de Couto, junto

⁹³ DUROURE, J. B. *Dom Bosco em Mato Grosso*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, v. I (1894-1904), 1977, p. 199.

a São Lourenço, onde além de tirarem a vida barbaramente a 2 pessoas, ficando uma terceira transpassada a flechas e maribundas, matarão grande número de gado, destruirão ou roubarão plantações, chegando a audácia ao ponto de aproximarem impávidos a casa de vivenda, cercarem-na com grande alarido tentando atacá-la, e por certo o teriam arrasado se não valesse as cautelas que sentiram, e temerão./ Passaram-se logo depois para a estrada de Goiás, onde afirma-se que também fora assaltados por eles a ponto denominado – Malassucumbido aí os golpes desses bárbaros 5 pessoas miseráveis, e de roubarem o que lhes agradou, lançaram logo as Casas de vivenda e [...] a cinzas⁹⁴.

Os ataques dos Bororo do Mato Grosso aos colonos estão registrados em muitos dos relatórios dos presidentes da província dessa região e intensificando-se ao longo dos anos. Em 3 de maio de 1864, o brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho apresenta na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em Cuiabá, os seguintes termos em relação às correrias.

Os índios bravios continuam nas correrias. Em junho assaltaram os estabelecimentos dos cidadãos Manoel Delfino Moreira Silva e Joaquim Gonçalves de Araújo, deitando fogo nas casas de morada e paixões dos estabelecimentos e conservando-se aí por alguns dias a espera de fazer alguma vítima e saciarem a sua ferocidade. Em julho assaltaram o lugar denominado – Siriba – três léguas distante da Freguesia da Chapada e deitaram fogo na casa de vivenda e paiol do Inspetro de Quarteirão José da Cruz e Oliveira. Em dezembro atacaram a povoação da Lagoinha de cima e senhores dela a reduziram em cinza ficando um dos moradores bastante feridos [...] Em ofício de 31 de dezembro próximo passado expuz ao Governo os recentes acontecimentos, as providências que dei e ponderei outras tão eficazes quão grave é o estado desse negócio e penosa a situação da Presidência, visto que os meios legais, de que dispõe, não são bastantes para dissipar semelhante flagelo. Por falta de meios nada pude fazer para o aniquilamento de alguns quilombos que dizem haver em diversos distritos⁹⁵.

Em 1887, tendo ainda os grupos indígenas sob holofote, José Raphael de Mello Rego, presidente da província de Mato Grosso, também apontava a intensa permanência da situação das correrias e dos ataques. Porém, ao invés de sugerir o confronto direto, mediante extermínio

⁹⁴ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO MATO GROSSO. *Abertura* da sessão extraordinária na Assembleia Legislativa do Mato Grosso proferida pelo presidente interino da província, Ribeiro de Rezende, em 15 de junho de 1840.

⁹⁵ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO MATO GROSSO. *Relatório* apresentado na abertura da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, pelo Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho em sessão ordinária no dia 3 de maio de 1864. Cuiabá: Typ. De Souza Neves de Comp^a, 1864. Nele o Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, que presidiu a província de Mato Grosso de 15 de julho de 1863 a 9 de agosto de 1865, ressalta não só a necessidade do combate as *correrias*, como também a vontade do extermínio das comunidades indígenas em concordância com a vontade dos fazendeiros que se sentiam ameaçados pelos indígenas. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/417/000010.html>> Acessado em: 17/05/2016.

ou guerra aberta, como fez o brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, José Raphael, a fim de garantir a ordem e o controle na região, oferece como solução a “Pacificação”.

Em suas continuadas correrias eles agrediam com ferocidade os indefesos habitantes das localidades que assaltavam, matando roubando e incendiando as casas, destruindo as plantações. A esse estado de inquietação, terror e incertezas do dia de amanhã, em que não havia segurança de vida, nem sequer a esperança no resultado de trabalho, sucedeu a calma, a tranquilidade dos ânimos, a confiança, enfim, que incita ao trabalho, pela certeza da colheita do seu fruto. Foi, portanto, a pacificação que figura nos fastos da província que figurará como um dos mais importantes acontecimentos que ocorrerá para o seu progresso, hoje desembaraçado dos entraves que não permitiam que fossem aproveitadas as riquezas naturais de que abunda o seu solo⁹⁶.

No caso dos Bororo, as missões e as pacificações funcionaram como instrumentos disciplinadores cientificamente justificados, confinando espacialmente seus membros a fim de impor-lhes obediência e torná-los facilmente moldáveis à sujeição, fosse pela catequese, batismo e trocas de benefícios. Ao mesmo tempo, com a modernidade, o controle social ganhou ares de cientificismo na vida urbana e produtiva⁹⁷. Para Machado Filho⁹⁸, mentalidade essa que foi determinante para que os governos presidenciais do Mato Grosso do século XIX imprimissem mudanças nas formas de administração. Para o autor, as releituras dos anseios da população Mato-Grossense tornam-se fundamentais para compreender o exercício da gestão presidencial e os mecanismos de controle sobre os grupos administrados como estratégias para oferecer uma sensação de segurança e conforto. No caso específico, em se tratando do convívio entre Bororos e comunidade produtiva, as medidas coercitivas que viessem a garantir a segurança dos fazendeiros no Mato Grosso tornaram-se meta.

Partindo do princípio de que o poder também pode se expressar por ações afirmativas, delegando aos grupos populacionais melhorias nos setores e serviços públicos, como segurança, saúde, vias de acesso, comunicação, controle populacional, catequização dos indígenas, batismos, apadrinhamentos, adoção de infantes e a manutenção da ordem, tem-se que o objetivo administrativo dos governadores provinciais do Mato Grosso, ao promoverem estas ações, era atingir a “[...] população de modo a conhecê-la em todos os seus detalhes para melhor governá-

⁹⁶ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MATO GROSSO. *Relatório de abertura apresentado por Francisco Raphael de Mello Rego na sessão ordinária no dia 27 de outubro de 1888*. Mato Grosso, Cuiabá, 1888, p.16. Arquivo Público Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/437/000016.html>> Acesso em: 17/05/2016.

⁹⁷ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2008, p.119.

⁹⁸ MACHADO, O. F. Cartografia das vidas infames: nomadismo e biopolíticas na província de Mato Grosso. In: *Política e identidade em região de fronteira* (séculos XIX e XX). Cuiabá: UFMT, 2012.

la”⁹⁹. Por outro lado, o ato de conhecê-la tinha uma intencionalidade programada: reconhecer na população em geral os limites de sua submissão. Assim, aconteceram mudanças de rumo estrutural que buscaram realizar os anseios da população, combatendo os dispositivos geradores de conflitos, mas não antes de reconhecer quais as possíveis formas de controle para o melhor exercício da dominação.

O controle pela delimitação espacial, ou seja, a criação de fronteiras por meio dos aldeamentos, que separavam índios de não índios em nome da “Pacificação”, foi uma estratégia importante na gestão dos conflitos. Mas, a criação de medidas que garantissem a confiança e o bom convívio entre índios e não índios, como o apadrinhamento e a adoção, tiveram igual importância. Maria do Carmo, enquanto primeira dama provincial, participou diretamente desse projeto pacificador, articulando encontros e estabelecendo contatos e encontros, como revela em seu diário ao receber uma turma de índios em sua casa “[...]dizendo, por intermeio do intérprete, que, uma vez de volta a aldeia quando tivesse *quiarigôdo* (saudades) de nós, tornariam a Cuiabá para jantarem conosco”¹⁰⁰. Situações que apontam para o limite da visão idílica entre índios e colonos, bastante romanceada no século XIX, desvelando de forma contundente como a visão harmônica do convívio entre os dois mundos era (é) frágil, a ponto de requerer demarcações espaciais como forma de garantia de sobrevivência.

⁹⁹ Idem, *Ibidem*, p.46.

¹⁰⁰ REGO. *Op. cit.*, 1895a, p.15.

1.3: Narrativas que se constroem

São essas relações de submissão e domínio, literalmente fronteiriças, produzidas ao longo do tempo, que nos fazem pensar o quanto disso chega de forma silenciada em nosso cotidiano atual. Ou seja: como as relações de poder, que sempre estiveram presentes no processo de ocupação territorial, foram capazes de produzir áreas demarcadas que ainda hoje aloca indígenas em espaços determinados. O que antes recebia o nome de “Pacificação” em forma de aldeamentos, hoje recebe o nome de preservação e se constitui por meio de reservas. No fundo, ambos os modos produzem os mesmos contextos: segregação étnica e exclusão social, consolidadas ao longo do tempo em meio a diversidade do mundo, sondando as permanências e repetições da história, as constâncias e os constrangimentos da vida social¹⁰¹.

Maria do Carmo, por mais que tentasse romper com o que se pensava em relação ao desenvolvimento de Cuiabá, vivia um limiar moral entre os pensamentos da elite burguesa, dos colonos e dos Bororo. Por um lado, tinha um olhar complacente para as comunidades indígenas: “Pobres índios, dignos de melhor sorte, credores de mais extremos ou, quanto menos, de mais simpatia por parte daqueles que se constituíram os seus tutores obrigados e tanto deles abusaram e os maltrataram”¹⁰². Fazia críticas ferrenhas aos conceitos e abordagens depreciativas, tanto dos viajantes quanto dos intelectuais e escritores estrangeiros: “Uma tarde, assentados no jardim, ouvíamos o Dr. Morsbah (alemão que viajava e estudava zonas e climas do Brasil) censurar a falta de iniciativa da gente da terra [...] patenteando sempre má vontade para com todos que não estivessem de acordo com seu carranquismo”¹⁰³. Em uma passagem de seu diário, é perceptível o desdém explícito para com aqueles que não acreditavam nas possibilidades e nos avanços de Cuiabá: “No dia em que se assinou o contrato da linha de bonds, dizia uma pessoa formada e de certa influência: ora, tudo isso não passa de um sonho. [...] Era um pessimista, um descrente [...] porque o bond já se tornou uma realidade em Cuiabá”¹⁰⁴.

Ao mesmo tempo, Maria do Carmo oscilava em algumas convicções. O alinhamento entre progresso, ocupação espacial e papel social é contraditório em alguns de seus relatos. São construções discursivas, principalmente no que se referem ao papel e à posição do indígena e das comunidades pobres da região, que a fazem ceder às ideias e perspectivas progressistas, que pretendem ações efetivas de intervenção governamental – especialmente porque algumas

¹⁰¹ LEPETIT, B. Espace et histoire: hommage à Fernad Braudel. In: *Annales: economies, societies, civilisations*, Paris n. 6, nov-dec., 1986.

¹⁰² REGO. Op. cit., 1895a, p.10.

¹⁰³ REGO. Op. cit., 1897, p.36.

¹⁰⁴ Idem, *Ibidem*, p.34-35.

delas eram fundadas na ideia de que o progresso só seria alcançado à medida que uma mentalidade nova e mais dinâmica surgisse na região. Posicionamento que se evidencia quando ela valida a forma de pensar de uma senhora influente na região: “Dizia-me, muitas vezes, que uma das causas do atraso que se nota em Cuiabá, era o indiferentismo dos seus comprovincianos, e que esperava em Deus poder ainda ver uma geração com ideias mais adiantadas e progressistas”¹⁰⁵.

Apesar disso, em muitos momentos não negava seu posicionamento contrário em relação às agressões opressoras infligidas aos grupos indígenas que viviam na região Mato-Grossense. Mostrando-se cética ao que ouvia em relação à ação dos índios e suas *correrias*, punha à prova os discursos que as localizavam como uma prática de pura selvageria entre os Bororo. Certa vez, viajando do Estado do Paraguai até Corumbá no sentido de Cuiabá em direção a Uacurutuba pelo Rio São Lourenço, ela ouviu do condutor da chalana, Antonio João, histórias de *correrias* ocorridas naquela região do Bananal. Foram várias narrativas criadas sobre esse evento, todas apresentavam a crueldade com que os Bororos atacaram e mataram as pessoas. Decerto as percepções narradas por Antonio João foram produzidas mediante olhar externo, interpretadas a seu modo e repassadas a partir do que lhe foi dito.

Daquele Bananal em diante, contam-se muitas histórias de correrias de índios, desde os antigos tempos até nossos dias. Com vivo interesse ouvi várias dessas narrações, repetidas pelos moradores, alguns dos quais haviam sido testemunhas e escapado, outros de ser vítimas dos selvagens. Na sua audácia chegavam os temidos Bororos até aos arredores da cidade e muitas vezes eram vistos às margens do Caxipó, cujos habitantes viviam aterrados. Repetiam-se os casos de selvática barbaridade; dentre os mais dolorosos¹⁰⁶.

Em resposta, Maria do Carmo reelabora essa percepção e discorda dessa memória, que teve como desfecho o trágico assassinato de uma senhora e seus filhos. Ao descrever o evento, ela transfere a culpa do ocorrido à imprudente desumanidade de pessoa íntima da família, que matou um desses índios. “Indagada, porém, bem a causa, quase nunca o pobre do silvícola, tão temido quanto odiado, havia sido o provocador!”¹⁰⁷, diz ela. Ou seja: em muitos momentos, suas percepções conflitavam com o pensamento vigente à época, não sabemos se pela convivência com o filho índio, *Piududo*. Em outros momentos, porém, ela reafirma a visão de

¹⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p. 34.

¹⁰⁶ Idem. *Ibidem.*, p. 58.

¹⁰⁷ Idem. *Ibidem.*, p.70, grifo nosso.

superioridade em relação aos indígenas, a ponto de reconstituir a imagem do índio no plano geral, tendo como ponto de contato a estabelecida relação com o filho índio: “O índio é de natural vingativo, confesso!”¹⁰⁸, mas em algumas ocasiões reagiam como por instinto, pela sobrevivência ou pelo amor aos seus.

As narrativas construídas sobre as “selvagerias” indígenas faziam parte do discurso que reafirmava a ideia do nativo hostil, incivilizado e provocador que, por resistência aos valores morais de integração social, promovia seus ataques, “*suas correrias*”, imprimindo o caos e a barbárie ao “civilizado” no uso de atos de violência. Esse olhar unilateral, que só reconhece a crueldade no outro, promovia constantes ações punitivas aos indígenas, todas justificadas pela necessidade de manter a ordem e de combater o estado de grande desconforto e desordem gerados pela condição de “incivilidade” natural a que os nativos estavam submetidos. Situação que, para muitos, só poderia ser resolvida com o afastamento ou a extinção deles, como aponta o relatório de João José da Costa Pimentel, apresentado à Assembleia Legislativa, em 03 de maio de 1850: “Se o governo imperial, a quem pedi auxílio para combatê-los não o conceder farei esse ano novamente contra os mesmos uma outra expedição, a fim de ao menos desinfestar as vias de comunicação desta província com a capital do Império”¹⁰⁹.

Essa forma de representação, silenciava as constantes migrações espaciais que as comunidades Bororo do Mato Grosso eram obrigadas a fazer. Seus territórios gradativamente iam desaparecendo diante dos movimentos expansionistas das fazendas e dos povoados. A reação dos Bororo se dava na mesma intensidade em que seu território ia sendo usurpado.

No dia 9 de outubro de 1880, os Bororo atacaram a fazenda de José Martins de Figueiredo, no Bananal (Rio Cuiabá), matando diversas pessoas. Aparelharam-se, por isso, ao mesmo tempo, várias expedições contra eles. Foi comandante de uma delas o alferes Antônio José Duarte; acometeu este, sem vantagem, uma aldeia, aprisionando 5 mulheres e 12 crianças. Mas não se alcançou. Dizem que nos anos de 1875-1880 os Bororo incendiaram 43 casas, mataram 204 pessoas (143 homens, 46 mulheres, 17 crianças, sete escravos) e feriram 27 pessoas (11 homens, 6 mulheres, 3 crianças, sete escravos). *Quantos Bororo foram mortos – não se conta*¹¹⁰.

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem.*, p.13.

¹⁰⁹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MATO GROSSO, em sessão ordinária, por João José da Costa Pimentel em 03 de maio de 1850, Mato Grosso, Cuiabá: Typografia do Echo Cuiabano, 1850. p. 4. *Arquivo Público Nacional*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/404/000004.html>.

¹¹⁰ STEINEH, K. V. Den. Entre os aborígenes do Brasil Central. *Separata remunerada da Revista do Arquivo Municipal*, n. XXXIV-LVIII. Departamento de Cultura, São Paulo, 1940. p. 572, grifo nosso.

Narrativas análogas com posições extremas que abrem extensos diálogos sobre a intencionalidade do discurso produzido pelo colono da região, o qual parece entender que apenas a ele pertencia a interpretação do passado. O comentário em destaque de Von Den Steinh nos auxilia a compreender essa dualidade, pois, quando se trata de conflitos entre os Bororo e a comunidade Mato-Grossense, nem sempre o discurso oficial é o que melhor representa o contexto.

Por outro lado, Maria do Carmo, que critica os vários tipos de violência praticados contra os Bororo, ocultou a violência que ela própria submetia *Piududo*. Retirá-lo de sua comunidade, inserindo-o em seu mundo, mudar suas roupas, fazê-lo calçar sapatos, ensinar português, batizá-lo, encaminhá-lo à escola com os cabelos compridos, expô-lo à sociedade, ensinar-lhe a pintar e a trocar seus ritos pelas preces católicas são exemplos das formas violentas de conformação da criança índia ao mundo dos não índios, que ela mesma praticou, “Em Mendes, [...]quando meu amado filho tão magrozinho, tão fraquinho, em vésperas já da morte, pôs as mãozinhas e disse:- Esperava minha mãe para rezar... E começou o Padre Nosso[...]”¹¹¹

1.4: Uma habilidade inesperada

Em vários aspectos a adoção auxiliou na produção artística aculturada de *Piududo*, mas suas sensibilidades estavam presentes antes mesmo das reproduções emolduradas e ganharam vida “[...] nos pedacinhos de papel, já um pouco estragados, com as imagens que foi capaz de criar marcados pela pátina do tempo”¹¹².

Em suas pinturas, *Piududo* retrata seu mundo misturando realidades que permeavam suas lembranças e memórias das florestas, mas também o cotidiano vivido com a família adotiva, mostrando que suas produções artísticas ocorreram como resultado de uma inspiração criativa de caráter individual, dotada de significados simbólicos e subjetivos¹¹³ precedentes. Seus desenhos refletem as influências – sejam de origem estética, histórica ou cultural – adquiridas antes do convívio e do lugar que passou a viver após a adoção. Demonstram que a “misteriosa dotação”, como salientava Maria do Carmo, se desenvolveu na interação com o espaço físico e com o tempo histórico em que viveu, de forma que em suas pinturas as matas, animais e tribos prevaleciam, misturando-se às imagens pertencentes à vida nova que lhe fora oferecida pelos pais adotivos. Diz-nos Maria do Carmo: “Costumava descrever como muito

¹¹¹ REGO. Op. cit., 1895a, p.38.

¹¹² ZOLADZ, 1990, p.2.

¹¹³ GULLAR, F. *Argumentação contra a morte da arte*. Rio de Janeiro: Revan, 1993.

pitoresco o lugar onde nascera. Pelas lembranças que tinha e pinturas que fazia, pertencia a um aldeamento sito na encosta do morro do Chapecó de Sol”.¹¹⁴

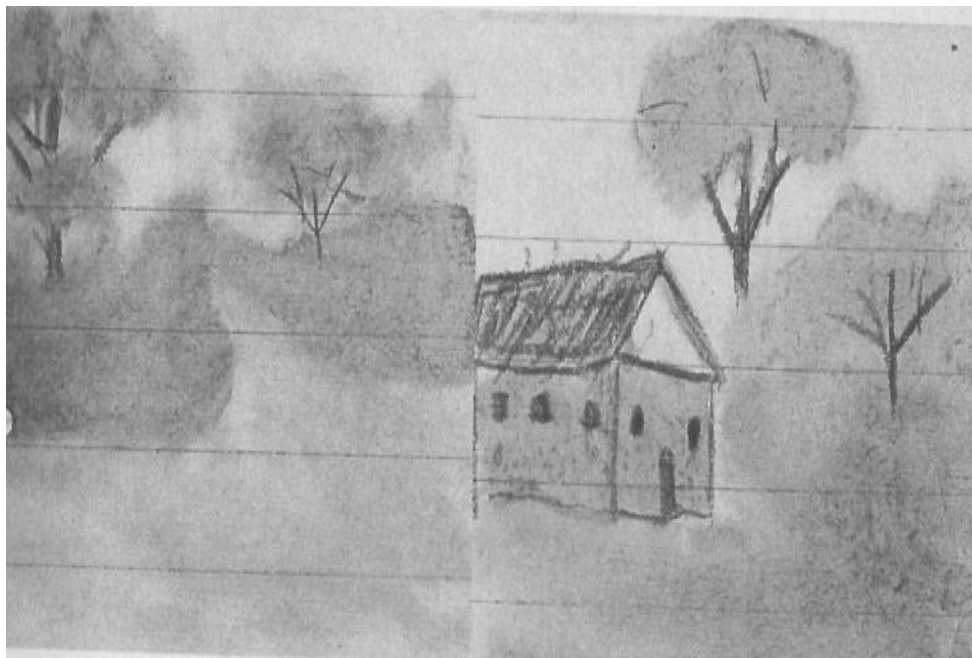


Figura 5 – Cena da Casa de Maria do Carmo, Guido Rego 1889-1892, acrílico sobre tela. *Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.*

Com a leitura do diário de Maria do Carmo é possível imaginar a confusão identitária que a mudança provocou na criança, por outro lado, é provável que, a partir do momento que Maria do Carmo e seu esposo minimizam o olhar preconceituoso em relação às capacidades da criança indígena, valorizando não só seus dotes artísticos, mas sua etnia, atribuem à criança o *status* “humano” e promovem um grande esforço para a sua aceitação social.

Nunca o vira, entretanto, pegar em um lápis, em um pincel; nunca tivera uma lição de desenho [...] Muitas pessoas têm visto e admirado esse desenho. Um pintor que esteve em nossa casa com um amigo nosso, admirou tanto os trabalhos do meu filho, que exclamou: - Isto não se acredita! Esse menino parece que fará o impossível!¹¹⁵.

¹¹⁴ REGO. Op. cit., 1895a, p.35.

¹¹⁵ Idem. Ibidem., p. 21

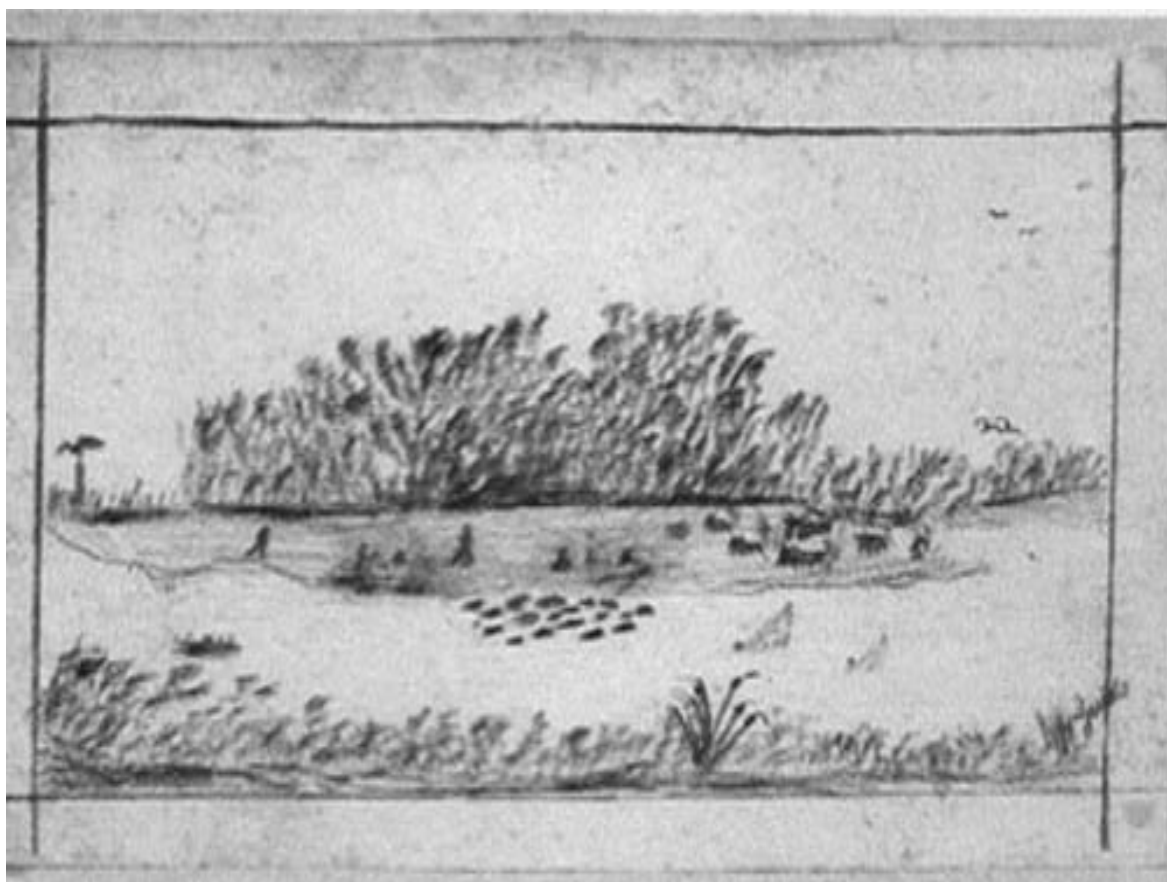


Figura 6 – Cena da Aldeia, Guido Rego 1888-1889, acrílico sobre tela. *Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.*

Maria do Carmo acreditava que a capacidade criativa da criança indígena, possibilitaria sua inclusão no mundo não índio favorecendo a refiguração do seu lugar social e seu reconhecimento no meio em que estava inserida, independente da condição “selvagem” a qual era vista. Assim, Guido, não mais *Piududo*, ao revelar sua capacidade artística poderia, então, integrar-se a uma sociedade que o negava como indivíduo e que primava pela opressão, desqualificação e subserviência daquele considerado diferente. Porém, é notável perceber que quanto mais a criança índia expressava-se por meio da pintura, mais se compreendia o mundo em que ele se reconhecia.

Então, a paisagem como assunto que se repete nas aquarelas e desenhos, deixa simplesmente à margem qualquer evidência complicadora ou dúvidas sobre fatos inconvenientes ou problematizados nessa situação de filho adotivo, dando a dimensão de universalidade de expressão artística¹¹⁶.

¹¹⁶ ZOLADZ. Op. cit., p. 2.

As expectativas e intenções de D. Maria do Carmo em relação à formação do menino indígena, mesmo diante das críticas sociais e científicas dominantes à época, mantiveram-se firmes e pretendiam ressignificar o olhar das outras pessoas em relação à criança indígena vista como incivilizada. Escreveu Maria do Carmo: “Apreciando como ninguém as obras do homem, mostrava-se admirador da natureza, como verdadeiro artista que já era.”¹¹⁷. A cada passeio com o menino de cabelos compridos, em situação coletiva ou exposição social, a autora parece querer convencer a si e às demais pessoas à sua volta que nada poderia deixar de ser ensinado a ele. Maria do Carmo estava decidida a levar seu propósito civilizador adiante, não só por obrigação materna, mas como questão doutrinária, devido à condição de superioridade e à posição social a que pertencia. Cabia a ela a missão de “civilizá-lo” aos moldes ocidentalcêntricos e eurocentrados, segundo os quais as diferenças entre índios e não índios deveriam prevalecer, afirmando-se nas práticas educativas e de cunho moral. “Dizendo-lhe eu que quando voltássemos lá, iríamos todos a ver os lugares onde ele tinha nascido e crescido, objetou: - Minha mãe está louca? Como havia eu de levá-la a ver índios nus?!”¹¹⁸.

Momento que, notadamente, constrói-se por meio da colonialidade do saber fazendo com que a criança indígena, por meio do modelo educacional aristocrático, interiorizasse a visão dominante sobre ela mesma e acreditasse que os costumes e as pessoas da comunidade a qual ela pertencia viviam de forma errante ou imoral. E isso, poderia ser utilizado, posteriormente, na persuasão dos demais membros do grupo Bororo ao qual *Piududo* pertencia. Para Maldonado Torres,¹¹⁹ na medida em que as formas de reprodução de regimes de pensamentos fincados nas experiências da colonização reafirmam-se nas narrativas produzidas pelo colonizador, a visão de mundo dos povos colonizados sofre profundos impactos e passa ora a buscar uma identificação com os grupos dominantes, ora a reagir à imposição cultural a que ficam submetidos.

Pode-se supor que foi essa relação com o outro – aqui entendida no campo da alteridade, mediatizada pelos signos e significados produzidos pela linguagem que se estabeleceu entre eles – que contribuiu, de certa forma, para a produção social da diferença entre eles e, ao mesmo tempo, refletiu aquilo que lhes era comum. Ou seja: Maria do Carmo procurava definir o filho a partir das qualidades, atitudes e modos de ser que pertenciam a ela

¹¹⁷ REGO. Op. cit. 1895a, p. 20.

¹¹⁸ Idem. Ibidem., p. 35

¹¹⁹ MALDONADO TORRES, Nelson. *Sobre a colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de um concepto*. In: CASTRO GOMES, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (comp). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007, p.127-167

e ao mundo dela, assim, na relação que estabeleceu com a criança ela encontrou as diferenças que os colocava em espaços distintos.

Piududo desapareceu quando surgiu Guido, mas mantinha-se *Piududo*, com seus cabelos compridos, em suas pinturas e desenhos. Sem ter conseguido anular-se dentro de si, Guido fez de seus desenhos a forma de exprimir e expressar a si. Cenas da vida de uma criança indígena que não foram apagadas, independente das mudanças de comportamento e das emoções que o menino índio foi conduzido a viver e a se adaptar. Por infortúnio, ele morreu em curto período de tempo e Maria do Carmo fez da morte da criança um momento de reflexão importante.

Ah! Filho idolatrado! Que horrível separação me mata hoje! [...] Ao lado do seu corpinho emoldurado por duas folhas de palmeira semelhantes às que ele conhecera nas matas, coloquei o arco e as flechas de que mais gostava, e unilhe as mãozinhas em atitude de oração com as franjas de um pequeno chalé de Tonquim azul claro de que eu usava e que lhe passei por baixo da cabecinha¹²⁰.

Assim, a transferência compulsória do menino indígena tornou-se tragédia. A ironia desse enredo está na morte do filho adotivo, desvelando o fracasso da tentativa de inserção de um indígena no chamado mundo civilizado. Tem-se, então, que após a morte, Guido volta a ser *Piududo*.

Ari ruto quirarigodo ré [...] Quantas e quantas vezes, hoje, me vem ao pensamento aquela frase, ao erguer os olhos para essa lua, que indiferente ao meu sofrimento, sobe e subirá sempre, malferindo constantemente este meu desgraçado coração com a tortura sem nome de mais pungente e irremediável das saudades: a saudade de meu *Piududo* morto!¹²¹

A fronteira da memória é temporal, assim, não é possível recuperar o tempo vivido com *Piududo*. A menor distância possível entre o passado do Mato Grosso, cartografado por Maria do Carmo, e a vida com o menino Bororo foi narrada por ela com grande rigor estilístico e seus escritos nos permitiram visitar o pretérito sem, por conseguinte, prospectar um olhar para o futuro, já que ele só poderia se realizar com a convivência entre Maria do Carmo e o filho adotivo. Mas ele morreu acometido por uma forte gripe aos nove anos de idade. Passado e

¹²⁰ REGO, Op. cit., 1895a, p.40

¹²¹ Idem. Ibidem, p.31. *Ari ruto quirarigodo ré*: “A Lua quando sobe faz saudades”. Tradução da língua Bororo.

futuro, nesse sentido, só poderiam existir com *Piududo*, mas com sua morte, as memórias narradas por Maria do Carmo que remetem ao menino são realidades que desaparecem. A esperança que Maria do Carmo depositava no futuro do menino está sustentada, agora, nas pinturas que ele deixou como registro: “Seria nas artes causa de desvanecimento para a tua pátria, [...] O nome que delas trouxeste, indicava o teu destino!”¹²².

Ao longo das páginas do seu diário, Maria do Carmo constrói seus sujeitos e a si. Entusiasmada pelo que vivencia, pelos saberes absorvidos e pelos riscos assumidos com a mudança e com a adoção, constrói sua visão de mundo com padrões de existência e racionalizações, por vezes, distintos das expectativas da sociedade a que pertencia. Ou seja, duas mulheres se revelam em seus escritos: uma que se mostra determinada, intrépida e admiradora das ações impulsivas e das mulheres fortes de Cuiabá, valor explicitado quando ela se refere a uma amiga e administradora de engenho: “Tivesse ela nascido homem, marcharia na vanguarda daqueles que são capazes de grandes empreendimentos, a bem do incremento daquela terra”¹²³; e outra, cujos discursos, sobretudo aqueles que mostravam o papel das mulheres na sociedade, predicam retidão, bons costumes e boas maneiras como formas fundamentais de convívio social.

“É uma gente de costumes simples e severo, e tanto a baronesa quanto as três filhas, todas casadas com dignos cavalheiros, são modelos de esposas e de mães”¹²⁴. Um jogo discursivo que exprimia a situação paradoxal e contrastante a que Maria do Carmo estava submetida, um contexto em que se “[...] legitimava a exclusão com base na diferença biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a diferença sexual não apenas era um fato natural, mas também a justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político social”¹²⁵.

Esse mesmo jogo discursivo paradoxal muitas vezes se reflete no olhar do colonizador assumido por Maria do Carmo ao formular diretrizes de classificações e adjetivações, que *no geral* atribuíam ao indígena o caráter de “selvagem” e vingativo, mas em relação ao filho adotivo *Piududo*, mostrava “[...]uma existência repleta de qualidades [...] Cuidadoso e zeloso por tudo que lhe pertencia, era muito amigo de dar, generoso quanto possível[...]

¹²² Idem. *Ibidem.*, p. 24.

¹²³ REGO, Op. cit., 1897, p. 34.

¹²⁴ Idem. *Ibidem.*, p. 33.

¹²⁵ SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.15, nº 2, p. 5-22, jul./dez. 1990, p.26.

¹²⁶ REGO, Op. cit., 1895a, p.33.

que, no âmago do processo civilizador, impera a tradição e a visão social normatizada, que avalia os comportamentos mediante a perspectiva ocidentalizada, ocultando ou restringindo o desconforto pela diferença.

Tal, então, é a natureza do ‘mal-estar’ que nos causa a ‘incivilização’ ou, em termos mais precisos e menos valorativos, o mal-estar ante uma diferente estrutura de emoções, o diferente padrão de repugnância ainda hoje encontrado em numerosas sociedades que chamamos de ‘não civilizadas’ o padrão de repugnância que precedeu o nosso e é a sua precondição¹²⁷.

Estes fatores foram determinantes para a produção de estratégias pelas quais as políticas de poder no ocidente consolidaram-se a partir do século XVIII e que no século XIX, tendo as comunidades indígenas das Américas como o laboratório perfeito para sua validação, voltaram a levar em conta o fator biológico como critério para dominação. Os mecanismos de poder foram produções que se efetivaram não só nos discursos de inferioridade, subalternidade e salvação, mas também nas delimitações espaciais, com os aldeamentos, estabelecendo as fronteiras entre civilizados e selvagens. Ou seja, um conjunto de procedimentos e mecanismos foi construído no sentido de consolidar teorias que alocavam os grupos indígenas em “condições” construídas de inferioridade e em territórios fronteiriços delimitados.

[...] mulheres dos empregados e dos trabalhadores. Moram em casinhas alinhadas e limpas...É muito original a forma que trajam. Vestiam compridas e amplas camisolas de chita, com ramagens de cor, em fundo claro quase sempre, e que franzidas no pescoço não deixavam nem ver os pés. São simpáticas e todas índias... Conversava com várias delas...quando veio um carcará a perseguir uma galinha que fugia espavorida a defender seus filhinhos! Sem me levantar, peguei n’uma espingarda e *virei* o malvado bicho¹²⁸.

Nesse sentido, tendo como ponto de partida as análises propostas por Foucault (2008) em relações ao conjunto de mecanismos de poder, seus efeitos e encadeamentos em contextos específicos, podemos mensurar que, para Maria do Carmo, a dinâmica social estabelecida no Mato Grosso associava-se à incivilidade pela grandeza do território e sua precária ocupação espacial, pela “imaturidade” dos povos que nele habitavam e se consolidavam em forças morais e intelectuais que os condenavam ao primitivismo. Ao mesmo tempo, a natureza intocada desses mesmos grupos, vistos pela perspectiva evolucionista da época como o elo perdido a ser

¹²⁷ ELIAS, 2012, p.70.

¹²⁸ REGO, Op. cit., 1897. p.51-52.

desmistificado e doutrinado, trazia a ideia de que por mais selvagens que fossem esses grupos tenderiam à evolução. Seriam essas as perspectivas que fariam com que Maria do Carmo investisse todas as suas forças na imposição do ideário civilizatório e na educação do filho índio adotivo?

Capítulo 2: AO SABOR DOS VENTOS: MULHER E VIAJANTE NO SÉCULO XIX

Dada a amplitude de perspectivas que a temática das viagens e da ocupação espacial, humana e suas intencionalidades têm oferecido à historiografia recente, os relatos de viagens e os deslocamentos humanos enunciam-se como instrumentos de interesse para pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas. Tais estudos colaboram para fortalecer o papel as pesquisas cartográficas, demográficas, coloniais, memorialísticas e autobiográficas, que buscam explicar o contato entre regiões, grupos e segmentos populacionais historicamente imbricados, mas que em muitos casos não se reconheciam mutuamente.

Perspectiva sobre viajantes, ainda hoje, apresenta como tendência e em número significativo os registros produzidos por homens que vivenciaram a aventura do mar, no sentido de reforçar que não só as “[...] navegações e as conquistas ibéricas do século XV foram obras de machos, conquistadores, povoadores, soldados, donos de engenho, bandeirantes e padres”¹²⁹, como também reforçar essa mesma perspectiva nas viagens modernas trazendo relatos de viagens que exaltam os feitos masculinos nas navegações. No entanto, a presença feminina nas embarcações e nas diversas formas de viagens não era incomum e fez parte de momentos significativos da história das mulheres, sobretudo porque elas já viajavam desde antes do século XVI. As viagens continuaram como prática até depois do século XIX, chegando aos nossos dias, o que torna um tanto quanto equivocado supor, ou mesmo ocultar a presença delas em muitos contextos de deslocamentos sejam eles marítimos, fluviais, territoriais, intercontinentais e regionais.

No que se refere ao dinamismo proposto pelas viagens, corrobora Miriam Leite ao apresentar cinco mulheres europeias que se aventuraram nas embarcações e no território brasileiro escrevendo e registrando suas experiências na passagem pelo Rio de Janeiro. São elas, em ordem cronológica: Rose de Freycinet (1817-1820), Maria Graham (1821-1824), Langlet Dufresnoy (1837-1839) e Ida Pfeiffer (1846). Essa dinâmica se alarga com a possibilidade de apresentar relatos de mulheres que vivenciaram e registraram suas histórias no Brasil.

Entre elas, mesmo que pouco conhecida pela historiografia brasileira, Maria do Carmo de Mello Rego acomoda-se perfeitamente nesse contexto, na medida em que, ao relatar suas viagens pelo Mato Grosso, deixou registros significativos que descrevem a Vila de Cuiabá, a geografia da região os conflitos étnicos e raciais, o convívio e os costumes das pessoas que ali

¹²⁹ TELLES, N. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil*. São Paulo: Intermeios, 2012. p. 193.

moravam e as peculiaridades das mulheres cuiabanas em suas festas e formas de convívio com o mundo.

Nas reminiscências de Maria do Carmo constrói-se a história da sua vida desde a vinda para o Brasil, sua relação com o local em que vai morar, a vida com o marido, a adoção e a morte do filho índio. Na memória de nossa personagem encontramos uma narradora que carrega a culpa e sofre com os conflitos causados pela morte do filho adotivo, sendo esse o elemento central e fundamental de sua reflexão. Ela promove um voltar a si constante, fazendo da linguagem confessional ascese e situando a sua confissão no próprio texto memorialístico.

Tragara eu até o fim o cálice da suprema amargura. Ah! Virgem Santíssima! Porque não tiveste compaixão de mim, quando eu Te implorava que salvasse o meu filho! Mãe das Dores, porque não tivesse piedade? Perdão, ó Virgem Sacrossanta! Perdão!¹³⁰.

2.0: Maria do Carmo: descobertas no caminho de Montevideo ao Mato Grosso.

Sem entusiasmo nenhum por ter que ir para o Mato Grosso nas circunstâncias em que o fiz, e hesitante até pelo que sempre ouvira dizer daquela longínqua província, embarquei¹³¹.

E assim inicia a longa viagem de Maria do Carmo rumo ao Mato Grosso. Durante a viagem, a princípio tudo era desagradável e difícil para Maria do Carmo: a distância, o clima, a língua e o sentimento de saudade do passado, cujas lembranças remetiam à sua antiga e cômoda vivenda no Uruguai, na casa dos pais com samambaias e orquídeas próximas de florir. A caminho de Cuiabá, tudo o que via lhe parecia feio, rude, cansativo e solitário. Não compreendia aquele mundo, por mais disposta que estivesse a achar tudo bom. Em seus relatos percebe-se que eram poucas as coisas que a animava e seus escritos evidenciavam a relação de sofrimento, saudades e insegurança com a mudança. Para ela, ter de viver com os pés em dois mundos tão distintos cujo elo era a sua vida, parecia-lhe insustentável.

O pesar de deixar a minha vivenda, pequena, mas cômoda, as minhas samambaias que tanto iam sentir a minha ausência! [...] tudo desagradavelmente me impressionava, me entristecia e me fazia ter saudades do meu sossegado retiro, antes mesmo de ter dele saído!¹³².

¹³⁰ REGO, Op. cit., 1897, p. 41.

¹³¹ Idem. Ibidem., p.1

¹³² Idem. Ibidem., p. 11.

Para chegar à Cuiabá, saiu do Rio de Janeiro e tomou o vapor em Montevideo rumo a Buenos Aires e daí seguiu para Assumpção em direção ao Mato Grosso. Durante a travessia, o chuviscar, o mar agitado e o constante alarde em relação à altura das águas, parecia deixá-la mais assustada, pois o deslocamento mostrava-se cada vez mais perigoso e seus sentimentos eram aterradores. Pensou na despedida, no derradeiro adeus e nos últimos sinais de amizade que se esvaneciam com o chacoalhar do lenço. Chorou de saudades do passado com sentimento tão profundo que parecia que o pranto jamais acabaria. Lembrou com tanta intensidade dos carinhos do pai, dos afetos sem fim da mãe, que se perdeu em pensamentos e saudades da casa onde morava e dos amigos de outrora. Ficou estática, deixando as lágrimas correrem como ondas sem perceber o mar agitado e o vento que molhava suas roupas até que foi interrompida por alguém que brandamente lhe aconselha a recolher-se: “Não é prudente ficar aqui senhora, o mar está muito agitado e pode molhá-la”.¹³³

Enxugou os olhos e caminhou em direção ao salão da embarcação. Um senhor atraente e simpático ofereceu-lhe o guarda-chuva; ela sorriu com tristeza, agradeceu e reuniu-se aos companheiros de viagem. Não sabia, mas ele era o Sr. Echebarne, prático-mor da armada que acompanharia Maria do Carmo e José Raphael por toda a viagem até Corumbá. No dia seguinte, os dois já eram amigos: ela ficava horas ouvindo o denodado marujo que tinha assunto para as mais curiosas e variadas situações.

Embarquei a 16 de outubro de 1887, com destino ao Rio da Prata no vapor inglês Trent, onde fomos, meu marido e eu, tratados com toda a distinção e amabilidade, graças talvez a particular recomendação de pessoa influente na companhia dos paquetes da Royal Mail¹³⁴.

Como até momento, o que persistia e absorvia os pensamentos de Maria do Carmo eram as lembranças do passado, ela apegava-se tanto a eles que deixou de seguir os conselhos do amigo D. Julian, que lhe recomendara registrar a viagem: “– Tome apote de tudo”, disse ele. e hoje, escreveu a viajante,

[...] querendo relembrar aquela viagem, tudo se me foge, até as impressões que mais fundo calaram no meu espírito [...], Trinta dias depois de saídos do Rio de Janeiro, chegávamos a Cuiabá, cujo ancoradouro morto, solitário, faz o espírito de pronto volver ás distancias percorridas. Vir de tão longe para se nos deparar isoladamente tão completo!¹³⁵.

¹³³ Idem. Ibidem., p. 10.

¹³⁴ Idem. Ibidem., p. 1.

¹³⁵ REGO. Op. cit. 1895a, p. 7.

Esse sentimento de vazio e isolamento descrito por Maria do Carmo não era incomum para muitos dos viajantes que chegaram ao Mato Grosso nesse período, depois de muitas léguas percorridas e de muitos dias de viagem, admiravam-se com os raros locais com aglomerações humanas. A imensidão territorial chamava a atenção pela baixa densidade populacional¹³⁶ e pela rudeza da região, que desvelava cenários emblemáticos típicos da região tropical, cujos mapas de meados do século XIX nem sempre conseguiam representar. A todo instante seus sentimentos se misturavam às paisagens por onde passou a caminho do Mato Grosso e também de quando já estava instalada na região; mas, ao mesmo tempo, tinha dentro dela a sensação de que aventurar-se pelo Mato Grosso seria a oportunidade de conhecer a abundância do território.

Quanta melancolia ao cair da tarde, nos compactos laranjais, em que tantas vezes ouvira falar! Nem uma alma viva! Uma só habitação! Apenas aqueles quadrados escuros, destacando-se no verde alegre das campinas, e semelhando simétricas fitas projetadas no solo com cuidado geométrico¹³⁷.

Quando da sua chegada à Ilha de Martin Garcia¹³⁸, na embocadura dos rios Uruguai e da Prata, local onde aconteceu parte das batalhas travadas entre Brasil e Paraguai em 1864, sua escrita assume outro viés, deixando de registrar as particularidades em relação ao passado na estância e apropriando-se de uma brasilidade “ufanística” e orgulhosa.

No Brasil, o período romântico deve ser compreendido paralelamente ao processo de emancipação política. Dois princípios orientaram os escritores da época: o desejo consciente de enfatizar o orgulho patriótico e a intenção de criar uma literatura independente e diferente da portuguesa. Por isso, costuma-se dizer que a literatura romântica no Brasil equivaleu, no plano cultural, ao que a proclamação da Independência representou no plano político¹³⁹.

Tanto assim que, ao narrar sua viagem pelo Rio da Prata, exalta os atos da marinha brasileira contra o “tirano” Rosas, os feitos do Marquês de Tamandaré, os pontos onde tremularam as bandeiras brasileiras às margens do Rio Paraná e a “Memorável Batalha do Riachuelo”. Cabe ressaltar que a guerra com o Paraguai ofereceu destaque à instituição e

¹³⁶ GALETTI, op. cit., 2012, p. 104. A autora destaca que mesmo Mato Grosso sendo a segunda maior província do Brasil no Período do Império e a segunda maior do Estado na República, a densidade populacional correspondia a 84.497 habitantes.

¹³⁷ REGO, Op. cit. 1897, p. 10.

¹³⁸ Ilha descoberta em 1516 pelo viajante Juan Dias de Solis, que vinha de uma expedição do Brasil. Durante a viagem, o cozinheiro da embarcação Martin Garcia, morreu e Juan Dias, a fim de oferecer-lhe um sepultamento cristão, aportou nesta ilha.

¹³⁹ FARACO, C. E.; MOURA, F. M. *Língua e literatura*. São Paulo: Ática, 1987, p.217.

expressividade aos militares, projetando-os na sociedade e definindo o papel político do Exército, agora uma *corporação*. Militares tornaram-se presidentes de províncias e assumiram papéis importantes no Mato Grosso, entre eles, o controle provincial. Assim foi com o coronel Francisco Raphael de Mello Rego.

Nesse sentido, sendo Maria do Carmo escritora em um período influenciado pelo Romantismo e esposa do coronel Francisco Raphael de Mello Rego (membro do Exército, monarquista e combatente no Paraguai), torna-se fácil compreender a intencionalidade presente nos seus relatos quando exaltam a Marinha, seus feitos, e o Imperador. Em seu diário, ela mistura saudosismo às ideias emancipatórias, valorizando os aspectos tipicamente nacionais, as batalhas, a inaptidão dos índios, a natureza exuberante e o valor dos combatentes. São sinais que nos levam a reconhecer a influência do pensamento positivista aliado ao Romantismo, que Maria do Carmo passou a assumir pela convivência com o amigo e confidente Visconde de Taunay.

Nas águas do majestoso Rio Paraná, não houve um trecho para o qual não nos chamasse a atenção, mostrando-nos os pontos onde tremulou a nossa bandeira, naquela grandiosa luta, de que foram mudas testemunhas as tranquilas águas que íamos cortando e as desertas margens que contemplávamos¹⁴⁰.

Quando o barco se aproximou da Ilha de Martin Garcia, no estuário do Prata, um dos viajantes que a acompanhava, o senhor Echebarne, lhe mostrou todos os lugares considerados por ele notáveis no desenrolar das guerras platinas. O senhor Echebarne, acompanhou Maria do Carmo por toda a viagem contando-lhe episódios da batalha do Riachuelo e da ação dos combatentes brasileiros. Certo dia, prevenindo-a de que passariam de madrugada pela longa e histórica curva de Humaitá aconselhou-a para que fosse descansar: “[...] deitei-me toda vestida e já estava de pé, quando ouvi dizer, batendo no vidro da janela: despertem-se que estamos chegando”¹⁴¹.

Aos poucos Maria do Carmo foi se afeiçoando ao território, gostando das paisagens, das pessoas e da sua rotina, a ponto de se lembrar da conversa que teve com o amigo D. Julian, em Montevideo: “Foi profeta meu bom amigo, pois gostei tanto, tanto de Mato Grosso, que mal sei exprimir as gratas recordações e fundas saudades que dele conservo”¹⁴².

¹⁴⁰ REGO. Op. cit., 1897, p. 9.

¹⁴¹ REGO. Op. cit., 1895a, p. 8-10.

¹⁴² REGO. Op. cit. 1897, p. 4

Trinta dias depois de ter saído do Rio de Janeiro, Maria do Carmo chega a Cuiabá disposta a aceitar de bom grado sua nova realidade, mas ao ver o ponto de desembarque e nele, apenas uma lanchinha de comércio feia e solitária, balançando nas águas para recebê-la, sua mente trouxe novamente a melancolia e as lembranças do Uruguai. Desembarcou ao cair da noite, caminhou mais de um quilômetro a pé pelo pior calçamento, subindo por um terreno acidentado e arfando de cansaço. Quando chegou sentia-se “arrependida de ter ido tão longe!”.

Tormento que não pode avaliar quem nunca o experimentou, mas do que ninguém o senti eu acostumada ao bonde e filas aliás, de uma terra, onde na expressiva frase de inominável D. Pedro II e frase a mim dirigida, há não, em Pernambuco: - ‘monta-se a cavalo para pedir fogo ao vizinho’¹⁴³.

Só depois dos primeiros dias de descanso, ela conseguiu estabelecer relações com as pessoas e conhecer a sociedade. Começaram as *soirées*¹⁴⁴, os passeios a cavalo, piqueniques às margens do Rio Caxipó e os passeios de chalana. As vivências e o contato com a natureza, as caçadas e as expedições exploratórias foram amenizando a triste impressão da chegada. A partir desse momento, nossa personagem fez das viagens rotina e campo aberto para descobertas e aprendizagens, independente do que se esperava dela como mulher e esposa do presidente da província.

2.1: Feições do Mato Grosso, pela lente de Maria do Carmo.

Descrever-lhe Cuiabá? Será bem difícil, tanto mais quanto não tenho pena adestrada para dar conta de semelhante e difícil incumbência¹⁴⁵.

Em seu livro de memórias Maria do Carmo apresenta o trajeto de sua viagem desde o momento em que saiu de Montevideo até a chegada em Cuiabá, mostrando o convívio com as pessoas da cidade, as comunidades indígenas e ribeirinhas, o território e suas paisagens. Escrito em 1897, o livro apresenta Cuiabá em período posterior ao que Maria do Carmo viveu. Aos olhos da autora, o território permanecia em formação, com construções péssimas que guardavam as marcas da escravidão e da mineração.

¹⁴³ Idem. Ibidem., p. 16.

¹⁴⁴ Nome atribuído às noites de convívio entre as pessoas da elite.

¹⁴⁵ REGO. Op. cit., 1897, p.20

Em meio a terrenos revolvidos pela ação humana em busca de ouro, ruas esburacadas e córregos abertos, a cidade se revela em seus escritos: “Nos quintais, nas ruas não calçadas, nos arrabaldes todos, a mesma ideia a se impor imperiosa, fatal, causando a mesma impressão penosa e acabrunhadora”¹⁴⁶, cenário com abundância de lixo, detritos de animais mortos e porcos vivos, que ali transitavam em busca de alimento. A paisagem do Córrego da Prainha se prolongava pelo centro da rua até os lugares menos habitados da região, desembocando no rio Cuiabá. Já com o fim da mineração intensiva na região, podiam ser encontrados “[...] negros velhos de pernas finas e compridas com sua batêa a pescarem ouro”¹⁴⁷.

Caíam a pino os raios do sol iluminando o fundo da enorme escavação, em que se esforçavam míseros pretos africanos, cobertos de suor, arfando de cansaço e opressão, e obrigados ao hercúleo serviço pela intensa febre do ouro [...] E os dias se passavam, forçado cada qual a apanhar mais e mais ouro a medida que se avançava a escavação. dos pretos subindo à boca do poço topou com uma índia esquálida e velha, de pele toda enrugada, olhos esbugalhados e lábios crestados de secura, a ponto de não poder falar. Vendo-o, estendeu-lhe a mão, apontando depois um riacho que perto corria [...] ¹⁴⁸.

Segundo a teoria mais aceita pela historiografia regional, o processo colonizador da região Centro-Oeste teve início, oficialmente, a partir de meados do século XVIII, com a



Figura 7: Autor desconhecido, Córrego da Prainha, 1891.

descoberta de ouro na região do Mato Grosso. Maria do Carmo, ao comentar o momento de exploração do ouro na História de Mato Grosso, apresenta como cenário o Rio Caxipó, local que “[...] das suas barrancas saiu o

¹⁴⁶ Idem. Ibidem., p. 25.

¹⁴⁷ REGO. Op. cit., 1897, p. 26.

¹⁴⁸ Idem. Ibidem. p. 65-66.

primeiro ouro que vindo do Mato Grosso, foi viajar pelo oceano afora, despertando tanta cobiça, origem de tantos crimes”¹⁴⁹.

A descoberta do ouro no Mato Grosso foi o mecanismo propulsor da convivência entre índios e colonos e o motivo para que se trilhassem novos caminhos para a dominação. Daí em diante a pilhagem do território teve tempo e compasso marcados. Após 1728, com a chegada das bandeiras que se formavam na região com outra organização, visando a melhor administração e divisão do território aurífero, os conflitos étnicos e as mortes assumiram proporções estarrecedoras. Assim, as relações foram marcadas por disputas e conflitos étnicos e territoriais, que tiveram início bem antes da chegada da família Real ao Brasil, mostrando a forte e estreita ligação entre o controle da terra e o poder político no Mato Grosso do século XIX, determinante no processo de territorialização da região. O poder de ocupação e defesa fez com que os barões rurais consolidassem os laços entre posse da terra e poder político, definindo os espaços de participação política ao longo do tempo.

Vários grupos indígenas foram parcial ou completamente dizimados com a intensa tomada e exploração territorial que ocorreu, mediante uma das práticas conhecidas entre os bandeirantes: subjugar o nativo pela arma ou pelo aliciamento. O ouro e o diamante alteraram a ideia inicial de exploração do território, que a princípio se dava com a captura de índios, a fim de imprimir uma nova dinâmica de cooptação e aliciamento das populações locais, a ponto de fazer com que alguns grupos de nativos passassem a figurar de forma utilitária ao lado do não índio. O objetivo foi promover ações que diretamente implicavam a extração do minério e a defesa das fronteiras.

O registro dos cronistas em relação à diversidade de funções entre as bandeiras mostra a utilização e a atuação dos índios; nas atividades operacionais – como no auxílio ao transporte aurífero pelo Rio Cuiabá em direção ao Mato Grosso –, mas também nas estratégias de defesa territorial, à medida que os arranjos e as alianças militares favoreciam o combate entre grupos indígenas inimigos e contra os vizinhos hispânicos.

Isso nos faz refletir sobre a posição central da presença indígena na conjuntura do desenvolvimento e expansão mercantil colonial e sobre a intencionalidade das conquistas que envolveram e promoveram a internalização dos sertões e suas representações. O sentido oferecido ao inóspito e intransponível validava os discursos relacionados às consequências do isolamento e do abandono do território Mato-Grossense, reiterando e justificando as formas de conquista e subordinação das comunidades autóctones ou fronteiriças.

¹⁴⁹ Idem. *Ibidem*, p. 68.

A expansão portuguesa no sul do Mato Grosso, sobretudo a partir de fins do século XVII até começo do XIX, caracterizou-se pelo confronto direto com os castelhanos. Povoados e fortificações como Albuquerque, Corumbá e Fonte de Coimbra, erigidos às margens direita do rio Paraguai, em região de domínio hispânico declarado, recebiam recomendações expressas para nada construir em alvenaria devido a precariedade da posse¹⁵⁰.

Ou seja, até o século XVIII, grande parte do que viria a ser a Capitania do Mato Grosso aparecia na condição de praticamente indevassada. Com a chegada das monções paulistas nas minas de Cuiabá, a presença marcante de indígenas ribeirinhos às margens das vias fluviais não tardou a piorar a ideia de intransponível¹⁵¹. Porém, devido à distância, o uso do trabalho escravo na região era difícil e caro. Deste modo, os índios foram a força de trabalho inicial e também nas conquistas, assim como, parte integrante na representação dos sertões¹⁵², mas também resistiram e se opuseram fortemente aos colonos. “O que, porém, é muito notável ali, como em todos os arredores de Cuiabá, é que não se dá um passo sem encontrarem vestígios e sinais do muito que fizeram os antigos em busca do almejado ouro”¹⁵³.

A exploração do território mato-grossense, e de sua população, foi permitida por D. João VI a partir da Carta Régia de 13 de maio de 1808. Fundada em conceito disseminado de Guerra Justa, ~~que~~ dizia que todo tipo de conduta considerada imprópria ou nociva à proposta de ocupação territorial e ao processo civilizatório permitia aos colonos, por meio de ação militar, investir contra os indígenas considerados bravios ou resistentes. As punições ocorreriam conforme o grau da resistência, que em alguns casos impunha aos indígenas a obrigatoriedade de serviços aos colonizadores por cerca de 15 anos.

Mesmo que a Carta Régia a princípio atendesse a região de Minas Gerais, foi a primeira de uma sequência de documentos que autorizavam a escravização de indígenas no território brasileiro. No caso do Mato Grosso, a Carta Régia de 13 de novembro de 1809 proporcionou a criação da junta de gratificação dos diamantes na Vila de Cuiabá e ofereceu à região o Regimento Provincial. Diz a Carta em termos estruturais:

¹⁵⁰ CORRÊA. Op. cit., p. 71.

¹⁵¹ Idem. Ibidem, p. 61.

¹⁵² Não é o intuito deste trabalho trazer as discussões relacionadas à ideia do sertão como invenção, propostas por Durval Muniz, ou as que abordam o tema dos vários sertões existentes no sertão, Gilberto Mendonça Teles. Apesar de saber o quão importante esses campos são para o estudo do Mato Grosso. Ao mesmo tempo, nota-se o quanto são representativas essas questões a julgar pela fala de Gilberto Mendonça Teles em relação a *densidade semântica* que o sertão acumula ao longo do tempo e o quanto são elas produto das práticas e representações que se constituíram no processo colonizador permitindo que o sertão se torne um lugar de histórias, enredos e origem delineando a sua própria memória.

¹⁵³ REGO. Op. cit., 1897, p. 24.

João Carlos Augusto Oeynhausen, Governador e Capitão General da Capitania de Matto Grosso, Amigo. Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar. Sendo-me presente que no districto do Cuyabá, em quasi todos os terrenos auríferos, se encontram diamantes, de que a cobiça humana tem lançado mão para os vender, não obstante deverem reputar-se contrabandistas, e como taes incursos nas penas estabelecidas no Alvará de 2 de Agosto de 1771, e mais disposições e regimentos a este respeito, todos os que com elles negociarem, sendo, como são, privativos da minha Real Fazenda; querendo facilitar e promover a extracção do ouro do sobredito districto, que deveria ser coutado logo que se reconhecesse conter diamantes; conformando-me com o parecer da Directoria Geral dos Diamantes desta Côrte; e annuindo aos meus paternos sentimentos e constantes desejos de evitar, ainda á custa da minha Real Fazenda, os crimes que possam infelizmente perpetrar alguns dos meus vassallos cegos da ambição, e á forçosa necessidade de serem punidos conforme as leis: sou sevido ordenar-vos que, sem perda de tempo, e na fôrma do Regimento Provisional, que com este vos será remettido, assignado pelo Conde de Aguiar, do Conselho de Estado, Presidente do meu Real Erario, façais estabelecer na Villa de Cuyabá uma Junta composta de quatro Deputados, para receber todos os diamantes que se extrahirem naquelle districto, dando-se ás pessoas, que os apresentarem, as gratificações constantes das tabellas que acompanham o sobredito Regimento. Assim o tendeis entendido, e façais executar, não obstante quaesquer leis, disposições ou regimentos em contrário, empregando-vos neste tão sério, e importante objecto com a honra, zelo e actividade, com que vos tendes distinguido no meu real serviço. Escripta no Palacio de Santa Cruz aos 13 de Novembro de 1809¹⁵⁴.

O desfecho da aproximação entre índios e não índios estabeleceu de forma seletiva a distinção entre os grupos indígenas que mereceriam estar junto aos colonos e aqueles que deveriam ser excluídos dessa convivência. Ou seja, resiliência e resistência foram critérios determinantes para a classificação de grupos indígenas do Mato Grosso como bravios ou mansos, inimigos ou aliados dos colonos, os quais decidiam, segundo esta classificação, a quem caberia ou não a Guerra Justa. Isso corrobora a ideia de que a colonização foi em si,

[...] a instalação do agente externo, sua internalização na nova terra, através da conquista e subordinação dos antigos ocupantes. Por essa razão, a eliminação e/ou apropriação das populações autóctones não pode ser avaliada como um aspecto a mais da expansão colonial mercantilista, pois está em seu centro¹⁵⁵.

¹⁵⁴ BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1809, v. 1.* (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40118-13-novembro-1809-571993-publicacaooriginal-95136-pe.html>. Acesso em: 09/ 2017BRASIL.1809, v. 1, p. 158.

¹⁵⁵ MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no "longo" século XVI.* São Paulo: Ática, 1991, p. 364.

Essas ações, que tiveram como objetivo a incorporação das comunidades indígenas à dinâmica mercantil, promoveram intencionalmente uma série de lutas entre comunidades nativas locais e invasores luso-brasileiros. Desde o primeiro contato, os europeus arquitetavam a efetivação do principal projeto da Coroa Portuguesa: “[...] por um pouco mais de ordem na colônia brasileira”¹⁵⁶. Para Graham, pelo “[...] fato de o Brasil não ter conseguido sua independência através de guerra geral, como tinha feito o restante da América Latina, seu senso de nacionalismo foi mais fraco [...]”¹⁵⁷, crescendo gradativamente ao longo do século XIX também com a ocupação dos territórios.

No Mato Grosso do século XIX, os mecanismos de integração nacional tiveram de ser elaborados entre os vários setores estruturais da região, atingindo desde os grupos indígenas – os Bororo em particular – e os Governadores das províncias, até as freguesias¹⁵⁸ de Cuiabá, suas fazendas produtivas e o Estado. Dessa forma, os processos integradores operaram de várias formas nas comunidades indígenas, sempre em ações adjetivadas e justificadas como “Pacificação”, catequização, aldeamentos, missões e batismos e, diante dos insucessos de alguns casos, apoiados em traições e nas muitas formas de violências.

As elites imperiais locais articulavam-se aos poderes dos colonos, das bandeiras, das ações militares e das forças dos governadores em defesa das fronteiras, para garantirem a unidade territorial e protegerem as comunidades dos ataques dos índios. Para tanto, apoiavam-se no discurso do valor da unidade política e construção nacional, mentalidade que refletia o legado colonial pós-independência.

[...] adquire relevância a maneira como as elites dirigentes lidaram com os desafios de gerir um território de dimensões continentais, cuja maior parte ainda figurava nos mapas disponíveis como espaços vazios ou pouco povoados¹⁵⁹.

Compreende-se, então, porque a ocupação de alguns territórios brasileiros foi entendida como grande desafio na perspectiva das elites brasileiras e do próprio governo imperial, que buscavam tanto a estruturação do Estado, quanto sua modernização nos moldes europeus do

¹⁵⁶ HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 69.

¹⁵⁷ GRAHAM, M. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Itatiaia Ltda, 1990. (Coleção reconquista do Brasil. Série 2; v.157), p.44.

¹⁵⁸ O espaço urbano de Cuiabá constituía-se pelas freguesias da Sé com prédios públicos, igrejas e logradouros, e a freguesia de São Gonçalo de Pedro II, com o Porto Geral, que permitia o acesso às demais localidades rurais. A integração e o acesso entre as comunidades rurais e o Alto e o Baixo São Lourenço, território Bororo, eram fundamentais para o desenvolvimento econômico da região.

¹⁵⁹ GALETTI. Op. cit., p. 211.

emergente capitalismo. Nesse sentido, Corrêa¹⁶⁰ aponta que, a partir do século XVI, a história do Mato Grosso e de suas fronteiras integra-se totalmente à expansão colonizadora e ao desenvolvimento comercial europeu em nível mundial, associado às potencialidades de exploração da região. Interesses que tiveram por base o Capital mercantil desde o período de disputas entre castelhanos e portugueses pelo controle das jazidas de metais, devido a necessidade de mão-de-obra e da abertura de rotas comerciais em pontos estratégicos.

A expansão para o Sul do Mato Grosso caracterizou-se ora pela ação das bandeiras, através do confronto direto com os castelhanos, e dependeu profundamente da ação do exército brasileiro, que se tornou o braço armado do Império na garantia da defesa das fronteiras, em consonância com as demandas das comunidades indígenas, que também viam suas terras ameaçadas pela ação dos estrangeiros. Entre os confrontos, a Guerra do Paraguai (1864-1870), cuja vitória garantiu a ascensão dos militares brasileiros ao cenário político, foi fundamental para que essa classe se assumisse como sujeitos detentores de direitos e prestígio.

Assim, pouco a pouco, foram sendo erigidos o prestígio do elemento militar e a crença inabalável no poder da técnica e da ciência, que tenderiam a se encontrar por meio da representação de fundo positivista que, além de exprimirem o cientificismo que prevalecia nos meios intelectuais, preconizavam uma atividade cívica, intensamente vivida pelos propagandistas republicanos, civis e militares¹⁶¹.

Em 1857, a fim de conter as disputas territoriais, desavenças e desacordos entre as comunidades indígenas e os colonizadores, o Imperador Pedro II sancionou a lei de aldeamento e catequização e, em 1859, por meio do decreto n. 2.504, de 16 de novembro, no governo de Joaquim Raimundo Lamare, criou-se a colônia de São Lourenço, que deveria funcionar como aldeamento para a catequização e a defesa da fronteira brasileira com o Paraguai¹⁶². Em função dos crescentes ataques dos Coroados, o aldeamento foi abandonado em 1877. Desses conflitos resultou a ideia de “Pacificação” dos Bororo do Mato Grosso proposta pela Campanha Cabaçal, porém a presença indígena permanecia como entrave ao projeto provincial de modernização. Lembrando que entre os fatores que dificultavam a tão sonhada modernização e ocupação colonial estavam as *correrias*: uma prática de reação indígena que demonstrava o

¹⁶⁰ CORRÊA. Op. cit. 1999, p. 59.

¹⁶¹ MATTOS, I. R. de. Do Império à República. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.4, p.163-171, dez./1989, p.166.

¹⁶² Como bem se sabe, as relações conflituosas entre as duas regiões, que pretendiam consolidar-se como Nação, levaram à guerra entre 1864-1870.

descontentamento e o posicionamento dos índios Bororos com a passagem de estradas ou a ocupação dos seus territórios.

Como consequência, ocorreu a divisão de muitas comunidades indígenas na região do Mato Grosso, entre elas a dos Bororo que se fragmentaram em três subgrupos: Campanha, Cabaçal e Coroado. Destes, os Bororo Coroado foram apontados como violentos e indomáveis e, de fato, foi este grupo que promoveu maior resistência à aproximação dos colonizadores. Havia pouca disposição em integrar-se à sociedade mato-grossense, porém, como estabelecia a Lei Imperial e o Regulamento das Missões em 1845, havia urgência desse acercamento. Para tanto, foram desenvolvidas inúmeras estratégias de contato com os grupos indígenas, em especial os Bororo Coroado, que foram os que mais sofreram os impactos desse processo, seja pela persuasão, pela força ou pelos brindes¹⁶³.

Discursos de alteridade eram produzidos no sentido de validar as formas pelas quais deveriam ocorrer os processos de conquista, ocupação territorial, controle do trabalho e dos recursos produtivos, bem como, a distribuição para o mercado mundial. Eles também determinaram as relações de dominação dos grupos originários das Américas a fim de configurarem as relações hierárquicas de poder e os papéis que cada um deveria assumir nesta sociedade.

No Brasil como um todo, as concepções ocidentalistas de ocupação territorial, progresso e civilização estiveram orientadas pelas teorias evolucionistas e raciais, permitindo a produção identitária de povos e territórios estigmatizados pela barbárie, entretanto, nos escritos de Maria do Carmo, a barbárie não está localizada apenas no íntimo dos indígenas e no inóspito território pois, em sua percepção, ela estava relacionada à forma com que o território do Mato Grosso foi erigido, explorado e ocupado.

No sentido de emergência da ideia de região, Durval Muniz de Albuquerque Junior¹⁶⁴ descreve dois aspectos definidores para a singularização e as particularidades dos espaços brasileiros e sua conformação de identidades: a natureza e suas paisagens, e as raízes e formas de manifestação cultural. Todas elas podem ser facilmente adulteradas ou conformadas pela intencionalidade de quem vai administrá-las ou observá-las. Assim foi com Maria do Carmo, que também construiu suas percepções em relação ao território e suas gentes, permeada por sua

¹⁶³ O caso da índia Rosa Bororo, da tribo dos Coroados, e um exemplo disso. Nos relatos de D. Maria do Carmo, ela foi aprisionada em uma das forças expedicionárias que partiu de Cuiabá, levada aos cuidados de uma família, servindo posteriormente de mensageira entre seus tutores e a comunidade a qual pertencia. Uma história conturbada, posto que duas versões distintas surgem em relação à essa personagem, ora como aliada, ora como traidora.

¹⁶⁴ Mesmo que essa forma de interpretar a emergência regional tenha sido construída por Albuquerque Junior, trazendo o Nordeste como cenário, ela pode ser estendida às demais regiões do Brasil.

visão e pelas viagens que fez.

A construção, em geral, da cidade é péssima. Excetuarei a casa do comando das armas e a do coronel Pedro Corrêa. A primeira, apenas de quatro vastos salões, com muita altura, é em extremo habitável e arejada; a segunda, bonita, elegante e moderna. O palácio, apesar de todas as reformas que se lhe tem feito, parece-me detestável e o calor que nele se sente toma proporções terríveis¹⁶⁵.

Em suas viagens pelo interior do Mato Grosso, Maria do Carmo teve a oportunidade de ver como a sociedade mato-grossense se organizava e as mudanças por que passou a região.

Ali naquele açude de água pardacenta com tons avermelhados, feia e sinistra, a exalar cheiro pestilencial, trabalhou tanta gente; dali saiu tanto ouro! Segundo consta, chegaram até a tocar na lendária *alavanca de ouro*, que escorregava das mãos, estranhando-se mais e mais pela terra a dentro. Quanto gemido ali evoca a imaginação ao cair da tarde, quando o sol desapareceu e começou as sombras da noite a invadir e dominar a terra! Quantas fantásticas visões naquelas distâncias imensas!¹⁶⁶

Vivenciou os debates relacionados à espacialidade fronteira do Brasil durante o Segundo Império e sobre a constituição dos espaços nacionais e suas demarcações territoriais.

De fato, creio que era eu a primeira que subindo o alto Paraguai, chegara a S. Luiz de Cáceres, e os acontecimentos políticos, que depois se deram, fizeram com que houvesse sido a última. Passamos, tanto na ida quanto na volta pelo estabelecimento Cibilis, no Descalvado, onde vi grande número de bolivianas, mulheres dos empregados e trabalhadores. [...] Estava-se então construindo no centro do largo uma igreja. Acredito que no futuro haverá ali uma cidade. Por enquanto ainda é simples, mas importante estabelecimento de extrato de carne.¹⁶⁷

Apesar da não existência de registros que façam menção negativa às suas viagens ou à sua atitude nas expedições, não parece que esse comportamento tenha recebido aceitação unânime. Nota-se que Maria do Carmo escreveu rememorando diversos aspectos do seu passado. Ela reconstruiu e registrou detalhadamente a rota que a conduziu ao Mato Grosso, de Montevideo a Cuiabá, preservando informações cartográficas e territoriais, com descrição do mar, rios, cidades, costumes e pessoas. Maria do Carmo reinventou-se, construiu caminhos, aventurou-se pelo Mato Grosso, deixando o caminho aberto para novas descobertas. Suas

¹⁶⁵ REGO. Op. cit., 1897, p.21.

¹⁶⁶ Idem. Ibidem., p.24

¹⁶⁷ Idem. Ibidem., pp. 49-51

expedições pelo território lhe permitiram o contato com outros mundos, novas experiências, e uma mudança de entendimento do outro e de si. A tristeza inicial com o tempo tornou-se entusiasmo pela mudança, assim como ocorreu com tantas outras pessoas que fizeram do deslocamento e do desconhecido suas descobertas.

E admirando aquela natureza, americana como a nossa, e os costumes de seus habitantes, tão vários quanto pitorescos no seu colorido local, para nós decorriam os dias sempre entretidos, a vencermos distâncias que nos separa do termo da longa viagem¹⁶⁸.

As memórias de Maria do Carmo sobrevivem ao passado, relembrando caminhos e afetos em textos que nos permitem reconstruir as imagens guardadas no íntimo da autora, viajando com ela. Para entendê-las, não basta ler seu diário e seu livro de memórias, é preciso buscar nas entrelinhas o universo de suas preocupações e a intencionalidade de seus escritos, a fim de encontrar os artefatos que lhe permitiram registrar sua existência.

Ricœur, no que se refere às experiências que brincam com as finalidades da enunciação e do enunciado nas narrativas, traz a ideia de uma *transcendência imanente ao texto*, ou seja, para além da recepção e da intersecção entre a experiência fictícia e a experiência viva do leitor, a ficção “[...] não tem outra função senão designar uma projeção da obra capaz de entrar em intersecção com a experiência ordinária da ação”¹⁶⁹.

No jogo que se estabeleceu entre o tempo que se levava para narrar e o tempo das coisas narradas¹⁷⁰, Maria do Carmo possibilita ao leitor o confronto entre o que ele pensa e o mundo dela, no tempo dela. Ao mesmo tempo, registra suas trajetórias de várias maneiras, ora narrando a viagem ou o cotidiano, ora rindo, confessando ou retratando-se. A respeito disso, Zumthor (2005) diz estar, “[...]profundamente convencido de que a história se conta da mesma forma que os sonhos só existem verdadeiramente quando narrados, [...] somos seres de narrativa, tanto quanto de linguagem”¹⁷¹. Portanto, ao pensar em Maria do Carmo, suas viagens e seus relatos notamos que ela permitiu-se, por meio da escrita, preservar não a sua história, mas a história construída nas muitas relações com o território, as pessoas e o filho indígena adotivo.

¹⁶⁸ Idem. Ibidem., p. 12.

¹⁶⁹ Idem. Ibidem., p. 174.

¹⁷⁰ RICŒUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012a, p. 173.

¹⁷¹ Zumthor (2005), em resposta a um questionário elaborado por Jean-François Duval (1989), estabelece a relação entre ficção e história e aponta a necessidade de distinguir, na história, o aspecto da valoração documental ou erudita, no tocante à coleta, organização de dados e na forma como ocorrem os relatos. Para ele, a História é relato, mesmo compreendendo que essa afirmativa gera controvérsias.

2.2: Atração pelo Mar

A cada passo, as histórias do mar dos viajantes valorizam a experiência e a habilidade – atributos indispensáveis à realização de qualquer trabalho humano-, revelando ensinamentos que aproximam história que se conta da história que se vive[...]¹⁷²

A relação entre o real e as narrativas dos viajantes era quase sempre multiplicada pelo olhar daqueles que as criavam, portanto no século XIX, o mar ainda convidava e ao mesmo tempo assombrava pelo espetáculo e fascínio com que impulsionava pessoas comuns, ou não, às viagens. Uma atração que se deixou revelar em diferentes tipos de literatura, narrativas e relatos de viagens esplêndidos, que ora reproduziam as vivências, ora tornavam ficção as experiências daqueles viajantes, que fizeram da atração pelo mar e pelas conquistas e do encantamento pelo novo, uma opção de vida.

As viagens sempre foram uma necessidade humana e também fruto da vontade. Apesar das inseguranças, do medo e ansiedade, a vontade de conhecer, o querer experimentar o novo, associados à possibilidade de ocupação, de desenvolvimento e de contato com o “outro” frequentemente foram motivos que impulsionaram pessoas a buscarem o desconhecido. Essas vontades que movimentaram a humanidade por eras ainda hoje participam do cotidiano de muitos indivíduos. O mundo contemporâneo em certo sentido transformou essa vontade em um pacote completo com passagens, hospedagens e *city tours*, vendidos em agências turísticas que reproduzem as belezas do mundo em imagens ampliadas e impressas em panfletos comerciais. Monumentos, patrimônios, belezas naturais e culturais, pessoas e seus costumes são oferecidos em catálogos coloridos para serem degustados como experiências únicas. Um mundo embalado por maravilhas que fariam inveja à Mandeville e suas impressões das terras mágicas, habitadas por seres exóticos, como os Hiperbóreos, e por formigas asiáticas, que transportavam ouro enquanto as florestas produziam lã em abundância¹⁷³. Relatos mágicos em páginas ilustradas com figuras delineadas pela natureza, que valorizavam suas viagens e experiências em mundos distantes.

Podemos afirmar que a busca pelo desconhecido percorreu os séculos entrando por muitos territórios inóspitos e inacessíveis, tornando-se objeto de desejo e de domínio de muitas pessoas. Em 1921, quando o alpinista George Mallory participou da primeira expedição de

¹⁷² MICELI, P. *O Ponto onde estamos, viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*. 4 ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2010, p.21.

¹⁷³ MANDEVILLE, J. *Viagens de Jean de Mandeville*. Tradução, introdução e notas Susani Silveira Lemos França. Bauru: EDUSC, 2007.

escalada ao Everest e foi abordado por um jornalista que lhe perguntou por que ele queria escalá-lo, sua resposta soou com uma convicção indubitável: “[...] porque ele está lá!”, disse. Eugene Cernan, durante a missão para a Lua com o projeto Apollo, em 1972, expressou seu assombro ao olhar a amplitude do espaço. Esse sentimento foi o suficiente para impulsionar outras pessoas a quererem estar lá, apelando e estimulando jovens de seu país para que “[...] se atrevam a sonhar e a explorar”¹⁷⁴.

Apesar de George Mallory não ter obtido êxito na sua primeira investida em busca do pico do Everest, sua determinação o impulsionou para outras tentativas e em 1924, pela terceira vez, partiu em expedição. Ele desapareceu a poucas centenas de metros do cume, mas sua última investida fez com que pessoas de outras nações percebessem a possibilidade de desbravar esse território, mostrando-se empenhadas em conseguir chegar ao cume do tão temido e desejado Everest. Em 1953, dois alpinistas – o neo-zelandês Edmund Hillary e o nepalês Sherpa Tenzing Norgay – conseguiram chegar ao topo dessa montanha, a mais alta do mundo, em uma escalada histórica de dois meses.

Hoje, Marte é o objetivo, amanhã não sabemos. O querer “estar lá”, pura e simplesmente, serve como motivação para muitos indivíduos que pretendem esquadrihar novas trilhas e ao fazerem desse feito algo possível, levam consigo outros sujeitos, que transformam seus destinos também por quererem “estar lá”. Em outra escala, sem pretensão alguma ou vontade de mudança, outros indivíduos foram empurrados ou levados para o desconhecido à força, sem poderem escolher.

O mar se arrojava impetuoso como as labaredas de um incêndio, ora irrompia imenso, vário como uma floresta de montanhas. Quase todos os passageiros sentiram-se enjoados, e até eu por cinco minutos não resisti. Foi este espetáculo um dos mais belos que presenciei. De pé, com os braços abertos, com a respiração suspensa, com o olhar fixo, eu assistia a todas as cambiantes que assumiu a perspectiva e via todas as fases da luta, só tendo uma esperança - que ela durasse; só tendo um desejo, poder tomar parte naquele combate de colossos¹⁷⁵.

As viagens dessas pessoas pertencem à História e revelam sua participação na construção de conhecimentos por meio de interações espaciais, territoriais e culturais entre viajantes que buscavam algo além dos limites conhecidos. Quem vai à frente em marcha por

¹⁷⁴ MEDIAVILLA, D. Morre Eugene Cernan, o último homem a pisar na Lua. *Jornal El País*. 17 de Janeiro de 2017. <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/16/internacional/1484607234_949923.html> Acesso em: 02/2018.

¹⁷⁵ Carta de Capistrano de Abreu à Ana Nunes de Melo, 23 abr. 1875. In: MENEZES, Raimundo. Há cem anos nascia Capistrano de Abreu. *Revista Investigações*, ano V, n.51, Separata, p.14-15, out./dez. 1953.

terrenos inexplorados, sinaliza para os que vêm atrás os locais de risco e perigo, salvo em caso de perseguição de inimigos¹⁷⁶. Transgressora por natureza, a humanidade experimentou-se nos deslocamentos, e se eles atualmente são diferentes no processo, nas técnicas e na forma, no conceito e nos objetivos apresentam grandes similaridades seja pelas tentativas de domínio e ocupação espacial seja no desenvolvimento comercial.

E ali ficamos a contemplar aquelas paisagens lindíssimas, novas sempre pelo encanto, até que chegasse a noite. Então, ao cintilar das estrelas, tão brilhantes naquelas regiões, com uma brisa suave e tépida de abril, embalsamada e vinda de desertos desconhecidos, olhávamos fictivamente para as margens que íamos deixando¹⁷⁷.

Gerador de mitos, o espaço é o elo do indivíduo na interação e percepção do entorno que o movimenta, nele operam todas as forças criativas e simbólicas que produzem fantasias, aproximações e distanciamentos, superfícies e aprofundamentos forças e sentimentos, permitindo a produção de percepções e (pré)conceitos nas mais variadas formas metafóricas de expressar sentimentos. Maria do Carmo também não estava imune a esses contágios: “Dessa forma, a distância separa e une ao mesmo tempo: o espaço nasce da consciência que tomo desse duplo efeito”¹⁷⁸.

2.3: Os mapas como textos

Na história das navegações, conhecer os caminhos era questão de grande importância. Desenhar o mundo e suas rotas, antes mesmo da invenção da escrita, foi a forma pela qual a humanidade buscou registrar sua localização e marcar sua existência. Portanto, foram os mapas, diários de bordos, diários pessoais e muitos outros registros que permitiram compreender os caminhos que levaram a humanidade a ocupar os espaços.

Além disso, confeccionados, em grande parte por meio de observação, esses documentos mostravam-se carregados de elementos simbólicos e culturais, registrando como as sociedades se organizavam. Os mapas são “indícios de uma vontade universal de representar o espaço no eu que vivemos e nos movimentamos; de um desejo de ordenar o mundo estabelecendo uma correlação entre os lugares, funcionalizando as distâncias”¹⁷⁹. Atualmente,

¹⁷⁶ MICELI, P. Op. cit., p. 27.

¹⁷⁷ REGO, Op. cit., 1897, p. 55.

¹⁷⁸ ZUMTHOR, P. *La medida del mundo*. Madri: Catedra, 1994, p. 15.

¹⁷⁹ Idem. *Ibidem*, p. 304.

esses materiais são considerados um dos registros históricos mais expressivos produzidos pela humanidade, devido à sua complexidade e à riqueza de informações produzidas, em grande parte, graças às narrativas dos viajantes e às locomoções humanas. Esses deslocamentos por si já significam tatear por terrenos movediços, tão inseguros para a história quanto foram os caminhos desconhecidos para quem os descobriu¹⁸⁰.

As viagens, a necessidade de localização, de domínio e de delimitação espacial fizeram parte do desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo e foram determinantes para a consolidação de suas estruturas. Dessa forma, os modelos de organizações sociais, das comunidades, e os modelos de controle, tanto territorial quanto ideológico, estão associados à forma como os espaços foram delimitados, ocupados e geridos. Zumthor aponta que,

[...] o modelo global, segundo o qual a Humanidade se esforçou para conceber seu ambiente cósmico e sua dependência sobre Ele, mudou muito devagar. Em primeiro lugar e depois com alguma precipitação, do que definiríamos como uma teologia, em direção a uma filosofia: evolução ligada ao crescimento econômico e político do meio urbano, produzida por um crescimento demográfico irresistível: entre os séculos VII e XIV [...] ¹⁸¹.

Para o historiador cultural, o ato de registrar caminhos, gravar rotas, definir territórios, produzir mapas e diários pessoais pode ser compreendido metodologicamente como uma construção cultural inserida em um campo da história específico e heterogêneo, denominado *Literatura de Viagens*. Instrumentos ricos em informação, as produções cartográficas e relatos de viagens permitem ao historiador entrar em contato com aspectos importantes das sociedades e seus cotidianos, questões religiosas, costumes, cultura, ações bélicas, bem como, as estratégicas de ocupação e construção econômica, cultural e social.

Dessa forma, os diários de bordo, relatos de viagens, mapas e diários pessoais, sendo representações dos lugares ocupados pelas pessoas, são documentos que possibilitam ler momentos e movimentos humanos sob outras óticas, mostrando a vida nas embarcações, as sensações das pessoas ao se depararem com o desconhecido e com o ineditismo das paisagens e a consciência (ou não) de quem viajava e se estabelecia em um lugar novo, uma geografia do olhar em relação aos mais diferentes aspectos do cotidiano das sociedades. Sua complexidade extrapola a compreensão do espaço físico, permitindo amplas leituras de mundo. A partir desses documentos pode-se mensurar quais foram as práticas que possibilitaram a construção dos sujeitos representados nos espaços marítimos ou terrestres em suas viagens.

¹⁸⁰ MICELI. Op. cit., p. 29.

¹⁸¹ ZUMTHOR. Op. cit., p. 32.

Como narrativas intencionais, as Literaturas de Viagens atuam no sentido de marcar a presença de quem as escreve ou as elabora. Elas suscitam a mesma dúvida que perturba Braudel, em relação aos escritos arrancados de seu caderno de notas: “[...] será possível captar, num espelho de bolso, uma imagem válida do vasto mundo?”¹⁸². Por isso, a fim de constituir memória, o que se registrava nos relatos de viagens atravessa a História na tentativa de sinalizar os ensinamentos do presente para o porvir, assegurando a forma como cada situação deve ser lembrada.

Por muito tempo, as viagens marítimas e as aventuras por terras desconhecidas foram vistas como façanhas pertinentes apenas aos homens viajantes, cujas maravilhas e descobertas eram reproduzidas em livretos ou contadas em versos nos portos e nas tabernas – primeiros pontos de contato entre os homens que vinham do mar, os viajantes e as pessoas do entorno. Nos portos, diversos grupos de pessoas construía seu imaginário a partir daquilo que lhes era oferecido como verdade, através do olhar dos viajantes homens, fazendo deles um encontro agregador de ideias, diálogos, ficções e aspirações.

A criação e disseminação de histórias fantásticas, sempre regadas a muito heroísmo e bravura daqueles que se aventuravam no desconhecido, eram práticas discursivas dos viajantes que narravam, de forma épica ou terrificante, suas experiências com os outros, com o outro mundo, e com os outros do outro mundo.

Porém, esse mundo mágico submetido à bravura, força e intrepidez masculinas, sempre contou com a presença feminina, mesmo que de forma furtiva nos porões, nas cabines, ou às escondidas. Em muitos contos, mulheres ou imagens femininas, quando não a bordo das embarcações, encontravam-se ao seu redor, nas proximidades e no imaginário masculino, basta ouvir as histórias das sereis ou iaras que, com seu canto feiticeiro e beleza exuberante, levavam os marinheiros e suas embarcações à deriva e ao delírio.

2.4: Peçonhas do diabo

Por serem as mulheres em muitos casos consideradas as causadoras de todos os infortúnios e malefícências nas embarcações, verdadeiras “peçonhas do diabo”¹⁸³, sua presença nem sempre era aceita com tranquilidade, salvo se imposta ou justificada pela coroa, pelo capitão dos navios ou pela igreja, por ser uma situação importante ou urgente. Os discursos preconceituosos e de negação produzidos por marinheiros a partir da presença feminina nas

¹⁸² BRAUDEL, F. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 329.

¹⁸³ MICELI. Op. cit., p.150.

embarcações estavam carregados de um misticismo que associava às mulheres os maus agouros da pesca, das tempestades, das pestes, das discórdias e de muitos outros problemas que ocorriam nessas viagens. Para a cristandade, a presença das mulheres introduzidas às escondidas nas navegações fazia parte de um plano diabólico, que conduzia os navegantes à perdição, portanto, ao serem identificadas a tendência era serem colocadas para fora das embarcações. Assim registrou padre Sebastião Gonçalves, a 10 de setembro de 1562:

Logo no primeiro dia procuramos botar fora a peçonha que o diabo costumava introduzir para a perdição dos navegantes, e assim botamos fora duas mulheres suspeitosas. E andava tão aceso nisso o irmão Vicencio, que falando com o capitão, Antonio Mendes de Castro, e com outras pessoas sobre que botassem outra de que também tinham suspeita [...] ¹⁸⁴.

Apesar das riquezas textuais encontradas nessas práticas de registros e relatos de viagens, é fato que na história dos descobrimentos europeus e dos deslocamentos modernos havia um discurso bem construído que suscitava a exclusão feminina das viagens, sem a preocupação com a fatalidade da perda das lembranças do passado. Transitando na contramão do pensamento vigente nas sociedades europeias modernas, que via na escrita a possibilidade de manter a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos, no que se referia ao papel das mulheres nas embarcações, muitos atores fizeram do apagamento algo necessário ao esquecimento, selecionando o que deveria ser traço durável.

Para assim descolar a fronteira traçada entre a literatura, tida como domínio específico de criação e experiência, e as produções práticas mais comuns da cultura escrita, é necessário aproximar o que a tradição ocidental separou durante muito tempo: de um lado a compreensão e o comentário das obras; de outro, a análise das condições técnicas ou sociais de sua publicação, circulação e apropriação ¹⁸⁵.

Isso demonstra que ainda há muitos aspectos que devem ser investigados, referentes às intencionalidades e à organização das viagens, dentre eles e principalmente, aqueles que tratam da vida cotidiana a bordo e dos personagens que conviviam dentro dos navios ¹⁸⁶. Pouco se fala, mas o mar convidava mulheres a conhecer seus mistérios, fossem elas jovens ou senhoras,

¹⁸⁴ REGO, A. da S. *Documentação para a História das Missões do Povoado Português do Oriente*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, v. 2 (1523-1543), 1949, p. 193. Carta de D. Sebastião Gonçalves ao Rei, datada de 1562.

¹⁸⁵ CHARTIER, R. *Inscriver e apagar: cultura, escrita e literatura*. São Paulo: UNESP, 2007, p.9-10.

¹⁸⁶ MICELI. Op. cit., p. 42.

brancas ou negras, pobres ou ricas, prometidas em casamento ou não. O que todas elas tinham em comum era a real mudança de seus destinos onde a “[...] fronteira era o espaço além da linha imaginária, sempre mudando, onde as forças naturais da barbárie desafiavam os limites organizadores da civilização europeia”¹⁸⁷.

Miriam L. Moreira Leite¹⁸⁸ coordenadora do projeto “Imagem em Foco” do Laboratório de Imagem e Som em Antropologia, do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo – USP, apresenta em suas pesquisas uma lista de mulheres¹⁸⁹ que se permitiram escrever e registrar o que viram. A autora salienta que o reconhecimento ou a profissionalização da escrita feminina dependia de uma classificação que em grande parte assumia regras estabelecidas e indicadas pelo universo masculino.

Essas indicações sobre a profissionalização dos cientistas através do Século XIX sugeriu a tentativa de classificação das mulheres viajantes em amadoras e profissionais, já que todas elas faziam coleções de plantas, animais, conchas ou pedras, mas, dadas as suas contribuições sobre família, compadrio, maternidade, infância, conventos e recolhimentos, trabalho, condições de diferenciação, relações entre grupos étnicos e nacionais, descrições de cerimônias, festas, costumes funerários e religião, podem ser consideradas como antropólogas iniciantes¹⁹⁰.

Em relação ao desinteresse pelos relatos de viagens femininas, Moreira Leite afirma que, mesmo em número reduzido, existem importantes registros que apontam para a presença feminina nas embarcações em muitos contextos. Seu estudo mostra que “De 1800 a 1850, dos 80 livros selecionados, apenas 5 foram de mulheres, sendo que a primeira, Rose de Freycinet (1817), embarcou clandestinamente, disfarçada de homem”¹⁹¹ na companhia de seu marido, Louis Claude de Soulces Freycinet, para uma viagem ao redor do mundo, entre 1817 e 1820, em um navio militar chamado Uranie. A partir dessa viagem, Rose começa a fazer registros em diário pessoal, no formato cartas para uma amiga. Além disso, quando essas mulheres chegavam aos territórios de destino, também participavam de outros deslocamentos para que

¹⁸⁷ SZURMUK, SZURMUK, M. *Miradas cruzadas: narrativas de viaje de mujeres en Argentina (1850-1930)*. México: Instituto Mora, 2007, p. 14.

¹⁸⁸ LEITE, M. L. M. Mulheres viajantes no século XIX. In. *Caderno Pagu - Núcleo de estudos de gênero*, Campinas: Editora da UNICAMP, n.15, p.129-143, 2000.

¹⁸⁹ Rose de Saulces Freycinet (1817/ 1820), Elisabeth Cary Agassiz (1865), Maria Graham (1821), Carmen Olivier de Gelabert (1870), Langlet Dufresnoy (1835), Marianne Moore (1872/1873), Baronne E. de Langsdorff (1843/ 1844), Annie Brassey (1876), Ida Pfeiffer (1846), Ina von Binzer (1881), Adèle Toussaint-Samson (1851), Marguerite Dickens (1886/1888), Virginie Leontine B. (1857), Teresa da Baviera (1888), Isabel Arundel Burton (1858), Marie Robinson Wright (1889) e Marie Barbe van Langendonck (1860).

¹⁹⁰ LEITE. Op. cit., p.17.

¹⁹¹ Idem. Ibidem., p.18

fossem acomodadas ou direcionadas aos seus novos espaços de vivência e contextos. Como diz Paul Zumthor, seja qual for o deslocamento, será sempre uma viagem, um percurso e fará mudanças na região em todos os sentidos¹⁹².

Ou seja, mesmo sendo a intrepidez das viagens levada a cabo por homens, mulheres atravessaram os oceanos e a presença delas foi determinante para a consolidação de situações específicas nas expedições de reconhecimento, na ocupação de novos continentes, na posse e no povoamento dos territórios além-mar, na interiorização e na consolidação territorial, ou seja, elas foram “[...] protagonistas e artífices dos processos coloniais, dos capítulos emancipatórios e dos fenômenos migratórios até o presente século”¹⁹³. Personagens cujos deslocamentos e registros a historiografia tradicional insistiu em ocultar, mas que ao viajarem e registrarem suas viagens e impressões, construíram suas histórias, deixando nos relatos uma forma especial de subjetividade com ênfase na vida privada e seus espaços de convivência, abordando temas relacionados ao convívio familiar, à vida cotidiana e suas singularidades.

O livro de viagem – uma das formas mais antigas de literatura – também deu origem às reflexões a respeito das diferenças entre as sociedades humanas. Adquiriu diversas formas através do tempo e é um produto intermediário entre os documentos pessoal (diário íntimo e correspondência) e o relatório oficial (memória descritiva com objetos políticos, econômicos e educacionais). Sua utilização como documento da história da mulher provém desse caráter intermediário¹⁹⁴.

Ainda que não seja objeto de estudo desta pesquisa trazer as viagens promovidas pelo tráfico de escravos, é sempre bom salientar que as mulheres africanas trazidas para o Brasil pela escravidão, desde o século XVI, também fizeram parte do contexto das viagens. Se considerarmos os números de viajantes, os diversos grupos de mulheres cativas roubadas e trazidas nos porões dos navios, que atravessavam o Oceano Atlântico chegando ao Novo Mundo, constituíam contingente expressivo de viajantes. Só no Brasil,

[...] o grupo de desembarcados é composto por 1.000 escravos, que foram repartidos em 750 homens e 250 mulheres, na proporção de 3 homens por mulher, tida como mediana. A distribuição etária é majoritariamente jovem, sendo que a idade média dos homens foi fixada em 19,0 anos. Para considerar os relatos que falam da preferência por mulheres com perspectiva de maior vida reprodutiva, a idade média das mulheres foi fixada em 17,0 anos e sua distribuição é mais concentrada nas idades mais jovens. Todos esses

¹⁹² Cf. ZUMTHOR, 1994.

¹⁹³ GUARDIA. Op. cit., p. 9.

¹⁹⁴ LEITE. Op. cit., p. 27.

parâmetros podem ser alterados nos cálculos, para refletir análise de sensibilidade ou interesse em examinar características específicas¹⁹⁵.

Claro que o contexto das viagens dessas mulheres, em particular, mudou suas existências, inserindo-as em um *mundo em compartimentos*, que produzia constantemente provas ideológicas de que índios e escravos africanos não comungavam do *status* de humanidade. Uma tal perspectiva validava situações de violência para garantir que cada um se mantivesse em seu lugar.

Maria Firmina dos Reis, em seu romance *Úrsula*, de 1859, mesmo que ainda presa ao cenário africano imaginado, idealizado e eurocentrado do escravo, consegue captar as profundas mudanças na vida das mulheres negras que vieram para o Brasil sequestradas para a escravidão. A autora dedica um capítulo inteiro à escrava Susana e mostra em que medida a viagem que a trouxe para a colônia foi capaz de transformar radicalmente sua realidade. Maria Firmina denuncia em seu romance as condições das mulheres e dos negros na sociedade do século XIX e busca mostrar que havia em muitos negros escravizados a consciência da opressão a que estavam submetidos.

Para caber a mercadoria humana no porão, fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davamos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros. Mesmo nessas condições eles se revoltam e então, da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos e veio dar morte aos cabeças do motim. A preta Susana resiste e para que? Para desembarcar e enxergar outro quadro dantesco, a dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade, foram sufocadas nessa viagem pelo horror ao aspecto de meus irmãos. Seus sofrimentos, porém, ainda não haviam findado: escrava do vilão, acabará morrendo em suas mãos, torturada e acorrentada num calabouço úmido¹⁹⁶.

Outros depoimentos de viajantes do século XIX nos fornecem muitas informações sobre a trajetória das mulheres cativas, que tiveram suas vidas interrompidas ao serem retiradas de seus territórios, e sobre a forma como seus mundos tiveram de ser construídos em regiões hostis. Em grande parte, os depoimentos são testemunhos compassivos das precárias condições a que estavam submetidas essas mulheres nas regiões das grandes lavouras ou nos centros urbanos,

¹⁹⁵ MOURA FILHO, H. Demografia da escravidão, um micromodelo dos efeitos do tráfico. *Munich Personal RepPEc Archive*. Munique, Alemanha: Munich University Library, 2005, p.6.

¹⁹⁶ REIS, M. F. dos. *Úrsula*. 2ª ed. Prólogo de Horácio de Almeida. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Ed., 1975, (Impressão fac-símile), p.116-117.

como aponta Nísia Floresta, viajante do século XIX, que ao tratar do tema escravidão no território brasileiro e das mulheres negras cativas, não deixa de explorar os percalços causados na viagem da África ao Brasil. Sua crítica recai sobre a dura realidade que a viagem vai proporcionar às mulheres negras cativas e a trajetória difícil que cada uma teve de suportar ao chegar ao Brasil.

Ó minha pátria querida, Éden desse mundo imenso e extraordinário, reaparecido ao olhar deslumbrado de Colombo, deixa, ah! Deixa livremente explodir de teu nobre peito o grito humanitário, que sufocas penosamente, por força dos deploráveis preconceitos transmitidos por teus antigos dominadores de além-mar! Sê conseqüente com as instituições es livres que te regem, com a religião que professas: quebra, oh! quebra os grilhões de teus escravos!¹⁹⁷.

Nísia Floresta critica toda a forma de domínio estabelecido entre seres humano e aponta a escravidão como o estágio mais severo de degradação de um povo. Nesse sentido, assume as causas abolicionistas e passa a denunciar, por meio da escrita, as péssimas condições de vida a que às mulheres escravizadas estavam submetidas. Segundo Zumthor (1994), deslocamentos são viagens que apresentam mundos diferentes para pessoas diferentes em períodos diferentes, algo a que as mulheres escravizadas vivenciaram no mais alto grau de crueldade nas Américas, fazendo do mar o ponto de contato entre três continentes, Europa, África e América e “Durante séculos, por mais incrível que pareça esse duro e ignóbil sistema escravocrata desfrutou a fama, sobretudo no estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano”.¹⁹⁸ Realidade que, dificilmente, conseguiremos encontrar nos relatos de mulheres viajantes negras e que a historiografia brasileira ainda esta prenehe de precisar.

2.5: Atravessando séculos

Atravessando oceanos, o século XIX entra na História das Américas trazendo novas perspectivas às viagens e seus registros. O mar, até então objeto de disputas e rivalidades impulsionadas, principalmente, pelos interesses de mercado¹⁹⁹ e pelas disputas por espaços coloniais, amplia-se no tempo das viagens, aumentando muito o número de viajantes mulheres

¹⁹⁷ FLORESTA, apud DUARTE, C. L. *Nísia Floresta: vida e obra*. 1a ed. Natal: UFRN, 1995, p.51.

¹⁹⁸ NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016, p.59.

¹⁹⁹ MICELI, P. C. *O desenho do Brasil no teatro do mundo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012, p. 19.

e de relatos femininos. Estes registros exibiam mudanças, que passaram a ser assumidas ao menos por um grupo seletivo de mulheres viajantes, mostrando que os seus deslocamentos tinham outros encantos, como o turismo, ou seja, viajar torna-se uma prática prazerosa de apreciação, lazer e descanso sem outra finalidade. A vontade de passear teve início durante o período do romantismo, no final do século XVIII, e ganhou maior frequência ao longo do século XIX. Assim, aos poucos, os temas fundamentais que estavam sempre presentes nas literaturas de viagem do século XVI ao XVIII, com narrativas repletas de investidas de piratas e infortúnios de naufrágios,

[...] a que estavam sujeitos os veleiros da primeira metade do século XIX foram dando lugar a linhas normais de navegação a vapor, mais rápidas e baratas, admitindo, com o lazer da classe média e alta, o aumento do número de passageiros em geral e um aumento proporcional de passageiras e de serviços nos navios²⁰⁰.

Assuntos antes periféricos, como o prazer do vento no rosto, o sentimento de liberdade e o sabor das coisas novas, passaram a ganhar espaço em virtude de uma série de transformações, entre elas, a possibilidade de viajar pelo prazer. Ao mesmo tempo, os avanços tecnológicos dos meios de transporte marítimo e o crescimento econômico das regiões metropolitanas permitiram o aumento da renda de determinados grupos sociais, que passaram a investir em passeios turísticos durante o tempo ocioso²⁰¹.

Viagens com objetivo de estudos científicos, historiográficos, antropológicos e botânicos levaram grupos de naturalistas a buscar o exótico e o novo. “Para eles, o viajante não podia ser um simples espectador, mas sim um ator de passagem, observador atento da realidade, exercitando diante dela a arte de pensar [...]”²⁰². Assim, muitos dos pesquisadores estrangeiros viram no Brasil campo fértil para o desenvolvimento de estudos científicos sobre os povos e as belezas naturais da região, produzindo registros diversificados em relação aos territórios visitados.

A percepção da América como lugar do exótico alimentou de tal forma as expectativas dos europeus que se dirigiam para os diferentes países deste continente, ao ponto de alguns, por vezes, se mostrarem decepcionados ao notarem a assimilação de hábitos europeus pelas populações locais²⁰³.

²⁰⁰ LEITE. Op. cit., p. 17.

²⁰¹ FRANCO. Op. cit., p. 18.

²⁰² LEITE. Op. cit., p. 17.

²⁰³ FRANCO. Op. cit., p. 260.

As viagens de circum-navegação trouxeram naturalistas e artistas que integravam expedições científicas seguindo as pegadas e as orientações da ciência moderna de Humboldt, pesquisador das ciências naturais que observava os habitantes dos territórios que percorreu e as línguas antigas e modernas que falavam²⁰⁴.

Grande parte dos viajantes “cientistas” passaram a constituir a elite intelectual e a promover estudos em vários campos das ciências naturais, valendo-se dessa condição privilegiada para elaborarem pensamentos classificatórios, qualificando ou desqualificando os grupos que encontravam em suas viagens. Estudos carregados por um tipo de pensamento caracterizado como *evolucionista* justificavam a necessidade do domínio e controle das sociedades visitadas, consideradas “infantis” e ainda em formação, conforme Varnhagen, pela ideia de salvação civilizatória.

[...] o olhar de Varnhagen sobre a história do Brasil é, portanto, o olhar do colonizador português. Ele inicia a corrente de interpretação do Brasil que articulará os sentimentos e interesses dos “descobridores do Brasil”. Ele reconstrói o Brasil, sintetiza os seus diversos ritmos temporais, submetendo-os à lógica do descobridor e conquistador. O vencedor tem todos os direitos. Vencedor, o português tem todos os direitos. Vencedor, o português impôs a sua superioridade étnica, cultural e religiosa. Eis o seu silogismo (ou sofisma?) básico!²⁰⁵.

Nesse sentido, Reis corrobora com Stella Maris Franco sobre as percepções europeias em relação às Américas. Franco direciona sua análise para as questões de ordem hierárquica e de poder que se mantiveram em épocas posteriores aos processos de independência da América Latina. Reis (2006) pontua que, no tocante ao plano cultural e simbólico, os relatos de viagem, as imagens e a visão da natureza expressavam uma perspectiva acentuadamente eurocêntrica, sobretudo no que se refere aos processos de racionalização humana.

Discursos como os produzidos por Von Martius (1794-1868) e Varnhagen (1816-1878) sobre os “males da origem” social causados pela miscigenação entre negros e índios no Brasil, reproduziram-se em muitos relatos de viagem e tomaram corpo com as percepções hulboldtianas sobre o estado primal da natureza brasileira, apesar de exuberante e magnífica. Para esses autores, a condição primal tornaria a sociedade fadada à hibridação, produzindo um

²⁰⁴ HUMBOLDT, A.; BONPLAND. *Personal narrative of travels to the equinoctial regions of America during the years 1799-1804*. Trad. e ed. Thomasiner Ross. London; New York: G. Routledge and Son, v.3, 1851. Humboldt apontava que a compreensão do mundo não deveria estar limitada à pura contemplação da natureza, mas as conexões internas possíveis a serem percebidas mediante técnicas e instrumentos científicos que lhe permitissem mensurar e quantificar os fenômenos.

²⁰⁵ REIS, J. C. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 33.

tipo específico de indivíduo caracterizado pela inaptidão. Essa concepção foi retratada em muitas imagens e escritos de viajantes estrangeiros, passando a compor os relatos de mulheres que também viajavam. Assim, temas relacionados às singularidades da natureza e da civilização encontraram lugar nos relatos femininos, indicando que essas escritoras tinham a preocupação de trazer as percepções do que viam durante os deslocamentos. Entretanto, a forma de perceber seguia a ideia de que “[...] no Brasil as instituições eram inexistentes e de que sua população era majoritariamente constituída de povos que viviam em estado primitivo [...] em incipiente processo civilizacional”²⁰⁶.

Esse pensamento está presente de forma explícita nos relatos da inglesa Marianne North (1830-1890), que chegou ao Brasil em 1872, abandonando os contrastes e a opressão da era vitoriana e aventurando-se nos trópicos a fim de vivenciar outras culturas. Aristocrática, North teve contato direto com o ideário escravista e abolicionista da elite brasileira e conviveu de forma harmônica com as mulheres da alta sociedade. No Brasil, ela fazia parte de um mundo aristocrático distante das questões sociais e disputas político-territoriais, que sacudiam o país no final do período imperial. Desacordos entre índios e colonos ou conflitos étnico-raciais decorrentes da escravidão no Brasil eram vistos de forma restrita, sendo elaborados mediante as relações “externalistas” moldadas conforme as concepções da elite escravagista da época, tanto que, ao se referir à escravidão, North toma pra si um discurso com profundo viés escravista: “[...] É um erro supor que os escravos não são bem tratados, em todos os lugares os vejo sendo mimados como mimamos animais de estimação e, em geral, estão sempre sorrindo e cantando”²⁰⁷.

Ao comparar escravos e animais, North revela relações de racismo e poder conflitantes que determinaram a invenção e a fabricação de si e do outro em sua época, bem como a distinção entre público e privado na constituição de si e a forma como cada um lida com suas vidas nesse processo de subjetivação. Nessa construção ideológica, os indivíduos são produto desse processo e, muitas vezes, obrigados a assumir os modelos que circulam na sociedade. Ou seja, embora abandonar a Inglaterra tenha significado para ela romper com algumas das amarras que a constituía, preconceitos e desigualdades de gênero, classe ou etnia, North não conseguiu ver no outro as mesmas amarras, que o classificam como inferior ou oprimido. Sua realidade privilegiada obscureceu seu olhar em relação à opressão aos escravos.

²⁰⁶ FRANCO. Op. cit., p. 261.

²⁰⁷ BANDEIRA, J. *A viagem ao Brasil de Marianne North 1872-1873*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 2012, p.159.

[...] ainda que leis para a emancipação futura desses escravos estejam aprovadas, este será um processo muito gradual, com vinte anos sendo ainda necessários antes de achar-se plenamente realizado. Teria sido melhor, talvez, se os nossos antigos legisladores não tivessem sido tão apressados e tão arrebatados pela ideia absurda de ver “em cada homem, um irmão”²⁰⁸.

Cenário que, mesmo após nossa tardia abolição, levou ao sentimento generalizado de marginalização social dos negros, com argumentos construídos baseados nos aspectos biológicos vigentes. Isso reafirma a ideia de que na construção Nacional, as discussões relacionadas aos negros estavam longe de ser elaboradas. Havia configurações com o objetivo de validar teorias raciais de toda a ordem e construir critérios de alteridade que ultrapassavam as questões étnicas, infiltrando-se nos campos religiosos, geográficos e sexuais. Dessa forma, produzia-se um tipo de historiografia determinista, racional e objetiva que classificava as pessoas, a partir dos aspectos físicos.

Surge “Um novo racismo científico que acionava uma pletera de sinais físicos para definir a inferioridade e a falta de civilização, assim como estabelecer uma relação obrigatória entre aspectos internos e externos dos homens”²⁰⁹, conformado como estigma que se estendia aos indígenas, ironicamente versados pela literatura romântica e nomeados pelos intelectuais da época como os legítimos representantes da terra e da brasilidade. No entanto, a realidade os relegou ao isolamento das florestas, excluídos das modernidades que as cidades começavam a vivenciar.

Como escreve Schwarcz, são Brasis que se organizavam entre a modernidade e a tradição, divididos por diferenças raciais, regionais e culturais que não conseguiam esconder (e ainda não conseguem) as intensas políticas de exclusão e distanciamento. Brasis perdidos pelos sertões longínquos da realidade, mas presentes na imaginação, ou nas florestas fechadas²¹⁰.

Espaços coloniais observados por viajantes estrangeiros e relatados em diários com todo o dissenso isolacionista e racial vivenciado por grupos afastados dos grandes centros promotores do processo “civilizatório”, aquilo que Stuart Hall,²¹¹ entende como realidade difusa das elites locais, glorificadas pelo *status* de promoverem processos de colonização, que desqualificavam as comunidades e os espaços geográficos, amparados por aparatos científicos, a fim de manterem a hierarquia dentro da fronteira nacional.

²⁰⁸ Idem. *Ibidem.*, p.159-160.

²⁰⁹ SCHARCZ, L. M. *História do Brasil Nação: a abertura para o mundo (1889-1930)*, v. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 21.

²¹⁰ Idem. *Ibidem.*, pp.21-22

²¹¹ HALL, S. *Dá diáspora, identidades e mediações culturais*. 2ª ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: UFMG, 2013.

2.6: Novos protagonistas a bordo

Percebe-se, portanto, que viajar não só assumiu novos significados, permeados pelos desejos, curiosidade e pela busca por conhecimento, como também passou a incorporar outros protagonistas: *mulheres* que começaram a circular pelo mundo e a registrar seus caminhos e percepções, rompendo com uma tradição que desde os séculos precedentes pertencia aos homens.

Significa aportar em campos heterotópicos, que ampliam a sutileza historiográfica proposta pelos estudos de gênero, ao retomar a memória histórica das mulheres em seus amplos espaços de atuação, devolvendo-lhes o protagonismo não só de suas vidas, mas das mudanças que induziram no processo de formação social: “[...] uma transferência humana de culturas continentais e nacionais, de identidades particularizadas pelas mentalidades e políticas de gênero que deixaram sua marca no contexto que lhes impulsionou a viver”²¹².

Como mencionado anteriormente, não são muitos os estudos que abordam o papel das mulheres viajantes, menos ainda aqueles que se detêm em apresentar suas viagens com destino ao “Novo Continente” e os roteiros pelo interior desse vasto território. Porém, com um olhar mais cauteloso e menos preconceituoso, pode-se perceber o quanto mulheres, arrastadas ou não pelos laços da servidão, do matrimônio ou da prostituição, costuravam vestidos e babados pela sua necessidade de viajar, de conhecer o novo, de trabalhar e construir família ou fugir do cotidiano moldado e idealizado pela sociedade patriarcal.

E como a história é sempre uma “construção a partir dos fragmentos” apropriados pelo historiador, cada estilhaço da embarcação, com perfume ou não, é possível formular explicações para fatos em sua singularidade²¹³. Se os escritos femininos se diferenciam dos registros produzidos por homens e apresentam assuntos ignorados pelos relatos masculinos, em grande parte são eles que, tratando de temas domésticos, falam da casa, do convívio com os filhos e com os “criados”, a arte da culinária e tantos outros assuntos cotidianos. São relatos que revelam a individualidade, o “eu pessoal” das mulheres que os escreviam, em consonância com a sociedade que as produziu.

[...] a mulher viajante rompia alguns dos padrões mais incorporados e difundidos no século XIX [...]. Não apenas a viagem é uma ampliação desmedida do espaço socialmente atribuído às mulheres, como aquelas que escrevem e publicam transgridem outros padrões aceitos para a vida feminina

²¹² GUARDIA. Op. cit., p. 9.

²¹³ MICELI. Op. cit., 2010, p. 25.

– que sejam caladas e sofridas e estabeleçam os elos entre as diferentes gerações da família de que fazem parte²¹⁴.

No que diz respeito às viagens intercontinentais, os textos produzidos por homens europeus e suas viagens às Américas sempre foram tomados como referência na historiografia, dessa forma, as viagens intercontinentais, ou regionais, perdiam interesse diante dos relatos das tragédias de um naufrágio, das desventuras de uma viagem malsucedida ou da alegria das descobertas. Por consequência, as viagens de caráter mais localizado constituíram-se em um tipo de categoria de relatos pouco explorada pela historiografia. Este também é o pensamento de Stella Maris Franco ao se referir à rarefeita preocupação com esses estudos e a quase inexistente catalogação geral das fontes disponíveis, seja da documentação veiculada pela imprensa ou dos relatos não publicados²¹⁵. Se essa falta de entusiasmo com as narrativas interioranas provinciais acontece em relação aos registros masculinos, que dirá com os relatos produzidos por mulheres provincianas interioranas.

Pouco explorados, os registros produzidos por viajantes latino-americanos, que descreviam as especificidades de seus territórios e suas belezas, ocorriam apesar da influência das concepções e classificações europeias de civilização. Suas viagens e anotações aconteciam nas mais variadas situações e, em muitos casos, tinham como objetivo buscar soluções para problemas pontuais recorrentes em seus territórios de origem. Houve intelectuais latino-americanos que saíram do estado de “visitados” para assumirem o *status* de “visitantes”, partindo para a Europa a fim de compreenderem os pensamentos, as artes e a história desse continente. Apesar de muitos incorporarem a lógica civilizatória do colonizador, outros se mostravam reticentes em aceitá-la, construindo um forte movimento para desmistificar a ideia naturalizada de exótico e exuberante como algo intrínseco às sociedades latino-americanas.

Silenciadas até então, as histórias das mulheres escritoras ficaram no esquecimento, presas num espaço-tempo passado “[...] que não se interessava pelo conhecimento da condição feminina (distinta e característica dentro da condição humana geral)”²¹⁶. Entretanto, muitas dessas histórias resistiram ao tempo em função dos diários pessoais ou dos livros de memórias que elas produziram. Certamente nem todas as mulheres passavam pelo mesmo contexto de inserção social, posto que diferenças existiam em todos os campos: do geracional, ao social, econômico e cultural. Basta lembrar que o recorte dessa pesquisa, mulheres viajantes que

²¹⁴ LEITE, M. L. M. *Livros de Viagens*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012, p. 100.

²¹⁵ FRANCO. Op. cit., p.21.

²¹⁶ LEITE. Op. cit., 2000, p.30.

escrevem relatos, nos leva as mulheres brancas da elite colonial brasileira que não reconheciam as mulheres na escravidão, as mulheres indígenas e as mulheres “mestiças”, gerando relações nada cordiais entre elas. Ou seja, na relação entre mulheres e viagens, considerava-se uma classificação que determinava a importância dada à presença delas nas embarcações e nos locais onde passariam a viver. Esse estatuto feminino passava pela ordenação social, conduta moral e pelo papel que elas assumiriam nas cidades ou regiões que viveriam.

Nas viagens, a logística dos deslocamentos femininos determinava a forma como essas mulheres seriam conduzidas às suas novas moradias. Essa organização compreendia desde a divisão espacial nas embarcações até o planejamento e a infraestrutura dos locais para onde elas eram levadas. E como sempre, toda essa estrutura era arquitetada pela mente masculina, confirmando a força e o poder dos homens do Estado e da Igreja em relação às mulheres e o consenso do cumprimento de mecanismos de controle sobre a vida delas.

Álvarez, em relação à atuação dos homens na chegada das mulheres nas colônias da América espanhola, toma como base as correspondências masculinas trocadas entre os poderes políticos metropolitanos e coloniais em relação ao planejamento dos espaços femininos. O estudo dessas correspondências mostra as pretensões e preocupações em relação à viagem e à chegada dessas mulheres no “Novo Continente”, ao mesmo tempo, evidenciam que a escolha dos locais ocorria de forma seletiva e programada, tendo como princípio o recolhimento e a clausura, a fim de separá-las do mundo a sua volta.

As ações articuladas entre Igreja e colonos tratavam o espaço de recolhimento das mulheres como uma das formas de manter a reprodução da ordem colonial²¹⁷, consolidando-se como literais grades de isolamento seletivas que mantinham separados os grupos de mulheres. Mecanismos de controle davam novos sentidos ao lugar que cada uma delas deveria ocupar naquela sociedade. Na medida em que essas mulheres foram submetidas aos modelos delineados pela sociedade patriarcal, imprimiram-se as formas pelas quais as mulheres deveriam se submeter

[...] mais ou menos completamente a um princípio de conduta, pela qual obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição, pela qual respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desses aspectos da moral deve determinar de que modo, e com que margem de variação ou de transgressão, os indivíduos ou grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo, que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles tem consciência mais ou menos clara²¹⁸.

²¹⁷ ALVARÉZ, P. M. Mujeres que viajaron de España a la América Colonial. In: *Viajeras entre dos mundos*, Santa Maria: Pallotti, 2010.

²¹⁸ FOUCAULT, M. *O Uso dos prazeres e as técnicas de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1993, p. 211.

2.7: Mulheres e embarcações

De forma lenta e gradual, o espaço destinado às mulheres nas embarcações foi um processo de conquista²¹⁹ associado à modernização dos transportes. Primeiro, os “[...] veleiros da primeira metade do século XIX foram dando lugar às linhas normais de navegação a vapor, mais rápidas e mais baratas”²²⁰. Depois, com o aumento do número de passageiros, sobretudo da elite média e alta, ocorreu o reestabelecimento dos serviços e a qualificação dos serviços, indicando uma reelaboração das funções e atividades dentro dos navios. As viagens diversificaram-se, possibilitando mudanças nos relacionamentos e no interesse pelos deslocamentos, bem como o aumento dos personagens das embarcações.

Ao cruzarem as fronteiras, as mulheres que vieram para o Brasil a partir do século XIX encontraram outras mulheres e com elas criaram relações que reproduziram um tipo específico de construção social, determinado por regras e modelos conforme às especificações masculinas da época, que lhes ditavam as formas de ser e de se portar no mundo, bem como as obrigações que deveriam assumir como boas mulheres, esposas, mães e educadoras. Essas relações corroboraram para uma construção social, que afinal é anterior, trazida pela perspectiva europeia, mesmo que tenha se adaptado a uma nova conformação em território adverso. O objetivo era fazer com que o direito doméstico assegurasse o triunfo da razão, pois, ele enraizaria e disciplinaria a mulher, abolindo a vontade de fuga, seja mental ou espacial²²¹.

As mudanças em relação ao papel das mulheres na sociedade passaram a ser mais expressivas com a consolidação do capitalismo e a ascensão da emergente burguesia do início do século XIX, fatores que influenciaram na alteração do ritmo doméstico das famílias burguesas do Brasil, consubstanciando hábitos e preocupações de caráter moral e oferecendo alternativas de convivência social para a ocupação do tempo nas atividades femininas e nas relações de afeto. Buscava-se como ideal “um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposas dedicadas ao marido, às crianças, e desobrigadas de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social”²²². Tratava-se de

²¹⁹ LEITE. Op. cit., 2012, p.16.

²²⁰ Idem. Ibidem., p. 17.

²²¹ PERROT, M. (Org.). *A história da vida privada: da Revolução Francesa à primeira guerra*. Coleção A História da Vida Privada, v. 4, São Paulo: Companhia de Bolso, 2012, p.136.

²²² D’INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 10ª ed., 2013, p.223.

muito importante e que combinava com os novos padrões burgueses, espelhando modelos aristocráticos portugueses e ingleses.

Em meados do século XIX as cidades mudaram, as ruas ganharam calçadas e as casas, por sua vez, assumiram outra condição, abrindo-se ao convívio social. Dessa forma, ampliaram-se as relações de vizinhança e as casas se tornaram mais acolhedoras com jardins volumosos, corredores verdes, sala de leitura e de eventos sociais. De fato, foi um período de mudanças nos costumes, mas também na forma de ocupar e viver nas cidades. Com a reestruturação e reorganização dos espaços públicos, pelas políticas públicas que regulamentavam a limpeza dos centros urbanos, os pontos de abate e criação de animais foram reduzidos ou transferidos para as periferias. Estabeleceram-se medidas higiênicas e de saúde com o apoio da recente Faculdade de Medicina, a Escola de Cirurgia da Bahia, criada em 18 de fevereiro de 1808, sob orientação do médico pernambucano Correia Picanço, que passou a auxiliar na elaboração de propostas e medidas para sanar tudo aquilo que comprometesse a higiene dos espaços de utilidade comum. Ao mesmo tempo, essas medidas atribuíram aos locais públicos outro significado, impondo restrições à população pobre e delegando o controle desses espaços às elites governantes. Leite enfatiza que as participações femininas em eventos, mesmo que de cunho religioso, eram oportunidades para que as mulheres ingressassem no espaço público “[...] protegida ou mediada por parentes ou escravos”. Dessa forma, como ponto de fuga,

[...] a Igreja era menos um local sagrado de culto e oração que um centro associativo exterior e integrador das famílias e das diversas camadas da população. Os cuidados com a igreja e com os preparativos das cerimônias que se sucediam ocupavam permanentemente as mulheres. Era preciso fazer flores, bordar toalhas e paramentos, preparar asas auréolas, enfeitar andores e altares; quando não fabricar velas, castiçais, véus e rendas. O comparecimento às missas, rezas e novenas era diário [...] ²²³.

O que não quer dizer que, ao mesmo tempo, essas mulheres não escondessem, nos espaços reservados dos aposentos de suas casas, as angústias, vontades, segredos e os desejos mais íntimos, delimitando espacialmente o que era público e o que era privado. Ou seja, “[...] existia também o espaço pessoal da mulher, onde ela desenvolvia atividades habituais”²²⁴, entre elas, a escrita em diários pessoais.

As famílias aristocráticas, atentas aos modos da corte portuguesa desde 1808, quando chegaram ao Brasil, trouxeram um ideal de sofisticação e bons modos, que reestruturou os

²²³ LEITE. Op. cit., 2000, p. 59.

²²⁴ Idem. Idem.

papéis das pessoas nas casas, nas relações, sentimentos e sensibilidades, transformando a sociabilidade e o convívio. Produziu-se um tipo de imaginário seletivo, que valorizava o amor familiar e o cuidado com o marido e filhos, situação que redefiniu “[...] o papel feminino e ao mesmo tempo reservou para as mulheres novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico”²²⁵. Dessa forma, em um plano simbólico, as mulheres eram obrigadas a garantir a imagem do restante da família, principalmente, a da figura masculina a quem eram ligadas. Portanto, eram constantemente vigiadas, avaliadas e observadas pelos pais, maridos e pela sociedade. Ser protagonista da história vivida era condição oferecida a poucas e de preferência restrita ao espaço doméstico, em situações relacionadas ao cuidado com os filhos, aos bordados e à organização da casa. Essa concepção estava presente na medicina moderna do século XIX, que se apropriou das ideias do filósofo Rousseau, no que se refere à natureza do homem, apresentada na obra *Emílio, ou da educação*, escrita em 1762.

O que Sofia sabe mais a fundo, e que lhe fizeram aprender com mais cuidado, são os trabalhos de seu sexo, mesmo aquele de que não se lembram, como cortar e costurar seus vestidos. Não há trabalho de agulha que não saiba fazer e que não faça com prazer; mas o trabalho que prefere a qualquer outro é o de fazer renda, porque nenhum outro da atitude mais agradável e em nenhum os dedos se exercitam com mais graça e ligeireza. [...] Feita um dia para ser mãe de família, ela própria governando a casa paterna aprende a governar a dela²²⁶.

Em geral, as mulheres aristocratas que vieram para o Brasil estabeleceram uma relação de abnegação com a sociedade e eram educadas para o sacrifício. Estavam inseridas em um corpo social que exigia posturas institucionalizadas, como os modelos de boas esposas e de boas mães. Situação exposta por José de Alencar no romance *Senhora*.

Felizmente D. Camila tinha dado a suas filhas a mesma vigorosa educação que recebera; a antiga educação brasileira, já bem rara em nossos dias, que, se não fazia donzelas românticas, preparava a mulher para as sublimes abnegações que protegem a família, e fazem da humilde casa um santuário²²⁷.

Sendo assim, diante de tantas pressões em direção à boa conduta, as crises de choro, de ciúmes e de desespero, que não eram incomuns, naturalizavam a ideia da condição feminina ligada à fragilidade e aos descompassos do seu temperamento, ora representado nos momentos de delírios, insanidade e histeria, ora na doçura e amabilidade de seus gestos e movimentos. A

²²⁵ D’INCAO. Op. cit., p. 230.

²²⁶ ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992, p. 473.

²²⁷ ALENCAR, J. de. *Lucíola, Diva e Senhora*. São Paulo: Cia. Suzano de Papel e Celulose, [s.d.], p. 174.

fera domada e seus desalentos surgia como uma voz calada nos discursos médicos, que apresentavam uma versão do feminino repleta de desacordos causados pela compreensão de sua constituição física, pelas conformações biológicas e pela concepção da condição feminina, típicas da medicina nascente do século XIX. Nela substitui-se a antiga ideia de possessão pela moderna superstição denominada histeria²²⁸, em vigor por todo o período, moldando e generalizando os sentimentos femininos. Situações cujos romances do século XIX souberam reproduzir.

Aluísio de Azevedo, por exemplo, no romance *O Homem*, descreve de forma clara a situação e o desconforto de Magda e a atenção médica oferecida a ela.

Não é coisa de cuidado; um abalo nervoso. Que idade tem ela?
Dezessete anos.
— É...! mas não convém que esta menina deixe o casamento para muito tarde. Noto-lhe uma perigosa exaltação nervosa que, uma vez agravada, por interessar-lhe os órgãos encefálicos e degenerar em histeria...
— Casamento é um modo de dizer, eu faço questão é do coito! — Ela precisa de homem! — Ora aí tem você!²²⁹.

Por outro lado, ainda que sejam muitos os indícios da omissão do feminino e da participação das mulheres em setores diversificados no Brasil, identificando-as ao campo do privado, algumas ressalvas precisam ser trazidas para a discussão, sobretudo, em relação às diferenças no trato das mulheres nos distintos territórios brasileiros. São mulheres diferentes em situações diferentes. Emília Viotti da Costa aponta que nem todas as mulheres estavam inseridas no quadro de menoridade “[...] da mulher dependente e do poder patriarcal com seu inegável viés classista”, como a lei impunha no século XIX.

Difícilmente se enquadrariam nesse retrato patriarcal as escravas, mulheres que trabalhavam como empregadas e amas de leite na casa dos ricos, as trabalhadoras da indústria, as prostitutas e vendeiras nas ruas das cidades, assim como as que, na zona rural, trabalhavam de sol a sol ao lado dos homens, ou aquelas que apareciam desde o período colonial nos censos como chefes de família²³⁰.

Maria do Carmo corrobora esse pensamento quando, ao viajar pelo território mato-grossense descreve as fortes mulheres usineiras que encontra em Cuiabá cuidando da produção, inspecionando os engenhos, criando animais e fazendo as honras da casa. Em termos numéricos

²²⁸ TELLES. Op. cit., 2012, p. 185.

²²⁹ AZEVEDO, A. de. *O homem*. São Paulo: Martin Claret, 2003, p.14-15.

²³⁰ COSTA, E. V. *Da monarquia à república*. 8ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007, p.496.

eram a maioria das mulheres no território, sobretudo porque, sendo o Mato Grosso uma região de fronteira, as campanhas militares retiravam os maridos do convívio familiar delegando às mulheres o controle administrativo das casa, usinas e comércios. Conta Maria do Carmo que D. Demethilde de Metello, mulher progressista e visionária, operava as máquinas do engenho desde a morte do marido Dr. Metello. “Ela cuiabana inteligente e amiga do progresso, que pensava até convicta no caminho de ferro de Cuiabá ao Rio de Janeiro[...]”, tratava das atividades domésticas e da educação dos filhos ao mesmo tempo que administrava os processos produtivos da usina, comprando ações e tratando das especulação financeira.

Entre os intelectuais e romancista do século XIX são emblemáticos os pensamentos a respeito das mulheres e seus papéis na sociedade e, em grande maioria, os textos reproduziam os discursos médicos no qual a maternidade estava articulada às demandas da Natureza e da sociedade. No cerne dessa “construção ideológica as mulheres passaram a ser vista como um elo importante entre os dois Estados, ou seja, cumprindo as leis da Natureza, sendo mães cuidadosas, nutrindo e educando seus filhos, as mulheres desempenhavam uma função social e moral [...]”²³¹ importante na formação de indivíduos saudáveis, íntegros e disciplinados. Para isso havia a necessidade de redefinir pela educação os papéis das mulheres-mães na sociedade a começar pelas mudanças de hábitos consideradas moralmente impróprios pela sociedade. Tudo isso dependeria de um programa pedagógico disciplinar que garantisse a instrução e a saúde feminina, mas sem comprometer a diferença entre os gêneros. Foram muitos os livros de origem francesa que tiveram aceitação entre o público feminino como *Educação das Mães de Família* (1834), de Aimé Martin; *Conselhos às Mães* (1837), de Théry; os livros do Monsenhor Dupanloup, *Da Educação e Mulheres Sábias e Mulheres Estudiosas* (1867), os de Michelet, e o livro *O Papel da Mãe na Educação dos Filhos* (1898), do Padre Didón. Seus conteúdos, ao defenderem “[...] a educação feminina não tinham em vista nenhum princípio igualitário, mas sim o de reforçar a segregação sexual ao apropriar-se dos saberes médico-científicos sobre o corpo feminino com a finalidade de dizer às mulheres que seu lugar era o lar, sob o controle amoroso de seu marido”²³².

Dessa forma, as mulheres começaram com muito cuidado a participar da vida social nas cidades. Nísia Floresta, deslocando-se pelo Brasil a partir de 1832, apresenta uma versão interessante no que se refere a certos estereótipos construídos sobre as mulheres brasileiras e seus estados de reclusão e religiosidade. Seus relatos indicam formas de socialização

²³¹ MARTINS, A. P. V. *Visões do feminino, a medicina da mulher no século XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 225.

²³² Idem. *Ibidem*.

específicas que poderiam ocorrer entre mulheres que rompiam com o “[...]ideal de comportamento feminino, segundo o qual a mulher só deveria sair de casa três vezes – para se batizar, casar e ser enterrada”²³³. Esse discurso tinha como pano de fundo a necessidade de validar a ideia de que as mulheres da colônia eram puras, passivas e enclausuradas e assim deveriam continuar. No entanto, essa forma de viver não era comum a todas as mulheres no Brasil.

Taunay enfatiza a tendência do diverso entre as mulheres no território brasileiro através da fala do personagem José, em seu livro *Inocência* 1983, que compara as mulheres do sertão com as do Rio de Janeiro: “Outra coisa é no rio... Não se lembra Mochu, da procissão de São Jorge? Aí é que sai às ruas uma tafularia de deixar a gente tonta de uma vez, de queixo caído. Umás tão alvas, outras cor de café com leite... crioulas chibantes”²³⁴. Mas, sua fala embebida pela modernidade representa a visão de superioridade da capital em detrimento ao ruralismo brasileiro interiorano nesse diverso feminino.

Se, por exemplo, no sertão, entre os séculos XVII e XVIII, a população brasileira era marcada pela presença masculina, no decorrer do século XIX, há um aumento significativo da população feminina com a vinda de casais do Norte de Portugal e Açores. Enquanto em 1826, para cada 100 habitantes havia 47 mulheres, em 1872, para a mesma porção de indivíduos, havia 49 mulheres. Eram 28.245 mulheres livres e 11.699 mulheres escravas em 1826²³⁵.

Lúcia Salsa Corrêa²³⁶ aponta que a região do Mato Grosso produziu formas de desenvolvimento social e econômico particulares e diferentes das apresentadas pela historiografia tradicional, permitindo a algumas mulheres assumirem outras funções além da maternidade. Mulheres que não eram descritas apenas pela beleza ou delicadeza, mas pelo dinamismo e inteligência, podiam ser referenciadas de forma discreta na como narra Maria do Carmo.

E já que falo de senhoras distintas, cumpro um dever mencionado D. Maria Leopoldina Fontes, pessoa muito inteligente, proprietária da *Usina do Aricá*, e hoje viúva. Era então casada com o coronel Fontes, honrada influencia política no baixo Cuiabá. Um dia, o profissional que montava as maquinas do engenho sentiu-se um tanto atrapalhado com a imprevista dificuldade. Pois bem, foi ela que a resolveu, e dali em diante, quando não havia quem dirigisse [...] tudo dependia da sua atividade, o que era causa de muito orgulho [...]²³⁷.

²³³ LEITE. Op. cit., 2012, p. 58.

²³⁴ TAUNAY, A. d’E, *Inocência*. São Paulo: Ática, 1983, p.58.

²³⁵ MIRIDAN, K. F. *O Piauí na primeira metade do século XIX*. Terezinha: Comepi, 1992, p. 35.

²³⁶ CORRÊA, L. S. *História e fronteira: o sul do Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande: UCDB. 1999.

²³⁷ REGO. Op. cit., 1897, p. 33.

Comportamento que não era incomum entre as mulheres do Mato Grosso, já que, assumir a casa e a direção dos negócios dos maridos na região fazia parte de um movimento de sobrevivência em uma região que se constituía como fronteira e o recrutamento forçado dos homens para o serviço militar era uma prática conhecida na região na tentativa de garantir a segurança e a defesa do território.

Capítulo 3: SEM PSEUDÔNIMO - MEMÓRIAS E DIÁRIOS PESSOAIS

De muitas maneiras, os estudos acerca dos escritos femininos em diários pessoais e em livros de memórias produzidos por mulheres viajantes do século XIX constituem-se em elementos significativos para a compreensão da literatura como espaço de conflitos e tensões vividos por mulheres que se arriscavam pela escrita. Tais estudos tornam-se mais relevantes no final da década de 70 quando as críticas feministas voltadas à categoria de gênero passaram a requerer em suas pautas temáticas que incorporassem o papel das mulheres nos campos literários, acadêmicos e culturais.

Dessa forma, a presença das mulheres na literatura, não como figurantes das produções literárias, mas como criadoras de narrativas que contavam suas próprias histórias, afirmaram-se no campo de investigação das ciências sociais, ao longo dos anos 70 e 80 (a princípio na Europa e nos Estados Unidos), mostrando que a literatura produzida por mulheres possuía aspectos que lhes eram próprios e originais e, portanto, diferentes dos modelos masculinos de expressão. Isso por sua vez, reflete a ideia de que “[...]os escritos femininos como assunto principal força-nos a fazer a transição súbita para um novo ponto de vantagem conceitual e a redefinir a natureza do problema teórico com o qual nos deparamos.”²³⁸. Ao mesmo tempo, demonstra que as maneiras representativas das figuras femininas fazem parte da tradicional literatura ocidental novecentista que, em sua maioria, era escrita por homens que ditavam os padrões de normalidades a serem assumidos pelas mulheres.

Uma das preocupações centrais dessa tese diz respeito às representações das personagens femininas associadas aos aspectos de fragilidade, passividade e abnegação e, portanto, impossibilitadas de escrever de si ou de outros. Assim, este capítulo traz para o centro do debate o diário pessoal e o livro de memórias de Maria do Carmo, na medida em que são eles tipos específicos de escrita atravessados, também, pelos discursos da época no que se refere às questões étnicas, raciais, científicas, sociais e culturais da época. Ao mesmo tempo, por meio das memórias de Maria do Carmo procura-se mostrar os aspectos fundantes que surgem em relação à sua compreensão de mundo, ou seja, se ela quando ela escreve assume o lugar da repetição dos conceitos e verdades da época; se busca a ruptura com os discursos em relação às mulheres e os indígenas e seus papéis na sociedade e o quanto ela também está se debatendo

²³⁸ SHOWALTER, E. A crítica feminista no território selvagem. Trad. Deise Amaral. In. HOLLANDA, H. B. de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 29.

com essas ideias. Seus escritos denunciam a ambiguidade de seus pensamentos a ponto de se questionar para quem e por que ela escreve. Dessa forma, ao trazer os escritos dessa personagem para o centro dos debates busca-se entender qual a intencionalidade da autora, sujeito enunciativo, quando constrói seu discurso em relação a ela e suas experiências como mulher viajante, mãe adotiva, colecionadora de objetos, escritora e tantos outros papéis que ela assumiu e registrou em seus escritos.

Sem pseudônimo, Maria do Carmo escreveu sendo ela e publicou como quis. Pouco fala do marido, só o necessário, referente ao seu cargo, sua reputação e seus feitos. Pouco fala da casa, de bordados ou arrumações. Seus relatos se voltam a ela mesma, às suas viagens, às expedições, ao contato com as comunidades indígenas, às peças que retira nas escavações, às conversas com os antropólogos estrangeiros com quem conviveu, com escritores, com as pessoas das comunidades locais e suas manifestações culturais e traz de forma simples suas percepções dos mundos que medeia. Mas, o principal e o incomum estão naquilo que aparece nas entrelinhas, nas revelações que ela faz sobre o que viveu com o filho adotivo e tudo aquilo que se revela para o leitor sobre ele.

Antes, porém, cabe ressaltar que as próprias pesquisas históricas ligadas às questões de gênero, produzidas a partir da década de 70, foram mostrando como a identidade feminina construiu-se ao longo do século XIX, e como a idealização de estereótipos em relação as mulheres apareciam nos discursos médicos produzidos pela ginecologia moderna. Era consenso afirmar que ser mulher era ser mãe, cuidadora da casa, dos filhos e do marido, significando, portanto, relega-la ao campo do privado e suas mazelas. Tal condição se fez presente em muitos dos romances novecentistas no Brasil. Diz Norma Telles, ao se referir aos romances naturalistas do século XIX, que a personagem mulher participava de uma trama específica de prognósticos que a localizava sempre em observação como a figura patológica preferida, cujo diagnóstico final apontava, em geral, para a procriação como cura²³⁹. Da mesma forma, os discursos médicos afirmavam que as próprias diferenças fenotípicas entre homens e mulheres eram, também, capazes de produzir as diferenças intelectuais entre eles, discursos que acabavam excluindo as mulheres de capacidades criativas e reservando aos escritores homens a competência de expressar, pela literatura, as normas e anseios da sociedade em relação às mulheres.

No campo feminino, em grande parte, a prática da leitura era aceita como prática educativa determinando, de forma profunda, a adequação das mulheres à modernidade

²³⁹ TELLES. Op. cit., 2012, p.182.

burguesa, portanto recomendada e adotada, essencialmente, pelas “senhoritas” e pelas “mulheres” aristocráticas que tiveram acesso à alfabetização. Nesse sentido, foi significativa a influência da escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) para a literatura do século XIX. Decerto que sua aceitação como escritora e detentora de uma extensa produção literária, estava associada à linguagem simbólica a que submetia seus escritos, sobretudo porque a autora compreendia a literatura como missão educativa, como possibilidade de adequação moral aos progressos científicos e conquistas políticas da época.

Ao mesmo tempo, essa modernidade pretensa fundamentava-se em anacronismos profundos no que se referia à condição feminina na sociedade brasileira. Para Maria Amália, a educação feminina deveria orientar-se pela virtude e romper com a educação perniciosa das meninas que, se não bem observada, teria como consequência o desvirtuamento da função das mulheres casadas e a destruição do casamento. Entre os escritos de Maria Amália, o artigo *Sotto Voce II*, publicado no jornal “*A Mulher*” em 1889 revela o pensamento dessa escritora a respeito da dissolução dos casamentos acometida pelos constantes casos de suicídios e histerias que, tanto assustavam às famílias e a sociedade aristocrática no século XIX. A escritora tem posição bem definida em relação à solução desses problemas, apontando os afazeres domésticos femininos como remédio para a harmonia dos lares.

No Brasil, Maria Amália exerceu influência decisiva em muitas leitoras brasileiras e, pela quantidade de edições e reedições de suas obras, percebe-se a aceitação de suas ideias. A autora acreditava que apenas o educativo e o conveniente deveriam ser abordados pelo escritor, portanto voltava seus escritos para conhecimentos nas áreas da história, poesia, contos e crônicas. Seus escritos, juntamente com seus manuais de boa convivência, foram compilados em ~~seus~~ livros com propostas didáticas voltadas à educação das mulheres.

Como solução, aponta para uma educação voltada unicamente para a moralidade e o utilitarismo, eliminando-se por exemplo, a dança e o bordado, substituindo-os pela música como produção de entretenimento “de casto enternecimento salutar” e a costura destinado à confecção de roupas sóbrias e econômicas²⁴⁰.

Aliás, mentalidade reafirmada em muitas obras literárias escritas por homens no século XIX que, mesmo quando expunham personagens femininas complexas, ainda assim não as exibiam como tão moralmente valorosas quanto os homens, as “mulheres da ficção existem

²⁴⁰ REIS, L. F.; VIANA, L. H.; PORTO, M. B.; TELLES, L. F. (Orgs.). *Mulher e Literatura - VII Seminário Nacional*. Niterói: UFF, 1999, p.343.

como o reflexo da lua, brilhando na projeção moral do homem”²⁴¹. Ou seja, a própria existência de mulheres escritoras surgia como ficção, tanto que, assim que se iniciaram os estudos Históricos das mulheres no campo literário, notou-se que as mulheres viviam suas existências presas à política do homem universal e não do sujeito universal.

A fim de romper com as forma estereotipadas de atuação do feminino na literatura, os estudos feministas voltados à categoria de gênero surgem, como aponta Elaine Showalter (1994), querendo nos mostrar a relevância da crítica feminista em relação às produções literárias femininas enfatizando a existência de padrões específicos e individuais em suas estruturas para assim apontar que, nas produções literárias femininas existem aspectos temáticos e elementares, com tipos diversos e psicodinâmicos que lhes são próprios, plásticos e criativos, o que permite estabelecer formas plurais de compreensão das mulheres em consonância com outras áreas do conhecimento.

Para Showalter²⁴², o importante é reestabelecer os elementos que mostram a existência de um tipo específico de escrita feminina que, diante de contextos primados pelos valores dominantes e de controle da sociedade patriarcal, permaneceu marginalizado, suplantando, no campo literário, a ideia das mulheres como leitoras para acomodá-las, posteriormente, no papel de escritoras. Isso servia para mostrar que existem tipos específicos de escritas femininas que se revelam mediante uma construção pela linguagem do gênero, como constituinte do sujeito, e não apenas com construção inata. Dessa forma, a literatura tornou-se um lugar fantástico para desvelar as tensões e exclusões sofridas pelas mulheres que vivem à margem no contexto das produções literárias e silenciadas pelo discurso dominante, historicamente construído, que alocava as mulheres no campo da inferioridade intelectual. Outrossim, colabora com a desconstrução da ideia de que as mulheres, como autora não eram capazes de se afirmar pela escrita.

3.0: Diários Pessoais e Livros de Memórias: maneiras de registrar a própria vida

Os diários pessoais e livros de memórias que, a partir do século XVIII tornaram-se a arte da existência e do exame de consciência, adentraram o século XIX como uma das formas de registro pessoal e de escrita de si possíveis no momento em que encerravam em suas páginas, revelações íntimas, reflexões cotidianas e os desejos proibidos de quem os escrevia.

²⁴¹ FELSK, R. *Literature after feminism*. Chicago: University of Chicago Press, 2003, p.17.

²⁴² Cf. SHOWALTER, 1994.

Decerto que esses tipos de registros literários, centrados no “eu” escritor, na vida ou nos momentos vividos já aconteciam bem antes dos séculos XIX e não eram propriedade específica da sociedade ocidental. Apareceram no Oriente nas obras de Ibn Khaldun que retratavam o sobrenatural e na conhecida ficção, *As mil e uma noites*,²⁴³ clássica narrativa que apresenta o dia a dia de uma mulher que, mediante o poder do discurso, investiu nas estruturas sintáticas abstratas para materializar seus valores, desejos, explicações e justificativas de sua formação social para garantir sua vida²⁴⁴. Foram eles encontrados, também, na antiguidade clássica, com Homero e seus poemas épicos, a *Iliada* e a *Odisseia*, com Hesíodo em *O trabalho e os dias*, suas lendas e mitos, e com Ésquilo, dramaturgo que oscilou entre literatura e teatro.

Seus conteúdos permeavam o campo de auto elaboração das ações e dos laços que as pessoas estabeleciam com o outro e consigo mesmo, traziam momentos reveladores e sentimentais reproduzidos em folhas de papel cuja pena parecia ter a tinta da verdade. O sujeito escritor, dessa forma, fazia do seu diário um espaço confessional das coisas que nem sempre eram ditas para muitas pessoas e esses escritos, por vezes sigilosos, encerravam em si segredos, ao mesmo tempo que, guardavam as coisas que não se queria esquecer, uma narrativa memorialística que se assumiu como dispositivo de confissão quase que obrigatória.

Dada a sua especificidade, esses tipos de construções narrativas, enfáticos em sutilezas cotidianas e escritos de forma emotiva, assumiram-se como gênero literário significativo e, aos poucos, como uma espécie de prática social, trazendo a ideia de reconciliação do indivíduo consigo mesmo alcançada, por meio da confissão. Um cuidado de si, que em certos momentos buscava na autorreflexão, o espelho para observar a própria vida, um refúgio e um conforto íntimo sem, ao mesmo tempo, deixar de esconder em suas linhas as fragilidade e fraturas como possibilidade heterotópica.

Grande parte dos escritores diaristas buscaram distanciamento dos discursos das ideias para submeter a individualidade à palavra versada, com escritas construídas e centradas na “narrativa do eu” e os escritores, em suas subjetividades, tornaram-se produtores do discurso íntimo e pessoal, assumindo outra forma de figuração, dobrados em si, na introspecção. Esse tipo de escrita, com o passar do tempo, realizou-se na leitura, na apropriação que outros farão dos textos eternizados e que, com apoio da imprensa, tiveram o privilégio de se tornarem

²⁴³ Obra da literatura de ficção árabe: *As mil e uma noites*, é sem dúvida a mais conhecida de sua literatura e cultura. Há a crença de que algumas histórias têm suas origens na Índia. *As mil e uma noites* datam provavelmente dos séculos XIII e XVI. Entre as inovações da escritura na literatura árabe se encontra na perspectiva cronística de Ibn Khaldun, que retrata toda explicação sobrenatural no tom de enfoque científico da sociologia e da história.

²⁴⁴ FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2000, p.17.

materiais impressos, democratizando o acesso ao conhecimento e formando, neste caso, uma representação da “função leitor”²⁴⁵.

Ainda que os gêneros literários, memorialísticos e autobiográficos tenham sido passíveis de críticas por serem realizados em sua maioria ou por pessoas *comuns*, ou porque retratavam a vida cotidiana de pessoas comuns, e tenham sido considerados como uma espécie de “literatura menor”, ou mesmo “*escritas ordinárias*”. Como aponta Daniel Fabre²⁴⁶, para Perrot (2012), na conjuntura atual, são os relatos das pessoas comuns que, no intuito de preservar a memória, transformaram os papéis em relíquias por meio de seus diários pessoais ou relatos de vida.

Ao comparar os diários pessoais e os diários de viajantes no início do século XVIII e os da primeira metade do XIX, Maria Tereza Cunha²⁴⁷ destaca uma diferença importante entre eles, asseverando que os diários de viajantes do século XVIII não guardavam o mesmo caráter de intimidade dos diários pessoais da segunda metade do século XIX, já que, eram escritos para o público em geral e divulgados, com mais intensidade, em reuniões de instituições científicas. O diário pessoal, então, se estabeleceu por excelência como gênero literário na segunda metade do século XIX quando conseguiu afirmar-se na esfera privada ou pública, pois

[...] no início do século XIX, na época em que a linguagem se entranhava na sua espessura de objeto e se deixava, de parte a parte, atravessar por um saber, reconstituía-se ela alhures, sob uma forma independente, de difícil acesso, dobrada sobre o enigma de seu nascimento e inteiramente referida ao ato puro de escrever²⁴⁸.

Tal escrita funcionava como uma forma de seleção entre o que foi lido, visto e experienciado, trata-se do momento do retorno a si para elaboração do que lhe afetou, portanto, manter um diário requer um exercício profundo de reflexão. É ele a interiorização depositada em um papel que expõe, não sem intenções, o interior, o sensível e o imprevisível, “[...] o arquivamento do eu muitas vezes tem a função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que

²⁴⁵ CHARTIER, R. *A Aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo Carmelo Correia de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora UNESP, 1998, p.79.

²⁴⁶ FABRE, D. *Écritures ordinaires*. 6ª ed. Paris: P. O. L., 1993.

²⁴⁷ CUNHA, T.C. in: PINSKY C.B., LUCA T.R (Orgs). *Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

²⁴⁸ FOUCAULT, M. *A palavra e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, ed.8, 2000, p.325.

sobreviverá ao tempo e à morte”.²⁴⁹ derivando disso a possibilidade ou a conveniência de ficcioná-la.

Mulheres ávidas pela escrita suprimam, graças aos diários pessoais e memórias, sua necessidade e o desejo de escrever, de construir uma história própria, algumas, por sorte, até tiveram suas escrituras publicadas pelos familiares após a morte. Em contrapartida, Corbin²⁵⁰ defende que os diários eram, em muitos casos, inimigos da vida conjugal, explica-se dessa forma o controle em relação a esse hábito e, ao se referir aos escritos de Eugénie de Guérin²⁵¹, aponta que ela ocultava “até de seu adorado pai o caderno que ela preenche à noite, em seu quartinho, enquanto contempla as estrelas”.

O apreço pela história ou pelas memórias, salvaguardadas por pessoas comuns, firmam-se hoje como escritas importantes para a compreensão de certas práticas culturais e dos modos de ver e de pensar determinadas sociedades e épocas. Entretanto, como advertiu Michelle Perrot:

As correspondências familiares e a literatura ‘pessoal’ (diários íntimos, autobiografias, memórias), embora sejam testemunhos insubstituíveis, nem por isso constituem os documentos ‘verdadeiros’ do privado. Eles obedecem a regras de boas maneiras e de apresentação de uma imagem pessoal que regem a natureza de sua comunicação e o estatuto de sua ficção²⁵².

Cunha, em texto intitulado *Diários pessoais, territórios abertos para a História*, enfatiza o aumento de estudos feitos a partir de diários pessoais, bem como o destaque oferecido, tanto no campo da História quanto da Literatura, aos trabalhos baseados em documentos escritos na forma de relatos e experiências de vida, diários pessoais, diário de viagens, autobiografias e testemunhos pessoais. Sobre isto, a autora pondera que escritos memorialísticos e diarísticos fixam-se no tempo e tendem, não só a salvar do esquecimento vestígios do passado, como também a construir o passado na medida em que funcionam como ferramenta de uso social para a produção de memória²⁵³.

No que se refere ao valor histórico atribuído a essas fontes – romances, diários pessoais, autobiografias e memórias – e o interesse dedicado pela historiografia por esse tipo de material,

²⁴⁹ ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. In: *Revista Estudos Históricos* - CPDOC, Rio de Janeiro: FGV, v.11, n.21, pp.10-34, 1998, p.32

²⁵⁰ CORBIN, In: PERROT (Org.), 2012, p.39.

²⁵¹ Escritora francesa do século XIX, Eugénie de Guérin (1805-1848) era irmã do poeta Maurice de Guérin por quem possuía profunda admiração (CORBIN, 2012, p.430).

²⁵² PERROT. Op. cit., p.10.

²⁵³ CUNHA. Op. cit., p. 252.

no limite podemos apresentar muitos romances os quais trazem a ideia de que todas as pessoas são, fundamentalmente, semelhantes em seus sentimentos e afecções. Se a leitura de romances pode alimentar um senso de igualdade e empatia pelo envolvimento que sugerem em suas narrativas²⁵⁴, “muitos indícios, porém, levam a pensar que o diário íntimo é contraponto de muitas vidas privadas”²⁵⁵. Destiná-los ao domínio e monopólio dos especialistas em literatura suprime do historiador a possibilidade do contato com essas fontes escritas, que guardam em si aquilo que permaneceu submerso, mas que pode vir à tona no calor das relações interpessoais e da interação social, mediante os efeitos psicológicos e o modo como eles revelam o cotidiano. Os diários, então, surgem como documentos gatilho das lembranças acionado no presente, e que remetem às experiências do passado por meio dos sentidos, das imagens e das ideias.

Um dia, assustados, ouviram alguém se aproximar da prisão onde estavam encerrados e pronunciar dois nomes que, perceberam, a eles se referiam, mas como nunca os tinham ouvido e não sabiam o que significavam, temeram e tremeram diante deles. Ouvira alguém dizer que eles eram documentos, que quando iam por aí separados já não mais chamavam-se cartas, postais ou diário, agora teriam sido rebatizados com este nome descomunal, eles, acostumados com seus nomes de no máximo três sílabas, isso porque um deles teve o enxerimento de possuir um hiato, eram agora rebatizados com este vocábulo, vejam que pedante!, gigante de quatro sílabas²⁵⁶.

No entanto, por mais nítidas que as lembranças se revelem, ainda assim, não são elas as mesmas experimentadas no passado, são construções alteradas pela relação que se tem com o presente, reforçando a ideia de que a memória individual está entrelaçada à memória coletiva de cada sociedade²⁵⁷ e protegida do esquecimento quando fixada no tempo. Ela desloca-se entre a imagem e o refazer, entre a ideia e o repensar no conjunto de representações que se tem no presente, mas não consegue reviver o que se foi. Isso ocorre porque, na tentativa de evocar o passado, duas forças têm que estar uníssonas, tanto as lembranças pessoais que pertencem ao indivíduo e quanto aquelas que povoam os membros do grupo ao qual o indivíduo pertence.

²⁵⁴ HUNT, L. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.38. A autora aponta que a leitura de romances criava um senso de igualdade e empatia por meio do envolvimento apaixonado com a narrativa, promovendo certa identificação. Além disso, ela não atribui somente aos romances essa capacidade empática, mas defende essa via como uma das possibilidades de compreensão do outro.

²⁵⁵ CORBIN, A. In: PERROT, M. (Org.) *A História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. (Coleção A História da Vida Privada, v.4) São Paulo: Companhia de Bolso, 2012, p.430.

²⁵⁶ AZEVEDO, D. M. Aros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. In. *ArtCultura*, Uberlândia, v.15, n.26, p.7-28, jan./jun., 2013, p.10.

²⁵⁷ HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. 2ª ed. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990, p.55.

São, portanto, como coloca Halbwachs²⁵⁸, duas memórias que se suportam: uma interior e outra exterior.

3.1: Singularidades brasileiras: dos romances, aos diários e às memórias

Produções relativamente recentes na literatura brasileira, do ponto de vista do desenvolvimento histórico e estético dos movimentos literários, obras com tendências memorialistas surgiram no interior do Romantismo, escola literária que se consagrou entre o final do século XVIII e início do XIX. Em meio às histórias de amores impossíveis, encontros imprevisíveis e situações heroicas, os romances românticos tentavam capturar os leitores e trazê-los para dentro dos textos, delineando retratos bem próximo dos valores, costumes e realidades da surgente sociedade burguesa que os consumiam.

Para alguns, nascidos com as peripécias de Dom Quixote, para outros, com o naufrágio e a ilha de Robinson Crusoé, o romance moderno, a despeito das nobres origens a ele atribuída pelo historiador e que ele próprio reivindica é na realidade um recém chegado nas letras, um plebeu que vingou e que em meio aos gêneros secularmente estabelecidos e pouco a pouco por eles suplantados, continua parecendo um arrivista, às vezes até mesmo um aventureiro²⁵⁹.

A busca por ampliar o número de leitores conduzem os escritores a investir nos escritos com elaborações simples e acessíveis e que projetavam a construção da identidade nacional valorizando ícones, modelos sociais e cenários que localizavam os personagens e seus comportamentos em situações familiares e identificáveis. No Brasil, o movimento literário romântico teve ressonância, a princípio, nas obras de escritores brasileiros como Erico Veríssimo, Manuel Bandeira, José Lins do Rego, Visconde de Taunay, Olavo Bilac, Graciliano Ramos, Machado de Assis e tantos outros romancistas que conseguiram reproduzir em suas obras o cotidiano de vidas privadas, amores furtivos, dores da perda e atuações ou movimentos de cunho político e social associados às relações de poder e representação. Juventudes protagonizadas por personagens que, em princípio, conseguiram trazer em seus textos as memórias em significativas formas de produções com características confessionais e

²⁵⁸ Idem. Ibidem. 1990. p.54.

²⁵⁹ ROBERT, M. *Romance das origens, origens do romance*. Trad. Andre Telles. São Paulo: Cosacnaify, 2007, p.11.

autobiográficas, assim como *A mão e a luva* (1874) de Machado de Assis, pode representar o contexto da vida de seus autores e seus sentimentos mais profundos.

Ao mesmo tempo, algumas obras, por serem produzidas por encomenda ou mesmo por determinação de instituições de cunho político, militar ou religioso, pareciam não ter pretensões literárias, e o escritor nem sempre conseguia reconhecer o valor das informações que registrava. Taunay, ao escrever seu *Diário do Exército de 1869 a 1870, de Campo Grande a Aquidabã*²⁶⁰, talvez não tivesse percebido a qualidade da sua escrita e a riqueza dos detalhes com que descrevia os cenários, o relevo e as matas por onde as batalhas ocorriam. Por isso, quando se referiu ao diário que produziu, na época, ele o tratou com certo desdém, classificando-o como “[...] mirrado, feito às pressas, impresso do mesmo modo, puramente oficial [...]”²⁶¹. Desinteressado pelo diário, porque o escreve por ordem oficial, esse autor desconsiderou a forma poética de seus traços quando apresentou suas passagens pela guerra, seus personagens e às minúcias dos aspectos físicos do território que ele registrou.

No diário, o autor apresentou os vales do Paraguai, as lagoas e a cordilheira descrevendo e salientando as belezas e as características da região. “De Piraiun a Paraguari os terrenos são planos [...] em alguns pontos da várzea os carandás, cujas palmas flabeladas é tão elegante. Do lado ocidental do caminho, continuam a se mostrar pitorescas taperas rodeadas, como sempre, de magníficos e umbrosos laranjais”²⁶². Relatou as expedições oferecendo aos fatos ligados à guerra detalhes concernentes ao momento vivido. Em meio aos aspectos físicos, as belezas do território, morte dos soldados e os confrontos estabelecidos entre os brasileiros e paraguaios, Taunay associou a linguagem romantizada aos fatos da guerra, com grau específico de construção estética e tentou levar o leitor ao cenário em que as batalhas aconteceram.

Em 1865, no início da guerra que o presidente do Paraguai, Solano López, sem outro motivo que a ambição pessoal, suscitara na América do Sul, mal amparado no vão pretexto de manter o equilíbrio internacional, o Brasil, obrigado a defender sua honra e seus direitos, dispôs-se resolutamente à luta. A fim de enfrentar o inimigo nos pontos onde fosse possível fazê-lo ocorreu naturalmente a todos o projeto de invadir o Paraguai pelo norte; projetou-se uma expedição deste lado²⁶³.

²⁶⁰ Diário escrito a mando do Conde D’Eu para fornecer dados aos exército sobre o caminhar da guerra entre Brasil e Paraguai.

²⁶¹ TAUNAY, A. d’E. *Diário do exército: 1843-1899*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958, p.9.

²⁶² Idem. *Ibidem*.

²⁶³ TAUNAY, A. d’E. *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. Tradução e org. Sérgio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.38.

Na base do modelo memorial descritivo, que é assumido por grande parte dos memorialistas brasileiros do século XIX, está o compromisso do escritor em enviar para o presente os acontecimentos nacionais que, no entender dele, não poderiam ser reconhecidos pelas gerações posteriores sem que fossem registrados. Ao buscar o mais alto degrau de rigor e fidedignidade, alguns autores memorialistas, na tentativa de reproduzir circunstâncias que *poderiam* ter surgido no passado, ofereceram aos eventos sentidos que não, necessariamente, pertençam aquele momento transcorrido. O cuidado com isso está naquilo que Ricœur, aponta como diferença, eidética, entre dois objetivos:

Uma a da imaginação voltada para o fantástico, a ficção, o irreal, o possível, o utópico; a outra, a da memória, voltada para a realidade, anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal, por excelência da “coisa lembrada”, do “lembrado” como tal²⁶⁴.

Consideremos, então, o esforço de recriar pela escrita o estado de pensamentos e impressões que outrora foram vividos por muitos escritores como uma história viva que se renova através do tempo e que, cheia de intencionalidades, permitiu a eles transmitirem a mensagem de persistência com seus acúmulos de detritos que as representações vão impondo à história passada e o quanto distante vai ficando da história vivida²⁶⁵.

Com forte influência das produções francesas apreciadas, principalmente, pelas classes burguesas brasileiras²⁶⁶, os romances, de início, circulavam nas páginas dos folhetins traduzidos para o português a partir do século XVIII, e eram lidos por um grupo seletivo da população brasileira já que boa parte da sociedade mergulhava no analfabetismo. Antônio Candido²⁶⁷ refere-se a uma mudança importante do ponto de vista da *cultura* literária que se revela no Brasil a partir de 1808, apontando que essa mudança teve como elemento catalisador a chegada de D. João VI e sua corte ao Brasil.

[...] em todo o período um nacionalismo crônico e às vezes agudo, que ao observador menos avisado pode parecer traço bastante para unificar e definir a cultura romântica. De Magalhães e Varnhagen a Castro Alves e

²⁶⁴ RICŒUR. Op. cit. 2012a., p.26.

²⁶⁵ BENJAMIN, W. O Narrador [1936]: Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In. *Obras escolhidas*. Magia e técnica. Arte e política, v. 1, São Paulo: Brasiliense. 1994, pp. 222-232.

²⁶⁶ Muitas vezes, inspirado pelos princípios de Jean-Jacques Rousseau, o estilo romântico buscava trazer à luz a complexidade emocional do indivíduo para deixar assim aflorar aquilo que de natural pertencia ao homem: os seus sentimentos. No Brasil, em particular, o romance *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, sinalizou o início da produção autobiográfica Nacional e a busca por autonomia nas produções de caráter cultural.

²⁶⁷ CANDIDO, A. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002, p.11.

Sousândrade, dos indianistas e sertanistas aos condoreiros, transmite-se o mito da terra-mãe orgulhosa do passado e dos filhos, esperançosa do futuro²⁶⁸.

Ao seu modo, os escritores romancistas almejavam construir um estilo literário essencialmente brasileiro, buscavam autonomia cultural, identidade e independência temática apesar de manter ainda como referência o modelo social europeu para descrever os costumes nacionais. Dessa forma, a estreita relação entre os romances, os valores e as individualidades burguesas acomodava-se na ideia da necessidade de preservação ou não dos aspectos da vida privada, cujos sentimentos íntimos e desejos passaram a ter outras relevâncias e a construírem-se mediante aquilo que a sociedade, apresentava como ponto de reverberação e representações simbólicas. Como estilo literário, o Romantismo brasileiro buscava distinção estética incorporando aquilo que classificava como consciência ideológica intrínseca à identidade nacional, e isso refletiu na própria construção identitária dos escritores que buscavam compreender-se, individualmente, como intelectuais.

No campo literário, os romancistas regionalistas, que voltavam seus olhares para o sertão, refletiam em suas obras a exuberância que emergia no país, e tinham como propostas trazer para o centro de seus romances as paisagens e os tipos naturais desconhecidos por grande parte da população. Esse viés possibilitou o início das produções literárias autorreflexivas fazendo do Romantismo, a primeira escola literária a produzir textos com tendências memorialísticas no Brasil²⁶⁹. Muitos escritores brasileiros, entre os séculos XIX e XX, traziam nos romances enredos repletos de olhares furtivos, desejos proibidos, ensinamentos e amores não correspondidos ou impossíveis regados por um turbilhão de emoções e luxúrias que, no imaginário dos leitores, só deveriam acontecer nas páginas dos romances, com Eugênicas imaginárias que recebiam cartas anônimas, apenas nas páginas de um livro.

Tinha o papel diante de mim e aquelas letras misteriosas pareciam-me outros tantos olhos de uma serpente infernal. Com um movimento nervoso e involuntário amarrotei a carta nas mãos. Se Eva tivesse feito outro tanto à cabeça da serpente que a tentava não houvera pecado. Eu não podia estar certa do mesmo resultado, porque esta que me aparecia ali e cuja cabeça eu esmagava, podia, como a hidra de Lerna, brotar muitas outras cabeças²⁷⁰.

²⁶⁸ BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994, p.154.

²⁶⁹ Os primeiros romances brasileiros foram publicados, originalmente, em folhetim no suplemento do Correio Mercantil entre junho de 1852 e julho de 1853.

²⁷⁰ ASSIS, M. Confissões de uma viúva. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. II, cap. IV, 1994a, p.6.

Se a busca por identidade e independência e por um estilo genuinamente nacional dentre os escritores homens sofria ainda certa indefinição, para as mulheres escritoras o reconhecimento da possibilidade criativa no campo das artes letradas era, ainda mais controversa. Sobretudo porque, além das modelizações e percepções pré-concebidas em relação às capacidades produtivas e criativas femininas, uma série de outras prerrogativas impediam a ramificação de sua escrita, “À mulher é negada a autonomia, a subjetividade necessária à criação. O que lhe cabe é a encarnação mítica dos extremos da alteridade, do misterioso e intransigente *outro*”²⁷¹. Dessa forma, muitas mulheres optaram por pseudônimos, na tentativa de produzirem sua própria fala. Elas tiveram que lutar muito para impor, assumidamente, uma escrita independente e descolada das influências e tradições masculinas. Situação irônica e elementar, já que, grande parte dos escritores e romancistas homens fizeram do corpo feminino “valor textual” para expressar a dimensão e o papel atribuídos às mulheres na sociedade.

Nos romances do século XIX, a figura feminina fixava-se a um modelo de dominação natural, que faziam das características ou da fragilidade biológica, justificativas para determinar os espaços que poderiam ou não serem assumidos por elas na sociedade. Motivo de inspiração, para muitos autores, as constantes definições das capacidades femininas, bem como os porquês da necessidade de dominação masculina, eram sempre lembradas e culturalmente reproduzidas na literatura. Machado de Assis, em *O Alienista*, publicado em 1882, quando apresenta D. Evarista, esposa do Dr. Simão Bacamarte, exprime negligência com a figura feminina.

D. Evarista da Costa e Mascarenhas, senhora de vinte e cinco anos, viúva de um juiz de fora, e não bonita nem simpática. [...] Simão Bacamarte explicou-lhe que D. Evarista reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso, e excelente vista; estava assim apta para dar-lhe filhos robustos, são e inteligentes. Se além dessas prendas, - únicas dignas da preocupação de um sábio, D. Evarista era mal composta de feições, longe de lastimá-lo, agradecia-o a Deus, porquanto não corria o risco de preterir os interesses da ciência na contemplação exclusiva, miúda e vulgar da consorte²⁷².

O que incomodava era a inversão dos lugares atribuídos ao escritor e sua “matéria textual”, ou seja, mulheres escrevendo-se, não se mostrava confortável para muitos. No imaginário masculino questionava-se sempre o que poderiam escrever as mulheres. “Um livro de mulher era sempre um livro de mulher” e assim deveria ser. No interior das páginas de um livro feminino o que se esperava encontrar eram textos graciosos, escrita leve, inocente e

²⁷¹ PRIORE, M. del. *História das mulheres no Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p.403.

²⁷² ASSIS, O Alienista. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. II, 1994b, v.2, p.1.

acrítica tendendo a imitação e não a criação²⁷³ como princípio. Portanto, toda a autoria feminina era meticulosamente avaliada pelo crivo masculino que julgava o que parecia ou não pertinente.

Recente, ainda, aos olhos da sociedade, as produções literárias femininas permaneciam obscurecidas a ponto de sua existência subsistir no campo da descrença. Nesse sentido, Margareth Rago é precisa ao afirmar que “[...] a grande maioria da população sequer suspeitava de que pudessem, de fato, ter existido”²⁷⁴ escritoras, ou melhor, mulheres brasileiras escritoras, romancistas e poetisas. Em sua maioria, as mulheres eram alocadas no campo da “iletração” quase sempre obrigadas a seguir as regras dos bons costumes e princípios familiares modelares impostos pela sociedade e tais regras determinavam o cotidiano formativo feminino desde a infância.

A conduta de moças solteiras no XIX gerava tanta preocupação quanto o comportamento das mulheres casadas²⁷⁵. Dessa forma, a leitura de romances ameaçava as normas estabelecidas pela estrutura familiar, posto que, em muitos, adultério, amores ilícitos, paixões, bastardia e sexualidades eram temas frequentes e recorrentes nos romances burgueses e poderiam contaminar as mentes femininas alterando os humores das leitoras. Tendência que Júlia Lopes de Almeida, sabiamente, soube descrever em seu livro, *Memórias de Marta*²⁷⁶, narrativa ficcional que para ser produzida dependeu do acordo entre ela os filhos e os afazeres domésticos, já que em boa parte de seu dia ela era interrompida ora pelas crianças, ora pelo marido, ora pelas criadas.

[...] hoje algumas linhas, amanhã outras [...] Há certa hora do dia em que as coisas ficam mais tranquilas. É a essa hora que escrevo, em geral depois do almoço. Digo as meninas: - Fiquem a brincar com os bonecos que eu vou brincar um pouco com os meus.²⁷⁷

Na tentativa de conter um pretenso fervor libertário, considerado corrosivo que viesse a corromper a conduta das moças ou mulheres burguesas da época, as atitudes femininas que fugiam ao padrão regulamentado e que apareciam nos romances eram desclassificadas e profundamente criticadas, principalmente, por leitores considerados “gente do bem” quando

²⁷³ TELLES. Op. cit., 2012, p.56.

²⁷⁴ RAGO, M. Em defesa da escrita feminina. In: TELLES, N. *Encantações, escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2012, p.13.

²⁷⁵ TELLES. Op. cit., 2012, p. 384.

²⁷⁶ D. Julia, como era conhecida, escreveu sua primeira crônica em 1881 e em 1884 tornou-se colaboradora como cronista do Jornal *O País*, desde então seguiu sua carreira como escritora em diversos jornais. Apesar de ter sido atuante no processo de criação da Academia Brasileira de letras o pensamento conservador da época não permitiu a ela que fizesse parte da instituição, portanto ela não foi escolhida como membro.

²⁷⁷ RIO, J. do. “Um lar de artistas”. In: *O momento Literário*. Curitiba: Criar edições, 2006. p. 31-32.

em determinados romances o enredo enaltecia a existência de uma jovem firme, dona de suas vontades e livre para fazer suas escolhas.

Maria do Carmo foi uma das mulheres que participou desse período e arriscou assumir-se como escritora ao publicar seu diário pessoal em 1895 e seu livro de lembranças do Mato Grosso em 1897. Os temas que ela elege para seu livro de memórias e para o diário pessoal são fortemente marcados pelo exótico, como as paisagens e os tipos naturais que habitavam o Mato Grosso, abraçados às belezas do rico território. Além disso, suas narrativas se voltam para temas como a morte, o amor, a exuberância da natureza, a pátria, a valorização da história nacional e do passado, a fé, o nativo, as relações sociais e o anseio de progresso ufanista. Tudo isso mediado pela escrita metafórica e depressiva de momentos vividos no cotidiano familiar com o filho adotivo. Mas, sua escrita melancólica não abandona o olhar do colonizador pois em meio a apresentação de um Brasil seminal e genuíno, que abriga em si as “gentes da terra”, um povo infante e tendente ao desenvolvimento que necessita da salvação, são eles os “Pobres afilhados, tão mais velhos do que eu, ingênuos filhos das selvas[...]”.²⁷⁸ Seus registros confeccionados em forma de relatos, diários pessoais, memórias autobiográficas e cartas constituem-se como gêneros discursivos que – apesar de sua diversidade – revelam aspectos do cotidiano feminino.

Mesmo sendo recentes os estudos que se debruçam sobre escritos produzidos por mulheres viajantes, principalmente em relação àquelas que aliaram aos babados dos vestidos e seus modos delicados à vivência a bordo de navios, a gestão dos bens dos maridos e intimidades do casamento²⁷⁹, são esses relatos que abarcam, se não todos os caminhos do privado feminino, pelo menos grande parte deles, e permitem da mesma forma ocultar ou revelar a intimidade de seus pensamentos ou ficções, o visto e o vivido, são eles também que oferecem em seus escritos pessoais “[...] a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais [...]”.²⁸⁰

²⁷⁸ REGO. Op. cit., 1895a, p.9.

²⁷⁹ MALUF, M. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. Contrariando as afirmativas da historiografia tradicional, que negava a participação feminina no controle das fazendas paulistas no XIX, a autora constrói sua tese tendo como fontes fundamentais as memórias escritas de Floriza Barbosa Ferraz e Brazília Oliveira Franco Lacerda, mulheres que pertenceram à elite agrária brasileira no final do século XIX e início do XX. Nesse trabalho, apresenta minucioso estudo sobre as unidades produtivas brasileiras e seus processos de produção articulados a contextos mais amplos da vida privada das famílias e de seu cotidiano.

²⁸⁰ GINZBURG. Op. cit., p.20.

3.2: No diário, quantas memórias!

Quem com efeito, mais se recordará dele, eu uma vez morta, apagada minha memória pelo sopro do olvido, o altar que lhe consagrei no dorido peito? Quem? Quem?
Seriam as páginas desse livrinho um tributo de afeto à memória de uma criança que tanto, tanto se afeiçãoou a mim e a quem tanto me devotei²⁸¹.

Maria do Carmo não escreveu romances, ela romanceou seus escritos. Escreveu memórias e as organizou em uma espécie de diário autobiográfico confessional, um relato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, pondo ênfase na vida individual e, em particular, na história de sua personalidade²⁸², em consonância com algo, no caso dela, em consonância com a vida do filho adotivo.

Apesar de seus escritos inserirem-se em um dos gêneros que compõe a prosa memorialística, cuja origem encontra-se nos movimentos românticos do século XIX, sua narrativa incorporou não só as lembranças territoriais, mas as suas impressões em relação aos movimentos da sociedade mato-grossense, sempre mescladas com os conflitos sociais e a exuberância territorial a qual passou a pertencer após casar-se com Francisco Raphael. Mato Grosso, pela distância e pela maneira como se constituiu territorial e socialmente possuía singularidades que nem sempre eram compreendidas pelo restante das regiões brasileiras, a começar pela própria mistura racial que constituía a região, na medida em que preponderavam índios, negros e estrangeiros. A mistura racial, em muitos escritos de estrangeiros, associava-se à *pouca afeição aos hábitos bons* e era propensa aos *desequilíbrios morais e educacionais* característicos. Galetti aponta que essas representações potencializavam-se no Mato Grosso e que eram atribuídas ao isolamento a que a região foi submetida após a retração da atividade mineradora²⁸³.

Notam-se ali – na verdade - não pouco defeitos de educação, mais inveterados talvez do que em outras zonas do Brasil – onde os há também. Costumes bons ou maus, como em toda a parte, mas sem nada de extraordinário, que deva aguçar a severidade da crítica²⁸⁴.

²⁸¹ REGO. Op. cit. 1895a, p.30.

²⁸² LEJEUNE, P. *El pacto autobiográfico y otros estudios*. Trad. Ana Torrent. Madrid: Megazul-Endymion, 1994, p.50.

²⁸³ Cf. GALETTI, 2012.

²⁸⁴ REGO. Op. cit.,1897, p.31.

Mikhail Bakhtin²⁸⁵, filósofo e pesquisador da linguagem humana, em *Estética da criação verbal*, mostrou que o autor criador ajuda a compreender o autor pessoa, na medida em que ele responde a sentimentos que não são passivos e que se relacionam, arquitetonicamente, de forma estável e comprometida com o todo do autor personagem. Sendo assim, a história de Maria do Carmo pode ser inserida nesse contexto, já que ela participa de um processo em que “[...] o autor cria, mas vê sua criação apenas no objeto que ele *enforma*, isto é, vê dessa criação apenas o produto em formação e não o processo interno psicologicamente determinado”²⁸⁶ quando escreve sobre o filho. Sua produção literária volta os olhos para o Sertão no intuito de revelar o Brasil interiorano ao brasileiro, com forte apelo regionalista, e traz para o centro dos seus escritos os princípios da sociedade rural, seus comportamentos e valores que, em vários aspectos, mostravam-se bem distintos dos da sociedade cortês no intuito de trazer para o discurso a existência do filho índio adotivo.

Ao mesmo tempo, a descrição romântica dos espaços e dos costumes, revelou todo o confronto travado entre os tipos diversos de pessoas que passaram a conviver nesses espaços, dessa forma, ao expor as diferenças a autora conseguiu delimitar bem quem pertencia a qual mundo: rural ou urbano. Sem deixar de mostrar que mulheres bonitas e ainda moças conseguiam administrar e inspecionar suas casas e fazendas com encantadora solicitude: “No engenho, que é importante fazenda de criar, fazia as honras da casa a todos com a maior gentileza e naturalidade”²⁸⁷.

Outra característica sobressalente nos escritos de Maria do Carmo é o insistente otimismo nacionalista e a nítida preocupação em trazer os valores históricos culturais tanto das comunidades sertanejas, quanto das indígenas e da sociedade urbana do Mato Grosso para dentro das suas narrativas.

Vesti-me apressadamente, abri uma janela da sacada, e vi duas bandas militares em baixo a saudarem com a mais eletrizante das músicas o raiar daquele grande dia, tão grato ao Brasil e tão justamente festejado outrora...o nosso Hino Nacional, naquelas alturas!²⁸⁸.

O cotidiano, as manifestações culturais, as famílias aristocráticas e seus costumes são descritos como exuberantes e repletos de belezas naturais. São aspectos descritos poeticamente, ao mesmo tempo em que ela sinaliza os conflitos advindos das disputas territoriais e pelo

²⁸⁵ Cf. BAKHTIN, 2011.

²⁸⁶ Idem. Ibidem, p.5.

²⁸⁷ REGO. Op. cit., 1897, p.35.

²⁸⁸ Idem. Ibidem, p.29.

projeto de modernização. “É indescritível a paixão que em Cuiabá há pela dança. Longas distâncias são vencidas, para se ir a um baile, nome dado a qualquer reunião dançante, por mais simples que seja”²⁸⁹. Ao mesmo tempo, a cidade estava habitada por pessoas marginalizadas, cuja existência ainda se revelava em construção permeada por conflitos interétnicos, responsáveis por alterações não só no campo identitário das comunidades existentes no território, mas também no âmbito espacial.

Esse tema é recorrente em suas lembranças. São várias vezes citados os grupos negros forros em suas misérias e descaso e indígenas que deixaram seus aldeamentos a fim de preservar seus membros diante dos ataques dos bandeirantes, considerados por ela implacáveis em suas ações dominadoras. Fala da magreza dos negros mineradores que nada mais conseguem do que poucas faíscas mesmo amanhecendo ao redor dos riachos, da quantidade de indígenas mortos acometidos pela varíola fazendo com que “os que restam, vivam de permutas e do negócio com peles de onça”²⁹⁰.

Ao escrever sobre suas vivências e experiências, Maria do Carmo permitiu ao leitor compartilhar de sua história ou a história de sua dor, como ela mesma afirma, mediante um tipo básico de padrão dominante de valores. Tal retrato cabe perfeitamente na criativa abordagem cultural da história, já que a abrangente e recente influência da crítica literária tem ensinado aos historiadores a importância de reconhecer o papel ativo da linguagem dos textos e das estruturas narrativas na projeção de realidades históricas²⁹¹.

Capturada pelas tendências românticas, Maria do Carmo evidencia em sua escrita aquilo que ela considera como valores familiares, o apego às coisas comuns e o amor à vida, mesmo quando ela os traduz no contexto da infelicidade ou da perda, e traz à luz a história de uma mulher que encontrou na escrita uma forma de permanência, mediante seu olhar, sempre prolongada na história de vida das pessoas amadas. Em seus relatos, a escritora desvela sua identidade e consagra sua existência e a existência da criança que ela toma como filho. Uma escrita híbrida que tende ora à autobiografia, ora às memórias que foram registradas, quase que em um mesmo instante, de forma pessoal e enviadas por cartas a alguém que compartilha de seus sentimentos, seu amigo Visconde de Taunay.

Um relato que pretende não só registrar os momentos vividos, mas à vontade de confessar ou mesmo justificar suas ações e atitudes. Narrativa que se constrói com as “coisas” que ela gostaria que ficassem guardadas e, por outro lado, é seletiva, na medida em que escolhe

²⁸⁹ Idem. *Ibidem*, pp. 28-29

²⁹⁰ Idem. *Ibidem*, p.41.

²⁹¹ HUNT. *Op. cit.*, p.132.

as vivências e os sentimentos que podem ser divididos com o leitor. Ela pretende a confissão não só para trazer o próprio mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas a intensidade da relação e sua constância, digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la²⁹².

As páginas de seu diário e de suas lembranças permitem a materialização de suas memórias e são representações, “puxadas pela memória”, cujos significados mostram-se impressos em folhas de papel e cuja linguagem gravada no corpo complexo da instituição social²⁹³, permitem desvelar parte da cultura, dos saberes, dos sentidos oferecidos à vida cotidiana, aos valores e às experiências dessa memorialista. Sua existência aparece entrelaçada à vida do menino índio adotivo, e quando ela se aventurou por terras mato-grossenses passou a relatar sua vida e suas experiências como forma de perpetuar a existência do filho índio adotivo: “[...] não posso nem se quer esboçar a vida de meu filho, porém sim falar dele aos outros em caracteres de imprensa, como que tentar firmar o seu nome de um modo que resista ao tempo”²⁹⁴.

Ao refletir sobre o quanto seus escritos trazem elementos que lançam luz sobre questões fundamentais que ampliam a sutileza historiográfica, voltamo-nos ao momento em que ela tece o que se pensava em relação às questões raciais no século XIX, em relação ao papel (ou os papéis) das mulheres na sociedade e aos movimentos e conflitos políticos, sociais e culturais, em relação à dominação europeia e, sobretudo, em relação às comunidades indígenas, a ocupação das terras coloniais, o cotidiano e as convivências etnoculturais. “Confrange-se-nos o coração considerar aqueles poços e buracões... Tanto suor de milhares de desgraçados escravos neles caiu! Quanta gota de sangue!”²⁹⁵.

Nota-se, então, que seus escritos desvelam uma mulher ambígua em um viver fronteiro, contingencial, que a desloca da sua posição, do seu lugar social e de seu “naturalizado” papel de esposa quando ela viajou, pesquisou e assumiu a infertilidade e, ao mesmo tempo, mostram que ao encarar a realidade vivida com o filho adotivo e seu desfecho ela não se afastou completamente dos princípios civilizatórios impostos pela sociedade nuclear aristocrática em relação à educação de *Piududo*. Ela, de fato, procurou o caminho da adoção e ao educar a criança optou pelo modelo civilizatório proposto pelas empresas evangelizadoras,

²⁹² FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.29.

²⁹³ BURKE, P. *A arte da conversação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995, p.11.

²⁹⁴ REGO. Op. cit., 1895, p. 23.

²⁹⁵ Idem. Ibidem., p.25.

mantendo como processo educativo à ação catequético-educativa ensinando-o a convivência familiar pela oração. “Tenho por costume ou devoção assentar-me, todos os dias e por alguns momentos, em frente aos retratos de meus pais falecidos há muitos anos e ele sempre me acompanhava no cumprimento desse piedoso e filial dever”²⁹⁶.

Por outro lado, essas considerações nos permitem várias reflexões em relação aos diários autobiográficos e aos livros de memórias. Mesmo que a abundância de detalhes nos conduza a crer na veracidade de cada momento descrito pela autora, o distanciamento e o posicionamento crítico do nosso ofício de historiador deve prevalecer sobre a empatia pelas emoções. Como bem aponta Teresa Malatian, “a abordagem biográfica comporta muitas ambiguidades e apresenta armadilhas conhecidas como projeções, nas relações estabelecidas entre o historiador e o sujeito estudado”²⁹⁷. Cabe, no entanto, estabelecer procedimentos que possibilitem ao leitor olhar para o personagem sem excessiva identificação, por mais sedutor que seu passado possa se revelar. Mesmo porque, a criança perfeita, o filho das selvas de coração limpidíssimo, aos olhos da memorialista, parecia ter aceitado tudo. E Maria do Carmo, quando escreve do filho adotivo não é capaz de descreve-lo como uma criança. Mas, como uma entidade. Porém, todos esses pensamentos de Maria do Carmo em relação à criança índia expressam as verdadeiras faces dos momentos vividos com o menino? Que perfeição é essa que Maria do Carmo apresenta do filho adotivo? Nenhum “ralhar”? Nenhuma “má criação”? Nenhuma impureza ou hábito ruim? Quem são eles, mãe branca e filho indígena, que parecem ter vivido na eterna harmonia independente da distância que existia entre eles?

Tem-se por hipótese que a adoção cumpria um protocolo oficial que serviria de exemplo aos demais moradores de Cuiabá, já que, sendo Francisco Raphael um “pacificador”, como ele mesmo propunha, caberia a sua esposa, Maria do Carmo a primeira dama de Cuiabá, garantir o bom relacionamento entre as comunidades Bororo e o poder provincial exercido por seu marido. Para isso, a imagem do menino indígena *dócil*, *domesticável* e onisciente deveria ser preservada, bem como sua educação e seus costumes adaptados e garantidos pelos processos civilizatórios. Se, de algum modo, as histórias da Maria do Carmo e *Piududo* constituem-se no efêmero, como um feliz encontro, foram elas também a expressão das fortes, traumáticas e violentas experiências vivenciadas pela criança que buscou mecanismos para resguardar-se, mas que furtivamente, acabaram aparecendo na escrita de Maria do Carmo. Isso evidencia-se quando Maria do Carmo escreveu que ao levar *Piududo* para a escola, no Rio de Janeiro, ele

²⁹⁶ Idem. Ibidem., p.33.

²⁹⁷ MALATIAN, Op. cit., p.205.

“até cobria a cabeça com o lençol para chorar, enquanto os outros meninos dormiam!”.²⁹⁸ Isso nos faz refletir sobre qual ideia de violência permeia o campo de entendimento de Maria do Carmo?

Se tomarmos como referência a violação dos limites físicos, morais e psicológicos para assim qualificarmos as ações consideradas violentas temos que as ações violentas caracterizam-se pelos excessos, ou seja, pelos vários graus de intensidades de ações ou palavras que extrapolam os limites estabelecidos pelas sociedades, pelas leis ou os princípios de aceitação dos grupos em relação à violência. E esses limites, ao serem extrapolados pela força, pelas palavras e pelo poder, permitem desqualificar seus autores, tornando-os a expressão do desumano. No caso de *Piududo*, as várias formas de violência praticadas por Maria do Carmo não eram entendidas por ela como violação dos direitos ou dos limites, mas sim como caridade e como atos humanitários que faziam parte, sobretudo, de um conjunto de ações comumente aplicadas e justificadas pelo discurso do amor maternal e do cuidado. Assim, para ela, seus atos não a qualificavam como desumana, “[...] ser sempre dócil nunca o contrariei, conseguindo por esse meio, não só conquistar-lhe toda a confiança, como obtendo dele o que não conseguiria pela violência ou por maneiras bruscas”²⁹⁹, como se todo o processo de aculturação por que passou *Piududo*, não fosse em si a expressão máxima da violência.

Sua escrita enuncia³⁰⁰ momentos reais e romantizados justificados pela forte emoção da perda do filho índio e, ao mesmo tempo, não deixa de trazer de forma clara e combativa suas preocupações e tentativas de compreensão de si na história que constrói do outro. Sua narrativa delinea-se com aquilo a que se opunha, não era ela o ponto de partida, mas o externo e seus arranjos, o menino e suas idealizações. Assume-se como testemunha pessoal de situações objetivas, mas consciente de que, suas impressões e subjetividades, se escritas distantes de um olhar presente e participante, poderiam parecer inverossímeis ou, simplesmente, construídas na histeria de uma perda. Então, escolheu as palavras, registrou as datas, os momentos e os personagens para assim oferecer relevância aos acontecimentos narrados e permitir ao leitor participar daquilo que ela considerava realidade, um compromisso com o momento histórico vivido e seus desdobramentos. Muitos desses movimentos foram presenciados e percebidos pela autora, porém, como bem aponta Paul Ricœur em *Tempo e narrativa*, seu olhar sobre a situação era o olhar da vivente, que compreendia o momento do seu presente³⁰¹.

²⁹⁸ REGO. Op. cit., 1895a, p.16.

²⁹⁹ Idem. Ibidem., p.13

³⁰⁰ Cf. BAKTHIN, 2011.

³⁰¹ Cf. RICŒUR, 2012b.

Mulher bem relacionada, dirigia seus pensamentos e sua escrita, intencionalmente, às pessoas cultas e a um destinatário específico, Visconde de Taunay, a fim de que fossem interpretados dentro de um código linguístico e moral condizente com o período. Fez das palavras a construção de sua arte literária e voltou seus olhos a indianidade, aos valores culturais mato-grossenses e aos aspectos naturais de sua terra. Escreveu mesmo quando na literatura as linhas produzidas por mulheres viajantes não eram tão conhecidas nem tampouco divulgadas ou publicadas. Sorrateiramente, ela escreveu, disputando espaço com os discursos que definiam o que estava, naturalmente, posto em relação às capacidades femininas localizadas na fragilidade produtiva e no curto alcance intelectual. A não afirmação social das mulheres se repetiria nas suas não afirmações pela palavra³⁰², mas, mesmo assim, Maria do Carmo escreveu e publicou.

A busca pelo perdão, pela redenção ou mesmo pela preservação da memória da criança índia, necessidade latente no íntimo da autora, evidencia-se a partir do momento em que o contato estabelecido com as tribos indígenas Bororo em suas viagens permitiu à Maria do Carmo escrever nas

[...] páginas desse livrinho um tributo de afeto à memória de uma criança que tanto, tanto se afeiçoou e a quem tanto me devotei. Mas, o que lhe ei de dizer? Como contar todas as minudencias da existência embora tão curta daquele pequeno índio, interessantíssimas entretanto para mim, que percebi todas as impressões mais íntimas daquela alma [...] ³⁰³.

Ao mesmo tempo, possibilitou que ela estabelecesse certa afinidade com as comunidades indígenas, fazendo de suas viagens pelo território a possibilidade de colecionar um conjunto riquíssimo de peças e artefatos produzidos pelas tribos visitadas. [...] a curiosidade pelo povo do qual procede o pequeno Guido se expressa claramente no fato de que a parte Bororo, constituída por cerca de 240 peças, é de longe a mais completa e numerosa da coleção de objetos indígenas de Mato Grosso doado por ela ao Museu Nacional.³⁰⁴ Após a morte da criança, eles foram doadas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro com uma exigência: que fossem expostos em uma sala específica cujo nome seria “Sala Guido”.

³⁰² TELLES. Op. cit., 2012, p.63.

³⁰³ REGO. Op. cit., 1895a, p.30.

³⁰⁴ OLIVEIRA. Op. cit., p.86.

3.3: Nas Cartas - o que dizem os conteúdos e as temáticas

A historicidade das normas é uma parte fundamental da história da cultura escrita que deve colocar-se em conexão com a realidade mais concreta das *práticas*, isto é, com os testemunhos específicos de onde se expressam os usos e as funções atribuídas à escrita. Ao fazer isso coloca-se sobre o tapete o contraste entre a função reguladoras dos discursos e a potencialidade subversiva das apropriações, do leitor, mas também, da pessoa que escreve³⁰⁵.

Se a escrita pode ser tudo aquilo que somos capazes de ler, assim como afirma Giorgi Cardona³⁰⁶, é ela também produtora de infinitas possibilidades de interpretações, dado o fato de que ela não pertence a quem escreve, mas a quem se apropria dela. Para além das suas normas, a escrita é instrumento que diz respeito às práticas, ações e aos valores pertencentes às sociedades. São práticas que se constituem como espaços de sociabilidade utilizadas para contar experiências, enunciar e anunciar situações e iniciar conversas. Um certo tipo de cultura escrita, como coloca Chartier, utilizado para garantir que o dito, o visto, o sentido e o pensado possam ser guardados de alguma forma, pois

[...] o medo do esquecimento obcecou as sociedades europeias da primeira fase da modernidade. Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer. A pedra, a madeira, o tecido, o pergaminho e o papel forneceram os suportes nos quais podia ser inscrita a memória dos tempos e dos homens³⁰⁷.

Dentre outras formas entendidas por Chartier como sendo culturas escritas, inserem-se as cartas como fontes interpretativas - sejam elas escritas, lidas, recebidas ou enviadas. São elas instrumentos, modos de fazer/compreender a História e suas particularidades que contém em si múltiplas possibilidades de entendimento dos vínculos estabelecidos entre o escritor e o receptor. Tratam-se de “[...] documentos escritos com a preocupação de alcançar um destinatário. Tal preocupação os torna testemunhos de redes de comunicação entre indivíduos e grupos”³⁰⁸.

³⁰⁵ GÓMEZ, A. C. História de la cultura escrita, ideas para el debate. In. *Revista Brasileira da Educação*, n.5, p.92-124, jan/jun., 2003, p. 110, tradução própria.

³⁰⁶ CARDONA, G. R. *Storia universale della scrittura*, Milano: Mondadori, 1986, p.11.

³⁰⁷ CHARTIER, R. *Inscrever e apagar: cultura, escrita e literatura*. São Paulo: UNESP, 2007a, p.9.

³⁰⁸ MALATIAN. Op. cit., 2012, p.203.

Sendo assim as cartas, trocadas entre Maria do Carmo e Visconde de Taunay que aparecem tanto no diário pessoal autobiográfico, quanto no livro de memórias, revelam a relação pessoal construída entre eles. Nelas, o sensível, o sentido e o sofrido suscitam muitas interpretações, visto haver a descrição de preocupações e situações muito particulares da vida dela, por vezes com profundas construções confessionais.

O crescimento do gênero autobiográfico remonta ao século XIX, quando preenchia funções definidas como educação do eu, ou interiorização de normas de convivência em determinados meios sociais, além de satisfazer à busca de intimidade e privacidade que acompanhou a implantação da ordem burguesa no Ocidente. Refletir e falar sobre si tornou-se comum; enviar os resultados a terceiros deu origem a uma cultura epistolar específica, codificada e submetida a regras de etiqueta³⁰⁹.

Ao mesmo tempo, dispõe a forma empática que esses personagens estabeleceram entre si mediante a convivência pessoal e a afinidade literária. Nesse sentido, as cartas são registros que ampliam as possibilidades de análise do diário autobiográfico de Maria do Carmo. Sendo assim, as correspondências não são só objetos, são documentos “[...] que permitem reconstruir as variações que diferenciam os espaços legíveis – isto é os textos nas suas formas discursivas e materiais – no momento em que as leituras compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação”³¹⁰. Elas auxiliam o historiador a capturar as histórias vividas e compartilhadas. Instrumentos com os quais ele pode contar na hora de conjecturar as representações do passado, já que:

[...] o escrito é transmitido a seus leitores ou auditores por objetos ou vozes, cujas lógicas materiais e práticas precisamos entender, em primeiro lugar porque, para mim, tratar-se-á de sempre vincular o estudo dos textos, quaisquer que sejam, com o das formas que lhes conferem a própria existência e com aquele das apropriações que lhes proporcionam o sentido³¹¹.

Ao longo dos relatos de Maria do Carmo, deduz-se que Visconde de Taunay demonstrava interesse por sua história e, por meio das cartas trocadas entre eles, percebe-se que, ele a incentivou a escrever e publicar suas memórias. Além disso, é através das cartas que se percebe não só a relação pessoal com a escrita como prática, mas também a intimidade e a proximidade entre eles.

³⁰⁹ Idem. *Ibidem*.

³¹⁰ CHARTIER, R. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília : UnB, 1994, p.12.

³¹¹ CHARTTIER, R. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos Avançados*, v.24, n.69, p.7-30, 2010, p.14.

Servirá de desculpa? Julgando-me morrer, tomei a resolução de enviar ao Sr. Visconde de Taunay a primeira parte destas páginas, sem pensar que seriam publicadas e somente pela certeza de que a sua alma boa e generosa deveras lamentará a morte do pequeno índio, que eu chorava. Inscrevendo aqui o seu nome, cumpro um dever de gratidão, pois devo-lhe o consolo único que senti no meio de tanto sofrimento – o ter sabido falar-me de meu filho³¹².

As cartas fazem parte de uma lógica discursiva que abre possibilidades de (re) conhecer outras maneiras de narrar o vivido, retomando, por meio da cultura escrita, histórias construídas e reconstruídas em meio as sensibilidades.

Nas cartas Maria do Carmo fazia uso de frases metafóricas de forma livre exaltando a natureza “selvagem” encontrada nas matas e na criança. Marthe Robert, quando se refere ao papel das missivas aponta que “[...] para o romancista, portanto, o romance tira sua força principalmente de sua absoluta liberdade”³¹³. Mesmo que para os críticos essa liberdade tenha em si algo de escandaloso, a ponto de querer impor-lhe limites, principalmente quando a escrita imprime a letra feminina.

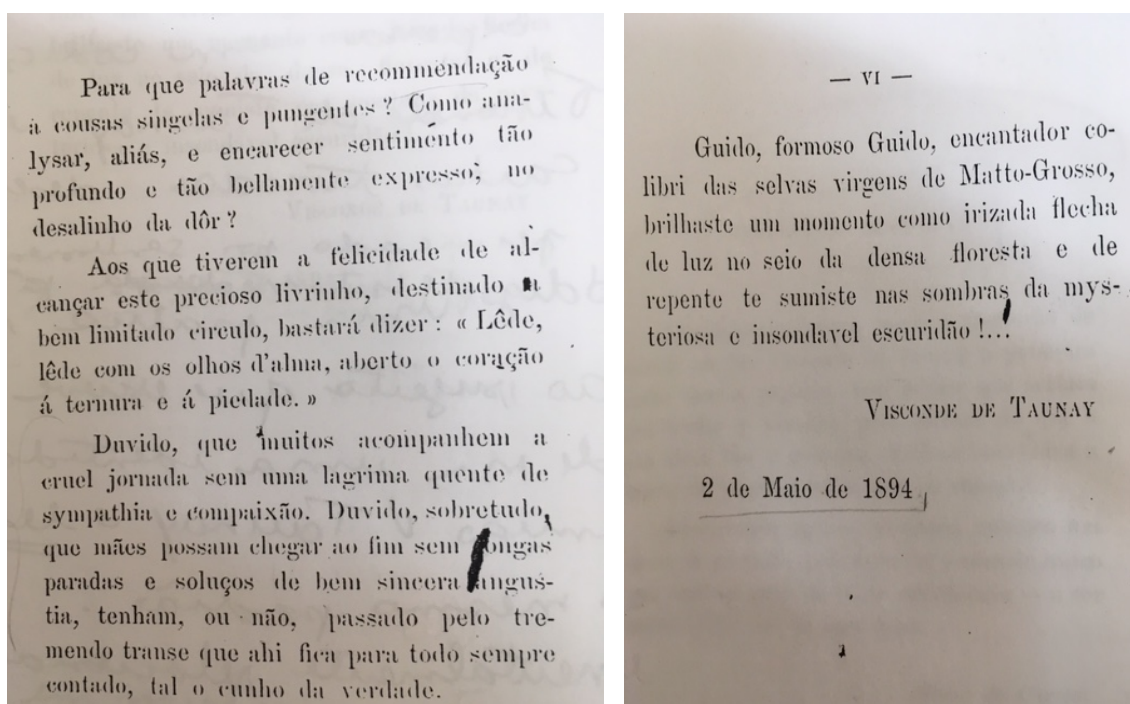


Figura 8: Carta de Visconde de Taunay à Maria do Carmo.

³¹² REGO. Op. cit., 1895a, p.8.

³¹³ ROBERT, M. Op. cit. 2007, p.16.

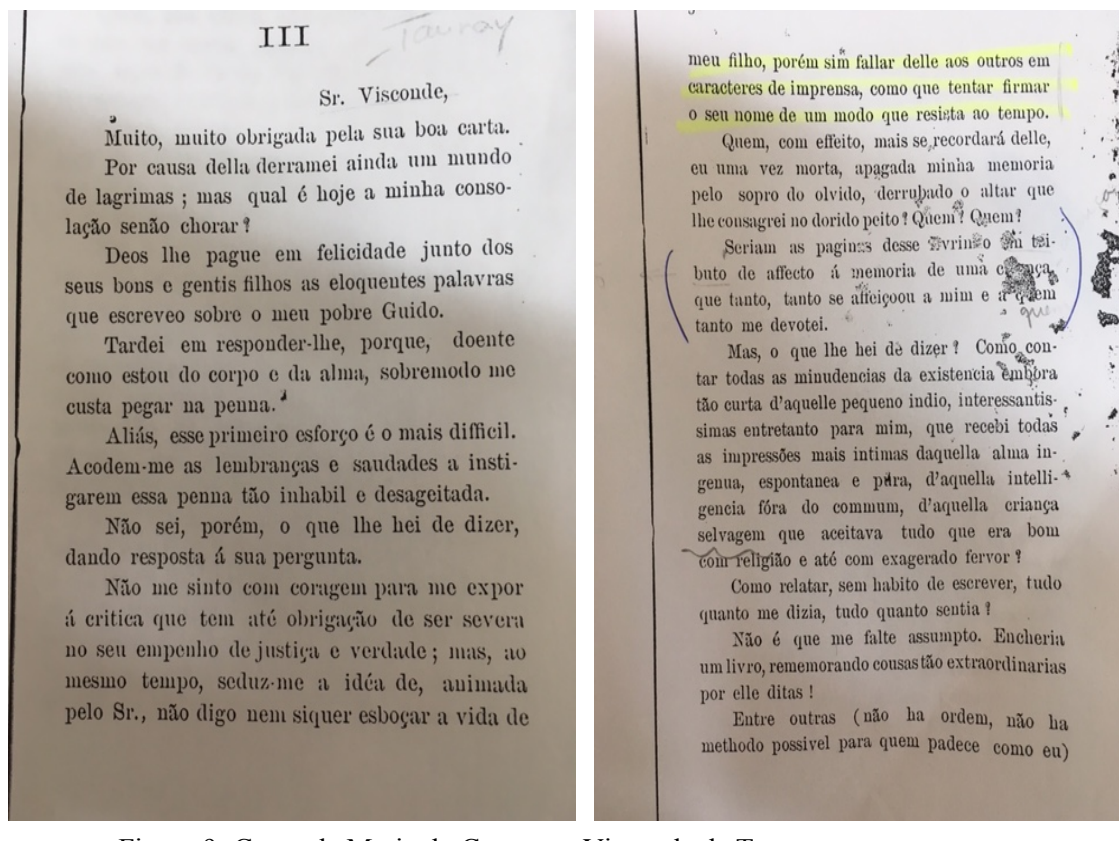


Figura 9: Carta de Maria do Carmo ao Visconde de Taunay

Observando as cartas, podemos encontrar muitos pontos que demonstram a proximidade afetiva entre Taunay e Maria do Carmo para além da proximidade literária. As cartas revelam que a relação entre eles não se limitava às construções linguísticas ou estilo de escrita, havia também uma forte amizade e cumplicidade sentimental. Ela escreve para Taunay, tanto que o livro *Memórias do Matto Grosso* é dedicado a ele, “Ao visconde de Taunay, que tanta simpatia há mostrado por Matto Grosso e com elegantíssima pena e tão encantadora propriedade lhe há descrito muitos dos formosos sítios, tributo de sincera amizade da Autora”.³¹⁴

Outras preocupações de ordem simbólica, são percebidas na escrita dela e são situações que expressam o medo das críticas pelo escrito, a preocupação com a verdade, a vontade de perpetuar a memória do filho e o desejo de apresentar as peculiaridades da convivência entre eles. E nesse conjunto harmônico que envolve o diário pessoal a carta e as lembranças que se

³¹⁴ Dedicatória ao Visconde de Taunay. REGO. Op. cit. 1897, p..

constroem as narrativas de Maria do Carmo, apresentando seu cotidiano afetivo e remetendo ao leitor a sua existência.

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente³¹⁵.

Ao assumir-se como escritora, Maria do Carmo fez do seu diário autobiográfico e do seu livro de memórias um espaço de diálogo entre suas impressões dos mundos em que circulava; do posicionamento da sociedade em relação a esses mundos e à história das pessoas com quem interagiu em suas viagens e ao longo de sua vida.

Exercitando a possibilidade de referir-se ao outro mundo em consonância com o seu próprio, por mais que tenha escrito seu diário para “desabafar” ou registrar suas alegrias, suas tristezas ou memórias, ela escreveu, sim, para alguém: para ela mesma, para a posteridade ou para alguém que um dia poderá achá-lo e lê-lo. Sua fala constrói-se em um enunciado vivo cuja compreensão permanece preta de respostas e, que de uma forma ou outra, virão, fazendo com que o ouvinte se torne locutor³¹⁶.

Sendo o diário pessoal o local da confissão, da autorreflexão e da autoelaboração da ação, ele é também o local da construção ou desconstrução de identidades e de sujeitos. Em diários e memórias a confissão e o exame de consciência aparece, dia-a-dia, e permitem compreender o tipo de relação que o escritor estabelece com os outros, consigo e com a elaboração que faz do passado. O eterno jogo do lembrar e esquecer o torna extremamente flexível, plasticamente elaborado, novo, e, ao mesmo tempo, inconscientemente falsificado, pois, “[...] o indiferente é descartado, o desagradável, alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito”³¹⁷.

A vontade de trazer a verdade do ser, mesmo que seja ela impossível, ao mesmo tempo, a seleção do que deve ser escrito no diário passa pelo campo da memória, do reencontro com o passado, garantido por uma escrita ficcionada, selecionada, abafada ou escancarada que se associa à intencionalidade dos discursos ou enunciados do sujeito que o escreve. Ora, essa é

³¹⁵ MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Antologia. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Mulheres; Edunisc, 1999, p. 267.

³¹⁶ BAKHTIN. Op. cit., 2011, p.291.

³¹⁷ STERN, W. *Psicologia Geral*. Buenos Aires: Paidós, 1957, p.253.

uma prática discursiva que permite ao indivíduo pensar em si e construir-se ou ressignificar-se como sujeito, fazendo uso constante de um processo de qualificação ou desqualificação das ações, pensamentos, valores e saberes assumidos ou construídos por ele.

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente: trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado [...] ³¹⁸.

Nesse sentido, um diário é sim um documento de análise histórica, cuja elaboração requer “decisões conjuntas”, o que significa que uma produção textual nunca é algo que se faça isoladamente na medida em que sempre se dirige a alguém que, por se colocar em relação a esse texto mesmo que em uma posição de simples escuta ou leitura, interfere no modo como o texto é produzido.

A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda a compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz; o ouvinte torna-se locutor ³¹⁹.

Os sentimentos advindos das situações conflituosas vividas por mulheres em suas realidades e suas resistências concentravam-se na esfera do privado e causavam certos desequilíbrios psíquicos. Isso ocorria porque as obrigações e submissões dificultavam-lhes autonomia para se construírem como sujeitos e ao mesmo tempo, corroborava com as frustrações femininas em relação a sua forma de ser. Os desequilíbrios que surgem pela pressão cotidiana e seus desfechos temperamentais feriam a imagem idealizada do feminino. Portanto nem sempre eram compartilhados, relatados ou registrados pelas mulheres, já que o hábito da escrita, ou de registro pessoais produzidos por elas não eram comuns, fosse pela falta de escolarização ou de decoro.

Leite, em seu artigo, aponta que os livros destas mulheres viajantes foram

[...] escritos sob as formas de correspondência à família ou amigos, de diários ou ainda como narrativas breves. Nunca chegaram a ter o volume dos viajantes, com cinco e até mais volumes, principalmente nos casos das viagens

³¹⁸ FOUCAULT, M. *Estética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p.34.

³¹⁹ BAKHTIN. Op. cit., p. 291.

de circunavegação. A maioria delas não tinha a intenção de ser publicada. A publicação foi feita por descendentes, após a morte da autora³²⁰.

Não obstante, essas mulheres deixaram registradas as impressões das viagens, os movimentos das pessoas e o contato com o *outro*. Para Vygotsky³²¹, é por meio desse contato com o outro que o eu se constitui e apreende. Dessa forma, compreende-se que os relatos de viagens guardam em si os caminhos pelos quais seus narradores se constituíram.

Ainda que a ideia de uma eventual publicação não tenha sido estranha à redação deste diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada de muitos meses naquele país, muitas circunstâncias imprevistas forçaram ainda a autora a revê-lo, antes de ser entregue ao prelo, bem como a cancelar muitas páginas que fixavam acontecimentos públicos e privados³²².

Para que suas obras fossem publicadas, sabendo das dificuldades que mulheres escritoras tinham no campo literário, Graham se via compelida a seguir alguns princípios modelares exigidos pela comunidade masculina.

Situação que se repete com Maria do Carmo, porém intensificada pelas especificidades culturais e estruturais do Mato Grosso em fins do século XIX, período em que se buscava construir uma imagem nova do Estado, distinta daquela que classificava a região como incivilizada, retrógrada tendente à selvageria. Por pertencer ao grupo da sociedade emergente e estar atrelada ao poder político, talvez, a escrita de Maria do Carmo tenha sido contaminada pelo discurso da modernidade, da nação em construção e que transformava o Estado em um devir afortunado. Nota-se que, a partir de suas lembranças, a autora buscou acomodar em seus escritos memoriais uma concepção de Mato Grosso pretendido e vislumbrava, por conseguinte, revela a preocupação com construção de uma identidade Mato-Grossense própria e distante das impressões negativas tantas vezes reproduzidas por viajantes em trânsito pelo território.

Quanto à parte moral de Cuiabá, isto é, costumes e modo de viver dos seus habitantes, afasto-me completamente do como os tem apreciado a maior parte dos que lá têm ido nas mesmas condições que eu: aves de arribação, sem tempo bastante para os observar devidamente e julgar de modo definitivo, que entretanto, os criticam a torto e a direito, dando lugar a injustos conceitos sobre o povo cuiabano³²³.

³²⁰ LEITE. Op. cit., 2000, p.133.

³²¹ Cf. VYGOTSKY, 1998.

³²² GRAHAM, R. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. In. *Diálogos*, DHI/UEM, v.5, n.1, p. 11-47, 2001, p.19.

³²³ REGO. Op. cit., 1897, p.17.

Digo contaminar porque, esse tema permite conjecturar algumas hipóteses, ao levar em conta que a construção da pretensa identidade nacional do Mato Grosso solidificava o poder das elites da região contribuindo para que elas se afirmassem como “o símbolo” do que é ser Mato-Grossense já que tinham em comum as bases europeias e o processo de colonização e como inspiração a ação dos bandeirantes, portanto erigidos sobre a marca da civilidade, em oposição as “gentes da terra”, estigmatizadas e afastadas do Estado, os excluídos que não se ajustavam aos segmentos sociais emergentes.

Assim, justifica-se a quantidade de livros de lembranças e memórias que vão sendo produzidos e que evocam as passagens de infância, as moradias, as paisagens, as lutas, a formação religiosa e moral das pessoas com histórias alinhavadas pelos fios comuns das mudanças.

A escrita de Maria do Carmo insere-se em um tipo específico de literatura de viagem (narrativa memorialística, autobiográfica e confessional) cujas noções de leitura, linguagem, representação, prática e apropriação intertextualidade, dialogismo, dentre outras, características são importantes para vários campos do conhecimento histórico, que, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler. As representações do mundo social, como práticas intelectuais, dentre elas, as ficcionais, como as literárias, são sempre marcadas por múltiplos, complexos e diferenciados interesses sociais, sobretudo, aqueles dos grupos sociais que as forjam. Daí, ser necessário relacionar os discursos proferidos com a posição social de quem os produz e de quem os utiliza, visto que as percepções do social não são neutras; produzem e revelam estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade, uma hierarquia, um projeto, uma escolha³²⁴.

Ao falar das impressões que teve ao chegar em Cuiabá, não poupa linhas e críticas e passou a registrar a rota que a conduziu à Cuiabá demonstrando seus sentimentos com intensidade, procurando ser o mais fiel possível a eles. Em seus apontamentos mesclou as passagens descritivas e informativas com as minúcias das paisagens. Tendência encontrada no diário de viagem de Maria Graham, em meados do século XIX, que ao narrar suas experiências de viagem pelo Brasil, aponta para a necessidade de contextualização dos acontecimentos políticos da época.

³²⁴ CHARTIER, R. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.16-17.

[...] nem o meu sexo nem minha situação me permitiam informações especiais relativas aos acontecimentos políticos de um país em que as publicações periódicas são raras, recentes e, apesar de legalmente livres, de fato, devido às condições dos tempos, imperfeitas, temerosas e incertas. O que ousei escrever é, confio, correto quanto aos fatos e datas. Destina-se a ser mera introdução, sem ao qual o diário daquilo por que passei durante a estada no Brasil seria dificilmente inteligível³²⁵.

Mais do que historiar seus caminhos, Maria do Carmo narrou a existência de muitas vidas que se cruzaram ao longo das viagens e permitiram a ela produzir uma escrita intensa e emotiva uma mistura entre a necessidade de construção da imagem do filho, preservando sua memória e a tentativa de conseguir o perdão ao se sentir responsável pela morte do filho adotivo.

Não; eu teria ficado contigo, meu amor imenso, lá viveríamos juntos! Tua ainda serias meu hoje, ao passo que aqui, nesta cidade maldita, mataram-te e partiste para mundos desconhecidos! Onde estarás, meu Guido, meu Piududo!³²⁶.

Confusa pela tristeza da perda, suas convicções e inquietações mostraram-se ora desarranjadas, devido aos sentimentos de tristeza pela morte do filho, ora conscientes dos motivos que a levaram a registrar sua vida no diário autobiográfico. Materializa suas lembranças trazendo aquilo que viveu com as pessoas no coletivo e substancializa os momentos socialmente compartilhados. Reclusa nas saudades, individualiza suas lembranças e precisa a forma como as coisas devem ser lembradas. Descreve a substância social da memória – aquilo que Marilena Chauí chama de a *matéria da memória*³²⁷ – mostrando que o modo de lembrar é individual tanto quanto social, e que o recordador, ao lembrar, individualiza a memória comunitária demonstrando o quanto o tempo da memória pode ser uma construção social cuja repercussão unifica-se ao modo de lembrar.

Nas memórias de Maria do Carmo as prerrogativas memorialísticas e autobiográficas estão explícitas e substancializam seus sentimentos mais íntimos, cuja vontade de expor sua vida está motivada pela necessidade de anunciar a existência desses dois mundos que se amalgamaram em sintonia, o mundo do filho índio adotivo, em consonância com o de uma mãe não índia, estéril. Ela não era a mãe biológica dele, mas eles se aceitaram como mãe e filho, despreocupados com as fronteiras e distanciamentos culturais, sociais ou naturalizados.

³²⁵ GRAHAM. Op. cit., 1990, p.101.

³²⁶ REGO. Op. cit., 1895a, p.14.

³²⁷ BOSI. Op. cit., 2012, p.31.

Capítulo 4: *PIUDUDO (BEIJA-FLOR), O BORORO. GUIDO, O MENINO (1889 - 1892)*

Quereis que conserve sua forma original? Conservai a partir do instante em que vem ao mundo. Logo ao nascer apropriai-vos dele, não o largueis antes que seja homem: nada conseguireis sem isso. Assim como a verdadeira ama é a mãe o verdadeiro preceptor é o pai³²⁸.



Figura 10: Autor desconhecido, Piududo, 1888-1889.

As lembranças da vida de *Piududo* são trazidas para nós pelas percepções registradas por Maria do Carmo em seu diário pessoal. Ao lê-las tem-se a impressão de que foram escritas na mais pura inocência e sinceridade e fica difícil perceber o quanto do que ela escreveu é apenas uma conveniente interpretação da vida e do pensamento do menino índio ou o incontrolável desejo de que cada coisa registrada fosse de fato realidade.

³²⁸ ROUSSEAU. Op. cit., 1992, p.24.

4.0: Tinha os cabelos compridos - assim conta Maria do Carmo.

Maria do Carmo conta que os pais biológicos de *Piududo* morreram quando ele ainda era pequeno e que sua criação foi designada às índias mais velhas da comunidade. Ele tinha três irmãos: o mais velho, um *bare*³²⁹, outro bonito como ele chamado *Bororocada* e uma irmãzinha.

Diz Maria do Carmo que, quando *Piududo* se referia à figura do pai, ele a trazia com muito carinho e saudades, de maneira afetuosa e lembrando a maneira cuidadosa com que ele tratava *Piududo*, “[...] carregando-o no colo por causa dos espinhos do chão”³³⁰. *Piududo* viu o pai morrer junto ao tronco de uma árvore que era utilizada para atravessar um rio. Não lembrava das feições da mãe, pois ela morreu antes do pai. Para Maria do Carmo, ele era uma criança com “Coração de ouro! Limpíssimo, puríssimo diante da maldade não poderia marear; gema sem jaça arrancada ao torrão de Natal, do seio santo da terra, nossa Mãe de todos!”³³¹.

Ao que tudo indica, a comunidade Bororo Coroados, em que *Piududo* nasceu, localizava-se na cabeceira do Rio São Lourenço, no Mato Grosso: “Pelos lembranças que tinha e pinturas que fazia, pertencia a um aldeamento na encosta do morro do Chapéu de Sol”³³², local que havia passado por intervenções militares pontuais e graduais, uma na colônia militar de São Lourenço e outra após a remoção, na colônia Militar Thereza Christina, quando a missão de São Lourenço foi desativada³³³.

³²⁹ Curandeiro entre os Bororo.

³³⁰ REGO. Op. cit., 1897, p.11

³³¹ REGO, Op. cit., 1895a, p. 22.

³³² Idem. Ibidem., p. 35.

³³³ Dados foram encontrados nos relatórios da Presidência da Província, entre 1880 e 1888, e constam do diário autobiográfico de Maria do Carmo.

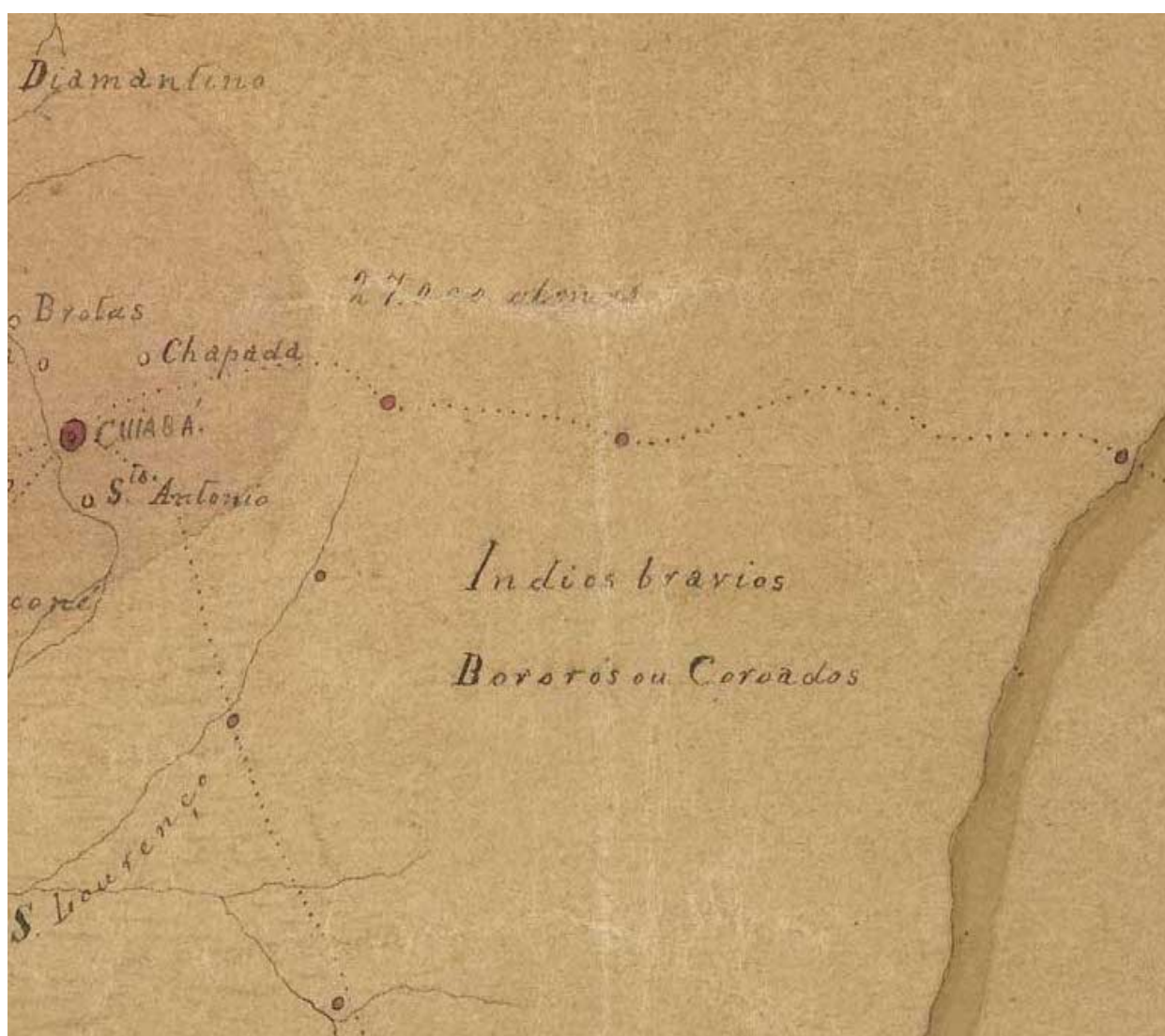


Figura 11: Carta Provincial do Mato Grosso – 1889a



Figura12: Carta Provincial do Mato Grosso – 1889b

Considerados índios bravios, os Bororo Coroados foram incluídos na política indigenista de aldeamento, em vigor a partir da descentralização política promovida pelo Ato de 1834. Explica o Ato que a estrutura administrativa e a legislativa transferiram a problemática da catequese e a responsabilidade civilizatória dos grupos indígenas para as províncias e suas respectivas assembleias legislativas. O teor dessa orientação veio ao encontro da política de fronteiras do Mato Grosso, que tinha como um dos anseios utilizar os índios fronteiriços (principalmente aqueles alocados nos limites entre Paraguai e Bolívia) como grupos de defesa, além da possibilidade de povoamento e desenvolvimento territorial. Mediante o Ato de 1834,

a política de aldeamento encontrou perspectivas favoráveis para sua efetivação na medida em que inseria não só os índios bravios nessa prospecção, mas também índios considerados “mansos” ou domesticados.

Verdadeiras colônias militares que se beneficiavam do discurso da “Pacificação”, os aldeamentos tiveram funções bem específicas tanto em relação à ocupação espacial, quanto à cristianização, domesticação e adequação dos ditos *selvagens* à sociedade *civilizada*. Nas ações punitivas, apresavam os índios e os conduziam ao trabalho escravo nas fazendas próximos às aldeias.

Os Coroados habitam as cabeceiras de diversos galhos do rio São Lourenço. Poucas e pouco exatas são as notícias que temos do seu número, de sua índole, e de seus usos, pois não se relacionam conosco, fogem de nós e quando procuram os nossos moradores e viandantes é para hostilizá-los. Com tais disposições e dominadas por sua situação as estradas que vão desta cidade para Goiás e para São Paulo, os coroados tornariam as mesmas estradas intransitáveis para o cristão, se não fosse os sentimentos de cobardia comum a quase todas as nações indígenas, que faz com que raríssimas vezes acometam a rosto descoberto, ou expondo a sua vida ao menor risco. Entretanto, por vezes, tem atacado aos viandantes e moradores do sertão, que se viram obrigados a abandonar os seus estabelecimentos, os quais, se bem que de pouca importância, eram de grande utilidade para as tropas que neles achavam, pelo menos, o provimento do milho tão necessário para os animais já cansados por longa e penosa viagem. Os mesmos Índios chegaram a cometer estragos matando e incendiando até em sítios do termo desta cidade e distantes dela menos de vinte léguas; por essas razões, poucos anos se passam sem que o Governo expeça bandeiras contra eles; porém o resultado ordinário destas expedições há de destruir um maior ou menor número de adultos, e aprisionar algumas crianças que entre nós se criam, e que de nenhum modo aproveitam para a redução e catequese da nação a que pertencem³³⁴.

Dessa forma, os aldeamentos cumpriam a proposta doutrinária e civilizatória estabelecida pelo governo imperial no século XIX. Embora a presença das comunidades indígenas não fosse a causa das dificuldades de desenvolvimento econômico da região, esse fato era usado como argumento para a sua retirada do território. A (des)qualificação dos grupos indígenas como selvagens perigosos, confirmada pelos colonos, contribuía para caracterizar o território mato-grossense como um espaço onde a segurança era instável, colocando em risco permanente a vida dos colonos³³⁵.

Sendo assim, cabia ao homem branco e “civilizado” traçar estratégias para remoção dos grupos vistos como obstáculo para o desenvolvimento social e o progresso da região.

³³⁴ XAVIER, J.C., *Paxoréo e o garça. Cuiabá: Calendário do Sol*, 1999.

³³⁵ GALETTI, 2012, p. 122.

Deste ponto de vista o caminho da ocidentalização deveria levar não apenas à modernização *tout court*, ao desenvolvimento material que asseguraria o progresso econômico do país, mas também à plena constituição do que, no estilo de representação ocidentalista, se definia como uma nação moderna: um Estado estruturado, autônomo, politicamente soberano, um povo portador de uma língua, cultura e tradições próprias, alicerçado em história sólida, atributos que qualificavam o país a tomar assento entre as demais nações *civilizadas*³³⁶.

“Verdades” ancoradas no poder colonialista e disseminadas ao longo do tempo, contribuindo para a sujeição de muitos segmentos marginalizados da sociedade do século XIX, aliás, distorções presentes até hoje. Para Quijano, a “[...] América se constituiu como o primeiro espaço/tempo de um novo padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *id-entidade* da modernidade³³⁷. Por isso, no que se refere à ideia de raça, em função das distinções estruturais biológicas entre conquistadores e conquistados, ocorreu uma codificação das diferenças, utilizada para justificar a dominação e a produção de enunciados classificatórios que legitimavam uma situação natural de inferioridade para alguns em relação a outros.

4.1 *Piududo* e o seu mundo Bororo.

Entre os Bororos, o processo de integração social fundamenta-se na capacidade de delegar à espiritualidade a função de reger o destino do homem, tornando possível um consenso no entendimento acerca dos sentidos de vida e morte. Tanto é assim que os direitos à vida e à permanência no grupo estão vinculados ao mérito pessoal e ao bom comportamento, virtudes transmitidas culturalmente entre as gerações. A morte não lhes tira a alma, pois seus princípios estão garantidos na eternidade das manifestações culturais. Para Novaes, de certa forma, os Bororo fazem dos rituais uma possibilidade de reprodução da ordem social na medida em que a integração lógica é condição da integração moral³³⁸.

Em sua complexa organização social, a classificação dos indivíduos é determinada pelo clã a partir da linhagem e do grupo residencial de pertencimento; a descendência é matrilinear, assim, como regra de conduta, ao nascer a criança receberá um nome que a identificará ao clã

³³⁶ Ibidem., p. 28.

³³⁷ QUIJANO, 2000, p. 202.

³³⁸ NOVAES, S. C. (Org.). *Habitações indígenas*. São Paulo: Nobel; Universidade de São Paulo, 1986a, p. 61.

materno³³⁹. A escolha desse nome depende do *Ritual de nomeação*, em que “[...] a criança é formalmente introduzida na sociedade Bororo de seu *iedaga* (o nominador é o irmão da mãe) e das mulheres do clã de seu pai, que o ornamentam para o ritual”³⁴⁰. Esse ritual é fundamental para a identificação da linhagem atribuída logo após o nascimento, a qual a criança vai pertencer. A cerimônia determina e sintetiza a personalidade do homem Bororo e integra de modo consistente os aspectos jurídicos (transmitidos pelo *iedaga*, ou seja, o padrinho, e associados à matrilinearidade) e os socioculturais embutidos no caráter místico (associado a patrilinearidade). Pelo nome, a criança está associada a uma categoria social - a linhagem de um clã -, vinculada a um herói cultural da sociedade Bororo, que na cosmogonia mítica estabeleceu os fundamentos da vida social, a qual deve ser continuada pelos membros do clã. *Piududo* participou desse ritual e teve assim seu nome escolhido:

[...] os simpáticos selvagens, cobrem os filhos com belíssimas penas de garça na grande cerimônia do seu poético, embora bárbaro batismo.

Depois de untarem o corpinho da criança com uma espécie de visgo, nelle aplicam as penas, tão alvas como a inocência, a que servem de símbolo e enfeite.

No alto da cabecinha, onde mais tarde cortam o cabelo a semelhança da coroa que os padres usam, arranjam penas mais altas e de cor diferente, preferindo sempre vermelhas e azuis.

Assim preparada, e enquanto a mãe, lavada em prantos soluça na palhoça, o pai com ela nos braços, e rodeado de todos os companheiros da aldeia, aguarda o clarear do dia no local onde melhor possa ver o *meri ruto* (nascido do sol).

E ali ficam cantando, conservando um dos índios a *baragára*³⁴¹ na mão.

Ornamentada de penas, tem a *baragára* em uma das extremidades um pequeno osso de ponta muito aguda, com o qual furam o lábio inferior dos meninos recém nascidos.

É o batismo.

Quando começa a aparecer o radiante disco do majestoso astro, o *bare* espécie de médico, lança mão da *baragára*, e com ela em punho põe-se a avançar e a recuar várias vezes. Com um grito pronuncia afinal um nome, ao furar o lábio da pobre criancinha.

De um pássaro..., da nuvem, da folha.

Da palmeira que ao longe se avista, da estrela que desapareceu.

Da borboleta que adeja...

De beija-flor por exemplo!...

E os índios todos repetem o nome escolhido “Piududo! Piududo!...”

E ainda “Piududo!” repetem os mais afastados.

Assim gritando sempre, chegam todos a palhoça da pobre mãe, que recebe nos braços o amado filhinho entre lágrimas e sorrisos!

E assim foi o batizado entre os seus, o meu adorado Guido! O meu amadíssimo Piududo, cuja existência tão querida e tão curta, só serviu para enlutar os dias que tive e tenho de viver, desde o fatal 26 de janeiro de 1892.

³³⁹ Ibidem., pp.61-62

³⁴⁰ Idem. Ibidem., p. 244.

³⁴¹ Faca ou punhal na língua Bororo.

Pendente do pequenino orifício aberto pela *baragára*, mais tarde usam eles o *araroréo*, ornatosinho feito de concha, penas ou âmbar, conforme o gosto de cada um³⁴².

Piududo estava inserido no mundo Bororo do Mato Grosso e na comunidade, seguindo os ritos e costumes cotidianos do grupo. Saía para caçar macacos e onças com o irmão mais velho, andava nu com as crianças de sua idade apanhando cocos, dormia em rede, possuía animais de estimação, escondia-se de onças na mata, nadava no rio e atirava com arco e flecha. O que alterou a dinâmica da sua vida foi a adoção, uma prática conhecida e aceita entre os Bororo e utilizada pelos colonizadores como forma de integração e domínio.

Decerto que a história de *Piududo* não é um fato isolado, pois são vários os relatos e registros de crianças indígenas que passaram pelo processo de adoção, não apenas no Mato Grosso, mas em outras regiões do Brasil do século XIX. Há, por exemplo, registros de crianças indígenas que foram adotadas por grupos de missionários protestantes na Amazônia, entre os Apurinã e o Rio Purus, cujo objetivo era a educação e proliferação dos princípios protestantes.

Como também há registros de crianças índias que foram adotadas, ilegalmente, como força de trabalho escrava, tanto para os afazeres domésticos quanto para extração mineral ou trabalhos diversos nas ruas e no comércio de Mato Grosso.

Algumas crianças figuraram como “criadas de servir” de seus padrinhos e/ou tutores. Outras crianças deslocavam-se com suas famílias para a cidade, na medida em que os aldeamentos onde viviam eram desfeitos ou para manterem relações comerciais com os não-índios, passando a viver misturadas à população urbana, aproximando-se mais ao modo de vida da gente pobre. Outras foram mantidas como reféns para que seus pais ou parentes se propusessem servir de intérpretes em expedições e agentes da catequese. Alguns meninos foram internados na escola de aprendizes artífices do Arsenal de Guerra, no intuito de servirem como braços para o progresso da província e se afastassem da “vadiagem” das ruas. Outros chegaram a ser matriculados em escolas públicas primária³⁴³.

Nesse mesmo período, as capturas alcançaram seu ponto mais elevado, sendo trazidos para Cuiabá em torno de 416 índios destinados à região de Couto Magalhães. Segundo José Duarte, a escolha desse lugar era importante para o grupo porque precisavam “[...] de recursos

³⁴² REGO. Op. cit., 1897, p. 77.

³⁴³ PERARO, M. A. O princípio das fronteiras e a fronteira dos princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no século XIX. In. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v.19, n.39, 1999, p. 12.

[...] e para esse fim aponto o acampamento *Couto Magalhães*, lugar muito próprio, perto da água e do peixe, que é o principal elemento de vida dos selvagens”³⁴⁴.

No caso de *Piududo*, a integração foi uma forma de aproximação entre dois mundos, sendo a adoção como instrumento mediador e facilitador de inserção no mundo não índio. Mas foi a custosa relação de força que retirou a criança do mundo que pertencia para adequá-la àquele cujas regras não conhecia e que, pela impossibilidade de reação, acabou submetendo-se a elas. Ao ser adotado, *Piududo* deixa o seu grupo social sem nele se realizar como indivíduo e é integrado em outro grupo com muitos valores, realidades e padrões distantes dos seus, sem se realizar neste também.

4.2 A adoção

Quando *Piududo* chegou à casa da família adotiva, de início não houve interação entre ele e as pessoas da casa. Havia desconforto, medo e apenas a observação e a troca de olhares eram pontos de contato. “Mirou-me detidamente e daí há uns dois meses me disse, que tinha tido receios que eu fosse uma – *braide* – inimiga, mas que me quisera bem logo ao primeiro olhar”³⁴⁵.

Piududo saiu da comunidade em que vivia e foi morar no Palácio da Presidência da Província do Mato Grosso, envolto em um tipo de conforto que não conhecia. Vestindo uma camisinha de chita e uma calça azul, seu olhar exprimia receio à proximidade, afinal, ele via em Maria do Carmo uma *braide* (inimiga) e não sabia nenhuma palavra em português para expressar-se. Do mesmo modo, Maria do Carmo tinha um conhecimento limitado das palavras na língua nativa do menino, portanto, a comunicação tardou a acontecer.

Maria do Carmo se dizia encantada pela beleza dos olhos negros e pelos cabelos compridos da criança. Seus esforços compreendiam a adequação de *Piududo* aos modos de se trajar, falar, sentir e perceber o mundo novo que estava a sua volta, queria vesti-lo e calçá-lo, e assim o fez. “Branco e azul, suas cores prediletas. Em casa trajava quase sempre de branco”³⁴⁶. Vesti-lo, por sua vez, cumpria com um outro e conhecido ritual civilizatório, o de cobrir-lhes as *vergonhas*! Ao vesti-lo e calçá-lo Maria do Carmo exerceu outro tipo de violação dos costumes da criança indígena e apresentou-lhe o nu como incomum e imoral. Em troca,

³⁴⁴ DUARTE, A. J. Relatório do Alferes Antônio José Duarte. In: *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, 1887, p. 51.

³⁴⁵ *Ibidem.* p. 11.

³⁴⁶ *Ibidem.*, p. 40.

“seduziu-lhe” com roupas. O contorno dessa passagem é extremamente sentimental e revelador, um duplo movimento em que a natural nudez em que a criança foi criada passa a ser admitida como a imagem da vergonha e do pecado. “Estereótipos que colocam a sensualidade polimorfa no grupo que será dominado”³⁴⁷ e que, de forma surpreendente, Guido passa a aceitar, pois desde o início teve “suas vergonhas” cobertas. Como fica evidente nesta passagem: “Vai chamar papai, para que ele veja o bugrinho de mamãe como andava pelo mato. Corri toda alegre com semelhante lembrança e chamei Raphael, mas o menino de repente se abraçou comigo, afim que meu marido não o visse”³⁴⁸.

Ao cobrir-se, *Piududo* afirma-se como Guido, fazendo da vergonha um processo de ressignificação dos costumes Bororo. O encontro entre culturas tão diferentes que a adoção proporcionou, nos faz refletir sobre as relações entre índios e não índios num período em que a percepção dos grupos indígenas provocava muitas opiniões, tanto no que se referem às concepções raciais evolucionistas da época, quanto ao aporte doutrinário católico, que classificava o índio como ingênuo e inferior, mas redimível mediante catequese ou no processo civilizatório do homem branco³⁴⁹.

Assim, de forma gradual, o mundo de *Piududo* passou a ser preenchido com novos conhecimentos. Em pouco tempo não só aprendeu a falar palavras em português, ainda que intercaladas pela língua Bororo, como também a fazer pequenas contas.

Quando começou a falar, perguntei-lhe como queria me chamar, se mãe, se madrinha; respondeu-me rápido, sem vacilar, mamãe. Era já meu filho aquela criança tão pura, tão meiga, tão sedutora! Em poucos dias começou a manifestar-me provas de maior dedicação. Como cita-las?³⁵⁰.

Na tentativa de integrá-lo ao “mundo civilizado”, optou-se pela educação tradicional religiosa, seguindo o padrão aristocrático proposto pela família. *Piududo* foi introduzido nas letras, estudou a História do Brasil e a de seu povo de origem, sempre guiado pelo olhar da mãe adotiva. Dedicou-se às artes e, por fim, foi encaminhado à escola. Ou seja, nem todas as medidas adotadas por Maria do Carmo conflitavam com o discurso científico do século XIX em relação aos indígenas, suas capacidades e natureza.

Porém, há de se ter claro que Maria do Carmo é uma mulher inserida no contexto dos pressupostos científicos e teorias raciais que conflitavam, também, entre si. Dessa forma, “[...]”

³⁴⁷ TELLES. Op. cit., p. 195.

³⁴⁸ REGO. Op. cit., 1897, p. 33.

³⁴⁹ SCHWARCZ, 2012, p. 146.

³⁵⁰ REGO. Op. cit., 1895a, p. 13.

o cruzamento de raças era entendido, com efeito, como uma questão central para a compreensão dos destinos da Nação³⁵¹, dividindo o pensamento entre os defensores da visão determinista, que viam na mestiçagem o grande entrave para o desenvolvimento da Nação, e aqueles que comungavam de posição mais positiva e progressista e buscavam amenizar os conflitos propostos pelas questões raciais. Lilia Moritz Schwarcz nos ajuda a compreender esse paradoxo à medida que mostra a relevância e as variações na utilização das teorias raciais europeias, que compuseram o pensamento no Brasil a partir de 1870.

Para Schwarcz, ao evolucionismo darwinista que condenava esses grupos a extinção por seu simplório estágio evolutivo, misturava-se certa indulgência ou indisfarçável repugnância³⁵² ao subalterno ou diferente. Mesmo não sendo o período colonial o recorte temporal deste trabalho, é importante ressaltar que essas perspectivas são eixos fundantes do colonialismo. Perspectivas que formaram padrões de pensamento que desqualificavam as ações culturais ou as organizações sociais dos grupos indígenas, aliando a ocupação territorial das colônias, desde o século XVI, à racionalidade eurocêntrica e dessa forma garantindo a maturação de um tipo específico de construção mental em relação à ideia de raça, na sua mais cruel compreensão.

Esse tipo de mentalidade excludente, racista, eurocentrada e etnocêntrica propagada pelo mundo ocidental por séculos, interferiu (e ainda interfere) na forma como a concepção de índio e civilizado foram construídas historicamente. Sobretudo porque trouxe a ideia de civilização como algo a ser conquistado e alcançado, a partir de um projeto ocidental de construção de normas voltadas para a consolidação de estruturas de *distinção, exploração e dominação social*. Para tanto, *controle* foi a palavra de ordem do período e ao mesmo tempo fator de separação entre as regiões do Mato Grosso, com configuração limítrofe promovida pela política indigenista, que em princípio arquitetou tanto o controle fronteiriço territorial geopolítico quanto o étnico por meio dos aldeamentos.

Cabe mencionar que mesmo processadas as demarcações fronteiriças geopolíticas e as de aldeamentos indígenas, as articulações entre as etnias permaneceram, garantindo não somente a continuidade de muitos grupos que se definiram como *índios fronteiriços*, formando uma identidade étnica, como a *mestiçagem* entre diferentes grupos indígenas e não indígenas. Guillaume Boccara³⁵³, ao interpretar formas de contato entre grupos em situações limítrofes, salienta que as capacidades de adaptação e de criação das sociedades indígenas podem

³⁵¹ SCHWARCZ. Op. cit., p.18.

³⁵² GALETTI. Op. cit., 2012, p.125-126.

³⁵³ BOCCARA, G. Antropología diacrónica: dinámicas culturales, procesos históricos y poder político. In: G. Boccara e S. Galindo (orgs.), *Lógica mestiza en América*. Temuco, Chile: Universidad de la Frontera, Instituto de Estudios Indígenas, 2000.

colaborar para novas configurações sociais, a partir da fusão de conquistas ou da incorporação de elementos incomuns e estranhos entre grupos.

Etnogênese é o nome atribuído por Boccara no que se refere a possível reconfiguração cultural e identitária de sujeitos ou comunidades devido a fatores endógenos ou exógenos ao grupo e seus membros. Esse conceito que nos ajuda a compreender os processos de reconfiguração de identidades étnicas geradas pelas diversas transformações provenientes de contatos culturais.

São estudos transversais à etnohistória que pretendem explicar as transformações causadas pelos contatos culturais numa perspectiva distante das concepções biológicas, mas imersas nas tipificações e classificações étnicas produzidas em tempos de conquistas. Para Boccara, apresentar as formas como os nativos reordenam-se não só no sentido espacial, mas também no sentido identitário, desmistifica a visão do nativo como constante subjugado para mostrar uma história nativa que fabrica um novo olhar sobre si.

Essa perspectiva nos leva a supor em que medida o contato entre *Piududo* e Maria do Carmo promoveram a “total” aceitação dele como filho, e aponta para outra perspectiva: a capacidade de adaptação vivenciada por *Piududo* e seu grupo anteriormente (em função dos aldeamentos) no sentido de garantir a sobrevivência ou de usufruir daquilo que outros grupos poderiam proporcionar. Para Zolads, no que se refere à *Piududo*:

Parece haver nele uma tendência em aceitar as imposições de uma cultura que lhe é estranha, interiorizada numa espécie de resignação, dando a ela uma certa medida de legitimidade. E ao ser bem manejado, propiciava as vantagens por ele usufruídas para sentir-se aceito por um universo social ao qual não pertencia³⁵⁴.

Por outro lado, embasada pelas teorias relacionada à mestiçagem e às incapacidades das “raças inferiores”, Maria do Carmo via na educação a possibilidade de redenção do filho indígena. Aos olhos dela, “[...] tudo quanto aquela extraordinária criança fazia era causa de sincera surpresa às pessoas com quem ela convivia”³⁵⁵. Ela, então, se voltava aos pensamentos de cunho religioso, que viam no indígena, por mais “selvagem” que fosse, a representação de um momento na evolução da humanidade, localizado em um passado remoto cujo desenvolvimento é inexorável. Nessa concepção, para se realizar o processo evolutivo, as comunidades indígenas dependiam do auxílio e apoio dos indivíduos em estágios mais

³⁵⁴ ZOLADZ. Op. cit., p.39.

³⁵⁵ REGO. Op. cit., 1895a, p.18.

avançados, ou seja, do homem branco e cristão. Isso porque, no século XIX foi contundente a imagem do “selvagem e do primitivo” associada aos indígenas e seus territórios no Brasil, ao mesmo tempo, eram recorrentes as desqualificações desses grupos e suas estruturas, bem como a negação de seus conhecimentos e aprendizagens como algo elaborado, experimentado e vivenciado no grupo. Esperava-se deles a submissão e à sujeição sem resistência, como forma educativa, mas se assim não o fosse cabia-lhes a domesticação pela força.

Apesar da história de *Piududo* contada por Maria do Carmo não ser um fato isolado de contato entre indígenas e não indígenas, quando narrada em forma de diário pessoal e livro de memórias, torna-se um tanto quanto original. Os detalhes da vida de *Piududo* no mundo não índio nos permite um diálogo mais próximo com as relações estabelecidas entre esses sujeitos no Mato Grosso do século XIX. Minúcias que também nos ajudam a compreender, entre percepções presentes e pretéritas, a intencionalidade da ocupação e a ideia de território, a consolidação de algumas estruturas sociais e políticas, bem como, a construção dos preconceitos e os racismos nesse mundo tão distante da metrópole colonial e que, conforme o pensamento da elite mato-grossense, se diferenciava da população provincial, por ser ela “[...]a mais mesclada que temos visto: ali se vê o bugre, o caboclo, o caburé, o mulato, o negro e o branco; mas as raças principais são o branco, que é o europeu descendente deste – o negro que é o africano e o índio[...]

³⁵⁶.

Na esfera psicológica, os sentimentos e emoções de *Piududo* são embates pessoais não expressos na escrita de Maria do Carmo, mas que podem estar implícitos na expressão artística que o menino desenvolveu ao longo do tempo que conviveu com ela³⁵⁷. Sendo assim, a adoção pode ter servido de inspiração para os desenhos e aquarelas que *Piududo* produziu. Por outro lado, revelou o violento processo de adequação e ajustamento, que impôs à criança indígena a aceitação dos costumes e valores aristocráticos de Maria do Carmo. Sendo assim, como uma das formas de garantir e dar continuidade à proposta de inserção do menino índio no mundo civilizado, ela estimula nele a expressão artística, optando pelo estilo Impressionista, corrente artística iniciada na Europa no século XIX e aceita pela elite intelectual brasileira.

³⁵⁶ MOUTINHO, J. F. *Notícias sobre a província do Mato Grosso seguida d’um roteiro da viagem capital à São Paulo*. São Paulo: Typografia de Henrique Schroeder, 1869, p.117.

³⁵⁷ ZOLADZ. Op. cit., p.2.

4.3: Aquarelas de Guido: *Piududo* civilizado

Piududo viveu com a família adotiva no Mato Grosso até o momento em que Francisco Raphael entrega o cargo da presidência da província para Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, em 6 de fevereiro de 1889. A partir de então, a família muda-se para a província do Rio

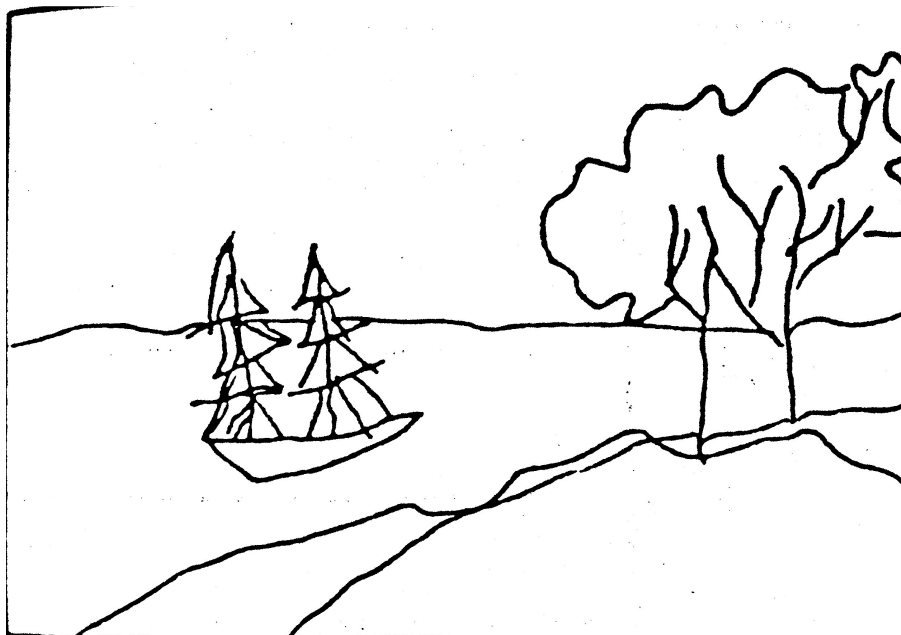


Figura 13 – Cena do Barco, Guido Rego, acrílico sobre tela, 1889. Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.

de Janeiro e *Piududo* começa a frequentar a escola. Ou seja, se em Cuiabá, Maria do Carmo já direcionava a educação da criança no sentido da moral e dos costumes aristocráticos, ao chegar no Rio de Janeiro, com a escola, oficializou-se o processo de aculturação.

Piududo ingressou no Colégio Santa Isabel, fundado pelo padre Francês Nicolau Germaine, e passou a ser educado pela irmandade de São Vicente de Paula.

Comecei a ensinar-lhe as primeiras letras e quando, depois de mais aclimado, entrou para o colégio das boas e carinhosas irmãs de S. Vicente de Paula, demorou-se pouco, algumas vezes por ligeiros resfriamentos acompanhados de febre, outras por não podermos estar longe um do outro³⁵⁸.

Medos, inseguranças, saudade e solidão podem ter sido gatilhos para a transformação das emoções de *Piududo* em ato criativo, convertendo esses sentimentos, entendidos como negativos, em uma solução positiva de superação do presente, uma forma de dar sentido artístico a ele e à sua vida. Sobre isso, Bakhtin comenta que a “[...] objetivação ética e estética necessita de um poderoso ponto de apoio, situado fora de si mesmo, de alguma força efetivamente real de cujo interior eu poderia ver-me como outro”³⁵⁹. Essa força em *Piududo*

³⁵⁸ REGO. Op. cit., 1895a, p.16.

³⁵⁹ BAKHTIN. Op. cit., p.29.

parece estar ligada à mãe adotiva que, o vestindo sem cortar seus cabelos compridos, atualizava a tensão entre o menino indígena e o outro, em construção.

Ao mesmo tempo que Maria do Carmo se surpreendia com a capacidade criativa do filho, via a possibilidade de transformar a vivência adquirida na mata em experiências artísticas, o que tornariam *Piududo* diferente aos olhos dos outros. A todo tempo ela oferecia excelentes condições e conforto para que o menino desfrutasse da sua vida e de sua criatividade. Sua expressão artística teve, portanto, uma função das mais reveladoras, pois possibilitou sua integração no mundo dos não índios. “Espere minha mamãezinha. Respondeu-me. Deixe-me retratar um barquinho, que eu nunca tinha visto”³⁶⁰. Na esfera psicológica, a relação entre *Piududo* “selvagem” e Guido “civilizado” parece ter sido determinante para fazê-lo refugiar-se na pintura. Ao pintar, *Piududo* deixava de ser uma memória nas mãos de Guido, o produtor das imagens que o representavam.

A arte, nesse sentido, tornou-se uma forma de expressão da subjetividade revelando, por um lado, a interioridade e visão de mundo do menino e, por outro, a possibilidade de compreender-se ou reinventar-se, pois, retira “[...] da vida seu material, mas produz acima desse material algo que ainda não está nas propriedades desse material”³⁶¹, neste caso, o significado e as possibilidades de ressignificação do outro.

Para Maria do Carmo *Piududo* é uma criança dotada de grande genialidade. Em seu diário, ela sugere que as pinturas de *Piududo* aproximam-se do estilo artístico Impressionista do século XIX. O discurso da genialidade moderna acomodava-se perfeitamente nas propostas de uma escola de vanguarda como a Impressionista, e *Piududo* estava vivenciando esse momento com a mãe adotiva. Conforme Ana Paula Simioni, o debate do que é o moderno está entrando no Brasil no século XIX pelo olhar da sociedade burguesa e vem claramente inspirado no modelo europeu que entendia que *modernizar* “[...] não significava apenas absorver aspectos ‘formais’ da nova arte, mas também seu repertório temático, com aquela iconografia que viam como emblematicamente moderna e que lhes cobrava a difícil tarefa de ser traduzida para seus respectivos meios”³⁶².

Um índio impressionista seria, então, mais uma maneira utilizada por Maria do Carmo para mostrar à sociedade “moderna” que a capacidade da criança de aprender conceitos da cultura não índia era algo possível e que havia ocorrido pelas mãos da mãe não índia. Ou seja,

³⁶⁰ REGO, op. cit., 1895a, p. 17.

³⁶¹ VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.307.

³⁶² SIMIONI, A. P. A Viagem a Paris de artistas brasileiros no final do século XIX. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.17, n.1, pp.343-366, 2005, p.354.

mostrar a transformação de uma criança índia “selvagem” em um exótico gênio moderno “[...] singularmente vivo, perspicaz e de uma compreensão assombrosa, fácilima. Vencia todas as dificuldades, denotando a mais aguda inteligência”³⁶³ e caminhava em consonância com o discurso de modernidade da época.

Contudo, cabe aqui apontar que as pinturas de Guido, independente do estilo assumido ou não pelo menino, possuem qualidade e valor historiográfico na medida em que podem ser feitas leituras poéticas das imagens e das tensões nelas representadas. As pinturas compreendem um acervo iconográfico de 329 peças. Acervo esse que foi cuidadosamente organizado por Maria do Carmo. Nele encontramos o testemunho da existência de Guido, mas não necessariamente a sua vocação artística impressionista.

As paisagens sempre presentes na imaginação de *Piududo*, o fizeram expressar o equilíbrio estabelecido entre seu olhar de indígena e a relação com sua família. Decerto que em vários desenhos podem ser encontradas imagens repetidas, porém, para Zoladz³⁶⁴ essa é uma característica comum de pintores amadores e iniciantes, além do fato de Guido ser uma criança entre sete e nove anos. As imagens agradavam muito aos pais e também chamavam a atenção para ele, atribuindo-lhe importância e aceitação no mundo em que estava sendo inserido. Daí, possivelmente, sua insistência em mergulhar em um único sujeito pictórico.



Figura 14 – Paisagem do Índio com Barco, Guido Rego, acrílico

³⁶³ REGO. Op. cit., 1895a,p.18.

³⁶⁴ Cf. ZOLADZ, 1990.

No caso de Guido essa situação tinha duplo sentido: revelar as capacidades artísticas da criança e inseri-la no mundo civilizado. Mas, aos olhos da mãe adotiva, para que isso acontecesse, era fundamental que ele aprendesse as técnicas e os traços dos pintores, de preferência os impressionistas. Portanto, esse parece ser o objetivo de Maria do Carmo em relação a Guido, o menino índio pintor. Apresenta-lo à sociedade como genial e perpetuar sua curta existência como o da criança índia pintora.



Figura 15 – Paisagem e Casa Ocidental, Guido Rego, acrílico sobre tela, 1888-1889a. *Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.*

As aquarelas de Guido foram aos poucos assumindo cenários cada vez mais complexos, tendo as paisagens como principal inspiração, ora misturadas ao cotidiano com a mãe adotiva, ora às lembranças da floresta, demonstrando a grande capacidade cognitiva da criança. A família incentivava e o menino por sua vez assumia esse papel, tanto que seus desenhos e aquarelas passaram a reproduzir com mais intensidade os elementos, as cenas e o cotidiano da comunidade indígena em que viveu, misturados a elementos da nova vida. Isso permitiu a Maria do Carmo interpretar a criança índia como especial.



Figura 16 - Paisagem e Casa Ocidental, Guido Rego, acrílico sobre tela, 1888-1889b. *Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.*

Aos olhos de Maria do Carmo, *Piududo* só se tornou outro por estar em contato com um civilizado, como ela. Em sua escrita as diferenças culturais estão em grande parte associadas ao pensamento social-biológico do século XIX então, para ela, sob esta lógica, a criança índia e seu “primitivismo” ressaltavam as diferenças raciais, mas ainda assim, nada a afastava de sua firme convicção fazer de uma criança índia um homem capaz de todas as virtudes, entre elas a pintura.

Olhando para o panorama de Victor Meirelles, exclamou convicto: “- Mamãe, eu hei de fazer um igual, acredita?” Era singularmente vivo, perspicaz e de uma compreensão assombrosa, fácilima. Vencia todas as dificuldades, denotando a mais aguda inteligência. Observava, retraía-se e no mesmo instante reproduzia o que tivesse visto, o que quisesse criar ou no seu entender aperfeiçoar³⁶⁵.

O diário pessoal e o livro de lembranças de Maria do Carmo são considerados nesta pesquisa como instrumentos que apresentam o enredo da história de *Piududo* e mostram o quanto “[...] um fato aparentemente anômalo ou insignificante assume significado, quando as

³⁶⁵ REGO. Op. cit., 1895a, p.18.

incoerências ocultas de um sistema aparentemente unificado são reveladas”³⁶⁶. Mesmo que esses escritos tenham sido produzidos pela mãe adotiva, com as impressões dela, não se invalida todo o contexto em que as coisas aconteceram, mas para compreender a interpretação que a criança índia fazia de si e da vida, a qual passou a estar inserida, tornou-se necessário um certo afastamento da escrita produzida pela mãe e o olhar mais atento em relação ao instrumento que o menino índio elegeu para lembrar aspectos da sua cultura: suas pinturas.

Piududo pode ou não ter procurado simplificar seus conflitos, em relação aos sentidos e significados oferecidos à sua condição de indígena inserido no mundo dos não índios, por meio da pintura como forma de expressão. Porém, suas pinturas atuam como um convite ao diálogo com outras problemáticas existenciais, culturais, e formas interpretativas sobre o período. Nos convida a levar em conta toda a historicidade do momento em que cada uma das pinturas foi produzida. Aponta para a sobreposição de sentidos que retira o olhar do escrito para fixá-lo na imagem como construção de sentidos. Nas cenas organizadas por *Piududo* percebe-se que o foco central está no reflexo daquilo que não foi conquistado nem na selva, nem na cidade, a sua identidade.

Piududo mesmo doente vivia rodeado de lápis, papel e ferrinhos. Fazia barquinhos de madeira, pintava navios e “[...] assim passava o dia inteiro, ora inventando máquinas, fabricando peças de artilharia, pistolas etc., ora desenhando embarcações, figuras e paisagens”³⁶⁷. Quanto mais a doença se agravava, mais as lembranças de sua comunidade ficam vivas. Um dia, segurando nas mãos de Maria do Carmo, disse: “ – Estou me lembrando de umas vistas tão alegres lá da minha terra e que minha mãe vai achar tão lindas!”³⁶⁸.

Maria do Carmo, em sua limitada percepção sobre as manifestações artísticas e culturais para além de seu mundo, não compreendia que a expressão artística sempre havia sido parte integrante e fundamental da cultura Bororo do Mato Grosso. Como manifestação cultural, externava a visão de mundo, a harmonia e a convivência entre os indivíduos Bororo, e imprimia nos indivíduos, nos artefatos, nas pinturas e demais produções, o significado do sagrado e a identidade daqueles que os produziam.

Portanto, por mais que Maria do Carmo ficasse espantada com a desenvoltura artística de Guido, Conforme Berta Ribeiro (1989), tanto o gosto pela pintura quanto o desenvolvimento de técnicas foram apreendidas e vivenciadas a princípio nas cerimônias, nos contos e cantos, expressando uma forma de compreensão do mundo. Sendo assim, não devem ser consideradas

³⁶⁶ BURKE, Op. cit., 2011, p.158.

³⁶⁷ Idem. Ibidem., p.17.

³⁶⁸ Idem. Ibidem., p. 21.

um fato extraordinário dentro da cultura humana. Ao contrário, deveriam ser vistas como profundamente integradas à cultura e aos sentimentos de um povo³⁶⁹.

A arte impregna todas as esferas da vida do indígena brasileiro. A casa, a disposição espacial, os meios de transporte, os objetos de uso cotidiano e, principalmente, os de cunho ritual estão embebidos de uma vontade de beleza e de expressão simbólica. Estas características transparecem quando se observa que o índio emprega mais esforço e mais tempo na produção de seus artefatos que o necessário aos fins utilitários a que se destinam; e quando passa horas a fio ocupado na ornamentação e simbolização do corpo. Neste sentido, a arte indígena reflete um desejo de fruição e de comunicação de uma linguagem visual³⁷⁰.

As artes indígenas em geral fazem da experiência com a natureza, seus movimentos e materiais, sua inspiração, significando os objetos produzidos; além disso, referem-se à qualidades e critérios constituídos em processos históricos específicos, que não dependem de classificações e parâmetros estabelecidos por leigos ou críticos de arte externos, pois são produções humanas.

4.4: A morte de *Piududo*.



Figura 17: Autor desconhecido, *Guido e Salvador*.

Voaste ligeiro, deslumbrante os olhos de quem pode ver-te e desapareceste como um raio, formosa visão de minutos apenas. [...] Adeus, adeus beija-flor encantado! Adeus, adeus meu Guido... Tua mãe... tua mãe.³⁷¹

Piududo morreu dia 26 de janeiro de 1892 e foi sepultado junto à Igrejinha de Nossa Senhora da Luz, em um cemitério simples. De certa forma, a transferência compulsória do menino virou uma tragédia, pois devido às fortes gripes seguidas de pneumonia. Ele morreu com apenas 9 anos. Apesar de seu nome ter sido mudado, suas

³⁶⁹ PROENÇA, M. G. V. *História da arte*. São Paulo: Ática, 2007, p.5.

³⁷⁰ RIBEIRO, B. *A arte indígena: linguagem visual*. Itatiaia: Editora USP, 1989, p.13.

³⁷¹ REGO. Op. cit., 1895a, p.p. 25-39

roupas trocadas, seus hábitos transformados, no dia de sua morte seus cabelos ainda estavam compridos.

Nos textos de Maria do Carmo fica notória a necessidade de produzir registros sentimentais e de reafirmar constantemente o amor pela criança índia. São eles documentos, e objetos de pesquisa importantes, sobretudo porque os sujeitos que ela resgata em sua narrativa são reais e imprimem de forma direta as marcas e percepções do sensível impressas no corpo, na alma, nas telas e na escrita. A todo o momento ela reafirma seu sofrimento pela a morte do menino: “Abatida, enfraquecida por tanto sofrimento, não sei como tive forças para resistir ao que tinha ainda de ver e padecer. Que energia possui o organismo físico para suportar as dores morais! Parece extraordinário”³⁷².

Neste capítulo buscamos mostrar o quanto as relações de tensão construídas por uma mulher não índia e uma criança indígena, que conviveram como mãe e filho, foram determinantes para a produção de um diário pessoal autobiográfico e um livro de memórias capazes de apresentar uma história particularizada de convivência.

Por mais que tentássemos encontrar Guido nos escritos de Maria do Carmo, quem aparecia era sempre *Piududo*, o menino índio retirado da floresta. Mesmo vestido e usando sapatos, estando em companhia dos pais adotivos e alfabetizado aos moldes aristocráticos, ele é eternizado como índio, como o filho da floresta, que ao morrer retorna para ela como o beija-flor.

Antes, porém, de entramos nessa discussão, torna-se importante observar a figura de *Piududo* em uma produção fotográfica técnica, utilizada de forma específica como nos estudos etnográficos do século XIX. A imagem reproduzida valida a ideia de que *Piududo* e não Guido estão presentes no imaginário de Maria do Carmo. Esses tipos de registros, imbuídos de caráter humanista, buscavam reproduzir a complexidade étnico-racial brasileira dentro de uma lógica salvacionista. Entendia-se como inevitáveis as transformações e impactos culturais sofridos pelas comunidades autóctones que tiveram contato com os grupos não índios, assim, todas estariam condenadas ao desaparecimento. Neste contexto, os museus tornaram-se locais privilegiados para a preservação de peças etnográficas. Ainda mais porque acreditava-se que neles estaria garantida a sobrevivência do homem do passado, a perpetuação da existência e a possibilidade da observação e da pesquisa científica desses grupos.

As coleções etnográficas cumpriam a proposta de recuperarem a lógica de um passado seminal reconstruído por meio de artefatos recolhidos e organizados, no sentido de garantirem

³⁷² Idem. Ibidem., p. 39.

as diversas formas de atividades humanas em registros palpáveis e observáveis para serem estudados e exibidos. Maria do Carmo fez dessa forma de compreender e de garantir o passado do filho e sua existência uma prática.

Um dia perguntará algum curioso: -Quem foi esse Guido de Mello Rego? O Dr. Ladisláo Netto que a conhece e aprecia seu valor aceitou de bom grado essa condição e lhe destina um gabinete especial. [...] O retrato, que mandei tirar, também pertencerá ao museu e a essa coleção depois da minha morte³⁷³.

São várias as conjecturas que podem ser feitas para explicar a constante reprodução da criança com suas características “selvagens”, porém, duas em particular chamam a atenção: a primeira passa pelo campo das representações e a segunda aponta para a influência do romantismo, ambas se realizam na imagem do filho criada por Maria do Carmo. De certa forma a fotografia de *Piududo* remete ao real, não à realidade do nativo das florestas, mas a uma representação dessa realidade, tendo a figura de *Piududo* “selvagem” como elo entre o real e sua reprodução. Tanto nas fotografias quanto nas pinturas que a memorialista mandou fazer do filho adotivo, a figura do exótico prevalece representada entre cocares, onças e flechas, numa associação explícita com a ideia do bom “selvagem” em estado de natureza de Rousseau, que aqui precisaria de pouco para realizar-se³⁷⁴. A mensagem que essas imagens deixam transparecer é que *Piududo*, com a floresta ao seu alcance que lhe oferecia tudo, poderia disfrutar a vida de maneira idílica e pacífica em relação à natureza.

Maria do Carmo e *Piududo* estavam no Brasil do século XIX, em que, como vimos, prevalecia um tipo de pensamento naturalista, idealista e romântico, fundamentado em questões de cunho político e social, e que se consolidou na literatura, pintura, música e demais expressões artísticas. Esse pensamento buscava retomar aspectos brasileiros a fim de reconstruir o passado, também pelas artes. Dessa forma, por volta do decênio de 1840, o índio passa a ser representado como símbolo nacional, constituindo-se assim, a imagem de uma figura simbólica idealizada de índio que seria reconhecida, valorizada e versada nacionalmente em romances, poemas e peças de teatro³⁷⁵. Tratava-se do índio autêntico, pertencente à exuberante natureza brasileira.

Esse contexto vemos nos textos de Maria do Carmo, que também trazem características do romantismo nas palavras e cenas, tornando perceptível a preocupação de registrar a existência de *Piududo* como pertencente a um dos povos de que descendíamos, ou seja, o

³⁷³ Idem. Ibidem., p.40-41.

³⁷⁴ Cf. ROUSSEAU, 1992.

³⁷⁵ CANDIDO, 2002, p.38.

menino tomado como símbolo da Nacionalidade: “[...] tu brasileiro mais do que ninguém, brasileiro dono destas terras nossas e florestas!”³⁷⁶, escreve ela. Mensagem que nos permite associar à visão romântica indianista do século XIX, cuja estrutura lembra tanto o posicionamento literário de Visconde de Taunay, seu amigo e conselheiro, quanto de Gonçalves Dias, José Gonçalves Magalhães, José de Alencar e tantos outros romancistas que fizeram da *indianidade* argumento poético na engendradora maneira de conceber a formação da Nação brasileira.

O sentimento enunciado nas palavras da memorialista indica uma relação de harmonia e aceitação estabelecida entre ela e o filho adotivo, então, os conflitos, os desajustes e as inaptações, se existiram, foram silenciadas. Nenhum ralar, nenhuma palavra rude nem irritação aparecem nas páginas do diário de Maria do Carmo que apresenta o filho como uma criança idealizada que correspondia lealmente às suas expectativas; “[...] Todos os dias trazia uma folha bonita ou mimosa pra colocar ele mesmo no meu peito”³⁷⁷.

Como uma mulher do seu tempo e presa às grades classificatórias que constituíam a mentalidade da época, Maria do Carmo surpreendia-se com as atitudes da criança, que não deixava de ser criança em todos os seus movimentos e cognições. “Odiava tudo o que era mal e falso, e as pessoas, que ele sabia que não eram leis podiam fazer-lhe agrados que não conseguiam a amizade dele”³⁷⁸, escreve a mãe. Não compreendia que o aprendizado do menino ocorria na relação com o ambiente e que isso fazia parte do desenvolvimento infantil dele.

Tomando como suporte as teorias do desenvolvimento cognitivo de Vygotsky (1998), tem-se que cada período etário possui uma fase correspondente de construção de conhecimento, sem que necessariamente o apreendido desapareça. *Piududo* “[...] gostava de admirar o que era novo ao seu espírito, mas só a mim transmitia as suas impressões de pasmo, e ninguém supunha que via muita coisa pela primeira vez”³⁷⁹. Ao mesmo tempo, guardava em suas lembranças várias habilidades, como atirar com arco e flecha e nadar, e misturava às palavras aprendidas com Maria do Carmo, expressões Bororo que exprimiam sentimentos. Ao falar da saudade que Maria do Carmo expressou pela filha falecida de José Raphael (sua enteada), *Piududo* manifesta seu pesar verbalizando aquilo que apreendeu entre os Bororo, *Ari ruto quiarigódo rê*. “A Lua quando sobe, faz saudades”! Isso soava de forma agradável para Maria do Carmo. Conquanto ela não conseguisse deixar de compreender suas ações, por vezes irritadiças ou violentas, como

³⁷⁶ REGO. Op. cit., 1895a, p. 24.

³⁷⁷ Idem. Ibidem., p.37.

³⁷⁸ Idem. Ibidem., p. 22.

³⁷⁹ Idem. Ibidem., p. 15.

ações comuns a qualquer criança que se sente intimidada ou contrariada, independente da sua natureza índia ou não índia.

Entre outras: estando eu a arrumar uma mala grande, a criada que segurava a tampa deixou-a involuntariamente cair sobre minha mão. Ouvindo depois a criada gritar, volto-me e vejo o menino todo irado, batendo nela com verdadeira impetuosidade. Não acreditava que tivesse sido casual, e chegara a lança-la por terra para mata-la [...] ³⁸⁰.

Conforme os registros e as memórias de Maria do Carmo a ação de *Piududo* estava ligada à sua natureza instintiva e “selvagem”, vista como descontrole típico de indígenas violentos, como narrava Antônio Duarte ao retornar das campanhas “Pacificadoras”. Mas também como “pregava” a igreja, propondo a redenção pela fé e catequese, e como aprendera com a ciência e suas concepções evolucionistas que se torna estereótipo na literatura e a arte que ela apreciava, reforçando sua interpretação do que vinha a ser um indígena. Tudo isso colaborou para que a imagem construída e exposta do filho *Piududo*, representasse a sua natureza indígena corporificada e ressignificada na do filho Guido, batizado como cristão,

Nesse emaranhado de pensamentos ligados ao passado e ao futuro, a História de Maria do Carmo foi se construindo no presente vivido. Na medida em que escrevia, tornava-se cada vez mais próxima do menino, mantendo o vínculo estabelecido entre eles, mesmo com o filho já morto. Foi no presente que a escrita da história dele aconteceu, e que ela inverteu o valor original das pinturas produzidas por ele no passado.

Zoladz (1990), no que se refere às pinturas e à expressão criadora de *Piududo*/Guido, indica a existência de uma “espécie de padronização” criativa que auxiliou a criança a conhecer técnicas de pintura. Ou seja, ele foi mais habilidoso do que criativo e isso favoreceu sua relação com a mãe adotiva e sua visibilidade no meio em que estava sendo inserido. O hiato entre o tempo da escrita e da memória, entre o tempo narrado e o da interpretação da narrativa, e entre este e a leitura do interpretado, nos mostra que o que significou para Maria do Carmo foi a vida que teve com o filho.

Velhos, eu e meu marido, sem filhos, sem laços mais que nos prendam à vida, tínhamos concentrado nele todos os nossos afetos, todos os nossos cuidados! Hoje, no isolamento, a que sua morte nos condenou, só vivo pensando nele, só vivo da lembrança dele ³⁸¹.

³⁸⁰ Idem. Ibidem., p. 13.

³⁸¹ Idem. Ibidem., p. 41.

Para Ecléa Bosi (2012), é a impotência de transmitir a experiência, quando os meios de comunicação com o mundo falham, que frustra e congela o indivíduo em pensamentos. Maria do Carmo frustrou-se não só com a morte do menino, mas com o fato de não ter conseguido prosseguir com seu projeto de inserir a criança índia no mundo “civilizado”, e talvez com isso provar aquilo que ela percebesse nos indígenas e que não correspondia ao modelo que a pautava.

Na História de Maria do Carmo, tudo foi uma questão de estímulo e circunstância, desde a mudança para o Brasil até a adoção e a morte do filho.

Faz hoje dois meses que, às duas horas da tarde do dia 26 de janeiro, lá bem longe na fazenda de São Paulo em Mendes, perdi o meu inolvidável Guido, o filho idolatrado da minha alma, o indiozinho que herdaria o nosso nome, de cujo futuro eu tanto teria cuidado!³⁸².

Como ponte para a ressignificação da sua vida, Maria do Carmo buscou um novo recomeço à medida que fez da escrita uma forma estratégica de perpetuar a existência dela e de *Piududo*. Ao narrar sua viagem, destacou exatamente os conflitos que a moviam, tal qual as velas tesas que impulsionam as embarcações, ela permitiu que a pena e a tinta singrassem as páginas de seu livro de memória e do diário pessoal, conduzindo ao futuro os remanescentes do passado.

Dado o fato de que a memória prende-se a um espaço-tempo, a um passado que não existe mais e cuja narrativa constrói-se a partir da percepção que se tem dela no presente, Ecléa Bosi (2012) nos lembra que o que sobrevive é o constante trabalho de construção e reconstrução de lembranças e de recordações, na tentativa de assegurar-lhes certa estabilidade com garantia de perenidade. No entanto, como bem sinaliza Pierre Nora³⁸³, apesar do conceito de memória possuir uma beleza própria, seus perigos são da mesma forma intensos quando alocados, apenas, nas lembranças. Principalmente aquelas que se esforçam em trazer a emergência de uma herança consolidada, colecionadora de datas e símbolos, comemorando façanhas de forma vigilante para que tais movimentos não esbarrem no aprofundamento reflexivo do trabalho da História, que os varreria para dentro da pá das ilusões nostálgicas, como escreve o autor. Esse esforço heurístico, Maria do Carmo soube fazer bem em seu diário pessoal e no livro de memórias, portanto, por mais cativante que seja a leitura de suas obras, elas devem ser lidas sob perspectivas diversas tentando estabelecer as conexões pretendidas entre a fala situada no

³⁸² REGO. Op. cit., 1895a, p. 27.

³⁸³ NORA, P. Entre memória e a história, a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Projeto Memória - Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados de História*. São Paulo: PUC-SP, v.10, out./2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 03/2017.

presente da escrita e a intencionalidade da mensagem que ela pretendia atualizar por meio do leitor(a). Isso é perceptível no comentário que ela faz sobre aceitar escrever e publicar suas memórias e as experiências com o filho adotivo em diário autobiográfico. “[...] sim falar dele aos outros em caracteres de imprensa, como que tentar firmar o seu nome de um modo que resista ao tempo”³⁸⁴.

É nesse sentido, portanto, que Pierre Nora (2017) aponta para os riscos promovidos pelo que se registra como memória e o esvaziamento de suas abordagens teóricas, uma vez que esses registros podem ser usados para reafirmar e multiplicar uma *incerta* relação com o passado. Roger Chartier (1990), tomando como aporte Paul Ricœur (2012) em *História, memória e esquecimento*, buscou uma forma de estabelecer as relações entre memória e História sem criar um desconforto entre as duas áreas. Apesar de sustentar que memória e História são incomensuráveis apesar das suas aproximações, ao mesmo tempo o autor propõe que nesse caminhar bifurcado, coube ao saber histórico “[...] dissipar ilusões ou os desconhecimentos” que por muito tempo confundiram as memórias coletivas, sem negar a contribuição da memória para o campo da pesquisa histórica, devido à originalidade de temas que ela pode promover.

Nenhuma prioridade, nem superioridade pode ser dada a uma à custa da outra [...] Mas não por isso memória e história são identificáveis. A primeira é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser coletivo. A segunda se inscreve na ordem de um saber universalmente aceitável, científico, no sentido de Michel de Certeau³⁸⁵.

A memória presume uma temporalidade que tem como síntese a História vivida. A história vivida para alguns fica na lembrança, para outros, registrada em papel, fotografia, sentimentos, cartas, diários pessoais, registros de viagem, enfim, de muitas formas que as mantêm conservadas aguardando para serem lembradas. Portanto,

[...] a passagem da memória para a História obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização da sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da História ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a

³⁸⁴ REGO. Op. cit., 1895a, p. 30.

³⁸⁵ CHARTIER, R. *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007b, p.24.

necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens³⁸⁶.

Assim, a proposta desta pesquisa foi trazer as memórias de Maria do Carmo, Guido e *Piududo*³⁸⁷ e mostrar como foram registradas e onde estão guardadas. Para isso, foi fundamental buscar os rastros e visitar os locais onde os registros e as pistas afirmavam que as memórias desses personagens estariam guardadas. Voltamos, portanto ao diário de Maria do Carmo, no momento em que, ela doa ao Museu Nacional do Rio de Janeiro seu acervo.

Fiz presente ao Museu da importante coleção de artefatos de índios que colecionei e guardava para meu filho com a condição de lhe conservarem o nome onde ela for colocada. [...] O Dr. Ladisláo Netto que a conhece e aprecia o seu valor aceitou de bom grado essa condição e lhe destina um gabinete especial. O retrato que mandei tirar também pertencerá ao Museu e a essa coleção de pois da minha morte³⁸⁸.

Fazendo uso do que diz João Pacheco de Oliveira, os museus como acumuladores de símbolos, sentidos e emoções desvelam uma multiplicidade de atores sociais³⁸⁹. São ambientes que guardam objetos, mensagens e imagens que unem momentos distintos do passado, operando entre aqueles que observam e os que, supostamente, presentificam os ausentes.

Porém, apesar da preocupação de Maria do Carmo em perpetuar a existência do filho, nem por isso foi garantida a salvaguarda ou o interesse pela existência dessas peças no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Ou seja, pouco ficou daquilo que Maria do Carmo colecionou. Muitas das peças foram encaminhadas para o Museu de Berlim, algumas encontram-se nas mãos de colecionadores particulares e outras figuram apenas em páginas de livro. “Ainda sinto no meu coração de brasileira o pesar que experimentei ao admirar a esplêndida coleção de artefatos com que tinha de ser enriquecido o Museu de Berlim [...]”³⁹⁰. A quem interessou essas peças?

Podemos mensurar que a vontade de deixar as peças colecionadas e as pinturas de Guido expostas em um museu foi reflexo da concepção assumida por ela, que entendia o museu como espaço da imortalidade. “Não acha boa a ideia de assim perpetuar naquele local, a memória do meu chorado filho, do meu *Piududo*, que voou para sempre dessa terra, do meu idolatrado

³⁸⁶ NORA. Op. cit., p17.

³⁸⁷ Separo aqui Guido de *Piududo* intencionalmente, com a adoção não são mais eles as mesmas pessoas.

³⁸⁸ REGO. Op. cit. 1895a, p. 42.

³⁸⁹ Cf. OLIVEIRA, 2011.

³⁹⁰ REGO. Op. cit., 1895a, p. 173-184.

Guido?"³⁹¹ A memória, nesse sentido, materializava-se nos objetos, mas em quais deles? Os escolhidos e selecionados por Maria do Carmo.

As melhores pinturas, os melhores momentos, as melhores impressões externas, as mais bonitas falas da criança e as mais bem montadas fotografias, tudo isso colocado de forma organizada em museus, no diário e em seu livro de memórias, com a intenção de os tornarem sempre presentes na tentativa de garantir a existência de alguém. (anexo página 12_figura17)

ENTRADA				SAHIDA			
DATA	Natureza do objecto	PROVENIENCIA	OBSERVAÇÕES	DATA	Natureza do objecto	DESTINO	OBSERVAÇÕES
	(Carmo, Breviário)						
	1. Breviário de Santa Cruz				1. Breviário de Santa Cruz		
	2. Breviário de Santa Cruz				2. Breviário de Santa Cruz		
	3. Breviário de Santa Cruz				3. Breviário de Santa Cruz		
	4. Breviário de Santa Cruz				4. Breviário de Santa Cruz		
	5. Breviário de Santa Cruz				5. Breviário de Santa Cruz		
	6. Breviário de Santa Cruz				6. Breviário de Santa Cruz		
	7. Breviário de Santa Cruz				7. Breviário de Santa Cruz		
	8. Breviário de Santa Cruz				8. Breviário de Santa Cruz		
	9. Breviário de Santa Cruz				9. Breviário de Santa Cruz		
	10. Breviário de Santa Cruz				10. Breviário de Santa Cruz		
	11. Breviário de Santa Cruz				11. Breviário de Santa Cruz		
	12. Breviário de Santa Cruz				12. Breviário de Santa Cruz		
	13. Breviário de Santa Cruz				13. Breviário de Santa Cruz		
	14. Breviário de Santa Cruz				14. Breviário de Santa Cruz		
	15. Breviário de Santa Cruz				15. Breviário de Santa Cruz		
	16. Breviário de Santa Cruz				16. Breviário de Santa Cruz		
	17. Breviário de Santa Cruz				17. Breviário de Santa Cruz		
	18. Breviário de Santa Cruz				18. Breviário de Santa Cruz		
	19. Breviário de Santa Cruz				19. Breviário de Santa Cruz		
	20. Breviário de Santa Cruz				20. Breviário de Santa Cruz		

Figura18: Livro Tombo, acervo doado por Maria do Carmo de Mello Rego, 1888a, Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro.

³⁹¹ Idem. Ibidem., p. 45.

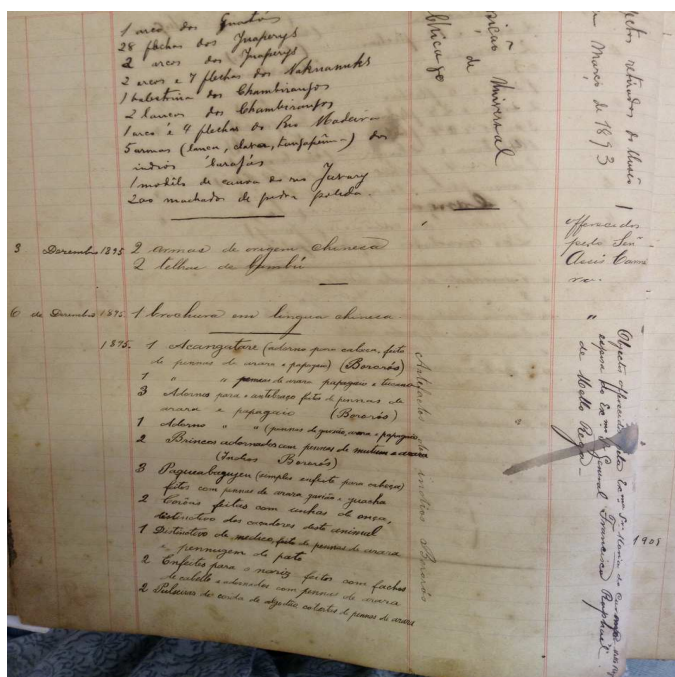


Figura 20 - Livro Tombo, acervo doado por Maria do Carmo de Mello Rego, 1888c, *Acervo Museu Nacional do Rio de Janeiro*.

Ulpiano Meneses mais uma vez nos auxilia ao dizer de forma didática as duas características que constituem a escrita da memória: a seletiva, em que nem tudo é registrado e do que se inscreve, nem tudo se torna consciência; e a induzida (forjada), produzida ou construída com modelos de ações e valores por vezes ilusórios em defesa de uma determinada configuração sociocultural³⁹². Sendo assim, é imprescindível analisar como Maria do Carmo se relacionava com a memória a ponto de escrever suas lembranças e seu diário autobiográfico, como também, entender por que interessava a ela doar ao museu os artefatos colecionados. Ulpiano Menezes, no que se refere ao objeto antigo, mostra que ele,

[...] obviamente foi fabricado e manipulado em tempo anterior ao nosso, atendendo as contingências sociais, econômicas e tecnológicas, culturais desse tempo. Nessa medida deveria ter vários usos e funções. No entanto imerso na nossa contemporaneidade, decorando ambientes, integrando coleções ou institucionalizado no museu, o objeto antigo tem todos os seus significados, usos e funções anteriores drenados e se recicla aqui e agora, essencialmente, como objeto portador de sentidos³⁹³.

³⁹² MENEZES, U. B. Identidade cultural e arqueologia. In. *Revista do IPHAN*, Brasília: IPHAN, n.20, p.33-202, 1984.

³⁹³ Idem. Idem., p. 12.

Assim, é possível afirmar que os objetos colecionados e doados ao museu por Maria do Carmo, seu diário e o livro de lembranças oferecem historicidade ao apresentarem os contextos no momento exato de sua coleta, da mesma forma que os sentimentos foram capturados no momento exato da escrita e ambos, objetos e escrita, permitem compor momentos singulares da História do Mato Grosso, da intencionalidade da ocupação territorial e, principalmente, entender a situação arrebatadora que imprimiu aos Bororo os mais duros processos de dominação e subordinação ao modelo dito civilizado. Portanto, quero dizer que tudo isso não pode ser apreendido simplesmente pela proteção das peças relacionadas a essa história em museus, que embora viabilizem a permanência desses objetos no tempo, paradoxalmente dependem, para que estes se tornem vivos, de pessoas que se identifiquem com eles, no cultivo de suas lembranças e suas raízes, portanto fica o que significa e não apenas o que permanece.

CONCLUSÃO

Como instrumentos de expansão da historiografia, os relatos de viagens, diários pessoais, autobiografias e livros de memórias, produzidos por mulheres novecentistas, renasceram aos olhos da literatura, renovando as percepções em relação às histórias de vida de mulheres viajantes, que fizeram da letra a reescrita dos momentos vividos com nova caligrafia. Estudá-las permitiu-nos perceber o quanto do passado pode ser espiado no presente materializado em folhas de papel. Escritos que estão ali para serem investigados e esmiuçados, sem nos esquecermos que relatam experiências pessoais e íntimas de pessoas que ao escreverem de si, antes de tudo, buscaram perpetuar a memória na palavra grafada.

Dessa forma, a relevância de pesquisas sobre mulheres viajantes e seus relatos está no fato de que estudando-os conseguimos tirar essas histórias do interior das narrativas masculinas, em que aparecem sobrepostas aos escritos estruturados como páginas prontas. Assim, é oferecido a elas a possibilidade de apresentarem as suas próprias histórias, pontos de vista e formas de compreensão de mundo. Esse material nos mostra que as mulheres assumiram formas diferentes de viver e de conviver nas situações adversas, fazendo de suas vidas um enredo cujas protagonistas eram elas. Algo distante da narrativa dos homens sobre essas mulheres.

Ao longo da pesquisa encontramos uma quantidade expressiva de “mulheres viajantes”, que atravessaram o oceano movidas por sentimentos distintos e conflitantes e que registraram seus movimentos. Seus deslocamentos se revelaram mais do que situações particulares na ampliação de horizontes físicos. Ao atravessaram os oceanos, essas mulheres foram determinantes para a ocupação de novos continentes, posse e povoamento dos territórios além-mar, assim como na interiorização e consolidação territorial. Portanto, foram fundamentais na construção histórico-cultural e ideológica dos territórios.

Estudando mulheres viajantes, chegamos aos relatos de viagem e ao diário autobiográfico de Maria do Carmo de Mello Rego, personagem desta tese. Para a análise desses documentos, tomamos como referência textos que abordam temas relacionados às narrativas de viagens, à história das mulheres e à literatura feminina. Dessa forma, centralizamos a discussão no papel dos diários pessoais autobiográficos e dos livros de memórias como instrumentos para a compreensão da história, mas também na exposição das tensões que envolveram a vida dessa personagem, que se constituiu atravessada pelos discursos científico, médico, filosófico da época, mas que ao mesmo tempo se debate com eles.

Em cada capítulo tivemos a preocupação de apresentar temas ligados aos momentos vividos por nossa personagem, no exato momento da sua escrita. A adoção, o filho, a família, a sociedade bem como o amor e a violência presentes em sua escrita, foram incorporados à pesquisa, abrindo o discurso e a história de Maria do Carmo para múltiplas interpretações narrativas. Para tanto, outras maneiras de se construir a história, mais detalhistas, que olhem para as dimensões literárias, políticas, antropológicas, psicológicas e artísticas foram necessárias. Com a exigência de não perder de vista o enredo trazido para as discussões historiográficas.

Algumas constatações decorrentes desse processo aparecem à medida que o diário pessoal e os livros de memória nos possibilitam perceber o quanto as relações de gênero estão implicadas diretamente nas relações de poder, e que são relações assimétricas e organizadas através de representações desiguais. Como síntese, esse olhar evidenciou para o campo da pesquisa histórica que busca “[...] rejeitar explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para as diversas formas de subordinação feminina”³⁹⁴. Por outro lado, revelou o grau de subordinação, dominação e violência impresso às comunidades indígenas do Mato Grosso. Situação percebida quando Maria do Carmo narra a história da adoção e da morte do filho índio Bororo adotivo, pautada na perspectiva de civilização do europeu que classificava os indígenas como seres inferiores, portanto sujeitos à dominação em meio a domesticação.

Os relatos enunciam um narrador ambíguo, mediado por contradições complexas. Vemos, então, a escrita de uma mulher que se aventurou pelo Mato Grosso, viajando em expedições antropológicas, mediando acordos políticos, e que ao tratar da adoção e da morte do filho índio, dá ao enredo a força do discurso materno da época, diluído em lágrimas que parecem querer amenizar a culpa pela morte do menino. E mais uma vez a constatação de que a construção de gênero é histórica, simbólica e culturalmente estabelecida, e no caso de Maria do Carmo, consolidada no interior de uma sociedade nuclear aristocrática, presa aos valores culturais expressos nas doutrinas religiosas, e aos modelos educativos e científicos que as naturalizavam. Isso a partir do momento em que se atribuiu a ela o papel de mãe.

O diário autobiográfico quando trata da adoção do menino índio deixa em suspenso a possibilidade de que, num jogo de interesses, Maria do Carmo convenientemente tenha atendido as necessidades políticas do marido, presidente da província, uma vez que os conflitos territoriais imprimiam forte insegurança à sociedade do Mato Grosso. Isso não deslegitima os

³⁹⁴ SCOTT, J. W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Trad. Elvio Antônio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002, p.07.

sentimentos de afeto que possam ter surgido entre mãe e filho, mas desnaturaliza o biológico, ou seja, descola o discurso maternal da adoção e traz o discurso colonial de dominação. Com isso, esse trabalho coloca no centro das reflexões os contextos, as relações, as percepções de mundo e as mediações socioculturais estabelecidas entre esses dois personagens: a mulher “branca” não índia e o filho índio que conviveram em um mesmo espaço e tempo, porém com realidades e contextos sociais distintos e distantes, como ensinou Bakhtin (2011), aliado ao que Paul Ricœur³⁹⁵ denomina “dever de memória” ou de “justa memória”, fazendo justiça a *Piududo* ao trazer, pela escrita de Maria do Carmo, a cruel maneira como a vida dele foi sendo conduzida.

Ambas, adoção e dominação, podem ser pensadas como parte de um jogo de espelhos que reflete a intencionalidade do poder. Ou seja, cuidar da educação, da higiene e dos bons modos não necessariamente torna amorosa a relação estabelecida entre eles. Isso pode ser sinalizado em muitos momentos do diário. Para *Piududo*, pintar colocava-o em evidência, trazia-lhe o conforto da aceitação e, talvez, justificasse a sua permanência com a família. Para Maria do Carmo, ensiná-lo colocava-a em evidência, mostrava as conquistas do menino “selvagem” que pelas mãos dela aprendeu a ler, rezar, falar e a se comportar como “civilizado”.

³⁹⁵ RICŒUR, P., 2012a, p. 17

BIBLIOGRAFIA e FONTES

- AGUIRRE, C. A. *Micro-história italiana: modo de uso*. Londrina: EDUEL, 2012.
- ALENCAR, J. de. *Lucíola, Diva e Senhora*. São Paulo: Cia. Suzano de Papel e Celulose, [s.d.].
- ALGRANTI, L. M. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.
- ALMEIDA, M. R. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALVARÉZ, P. M. Mujeres que viajaron de España a la América Colonial. In: *Viajeras entre dos mundos*, Santa Maria: Pallotti, 2010.
- Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000190.pdf>>. Acesso em: 07/2017.
- ARFUCH, L. Memoria y autobiografía: exploraciones en los limites. In: *El espacio biográfico: dilemas de la subjetividade contemporânea*. Buenos Aires: FCE, 2002.
- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. In: *Revista Estudos Históricos - CPDOC*, Rio de Janeiro: FGV, v.11, n.21, pp.10-34, 1998.
- ASSIS, M. Confissões de uma viúva. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. II, cap. IV, 1994a. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000190.pdf>. Acesso em: 07/2017.
- _____. O Alienista. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. II, 1994b. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000231.pdf>. Acesso em: 01/2017.
- _____. O Cônego ou metafísico do estilo. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. II, 1994c. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000272.pdf>. Acesso em 01/2017.
- AZEVEDO, A de. *O homem*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- AZEVEDO, D. M. Aros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v.15, n.26, p.7-28, jan./jun., 2013.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BANDEIRA, J. *A viagem ao Brasil de Marianne North 1872-1873*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 2012.
- BASSANEZI, M. S. Mulheres que vêm e que vão. In: *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

- BENJAMIN, W. O Narrador [1936]: Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In. *Obras escolhidas*. Magia e técnica. Arte e política, v. 1, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOCCARA, Guillaume. Antropología diacrónica: dinámicas culturales, procesos históricos y poder político. In: G. Boccara e S. Galindo (orgs.), *Lógica mestiza en América*. Temuco, Chile: Universidad de la Frontera, Instituto de Estudios Indígenas, 2000.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BORDIGNON, M. *Rôia e baile: mudança cultural Bororo*. Campo Grande: UCB, 2001.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In. FERREIRA, M. M.; AMADO, J. *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BRAUDEL, F. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BURKE, P. *A escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.
- _____. *A arte da conversação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- CANDIDO, A. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- CARDONA, G. R. *Storia universale della scrittura*, Milano: Mondadori, 1986.
- CERTEAU, M. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CHARTIER, R. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília : UnB, 1994.
- _____. *A Aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo Carmelo Correia de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora UNESP, 1998.
- _____. *Inscrever e apagar: cultura, escrita e literatura*. São Paulo: UNESP, 2007a.
- _____. *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007b.
- _____. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos Avançados*, v.24, n.69, p.7-30, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n69/v24n69a02.pdf>>. Acesso em: 09/2017.
- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- CORBIN, A. In: PERROT, M. (Org.) *A História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. (Coleção A História da Vida Privada, v.4) São Paulo: Companhia de Bolso, 2012, p.430.
- CORRÊA FILHO, V. *Pantaneais Mato-grossenses: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v.3, Série Livros, 1946. (Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

- _____. *História do Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- CORRÊA, L. S. *História e fronteira: o sul do Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999.
- CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, A. A. (et al.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.
- COSTA, E. V. *Da monarquia à república*. 8ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.
- CROCHÍK, J. L. Preconceito e formação. In: SILVA, D. J. da; LIBÓRIO, R. M. C. (Orgs.). *Valores, preconceito e práticas educativas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- CUNHA, T.C. in: PINSKY C.B., LUCA T.R (Orgs). *Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CUNHA, M. T. S. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do divino (décadas de 60 a 70 do século XX). In. *História: Questões e debates*. Curitiba: Editora UFPR, n. 59, p.115-142, jul./dez, 2013.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- DENIS, F. Resumo da História Literária do Brasil. In: CÉSAR, G. (Org.&Trad.), *Historiadores e críticos do romantismo: a contribuição europeia, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978.
- D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 10ª ed., 2013.
- DOMINGUES, A. O Brasil nos relatos de viajantes Ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.28, n.55, jan./jun., 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882008000100007>>. Acesso em: 03/2016.
- DUARTE, A. J. Relatório do Alferes Antônio José Duarte. In: *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, 1887.
- DUARTE, C. L. *Nisia Floresta: vida e obra*. 1a ed. Natal: UFRN, 1995.
- DUBY, G; PERROT, M. História das mulheres no ocidente. São Paulo: Afrontamento, v.4, 1995.
- DUROURE, J. B. *Dom Bosco em Mato Grosso*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, v. I (1894-1904), 1977.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 2012.
- ENGEL, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

- FABRE, D. *Écritures ordinaires*. 6ª ed. Paris: P. O. L., 1993.
- FARACO, C. E.; MOURA, F. M. *Língua e literatura*. São Paulo: Ática, 1987.
- FELSK, R. *Literature after feminism*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2000.
- FLORES, M. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- FLORESTA, N. *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*. (1832). São Paulo: Editora Cortez, 1989.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *A palavra e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, ed.8, 2000.
- _____. *O Uso dos prazeres e as técnicas de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. *Estética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- _____. *A história da sexualidade: vontade de saber*. v.1. São Paulo: Graal. 1995.
- FRANCO, S. M. *Peregrinas de outrora*. Florianópolis: Mulheres, 2009.
- FRANÇA, J. M. C. *Mulheres viajantes do Brasil (1764-1820)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade: análise fragmentária de uma histeria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- GALETTI, L. da S. G. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens do Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: EDUFMT/Entrelinhas, 2012.
- GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.
- _____. *Micro-História e outros ensaios*. Portugal, Lisboa: Difel. 1989.
- GÓMEZ, A. C. História de la cultura escrita, ideas para el debate. In. *Revista Brasileira da Educação*, n.5, p.92-124, jan/jun., 2003.
- GRAHAM, M. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Itatiaia Ltda, 1990. (Coleção reconquista do Brasil. Série 2; v.157).

- GRAHAM, R. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. In. *Diálogos*, DHI/UEM, v.5, n.1, p. 11-47, 2001.
- GUARDIA, S. B. *Viajeras entre dos mundos*. Santa Maria: Pallotti, 2012.
- GUIMARÃES, M. S. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In. *Revista de Estudos Históricos - CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV, n.1, p.5-27, 1988.
- GULLAR, F. *Argumentação contra a morte da arte*. Rio de Janeiro: Revan, 1993.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. 2ª ed. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, S. *Dá diáspora, identidades e mediações culturais*. 2ª ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: UFMG, 2013.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUMBOLDT, A.; BONPLAND. *Personal narrative of travels to the equinoctial regions of America during the years 1799-1804*. Trad. e ed. Thomasiner Ross. London; New York: G. Routledge and Son, v.3, 1851.
- HUNT, L. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de Espana, 2002.
- JENKINS, K. *A História repensada*. Pref. Margareth Rago. Trad. Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.
- JODELET, D. A alteridade como produto e o processo psicossocial. In: *Representações sociais e mundos de vida*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.
- KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Trad. Bernado Leitão (et. all.). 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- LACERDA, L. *Álbum de leitura: memórias de vida, história de leitoras*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.
- LEITE, M. L. M. Mulheres viajantes no século XIX. In. *Caderno Pagu - Núcleo de estudos de gênero*, Campinas: Editora da UNICAMP, n.15, p.129-143, 2000.
- _____. *Livros de Viagens*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- LEJEUNE, P. *El pacto autobiográfico y otros estudios*. Trad. Ana Torrent. Madrid: Megazul-Endymion, 1994.

LEPETIT, B. Espace et histoire: hommage à Fernad Braudel. In: *Annales: economies, societies, civilisations*, Paris n. 6, nov-dec., 1986.

Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1986_num_41_6_283342>. Acesso em: 02/2018.

MACHADO, O. F. Cartografia das vidas infames: nomadismo e biopolíticas na província de Mato Grosso. In: *Política e identidade em região de fronteira* (séculos XIX e XX). Cuiabá: UFMT, 2012.

McLAREN, M. A. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016.

MALATIAN, T. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C.; LUCA, T. R. (Orgs). *O historiador e suas fontes*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MALDONADO TORRES, Nelson. *Sobre a colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de um concepto*. In: CASTRO GOMES, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (comp). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007.

MALUF, M. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MANDEVILLE, J. *Viagens de Jean de Mandeville*. Trad., introd. e notas Susani Silveira Lemos França. Bauru; Ed. EDUSC, 2007.

MARTINS, A. P. V. *Visões do feminino, a medicina da mulher no século XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MARTINS, L de L. O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850). *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.44, n.2, p.239-242, 2001.

MARTINS, M. F. *A velha arte de governar: um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007

MATTOS, I. R. de. Do Império à República. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.4, p.163-171, dez./1989.

Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2284>>. Acesso em: 03/2018.

MEDIAVILLA, D. Morre Eugene Cernan, o último homem a pisar na Lua. *Jornal El País*. 17 de Janeiro de 2017.

Disponível:https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/16/internacional/1484607234_949923.html. Acesso em: 02/2018.

MENEZES, Raimundo. Há cem anos nascia Capistrano de Abreu. *Revista Investigações*, ano V, n.51, Separata, p.14-15, out.dez. 1953.

MENEZES, U. B. Identidade cultural e arqueologia. In. *Revista do IPHAN*, Brasília: IPHAN, n.20, p.33-202, 1984.

_____. A História cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In. *Revista Instituto de Estudos Brasileiro*, São Paulo: USP, n.34, p.9-24, 1992.

MENDONÇA, Estevam. *Datas Mato-Grossenses*. Mato Grosso do Sul: APMT, 1919.

MICELI, P. C. *O Ponto onde estamos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

_____. *O desenho do Brasil no teatro do mundo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

MIRIDAN, K. F. *O Piauí na primeira metade do século XIX*. Terezinha: Comepi, 1992.

MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil*. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Ática, 1991.

MOURA FILHO, H. Demografia da escravidão, um micromodelo dos efeitos do tráfico. *Munich Personal RepPEc Archive*. Munique, Alemanha: Munich University Library, 2005.

MOUTINHO, J. F. *Notícias sobre a província do Mato Grosso seguida d’um roteiro da viagem capital à São Paulo*. São Paulo: Typografia de Henrique Schroeder, 1869.

MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Antologia. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Mulheres; Edunisc, 1999.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NORA, P. Entre memória e a história, a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Projeto Memória - Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados de História*. São Paulo: PUC-SP, v.10, out./2012.

Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 03/2017.

NOVAES, S. C. (Org.). *Habitações indígenas*. São Paulo: Nobel; Universidade de São Paulo, 1986a.

_____. *Mulheres, homens e heróis: dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo*. São Paulo: Editora da USP, 1986b.

OLIVEIRA, J. P. de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. *Tempo*, v.12, n.23, p.73-99, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a06.pdf>. Acesso em: 03/2011.

PERARO, M. A. O princípio das fronteiras e a fronteira dos princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no século XIX. In. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v.19, n.39, pp. 55 a 80, 1999.

- PERROT, M. (Org.). *A história da vida privada: da Revolução Francesa à primeira guerra*. Coleção A História da Vida Privada, v. 4, São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.
- _____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2017.
- PFEIFFER, I. *Voyage d'une femme autour du monde*. In: *Livros de Viagens*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PRIORE, M. del. *História das mulheres no Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- PROENÇA, M. G. V. *História da arte*. São Paulo: Ática, 2007.
- PUNTONI, P. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: ISTVÁN, J. (Org.). *Brasil: a formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; UNIJUÍ; FAPESP, 2003.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: *La colonialidad del saber: eurocentrismo e ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. LANDER, E. (Org.). Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, jul./2000.
- RAGO, M. Em defesa da escrita feminina. In: TELLES, N. *Encantações, escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2012.
- RAMINELLI, R. *A história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.
- REGO, A. da S. *Documentação para a História das Missões do Padoado Português do Oriente*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, v. 2 (1523-1543), 1949.
- REGO, M. do C. M. *Guido: páginas de dor*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1895a.
- _____. A <<Bororo>>. (Episódios Verdadeiros). *Revista Brasileira*, primeiro ano, abril a junho de 1895b., tomo II, pp. 193.196.
- _____. *Lembranças de Matto Grosso*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1897.
- _____. Artefatos indígenas do Mato Grosso. *Arquivo do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.10, p.173-184, 1899.
- REIS, J. C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- REIS, L. F.; VIANA, L. H.; PORTO, M. B.; TELLES, L. F. (Orgs.). *Mulher e Literatura - VII Seminário Nacional*. Niterói: UFF, 1999.
- REIS, M. F. dos. *Úrsula*. 2ª ed. Prólogo de Horácio de Almeida. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Ed., 1975. (Impressão fac-símile).
- RIBEIRO, B. *A arte indígena: linguagem visual*. Itatiaia: Editora USP, 1989.
- RICŒUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012a.
- _____. *Tempo e narrativa: a configuração do tempo na narrativa de ficção*. Trad. Marcia Valéria Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, v. 3, 2012b.

- RIEDEL, D. C. (org.). *Narrativa, ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- RIO, J. do. “Um lar de artistas”. In: *O momento Literário*. Curitiba: Criar edições, 2006.
- ROBERT, M. *Romance das origens, origens do romance*. Trad. André Telles. São Paulo: Cosacnaify, 2007.
- ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- _____. *Júlia, ou A Nova Heloisa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- SÁ, J. B. de. *Relações das povoações de Cuyabá e Mato Grosso de seus principios até os presentes tempos*. Cuiabá: Edições UFMT, 1975.
- SAID, E. W. L. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SÁVIO, R. A prática e adoção de crianças indígenas no final do século XIX: o caso dos Apurinã. *Fronteiras - Revista de História*, Dourados, UFGD, v.18, p.268-285, jul./dez., 2016.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *História do Brasil Nação: a abertura para o mundo (1889-1930)*, v. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SHOWALTER, E. A crítica feminista no território selvagem. Trad. Deise Amaral. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 15, no 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.
- _____. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Trad. Elvio Antônio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.
- SILVA, J. Q. G. Gênero discursivo e tipo textual. In. *Scripta*. Belo Horizonte: Ed. Puc-Minas, v.1, n.1, p.87-106, 1999.
- SIMIONI, A. P. A Viagem a Paris de artistas brasileiros no final do século XIX. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.17, n.1, pp.343-366, 2005.
- SLENES R. W. *Na senzala uma flor*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.
- STEINEH, K. V. Den. Entre os aborígenes do Brasil Central. *Separata remunerada da Revista do Arquivo Municipal, n. XXXIV-LVIII*. Departamento de Cultura, São Paulo, 1940.
- STERN, W. *Psicología General*. Buenos Aires: Paidós, 1957.
- SZURMUK, M. *Miradas cruzadas: narrativas de viaje de mujeres en Argentina (1850-1930)*. México: Instituto Mora, 2007.
- TAUNAY, A. d’E. *Diário do exército: 1843-1899*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.
- _____. *Inocência*. São Paulo: Ática, 1983.

- _____. *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. Tradução e org. Sérgio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- TELLES, M. A. de A. *Breve História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- TELLES, N. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil*. São Paulo: Intermeios, 2012.
- _____. Escritoras, escritas e escrituras. In: PRIORE, M. del. *História das mulheres no Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- _____. *Autora*. In: JOBIN, J. L. (Org.). *Palavras da crítica, tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago 1992.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América - a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- TONIAZZO, C. L. *Lembranças de Mato Grosso sob um olhar feminino: um estudo filológico*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso – Instituto de Linguagens, 2011.
- VARGAS, J. *Entre a paróquia e a corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: UFRGS, 2010.
- VAILATI, L. L. As fotografias de “anjos” no Brasil do século XIX. *Anais do museu paulista*, São Paulo, v.14, n.2, p. 51-71, jul./dez., 2006.
- Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000200003. Acesso em: 02/2018.
- VIÑAO, A. Las autobiografías, memorias y diarios como fuente histórico-educativa: tipología y usos. In. *TEIAS - Revista da Faculdade de Educação/UERJ*, n.1, p.87-97, jun., 2000.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- XAVIER, J. C. *Paxoréo e o garça*. Cuiabá: Calendário do Sol, 1999.
- ZOLADZ, R. W. V. *O impressionismo de Guido: um menino índio Bororo*. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1990.
- ZUMTHOR, P. *La medida del mundo*. Madri: Catedra, 1994.

Referências Documentais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO MATO GROSSO. *Relatório apresentado pelo Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso*, sessão ordinária no dia 3 de maio de 1864. Cuiabá: Typ. De Souza Neves de Comp^a, 1864. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/417/000010.html>> Acessado em: 17/05/2016.

_____. *Relatório de abertura apresentado por Francisco Raphael de Mello Rego em sessão ordinária no dia 27 de outubro de 1888*. Mato Grosso, Cuiabá, p.16. *Arquivo Público Nacional, Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/437/000016.html>> Acesso em: 17/05/2016.

_____. *Relatório de Sessão ordinária de Abertura da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso apresentado no dia 3 de maio de 1864*. Typ. De Souza Neves de Comp^a, 1864. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/417/000010.html>> Acesso em: 17/05/2016.

_____. *Relatório de Sessão ordinária apresentado por João José da Costa Pimentel em 03 de maio de 1850*, Cuiabá: Typografia do Echo Cuiabano, 1850. p. 4. *Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/404/000004.html>. Acesso em: 17/05/2016

_____. *Relatório de Abertura da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, sessão ordinária. Assembleia Legislativa Provincial do Mato Grosso, 27ª sessão, 20/out./1888*. Cuiabá: 1888, p.16. *Arquivo Público Nacional, Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/437/000016.html>> Acessado em: 17/05/2016.

BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1809, v. 1*. (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40118-13-novembro-1809-571993-publicacaooriginal-95136-pe.html>. Acesso em: 09/ 2017.

DIRETORIA GERAL DE ÍNDIOS. *Relatório* apresentado pelo Aferes Antonio José Duarte ao Presidente da Província, 1885. Disponível em: APMT 1885, Lata E, Documento Avulso.

PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA. Exposição com que o Sr. Coronel Presidente da Província, Francisco Rafael de Melo Rego, abriu a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa

Provincial de Mato Grosso, em 11 de fevereiro de 1888. Cuiabá. Typ. da “Situação” rua Antonio João n. 20. 1888.

A TRIBUNA DE CUIABÁ, 24 de junho, 1866, n. 3. p. 2. *Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional – NDIHR*. Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em: www.ufmt.br/ndihr/revista. Acessado em: 08/10/2016.

Bibliotecas e Centros de Pesquisa

Portugal

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Instituto de Estudos de Literatura e Tradição da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IELT/FCSH UM)

Brasil

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Museu Nacional do Rio de Janeiro

Arquivo Público do Rio de Janeiro

Arquivo Público do Mato Grosso, Cuiaba

Arquivo Pessoal de Yasmin Nadaf